

MENSAGEM
À ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
2013



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



MENSAGEM
À ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
2013



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Mensagem à
Assembleia Legislativa
2013

Abertura da 3ª Sessão da 28ª Legislatura

Fortaleza, 2013



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR

Cid Ferreira Gomes

VICE-GOVERNADOR

Domingos Gomes de Aguiar Filho

Gabinete do Governador	Danilo Gurgel Serpa
Gabinete do Vice-Governador	Irapuan Diniz de Aguiar Júnior
Casa Civil	Arialdo de Mello Pinho
Casa Militar	Joel Costa Brasil
Procuradoria Geral do Estado	Fernando Antônio Costa de Oliveira
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	João Alves de Melo
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico	Alexandre Pereira Silva
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	Paulo Henrique Ellery Lustosa da Costa
Secretaria das Cidades	Camilo Sobreira de Santana
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	René Teixeira Barreira
Secretaria da Cultura	Francisco José Pinheiro
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria da Educação	Maria Izolda Cela de Arruda Coelho
Secretaria Especial da Copa 2014	Ferruccio Petri Feitosa
Secretaria do Esporte	Esmerino Oliveira Arruda Coelho Júnior
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Infraestrutura	Francisco Adail de Carvalho Fontenele
Secretaria da Justiça e Cidadania	Mariana Lobo Botelho Albuquerque
Secretaria da Pesca e Aquicultura	Ricardo Nogueira Campos Ferreira
Secretaria do Planejamento e Gestão	Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretaria dos Recursos Hídricos	César Augusto Pinheiro
Secretaria da Saúde	Raimundo José Arruda Bastos
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Francisco José Bezerra Rodrigues
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Evandro Sá Barreto Leitão
Secretaria do Turismo	Bismark Costa Lima Pinheiro Maia
Defensoria Pública Geral	Andréa Maria Alves Coelho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Servilho Silva de Paiva



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Secretário	Antonio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Secretário Adjunto	Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretário Executivo	Marcos Antonio Brasil
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Marcelo Jorge Borges Pinheiro
Assessoria Jurídica	Adriano Campos Costa
	Heloyza Helena de Menezes Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Ana Lúcia Lima Gadelha
	Flávia Roberta Bruno Teixeira
	Marcos Medeiros Vasconcellos
	Naiana Corrêa Lima
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiane da Mota Gentil Parente
Unidade de Gerenciamento de Projeto	Andréa Guimarães Cerqueira dos Santos
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Claudia Coelho Ramalho Teixeira
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria de Gestão de Compras	Carmen Silvia de Castro Cavalcante
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	Diarley Maia Sousa Almeida
Coordenadoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação	Fábio Gondim Ribeiro
Coordenadoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	João Alcides de Oliveira Guerra
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Francisco José de Oliveira
Programa de Ação Integrada para o Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Fernando Antônio de Carvalho Gomes
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Filomena Maria Lobo Neiva Santos
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	Lúcia Rocha Lima Montenegro



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

EQUIPE TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Marcos Medeiros Vasconcellos (Geral)

Maria Aparecida Gomes Rodrigues Façanha (Técnica)

EQUIPES SETORIAIS

Coordenadores, Assessores e Técnicos de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional das Secretarias e Vinculadas

ELABORAÇÃO

Annúzia Maria Pontes Moreira Gosson	Maria Cristiane Maia Caxilé
Daniele Passos de Lima Albuquerque	Marta Maria Rebouças de Albuquerque
Dominique Cunha Marques Gomes	Mércia Maria de Melo Ponte Lima
Eliane Barbosa Hissa	Norma Maria Cavalcanti Alcoforado
Fátima Coelho Benevides Falcão	Raimundo Avilton Meneses Júnior
Francisco Evilásio Nunes Peixoto	Renata Maria Jurema Pontes Viana
Karine Machado Campos Fontenele	Sandra de Souza
Kelly Rosana Holanda Lavor	Sandra Maria Braga
Maria Carmelita Sampaio Colares	Virginia Dantas Soares Teixeira

COLABORADORES

Arnaldo Araújo Lima	Luiz Carlyle de Carvalho Mendes
Cristiane Eleutério Carvalho Deusdará	Maria Aparecida dos Santos
Dimas de Castro e Silva Filho	Maria Elisabete Aguiar Paiva
Fabíola Padilha Roriz Penna	Maria Elizabeth Pereira da Rocha
Francisca Maria de Sousa Moreira	Maria Eloisa Bezerra da Rocha
Francisco Menezes de Freitas	Maria Lúcia do Carmo
Francisco Parente Gomes	Maria Lúcia Holanda Gurjão
Gódiva Maria Sampaio Martins	Maria Selma Rocha Almeida
Hortência Maria Cavalcante Pinto	Nertan Cruz Almeida
João Milton Cunha de Miranda	Nilce Maria L. Holanda
José Geraldo de Holanda Antero	Oscar Luiz de Castro e Lima
José Gonzalez Garcia	Sílvia Miranda Cabral
José Ricardo Sobreira de Oliveira	Sofia Beatriz de Pontes Vieira
José Wagner Alves Fernandes	Wilmar Bezerra dos Santos
Eleuba Maria Oliveira Magalhães	João Paulo da Silva dos Santos



PRONUNCIAMENTO
DO GOVERNADOR



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

PRONUNCIAMENTO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, QUANDO DA ABERTURA DOS TRABALHOS DA SESSÃO LEGISLATIVA EM 2013.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS, DEMAIS AUTORIDADES AQUI PRESENTES, MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES.

É com muita honra que me dirijo a este nobre Parlamento, em nome de todos os cearenses, para dar cumprimento a norma constitucional de prestar contas das ações executadas pela administração pública estadual em 2012, por ocasião da Abertura da Sessão Legislativa em 2013.

Muito tenho me esforçado por uma gestão governamental renovada, marcada por uma administração fiscal-financeira responsável, para assegurar os resultados pretendidos de um projeto de Governo, iniciado em 2007, que tem como propósito último “fazer mais e melhor para todos”, “construindo um novo Ceará”.

Estou certo de que chegamos a 2013, após seis anos de muito trabalho, tendo avançado na nossa capacidade de empreender, ousar, de enfrentar, com firmeza e otimismo, todos os desafios, possível pela determinação de uma equipe empenhada em realizar políticas públicas efetivas, capazes de promover mudanças em indicadores estratégicos, e, assim, conduzir o Ceará ao estágio de desenvolvimento sustentável.

Tenho consciência de que todas essas conquistas são resultados, não somente dos esforços do Governo Estadual, mas do Legislativo, do Judiciário, do Governo Federal, dos Governos Municipais, e de toda a sociedade cearense, que se mostra cada vez mais consciente e atuante.

Inicialmente, gostaria de ressaltar que 2012, foi um ano em que, mais uma vez, o Estado ganhou projeção nacional pelo desempenho de seu Governo. Com efeito, o Ceará foi destaque como referência de política pública na área da Educação com o reconhecimento da Presidente Dilma Rousseff lançando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), no dia 8 de novembro do ano findo, inspirado no Programa implantado pelo Governo do Estado, desde 2007. O PNAIC traz um conjunto de medidas para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, nascendo com a adesão de todos os secretários estaduais do setor e de 5,3 mil municípios, condição para que as redes estaduais e municipais recebam recursos alocados para o programa e o apoio técnico do MEC.

Outro marco da nossa gestão, em 2012, ocorreu no dia 16 de dezembro. Resultado de um esforço coletivo, entregamos a primeira arena do Brasil, que será sede da Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014: a Arena Castelão, inaugurada com a presença da Presidente da República. A importância desse fato transcende as obras de modernização, ampliação e adequação do estádio. O maior legado que a realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 deixará ao Ceará, será a oportunidade do Estado se apresentar ao mundo, uma vez que a escolha do Brasil como sede em 2014 coincide com um momento de retomada do crescimento econômico e do olhar mundial para as potencialidades do país.

O ano de 2012 permitiu, ainda, concretizarmos a meta de promover grandes avanços na questão habitacional. Firmamos com o Ministério das Cidades o contrato para a construção do maior

empreendimento imobiliário do Programa Minha Casa Minha Vida II (MCMV), no Nordeste, desenvolvido segundo o conceito de bairro planejado - o Cidade Jardim. Com investimentos da ordem de R\$ 352 milhões, o empreendimento contará com 5.536 unidades habitacionais e será dotado de completa infraestrutura de lazer, com quadras esportivas, playgrounds, campos de futebol, salões de festa e pistas de skate, além 2,5 mil vagas de estacionamento de veículos e acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.

Ao longo desta Mensagem, será possível conhecer, em detalhes, as transformações e avanços alcançados pelo meu Governo, mais especificamente, os indicadores e as ações que marcaram o ano de 2012, na implementação das políticas públicas definidas nos três grandes eixos, que balizam a minha gestão: Sociedade Justa e Solidária, Economia Para Uma Vida Melhor e Governo Participativo, Ético e Competente.

No âmbito do eixo Sociedade Justa e Solidária, que contempla os setores voltados para as políticas sociais, ao longo do meu governo, o Ceará tem apresentado melhoria considerável nos indicadores setoriais.

O Governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo a política pública referente à área temática Educação Básica, com ações especialmente voltadas para a expansão e qualificação do ensino médio, priorizando a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, com foco na expansão da rede física e oferta de cursos técnicos nas mais diversas áreas.

Apoiados no fortalecimento do regime de colaboração com os municípios, expandimos o Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC para os alunos até o 5º ano do ensino fundamental. Os resultados do SPAECE-Alfa, alcançados ao longo dos anos, passando de 4,2 em 2007 a 8,1 em 2012, permitiram inferir que o PAIC tem se refletido de modo positivo na base do ensino, influenciando na continuidade da vida escolar do aluno.

No âmbito do ensino médio integrado à educação profissional foram implantadas mais 13 escolas, totalizando 92 escolas em pleno funcionamento, que ofertam 51 cursos técnicos, beneficiando 28.987 alunos em todas as regiões do Estado, que terão a oportunidade de se inserir no processo produtivo local.

O efeito positivo das ações governamentais desenvolvidas para melhoria da qualidade da educação já se faz sentir no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), cujos resultados alcançados em 2011, referentes à 1ª fase (4,9) e 2ª fase (4,2) do ensino fundamental, já superaram metas definidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

O indicador referente ao IDEB do 3º ano do ensino médio, embora com a evolução mais modesta no período de 2007 a 2011, ultrapassou a estimativa do INEP para 2011 de 3,2, haja vista que alcançou 3,4, o que corresponde, praticamente, à meta projetada para 2013 de 3,5.

No setor da Ciência, Tecnologia e Informação com a atenção especial, conferida aos projetos de implantação, modernização e recuperação de infraestrutura física e de bibliotecas das instituições públicas de ensino superior, Centro de Educação à Distância – CED, em Sobral, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, Universidade Estadual do Ceará - UECE e Universidade Regional do Cariri - URCA, garantimos condições adequadas ao bom desempenho das atividades dos docentes e discentes, melhoria da pesquisa e da geração de conhecimento, além da prestação de serviços à comunidade.

Merece destacar, ainda, a implementação do Programa Universidade do Trabalho Digital – UTD, com sede no prédio do antigo Cine São Luiz, oferecendo formação, atualização e desenvolvimento profissional gratuito para jovens e adultos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, em níveis básicos e avançados, com foco no desenvolvimento empreendedor, propiciando um ambiente de inteligência para o surgimento de inovações geradoras de renda.

Na área da saúde, é com grande satisfação que constatamos importantes resultados, especialmente na melhoria do acesso a serviços de qualidade, tanto na capital como no interior. Neste contexto, destacam-se a implantação de 4 UPAs 24 horas em Fortaleza, além das implantadas nos municípios de Maranguape e Caucaia, chegando a mais de 300 mil atendimentos, numa comprovação do quanto estas unidades estão acolhendo a população nos casos de urgência e emergência.

Por outro lado, o acesso da população ao atendimento médico especializado e a exames mais complexos, já é realidade, nas policlínicas regionais em Baturité, Tauá, Pacajus, Camocim, Itapipoca, Sobral e Aracati, com um registro de 135.663 atendimentos, em 2012.

No setor da assistência hospitalar, o Hospital Regional do Cariri, em Juazeiro do Norte, avança para o perfil de uma unidade de alta complexidade, agregando novos procedimentos, destacando-se a primeira cirurgia de captação de órgãos, o que o capacita para ser, muito em breve, mais uma unidade transplantadora, contribuindo, assim, para fortalecer a posição de destaque ocupada pelo Ceará no ranking nacional, nessa área.

No tocante à Taxa de Mortalidade Infantil, alcançamos uma significativa redução, chegando a 12,5 por mil nascidos vivos, o que coloca o Ceará, como o estado do Nordeste, com a menor taxa.

No setor de esporte e lazer, foram investidos recursos na construção de equipamentos e fornecimento de materiais, visando a melhoria da qualidade dos serviços e bens ofertados à população. Por meio do Programa Segundo Tempo, foram beneficiados 46.600 alunos da rede pública de ensino, com fornecimento de material esportivo e reforço escolar, a partir da implantação de 466 núcleos esportivos nos 184 municípios do Estado, enquanto o Programa Bolsa Esporte e Bolsa de Alto Rendimento, deu apoio a 1.795 atletas nas categorias estudantes, nacional e internacional, envolvendo recursos da ordem de mais de R\$ 2 milhões.

Na área da Cultura, conferimos destaque para a realização da “X Bienal Internacional do Livro do Ceará”, que registrou um público circulante da ordem de 610 mil pessoas. O programa de Visitação Escolar levou à Bienal do Livro, um público superior a 80 mil alunos de escolas públicas municipais e estaduais, com a participação de 84% dos municípios cearenses. O evento contou também com a presença do nigeriano Wole Soyinka, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, em 1986.

No setor da Justiça e Cidadania, além das ações de melhoria da infraestrutura visando o aperfeiçoamento contínuo do Sistema Penitenciário, destaco o Programa de Promoção da Qualificação e Ressocialização do Preso e Egresso, que tem ajudado na conseqüente recuperação do detento através de medidas que auxiliem na sua educação, em sua capacitação profissional e oportunidade de empregabilidade, beneficiando um universo de quase mil apenados, trabalhando nos projetos e funções das próprias

unidades. No que tange à Proteção e Cidadania, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos e Atenção à Pessoa com Deficiência foram realizadas ações compartilhadas com os organismos colegiados: Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), Conselho Penitenciário do Estado do Ceará (COPEN) e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (CEDEF).

No que diz respeito à Política de Assistência Social, merece destaque o Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II onde foram implantados e inaugurados 31 equipamentos sociais, com capacidade de atendimento para 10.465 crianças, adolescentes e jovens, em 17 municípios.

Como resultado da atuação da Política do Trabalho, em 2012 foram atendidas 1,1 milhão de famílias, com renda ampliada e acesso à Assistência Social, colocados e recolocados no mercado de trabalho 80,3 mil trabalhadores e qualificados 41 mil.

Diante dos anseios da sociedade cearense, que exige intervenções mais efetivas no enfrentamento dos altos índices da criminalidade, a área da Segurança Pública, estabeleceu como áreas focais de atuação, a inteligência, a ostensividade e a motivação, refletidas nas estratégias e operações com a utilização de técnicas modernas de enfrentamento; nos investimentos voltados à qualificação dos profissionais e no apoio e articulação com demais órgãos do poder público, nas diversas esferas de atuação. Dentre essas ações, destaca-se o reforço das ações da Coordenaria Integrada de Operações Aéreas – CIOPAER no apoio às operações policiais e do corpo de bombeiros, que além das operações rotineiras na capital e região metropolitana, teve estendida a sua atuação para o restante do Estado, sobressaindo-se as operações aéreas nas regiões centro-sul e centro-norte, totalizando 4.075 missões.

Em 2012 foram atendidos um total de 1,3 milhão de ocorrências, com despacho de viaturas, alcançando um tempo médio de resposta no atendimento de 14 minutos e 16 segundos, representando um decréscimo de 19,41% em relação ao ano de 2011.

Em 2012, a atuação da Defensoria Pública apresentou conquistas importantes na ampliação do quadro de servidores através da nomeação de 18 novos Defensores Públicos e da contratação de estagiários remunerados, contribuindo, assim, para o alcance de resultados obtidos em 2012. A média mensal de procedimentos por defensor público, que em 2007 era de 117, passou para 180 em 2012, enquanto o número de pessoas beneficiadas com serviços de assistência jurídica foi de 353 mil, passando para 627, em 2012.

O eixo Economia Para Uma Vida Melhor, que abrange os setores responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico do Estado, com sustentabilidade e redução das desigualdades sociais, aponta resultados satisfatórios.

A política de desenvolvimento econômico do estado do Ceará está ancorada fundamentalmente na atração, ampliação, diversificação, recuperação e modernização de empreendimentos industriais e de centros de distribuição e na interiorização de políticas públicas voltadas à indústria, comércio e serviços, de forma a reduzir as desigualdades regionais.

Mesmo considerando o cenário econômico mundial e a concorrência dos demais estados da federação, o Governo do Estado, no período 2007-2012, atraiu 433 empresas e viabilizou a implantação de 191 novos

empreendimentos, gerando 17.033 empregos diretos. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram a concessão de incentivos fiscais, por meio do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, localização estratégica do Estado em relação à África, Estados Unidos e países europeus, boa infraestrutura portuária e aeroviária, garantia de água e os investimentos em energias renováveis.

Dentre os projetos estruturantes em implantação, destaca-se a Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, primeiro empreendimento a instalar-se na Zona de Processamento da Exportação, envolvendo investimentos da ordem de US\$ 4,2 bilhões, com início da primeira fase de operação previsto para 2015. No que diz respeito à Usina Termelétrica Energia Pecém, com investimento total de R\$ 3 bilhões e capacidade de 720 MW, recebeu, em dezembro de 2012, a autorização para iniciar a operação comercial de sua primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW, gerando impacto no aumento da competitividade das empresas em nível internacional, com reflexo no aumento das exportações, contribuindo, assim, para o equilíbrio da balança comercial do Ceará, e uma diversificação da pauta, incrementando, também, o PIB do Estado.

Com a nova realidade de investimentos, o Governo do Estado vem realizando uma série de ações no intuito de prover o Estado de uma infraestrutura mais moderna e adequada, destacando-se: o Cinturão Digital, a maior rede pública de banda larga do Brasil, com 2.600 quilômetros de fibra óptica para atender 53 municípios, onde residem 85% da população urbana do Estado; o Cinturão das Águas, que possibilitará a integração do Rio São Francisco com as 11 macrobacias hidrográficas do Estado, perenização de rios e assegurando água; o novo aeroporto de cargas e passageiros no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, cujo estudo encontra-se em andamento, além dos aeroportos regionais de São Benedito, Tauá, Camocim, Sobral, Aracati e Iguatu.

No que tange às ações de desenvolvimento urbano e integração regional, evidencio que, a construção e entrega de 4.776 unidades habitacionais de interesse social, beneficiando aproximadamente 23.880 pessoas, que permitiram a redução do déficit habitacional do Estado.

Como ação de requalificação urbana na RMF, o Projeto Maranguapinho, viabilizou a conclusão dos conjuntos residenciais - Miguel Arraes, Raquel de Queiroz, em Fortaleza e Lupe de Paula, em Maranguape. De um total de 2.625 unidades concluídas em 6 residenciais, nos últimos três anos, 1605, foram entregues em 2012.

Em se tratando de saneamento básico, saliento que o serviço de abastecimento de água, já atingiu uma cobertura de 98,48% da população em Fortaleza, beneficiando 2.474.671 habitantes; e de 97,22% nos municípios do interior, beneficiando 2.661.193 habitantes, e de esgotamento sanitário, registra uma cobertura de 53,56% em Fortaleza, beneficiando 1.346.009 habitantes, enquanto no interior, a cobertura é de 24,26% da população, beneficiando 664.175 habitantes.

Diante do fenômeno conhecido como “seca verde” que, em 2012, impactou fortemente no meio rural, reduzindo em 83% a safra de grãos em relação a 2011, a Política de Desenvolvimento Rural centralizou esforços na atuação do Programa Garantia Safra, assegurando renda mínima para 239.982 agricultores familiares, com a quantia de R\$ 815,00. No total, foram destinados aos municípios recursos da ordem de R\$ 195,5 milhões contribuindo para evitar tensões sociais no meio rural e garantir a subsistência das famílias.

Sendo vocação natural do Ceará e setor de importante efeito multiplicador para crescimento da economia do Estado, o Turismo recebeu investimentos em 2012 da ordem de 259 milhões, oriundos de recursos do Governo Estadual e Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Tais recursos aplicados na consolidação da infraestrutura turística assegurou, em 2012, as inaugurações do Centro de Eventos, Túneis de Acesso, Aeroporto de Aracati, Teatro Carlos Câmara, Caminhos de Assis, Ponte dos Ingleses, e a execução das obras do Centro de Eventos de Iguatu e Crato, duplicação da CE-040 e CE-085 e requalificação de outras estradas, Aeroporto de Jericoacoara, Aquário Ceará, Saneamento das Praias de Porto das Dunas e Cumbuco.

No âmbito da Política Estadual de Recursos Hídricos, entre as ações estruturantes realizadas com o objetivo de garantir a oferta de água em quantidade e qualidade para prover o abastecimento humano e o desenvolvimento econômico, evidenciamos a inauguração do Trecho IV do Eixo de Integração, ligando a açude Pacoti ao açude Gavião, com 33,89 km de extensão, e a construção do Trecho V, com extensão de 57,60 km, responsável pela transposição de água do açude Gavião ao Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Além disso, ressaltamos a conclusão do projeto executivo da primeira etapa do Cinturão das Águas, com 153 km de canal, que ligará a cidade de Jati ao rio Cariús.

Na área de transferência hídrica, com a conclusão de adutoras, disponibilizamos 151,45 l/s, beneficiando aproximadamente 75.000 pessoas, enquanto que, com a conclusão de barragens, contribuímos para um incremento na acumulação hídrica do Estado de 84,412 milhões de m³.

Em relação ao abastecimento de água à população rural difusa, o Governo beneficiou, em 2012, cerca de 10 mil famílias, com a perfuração de 235 poços, instalação e recuperação de 393 sistemas simplificados e construção de cisternas de placas.

Com o objetivo ainda de abastecer comunidades rurais, ao longo dos trechos 1, 2 e 3 do Eixo de Integração, asseguramos recursos para construção de 23 (vinte e três) sistemas de abastecimento de água para múltiplos usos, proporcionando acesso a água proveniente do Castanhão para mais de 4.500 pessoas.

Cumprindo os compromissos firmados com o fim de ser uma das sedes do maior e mais midiático evento esportivo do planeta, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria Especial da Copa 2014, primou pela otimização da reforma e modernização do Estádio Castelão, reafirmo, sendo a primeira arena esportiva a ser concluída para a Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014. A obra atende aos altos padrões internacionais estabelecidos para os grandes eventos de futebol, incluindo todas as transformações do estádio e seu entorno, com a construção da praça de acesso com 55 mil metros quadrados, estacionamento coberto para 1.900 veículos, mais de 150 mil metros quadrados de área total construída, com capacidade para mais de 63 mil espectadores.

No tocante à Política Ambiental, ao longo de 2012, as ações realizadas, voltaram-se para o cumprimento da meta de chegar, ao final de 2013, com todo o território cearense com seu plano integrado de gestão de resíduos.

O projeto Ceará Carbono Zero, lançado em 2011, eleito como prioridade para o ano de 2012, avançou na elaboração do inventário dos gases de efeito estufa e do plano de mitigação, além dos investimentos

para a requalificação do Parque do Cocó em Fortaleza, do Parque Botânico em Caucaia, Parque Estadual do Sítio Fundão no Crato, e do Monumento Natural Monólitos em Quixadá, com foco nas ações ambientais relacionadas à Copa do Mundo de 2014.

Os projetos de infraestrutura voltados para o crescimento da economia, já apresentam resultados como o Terminal Portuário do Pecém, que no ano de 2012, registrou uma movimentação de carga de cerca de 4,045 milhões de toneladas, representando um crescimento de 19%, em relação à de 2011.

Com o mesmo objetivo, promovemos maior integração do sistema rodoviário à rede logística do Estado, destacando o acréscimo de 207,76 km de novas rodovias neste ano, alcançando a extensão total de 11.421,24 km.

Atuando com o transporte metroferroviário, no equacionamento dos problemas de mobilidade urbana, ressaltamos o início da operação assistida da linha sul, com tarifa gratuita e a remodelação da linha oeste do metrô de Fortaleza e o metrô do Cariri, servindo às cidades de Crato e Juazeiro do Norte, tendo transportado cerca de 290 mil passageiros, no ano de 2012. Ressalto, ainda, a linha leste do metrô de Fortaleza, com percurso totalmente subterrâneo de cerca de 13 km, ligando o centro do bairro Edson Queiroz, que terá suas obras iniciadas no segundo semestre de 2013. Vale mencionar o VLT Parangaba – Mucuripe, que se encontra em curso normal integrando dois grandes terminais de ônibus, Parangaba e Papicu, obra que faz parte da matriz de responsabilidade da Copa do Mundo.

Quanto à política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Estado, o Governo, em parceria com o BNDES, vem incentivando o grande potencial para o crescimento da piscicultura familiar em águas continentais, priorizando ações de fomento a projetos de aquicultura, a exemplo do que está sendo realizado na área do Complexo do açude Castanhão. Em 2012, dentre os resultados alcançados, ressaltamos as ações de repovoamento realizado em 805 açudes estaduais com a distribuição de mais de 8 milhões de alevinos de espécies adaptadas as nossas condições ambientais, fortalecendo-se, assim a oferta de alimentos com proteína de origem animal de boa qualidade e a melhoria do padrão nutricional do homem do campo.

Não menos importante, o último eixo, Governo Participativo, Ético e Competente, desempenha papel importante no meu governo, na medida em que atua com o fim de dotar o Estado de um padrão de eficiência, capaz de oferecer à sociedade serviços públicos de qualidade e de transparência nas ações de governo.

Nesse contexto, é importante ressaltar a conquista da Controladoria Geral do Estado - CGE como destaque em órgão de controle interno, ficando em primeiro lugar entre os estados brasileiros, em estudo organizado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, além da realização, em parceria com a Vice-Governadoria, da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social, com o objetivo de estimular o acesso e a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública.

Em 2012, foi criado o Sistema Estadual de Acesso à Informação, composto pelo Conselho Estadual de Acesso à Informação, Comitê Gestor de Acesso à Informação, pelos Comitês Setoriais de Acesso

à Informação e pelos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC), atendendo os dispositivos da Lei Estadual de nº 15.175/2012.

Com o fim de prevenir e reprimir os desvios de conduta de integrantes dos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário, a Controladoria Geral de Disciplina, em 2012, iniciou efetivamente suas ações, priorizando as atividades de investigação, instrução de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares, o que produziu resultados nos seus indicadores - servidores denunciados, servidores submetidos a procedimentos disciplinares e punidos.

No ano de 2012, como resultado da gestão das políticas transversais voltadas para os Direitos Humanos, Enfrentamento às Drogas, Igualdade Racial, Juventude, Mulher, Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, ressalta-se a matrícula dos alunos nos Programas ProJovem Urbano III e ProJovem Campo “Saberes da Terra” II, 5.400 e 6.000, respectivamente; a elaboração do 1º Censo Penitenciário com recorte de gênero do Brasil, realizado em parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania – SEJUS; a realização do I Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos em parceria com a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para os Direitos Humanos; a realização da III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, evento que contou com a participação de 250 pessoas e a Semana Estadual do Idoso, em parceria com diversas setoriais e a sociedade civil, com a participação de cerca de 530 idosos.

Assumindo o que consideramos o maior desafio que o poder público pode enfrentar, criamos a Assessoria Especial de Políticas Públicas sobre Drogas, cuja atuação estará voltada para dois tipos de enfrentamento: o combate aos traficantes e a intervenção junto à vítima maior, o viciado, requerendo para tanto a articulação de diversas políticas públicas entre as quais a educação, saúde, segurança, turismo, cultura e esporte.

Por fim, não podemos deixar de ressaltar a importância da gestão pública no processo de implementação de políticas governamentais mais efetivas. Neste contexto, destacamos a continuidade da austeridade fiscal, o eficiente controle orçamentário-financeiro dos recursos, o aperfeiçoamento no modelo de gestão pública e o fortalecimento do papel do planejamento e das políticas públicas, como fatores decisivos para assegurar ao setor público estadual padrões compatíveis com as novas exigências da sociedade moderna.

Os desafios nos impõem continuar avançando no projeto de desenvolvimento, que exige, cada vez mais, competência, ousadia, visão de futuro, compromisso e união de forças. Conclamamos, pois, a classe política do nosso Estado, os representantes do Poder Judiciário, as Prefeituras Municipais e as organizações da sociedade civil para, juntos, continuarmos trabalhando para avançar ainda mais.

SUMÁRIO

Ceará - Desempenho Econômico e da Ação Governamental.....	25
Desempenho Econômico	27
Resultados Estratégicos da Ação Governamental.....	39
Eixos do Governo e Áreas Temáticas	55
Sociedade Justa e Solidária	59
Educação Básica.....	63
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional.....	79
Saúde	93
Desenvolvimento Social e Trabalho.....	109
Cultura	121
Esporte e Lazer.....	129
Segurança Pública	135
Justiça e Cidadania	145
Acesso à Justiça	155
Economia Para Uma Vida Melhor	163
Desenvolvimento Econômico.....	167
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	175
Aquicultura e Pesca	187
Turismo.....	193
Recursos Hídricos	201
Infraestrutura e Logística	209
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional.....	223
Meio Ambiente	239
Copa 2014.....	247
Governo Participativo, Ético e Competente	253
Planejamento e Gestão.....	257
Gestão Fiscal	275
Controladoria e Ouvidoria.....	291
Governo e Sociedade	297
Correição e Disciplina	321
Perspectiva da Atuação Governamental Para 2013	327
Tendência Econômica.....	329
Programação Orçamentária-2013.....	335





CEARÁ -
DESEMPENHO
ECONÔMICO
E DA AÇÃO
GOVERNAMENTAL



DESEMPENHO ECONÔMICO

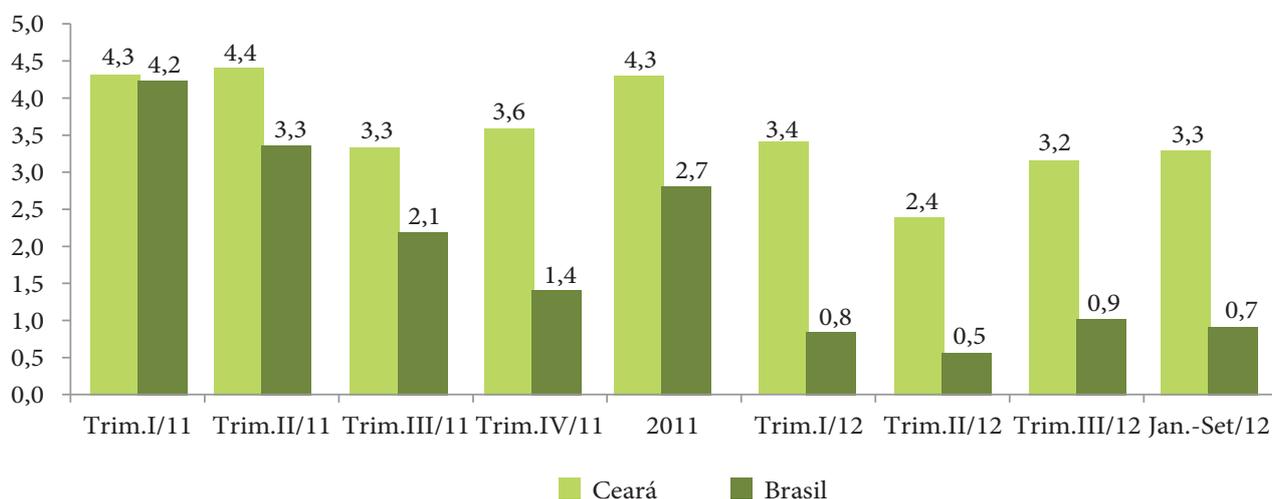


GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A economia cearense vem crescendo acima da média nacional e, para os próximos anos, a tendência é de continuidade. As razões disso residem no desempenho de algumas atividades que obtiveram resultados melhores do que o nacional, como é o caso do comércio, exaltando o varejista, e da construção civil, que mostram crescimento desde o ano de 2004.

Em 2012 não foi diferente e durante o ano a economia cearense mostrou-se com mais dinamismo que a brasileira. O Gráfico 1 mostra que em 2011, a economia cearense cresceu 4,3% e a brasileira, 2,7%. Já em 2012, o PIB estadual já acumula uma taxa positiva de 3,3% superior à variação apresentada pelo País, de 0,7%.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DO PIB TRIMESTRAL
BRASIL E CEARÁ - 2011/2012



Fonte: IPECE e IBGE

Deve-se salientar que a economia brasileira ainda sofre resquício do fraco desempenho das economias desenvolvidas, sobretudo da zona do euro, que não conseguiram ainda resultados satisfatórios, em 2012, como a França, Itália, Espanha, que são parceiros comerciais do Brasil, no que se refere às exportações.

Assim, a economia brasileira segue mais um ano sendo sustentada pelo consumo das famílias, com taxa acumulada de 2,8%, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo, que corresponde aos investimentos, caiu 3,9% no mesmo período.

Apesar da economia cearense ser dependente da economia brasileira, esta teve a seu favor alguns eventos que contribuiriam para resultados melhores que os nacionais, como a destacar, o desempenho do setor de Serviços e de algumas atividades industriais da Construção Civil e da Distribuição de energia, água e gás.

SERVIÇOS

As maiores contribuições para o aumento do setor de Serviços vieram das atividades de Comércio, Alojamento e Alimentação e Imobiliária (Tabela 1).

TABELA 1

TAXAS DE CRESCIMENTO (%) TRIMESTRAIS DO VALOR ADICIONADO DO SETOR DE SERVIÇOS
CEARÁ - 2012/2011

Setor e Atividades	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Jan.-Set./2012 -Jan.-Set./2011
Serviços	5,1	6,2	6,5	5,7
Comércio	6,9	6,1	10,4	8,0
Alojamento e Alimentação	7,2	9,7	5,6	7,4
Transportes	11,4	10,1	5,6	7,4
Intermediação Financeira	3,7	2,7	3,8	4,3
Aluguéis	5,1	6,2	6,5	5,9
Administração Pública	1,3	1,3	1,3	1,3
Outros Serviços	7,6	11,8	9,8	9,8

Fonte: IPECE

Os resultados do Valor Adicionado a preços básicos, por atividades, mostraram o Comércio com uma variação positiva de 8,0% no acumulado de janeiro a setembro de 2012 sobre igual período de 2011. Corroborando com esse desempenho, os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), realizada pelo IBGE, revelam que o volume de vendas do varejo comum cearense apresentou uma expansão de 9,6%, de janeiro a outubro de 2012 em relação a igual período de 2011, conforme mostra a Tabela 2. Quando se agregam as vendas de Materiais de Construção e de Veículos e Motos, Partes e Peças, o Índice geral do Comércio Varejista passa para 9,5%, no período em análise.

Dentre as atividades varejistas, destacaram-se, no período de janeiro a outubro de 2012 sobre o mesmo período de 2011, as vendas de: Combustíveis e Lubrificantes (22,3%); Móveis e Eletrodomésticos (19,9%); Materiais de Construção (15,1%); e Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos, Perfumaria e Cosméticos (12,7%), citando os quatro maiores crescimentos (Tabela 2). Ressalte-se que vários fatores contribuíram para o desempenho do Comércio Varejista, como os incentivos dados pelo governo federal, por meio de redução na alíquota de alguns produtos e a política monetária flexível, permitindo quedas sucessivas na taxa de juros Selic, além da recuperação da renda do trabalhador. Pelo lado do governo estadual, houve redução e/ou isenção de algumas alíquotas, principalmente sobre produtos ligados à cesta básica cearense, bem como ajuste no prazo de arrecadação. Já os comerciantes cearenses incentivaram as vendas do varejo

com promoções em época de menor movimento das vendas, como o Fortaleza Liquida, que já se tornou um evento tradicional para alavancar as vendas do Comércio Varejista.

TABELA 2
VENDAS VAREJISTAS ACUMULADAS (%) POR ATIVIDADES
CEARÁ – 2011-2012

Atividades	Jan.-Out. 11	Jan.-Out. 12
Combustíveis e lubrificantes	-2,7	22,3
Hipermercados, supermercados, alimentícios, bebidas e fumo	9,0	7,4
Hipermercados e supermercados	9,1	7,4
Tecidos, vestuário e calçados	-4,4	7,8
Móveis e eletrodomésticos	16,5	19,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfum./cosméticos	20,1	12,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	22,3	-3,8
Equipamentos e materiais p/escritório, informática e comunicação	22,9	-21,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,0	0,4
Material de construção	3,1	15,1
Veículos, motos, partes e peças	12,6	8,0
Varição simples	9,2	9,6
Varição ampliada	10,0	9,5

Fonte: IBGE

No segmento de Alojamento e Alimentação, que mostra a tendência das atividades turísticas, há a influência de várias ações governamentais, dentre as quais merece destaque a construção do Centro de Eventos do Ceará (CEC), que já abrigou, desde sua inauguração em agosto de 2012, diversos eventos contribuindo para movimentar toda cadeia turística do Estado.

Em outubro de 2012, foi realizada uma pesquisa pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP), encomendada pelo Ministério do Turismo, cujos resultados mostraram Fortaleza como a capital brasileira que mais desperta interesse de visitação por parte dos turistas. Considerando todos os destinos turísticos do Brasil, o arquipélago de Fernando de Noronha foi o que despertou maior interesse, seguido por Fortaleza.

Vale ressaltar que, no período de 2006 a 2012, houve um crescimento de 47,9% na demanda turística, via Fortaleza, correspondendo a uma média anual de 6,8%, computando-se os turistas nacionais e internacionais. A previsão da Secretaria de Turismo - SETUR é de que a rede hoteleira feche o ano de 2012 com uma taxa de ocupação de 70%.

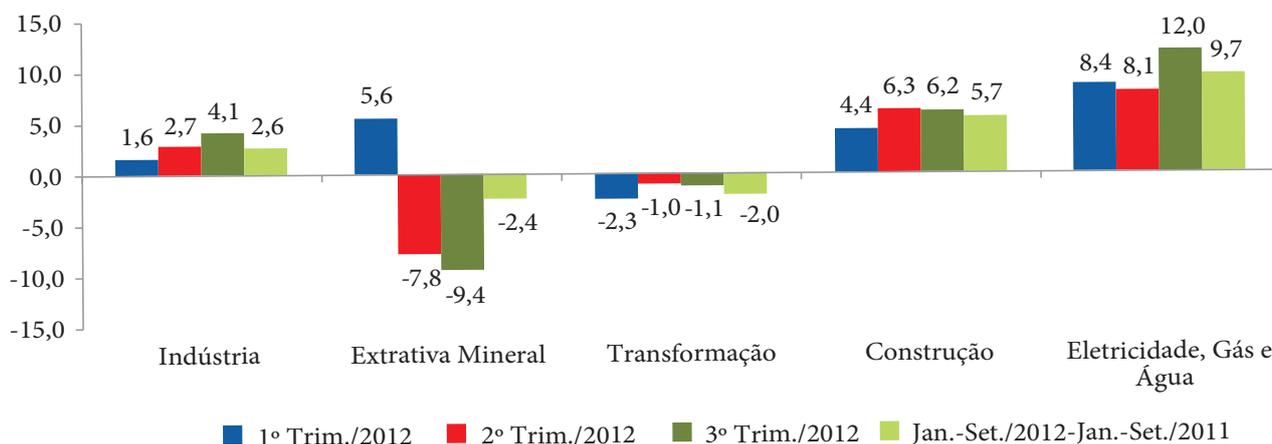
Por fim, outro fator que poderá influenciar o setor de Serviços, em 2012, é a adoção do novo valor do salário mínimo (com a maior variação dos últimos seis anos), que deverá incrementar as vendas do Comércio, sendo, portanto, um dos principais fatores a explicar o crescimento econômico previsto para o Ceará.

INDÚSTRIA

Em relação ao setor Industrial, merece ser ressaltada a Construção Civil, que vem recebendo incentivo do governo federal, com isenção e redução do IPI para materiais de construção e facilidade de crédito pessoal para habitação, bem como reforço do governo estadual, pelas obras que estão sendo executadas para a realização da Copa das Confederações (2013) e da Copa do Mundo (2014). Saliente-se, ainda, as obras dos equipamentos turísticos que têm contribuído para movimentar a atividade, durante o ano de 2012.

O Gráfico 2 mostra os resultados do total da Indústria e por segmentos, ao longo de 2012. Observa-se que as indústrias da Construção Civil (5,7%) e Distribuição de energia, água, gás e esgoto (9,7%), foram as que obtiveram os melhores resultados, no período acumulado de janeiro a setembro de 2012 sobre o mesmo período de 2011. Enquanto as indústrias de Extrativa Mineral (-2,4%) e Transformação (-2,0%) apresentaram taxas negativas ao longo do ano de 2012.

GRÁFICO 2
TAXAS DE CRESCIMENTO (%) TRIMESTRAIS DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA
CEARÁ - 2012/2011



Fonte: IPECE

O resultado da Indústria de Transformação, com taxas negativas ao longo do ano foi corroborado com os dados da produção industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM)-PF do IBGE e que estão citados na Tabela 3. Deve-se citar que as atividades que mais têm reduzido o nível de produção industrial são as mais suscetíveis à concorrência externa, como têxtil e vestuário, principalmente.

TABELA 3
TAXAS DE CRESCIMENTO (%) DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL POR ATIVIDADES
CEARÁ - 2012/2011

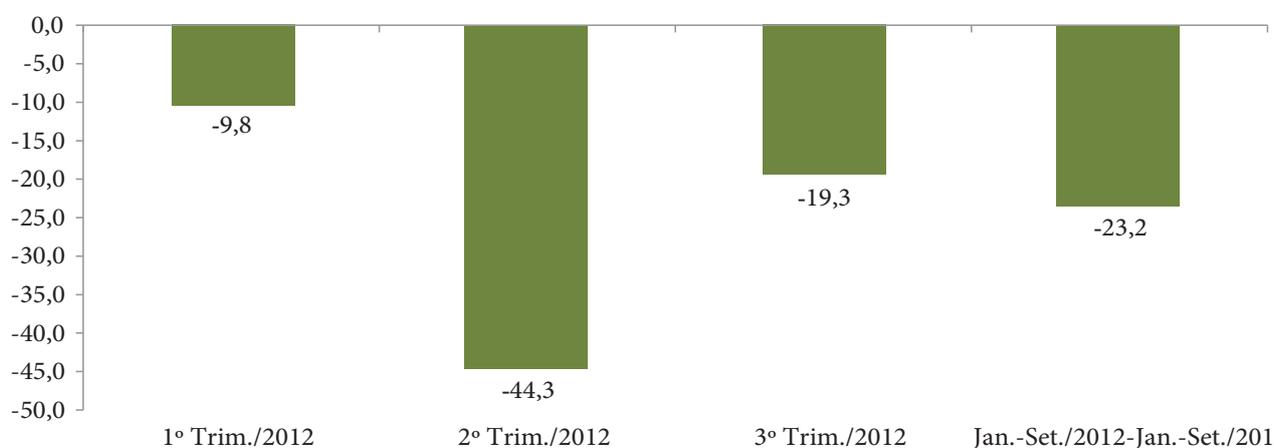
Atividades	Out.11	Out. 12
Indústria de transformação	-12,6	-2,5
Alimentos e bebidas	-3,9	2,9
Têxtil	-24,1	-8,8
Vestuário e acessórios	-12,5	-11,3
Calçados e artigos de couro	-22,6	2,0
Refino de petróleo e álcool	-28,0	15,6
Produtos químicos	7,3	-14,5
Minerais não metálicos	-2,9	4,4
Metalurgia básica	-2,6	17,9
Produtos de metal-exclusive máquinas e equipamentos	-21,2	-23,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-25,6	-19,8

Fonte: IBGE

AGROPECUÁRIA

O setor Agropecuário, como a Indústria de Transformação, registrou taxas negativas ao longo de 2012, por conta da escassez de chuvas nas zonas produtoras na época do plantio. No ano de 2012, de janeiro a setembro, o setor Agropecuário acumulou uma queda de 23,2%, como pode ser visto no Gráfico 3. Já a Agropecuária brasileira caiu apenas 1,0%, no mesmo período.

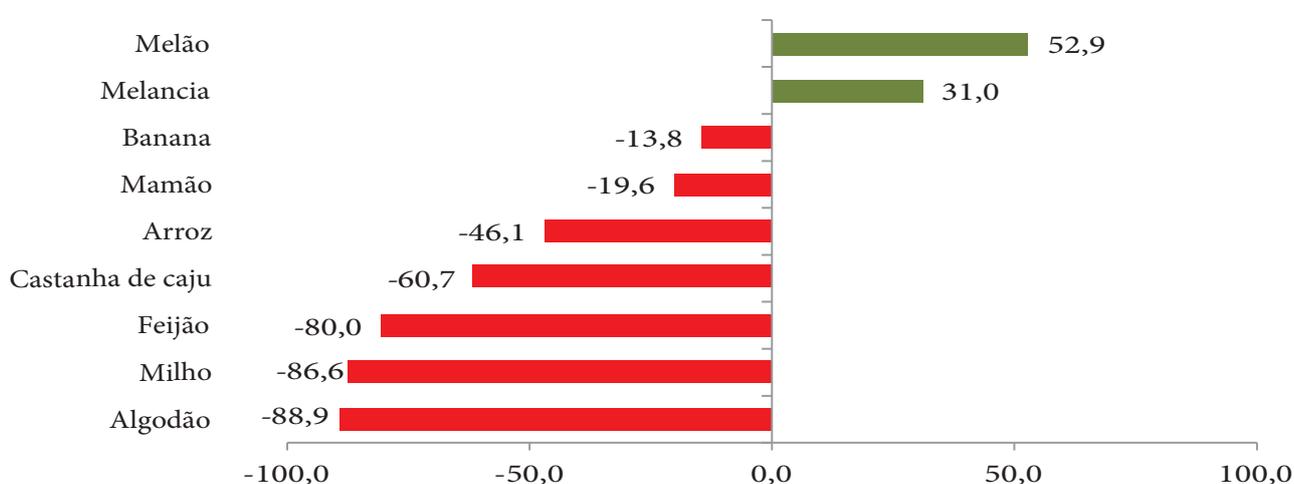
GRÁFICO 3
TAXAS DE CRESCIMENTO (%) TRIMESTRAIS DO VALOR ADICIONADO DA AGROPECUÁRIA
CEARÁ - 2012/2011



Fonte: IPECE e IBGE

É importante ressaltar que a seca de 2012 está sendo considerada a pior dos últimos 40 anos. Como decorrência, em 2012, a produção de grãos caiu 82,0%, segundo o IBGE, com quedas significativas no arroz (-46,1%), no feijão (-80,0%) e no milho (-86,6%), que respondem por aproximadamente 96% da produção total de grãos do Ceará. O prejuízo causado pela seca foi amenizado pela produção de alguns produtos irrigados, como o melão (52,9%) e a melancia (31,0%), oriundos da zona irrigada (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
VARIAÇÕES DA PRODUÇÃO DE GRÃOS E FRUTAS SELECIONADOS
CEARÁ - 2012/2011



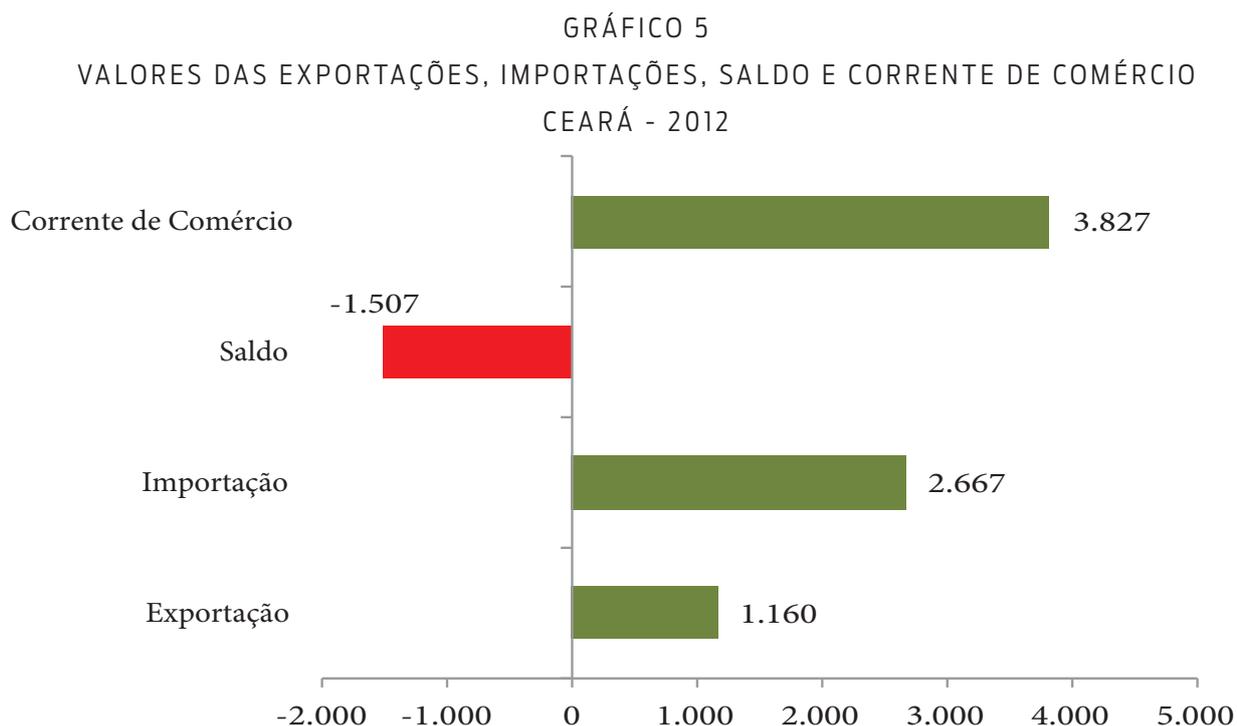
Fonte: IBGE

Observa-se que a utilização do sistema de irrigação tem amenizado as perdas agrícolas, por isso a necessidade de ampliar as zonas de irrigação por meio de alguns projetos como o Cinturão das Águas do Ceará (CAC) e o Eixão das Águas. Saliente-se que os dois projetos objetivam, ainda, reservas e distribuição de água para o consumo humano, agropecuária e indústrias e seus resultados deverão contribuir para o desenvolvimento social e crescimento econômico do Ceará.

INDICADORES CONJUNTURAIS

COMÉRCIO EXTERIOR

O desempenho do comércio exterior do Ceará pode ser visto no Gráfico 5 que mostra os principais indicadores: valores das exportações, importações, saldo da balança comercial e o valor da corrente de comércio que significa a soma das exportações e importações.



Fonte: SECEX/MDIC

A escassez de chuvas no Ceará tem contribuído para a queda nas exportações de alguns produtos importantes da pauta de exportações cearenses, como é o caso da castanha de caju, que registrou um decréscimo de 12,7% no valor exportado de janeiro a novembro de 2012 sobre igual período de 2011. O total das exportações cearenses também foi negativo, com uma taxa de 8,7% sobre o mesmo período de 2011, como estão expressos na Tabela 4.

TABELA 4
 EXPORTAÇÕES POR ITENS E PRODUTOS SELECIONADOS
 CEARÁ - 2012/2011

Itens/Produtos selecionados	Jan.-Nov./2011	Jan.-Nov./2012	Part. %	Var. % 2012/2011
Calçados	328.493.917	306.795.225	26,4	-6,6
Couros e peles	164.867.342	186.758.294	16,1	13,3
Castanha de Caju	160.411.606	140.019.378	12,1	-12,7
Fruticultura	85.208.365	91.494.885	7,9	7,4
Têxteis	82.034.723	68.807.328	5,9	-16,1
Cera de Carnaúba	48.263.120	63.871.447	5,5	32,3
Sucos de Frutas	33.624.602	42.399.630	3,7	26,1
Produtos Minerais	42.381.711	42.360.004	3,7	-0,1
Lagosta	43.348.126	26.109.059	2,3	-39,8
Combustíveis minerais	80.778.613	18.759.585	1,6	-76,8
Máq. e equip. elétricos	9.104.108	17.085.323	1,5	87,7
Máq. e equip. mecânicos	10.284.226	11.071.283	1,0	7,7
Extrato Vegetal (LCC)	11.146.254	8.277.046	0,7	-25,7
Mel natural	10.430.109	7.247.562	0,6	-30,5
Confecções	9.634.197	7.090.196	0,6	-26,4
Flores/Prod.Floricultura	4.613.994	4.255.072	0,4	-7,8
Móveis	1.547.417	1.826.908	0,2	18,1
Demais	144.101.615	116.127.809	10,0	-19,4
Total exportado	1.270.274.045	1.160.356.034	100,0	-8,7

Fonte: SECEX/MDIC

Nas importações, houve expansão de 23,6%, de janeiro a novembro de 2012, sobre igual período de 2011. Com poucas exceções, a pauta dos importados está ligada a equipamentos direcionados aos projetos que estão sendo implementados no Ceará, como podem ser vislumbrados na Tabela 5.

Outro fator que chama a atenção é a importação de castanha de caju, por um estado que geralmente se mantém na liderança, dentre os produtores nacionais, como foi o caso de 2011, e em 2012 perde a primeira posição, em produção, para o Rio Grande do Norte.

TABELA 5
 IMPORTAÇÕES POR ITENS E PRODUTOS SELECIONADOS
 CEARÁ - 2012/2011

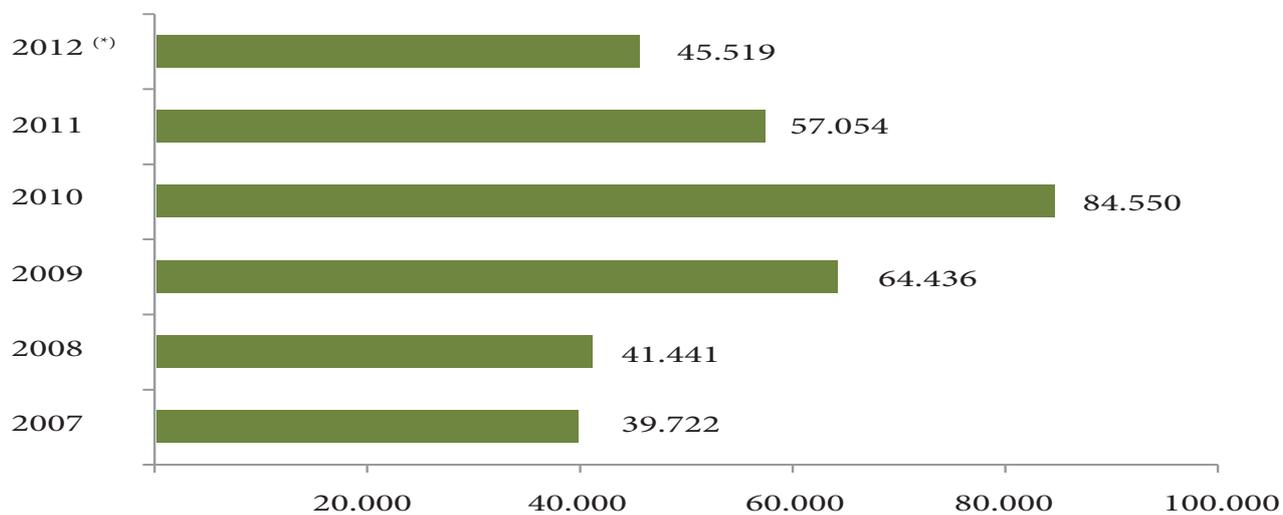
Itens/Produtos selecionados	Jan.-Nov./11	Jan.-Nov./12	Part. %	Var. % 12/11
Outras turbinas a vapor	...	331.825	12,4	...
Gás natural, liquefeito	132.933	252.362	9,5	89,8
Outros trigos	...	213.284	8,0	...
Outros grupos eletrog./energia eólica	120.521	93.297	3,5	-22,6
Lamin. Ferro/aço (1,0 mm)	27.243	68.225	2,6	150,4
Geradores de corrente alternativa	508	63.960	2,4	12501,2
Óleo de dendê, em bruto	45.289	59.498	2,2	31,4
Lamin. Ferro/aço (0,5 mm)	28.346	57.728	2,2	103,7
Partes de outros motores/geradores	702	53.425	2,0	7506,2
Fio de fibras	21.286	51.135	1,9	140,2
Castanha de caju	50.183	49.033	1,8	-2,3
Demais	1.730.670	1.373.309	51,5	-20,6
Total importado	2.157.681	2.667.080	100,0	23,6

Fonte: SECEX/MDIC

MERCADO DE TRABALHO

Os resultados positivos da economia cearense, ao longo dos últimos anos, têm proporcionado a ampliação de empregos formais, como mostram os dados contidos no Gráfico 6. Apesar do menor ritmo no crescimento econômico do Ceará, nos anos 2011 e 2012, houve expansão no número de empregos formais, com saldos de 57 mil e 45 mil, respectivamente. Lembrando que os empregos gerados em 2012 são referentes ao período de janeiro a novembro, ou seja, ainda faltam ser computados os números do mês de dezembro. Quanto ao emprego gerado em 2010, com 84 mil vagas, está relacionado ao ano em que o Ceará cresceu 8% e o Brasil, 7,5%. Ano que recebeu influência da base de comparação, 2009, quando a economia praticamente ficou estabilizada.

GRÁFICO 6
SALDO LÍQUIDO DO EMPREGO FORMAL
CEARÁ - 2007/2012 (*)



Fonte: CAGED/MTE.

(*) Dados de janeiro a novembro de 2012



RESULTADOS ESTRATÉGICOS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

O desempenho da economia cearense nos últimos anos ensejou a implementação de estratégias políticas voltadas para a continuidade do crescimento econômico, aliada à distribuição de riqueza e inclusão social. O desafio, portanto, está em superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado.

Nesse contexto a atuação do Governo na lógica da Gestão Pública por Resultados (GPR) pressupõe focar nos objetivos e resultados a serem alcançados no âmbito das políticas públicas, condicionando para tanto, toda estrutura de planejamento, orçamento e os processos decisórios. De forma bastante sucinta, pode-se dizer que esse tipo de gestão é um processo que começa pela finalidade, impactos e consequências e, por essa razão, contrasta com a gestão tradicional que se inicia definindo primeiramente os meios para o alcance dos resultados.

Fundamentando-se nas premissas de aperfeiçoar o que teve bons resultados e assegurar a continuidade das conquistas da primeira gestão, avançar na correção das políticas públicas e inovar, com poder criativo, os programas e projetos, o Governo elegeu como desafio a ampliação das oportunidades econômicas e sociais, com avanço das instituições democráticas, em sintonia com o projeto nacional de desenvolvimento econômico com justiça social. Assim, o Governo definiu sua programação pautada em três grandes eixos de política, que estruturaram a gestão voltada para resultados: Sociedade Justa e Solidária, Economia para uma Vida Melhor, e Gestão Ética, Eficiente e Participativa.

No Eixo Sociedade Justa e Solidária estão consolidados os resultados estratégicos que o Governo vem trabalhando para promover o desenvolvimento social no Estado e proporcionar melhores condições de vida, trabalho, e cidadania à população cearense. Esse eixo encontra eco, essencialmente, na execução de políticas sociais pelo Governo, com atenção especial para a ampliação da educação básica com qualidade por ser a mola propulsora de oportunidades mais igualitárias na promoção do desenvolvimento pessoal, social e econômico.

Para que novos patamares sejam atingidos no campo social e se traduzam em melhorias efetivas para a população, foram definidos, neste eixo, cinco resultados estratégicos de governo: Educação Básica Ampliada e com Qualidade; Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado; População com Acesso à Saúde Descentralizada e com Qualidade; População mais Segura e com Garantia de Direitos; e Juventude com Oportunidades de Inserção Produtiva e Social.

EIXO 1 - SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Educação básica ampliada e com qualidade						
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries iniciais do Ensino Fundamental (1)	3,8	-	4,4	-	4,9	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries finais do Ensino Fundamental (1)	3,5	-	3,9	-	4,2	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual do Ensino Médio (1)	3,1	-	3,4	-	3,4	-
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade (%)	19,2	19,1	18,6	18,8	16,5	
Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (%) (2)	57,3	50,4	51,9	47,8	49,0	50,0
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade (3)	6,2	6,4	6,5		6,7	
Educação superior e profissionalizante com ênfase nas potencialidades do Estado						
Pessoas graduadas pelo Sistema Estadual de Ensino Superior	2.837	3.196	4.176	5.312	3.970	3.521
Pessoas concluintes nos cursos Técnicos (nível médio)	225	230	186	155	129	388
Pessoas concluintes nos cursos de Extensão Tecnológica	31.787	26.700	28.816	33.492	16.845	13.476
População com acesso à saúde descentralizada e com qualidade						
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	16,1	15,7	15,5	13,1	13,6	14,6 (5)
Razão da mortalidade materna	71,7	70,9	74,6	78,4	71,7	67,8 (5)
Taxa de internação por diarreia em menores de 5 anos (por mil crianças)	16,0	13,7	13,2	14,9	11,7	6,9 (5)
Percentual de transferências de pacientes reguladas pela CRESUS (4)	44,0	50,4	50,9	51,0	56,8	66,0
População urbana beneficiada com rede de abastecimento de água (%)	91,1	90,9	92,1	93,28	93,26	93,04
População urbana beneficiada com rede de esgotamento sanitário (%)	29,9	31,0	32,2	34,92	36,09	36,00
População mais segura e com garantia de direitos						
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes.	22,16	22,52	25,77	31,59	31,27	40,72

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (0 a 17 anos de idade)	25,53	30,95	42,63	43,26	48,57	53,06
Juventude com oportunidades de inserção produtiva e social						
Taxa de ocupação jovens de 15 a 24 anos (%)	51,8	51,9	52,9	41,0	45,6	
Percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos 4 anos de estudo	91,9	92,0	92,7	83,3	94,1	
Percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham	21,3	20,0	19,5	26,8	21,5	

Nota: Os dados para o ano de 2012 são preliminares e sujeitos à retificação ou ainda não estão disponibilizados.

- (1) O Índice de Desenvolvimento Educação Básica - IDEB considera direta e conjuntamente dois fatores que interferem na qualidade da educação: rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e médias de desempenho, realizado em anos ímpares.
- (2) Percentual da população de 15 a 17 anos que está matriculada no nível médio de ensino.
- (3) Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais.
- (4) Central de Regulação do SUS do Estado do Ceará - CRESUS.
- (5) Dados parciais e sujeitos a retificação.

Em relação ao resultado Educação Básica Ampliada e com Qualidade, o foco da ação de governo está centrado na ampliação da educação com qualidade, por ser o mecanismo que propicia maior igualdade e mobilidade social, partindo-se do princípio de que o ensino de qualidade possibilita o acesso a melhores condições de emprego e renda à população. Os resultados do trabalho que vem sendo realizado mostram desempenho positivo em alguns dos principais indicadores do setor, tais como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, a Taxa de Analfabetismo de Pessoas de 15 anos e mais de idade, a Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio e a Escolaridade Média de Pessoas de 15 anos e mais de idade.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB considera, direta e conjuntamente, dois fatores que interferem na qualidade da educação: o rendimento escolar, abrangendo as taxas de aprovação, reprovação e abandono e as médias de desempenho dos alunos. Para as três fases do ensino básico, séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o IDEB apresentou crescimento no período analisado. Nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o índice passou de 3,8 em 2007 para 4,9 em 2011, nas séries finais passou de 3,5 para 4,2, enquanto no Ensino Médio o crescimento foi menor, passando de 3,1 para 3,4, nesse período. Vale ressaltar que para o Ensino Fundamental os índices são relativos à média estadual, e para o Ensino Médio, referem-se à Rede Estadual de Ensino. Nos três casos o Estado superou as metas projetadas pelo Ministério de Educação e Cultura - MEC/Inep no período analisado, tendo em 2011, índices projetados de 4,0 e 3,6 para as séries iniciais e finais do Ensino Fundamental e 3,2 para o Ensino Médio, mostrando que a política de educação está na direção correta.

A taxa de analfabetismo é um dos principais indicadores da área da educação, conceituada como o percentual das pessoas com 15 anos e mais de idade que não sabem ler ou escrever minimamente uma simples mensagem. Essa taxa no Estado vem caindo gradualmente nos últimos anos, com variação percentual de -14,0% no período 2007/2011.

A Taxa de Escolarização Líquida do Ensino Médio expressa o percentual de estudantes de 15 a 17 anos (idade certa) que se encontram matriculados nesse nível de ensino em relação à população escolarizável desta mesma faixa etária. Os dados para o período 2007/2012 mostram desempenho decrescente, passando de 57,3% em 2007 para 50,0% em 2012.

A melhoria do quadro da educação no Estado pode ser observada pela Escolaridade Média (anos de estudo) das Pessoas de 15 anos ou mais, que evoluiu de 6,2 anos de estudo em 2007 para 6,7 anos em 2011, mostrando uma variação positiva. Não obstante, essa média ainda é inferior à do Brasil, que foi de 7,3 e 7,7 em 2007 e 2011, respectivamente. Fator importante a observar diz respeito ao ritmo de crescimento no período 2007/2011, em que o Ceará mostra variação percentual igual a 8,1%, superior à brasileira, igual a 5,5%. Torna-se oportuno salientar que a alteração nesse indicador se dá a longo prazo. Dessa forma, considera-se o resultado expressivo, pois reflete o conjunto de todos os esforços governamentais e dos investimentos realizados no setor, que começam a repercutir de forma mais estrutural no quadro educacional do Estado.

Educação Superior e Profissionalizante com Ênfase nas Potencialidades do Estado é o resultado estratégico de governo trabalhado para melhorar a capacitação profissional no Estado. Nesse universo, as ações de governo vêm sendo direcionadas para a expansão da oferta de cursos profissionalizantes, a fim de apoiar segmentos produtivos compatíveis com as potencialidades regionais do Estado. No âmbito do Sistema Estadual, a oferta de educação profissional se dá, principalmente, mediante a rede de unidades do Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC, que dispõe de três Faculdades Tecnológicas - FATEC, quatro Centros Vocacionais Técnicos e uma rede de 33 Centros Vocacionais Tecnológicos. O resultado desse esforço governamental na área se expressa pelo número de pessoas beneficiadas com educação profissional, que apresentou um incremento no total de técnicos de nível médio formados, passando de 225 em 2007 para 388 em 2012, correspondendo a um expressivo incremento de 72,4 % no período.

O indicador referente a concluintes dos cursos de extensão tecnológica vem apresentando decréscimos nos últimos dois anos, com taxa de variação percentual igual a -57,6% no período 2007/2012, o qual está associado a uma série de fatores enfrentados pelo Instituto CENTEC nos últimos anos. Um deles está relacionado a mudanças no próprio *layout* organizacional, que transformou algumas unidades operacionais, Centros Vocacionais Tecnológicos, que priorizam as ações de capacitação em nível básico (extensão tecnológica), em Centros Vocacionais Técnicos, cujo foco de atuação é a formação de nível médio, como citado acima. Há que se considerar, também, o desgaste natural da rede CVT por falta de investimentos que a revitalizem, ocasionando perda da capacidade produtiva motivada por fragilidades associadas a capital humano, como as estruturas físico-laboratoriais.

No âmbito do resultado População com Acesso à Saúde Descentralizada e com Qualidade, merece destaque a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos. Mesmo em ritmo mais lento nos últimos anos, a tendência é de contínua redução do indicador, que já se encontrava em níveis razoavelmente baixos. Observa-se, entre os indicadores de saúde, a tendência crescente e preocupante da razão de mortalidade materna por 100 mil nascidos vivos. Esse indicador representa o número de óbitos de mulheres durante a gestação, ou até 42 dias após o término da gestação, independente da duração da gravidez, devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez, ou por medidas em relação a ela, porém, não devido a causas acidentais ou incidentais, em relação a 100 mil nascidos vivos. De 2007 para 2010 esse índice saltou de 71,7 para 78,4 óbitos maternos para cada grupo de 100 mil nascidos vivos. Em 2011 e 2012, dados parciais de apuração apontam para taxas aproximadamente iguais a 71,7 e 67,8, respectivamente.

As transferências de pacientes reguladas pela CRESUS, no período analisado, passaram de 44,0% em 2007 para 66,0% em 2012, indicando crescimento de 50%. Contribuiu para esse acréscimo o continuado trabalho de sensibilização de gestores municipais e diretores dos hospitais, realizado desde 2007, pela SESA, por meio das Coordenadorias Regionais de Saúde - CRES.

Dois importantes indicadores que medem o acesso da população aos serviços de saúde são: População Urbana Beneficiada com Rede de Esgotamento Sanitário, que apresenta uma tendência contínua de melhoria, uma vez que, de 2007 a 2012, o percentual de pessoas beneficiadas passou de 29,9% para 36,0%; e População Urbana Beneficiada com Rede de Abastecimento de Água, com índices de cobertura superiores a 90% no período analisado. Em 2007 a cobertura já era de 91,1%, passando a 93,0% em 2012.

No espectro da segurança pública podem-se mencionar os indicadores Taxa de Homicídios Dolosos por 100 mil habitantes e Taxa de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes por 100 mil crianças e adolescentes (0 a 17 anos de idade) para aferir o resultado estratégico População mais Segura e com Garantia de Direitos. Em 2007, a taxa de homicídios dolosos era de 22,2, elevando-se para 31,3 em 2011 e 40,72 em 2012, apresentando clara tendência de crescimento deste indicador. Pode-se contextualizar que grande quantidade dos homicídios dolosos têm características de execução, o que está diretamente vinculado ao tráfico de drogas. Desta forma, a ação intensificada pela Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS no combate ao tráfico de drogas, bem como o elevado número de presos por envolvimento neste delito, não têm sido suficientes para conter este tipo de violência no Estado. A conjugação de muitos fatores pode ser imputada como fator desencadeador da violência, entre os quais as condições econômicas e sociais adversas que atingem considerável parte da população, a perda de vínculos familiares, o avanço do tráfico de drogas e as dificuldades de acesso a serviços básicos de educação, saúde, habitação e trabalho.

A violência contra crianças e adolescentes é identificada como uma antiga prática da sociedade, que se manifesta de múltiplas formas, nos diferentes momentos históricos e sociais, de acordo com

os aspectos culturais. Esse fenômeno origina-se, principalmente, da violência estrutural, fruto da desigualdade social, como também da violência interpessoal ou intradoméstica, cometida pela família ou responsáveis, fruto da desagregação e da desestruturação dos valores humanos, manifestando-se nas diferentes camadas sociais. A prevalência das formas de violência contra crianças e adolescentes registradas são as seguintes: negligência familiar (abandono, omissão de cuidados, outro tipo), violência física (espancamento, supressão alimentar, outro tipo), violência psicológica (ameaça de morte, humilhação pública/privada, amedrontamento, outro tipo) e violência sexual, compreendendo abuso sexual e exploração sexual.

No Ceará, a Taxa de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes era em 2007 igual a 25,53, passando para 48,57 em 2011 e com previsão de que chegue a 53,06 em 2012, resultando em um crescimento de 107,8% para o período 2007/2012. A evolução crescente da taxa de violência sexual contra crianças e adolescentes indica a necessidade de intensificar as ações voltadas para a garantia do direito à educação, à saúde, à proteção de adolescentes e jovens, bem como o enfrentamento dos problemas causados pelo turismo sexual, que avançam com maior intensidade nas áreas litorâneas.

Por fim, tem-se o resultado estratégico Juventude com Oportunidades de Inserção Produtiva e Social. Como destaque, figura o percentual de jovens de 15 a 24 anos com pelo menos quatro anos de estudo, que, em 2011, foi igual a 94,1%. A taxa de ocupação de jovens de 15 a 24 anos, no período 2007 a 2009, vinha apresentando leve tendência ao crescimento, com percentuais de 51,8% e 52,9%, respectivamente. No entanto, em 2011 este percentual caiu para 45,6%, denotando uma queda de aproximadamente 12% na inserção produtiva dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, o percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam e não trabalham mantém-se superior ou igual a 20%, indicando que pelo menos um em cada cinco jovens estão na ociosidade. O Governo tem investido no ensino médio integrado à educação profissional, tendo implantado este ano mais 13 escolas, totalizando, atualmente, 92 escolas em pleno funcionamento, com oferta de 51 cursos técnicos. No entanto, o efeito deste esforço ainda não pode ser comprovado, como apontam os indicadores relativos aos jovens, aqui analisados. Não se pode dissociar a educação do crescimento econômico e social, indicando a necessidade crescente de uma ação política que leve em consideração a intersetorialidade.

O Eixo Economia Para Uma Vida Melhor exige a superação do grande desafio de conjugar estratégias de crescimento econômico com uma gestão ambiental que garanta a sustentabilidade ao processo de desenvolvimento, com melhor distribuição territorial da geração de emprego e renda e inclusão produtiva de sua população. Essa grande diretriz é retratada por cinco resultados estratégicos de governo mensurados por indicadores de produto interno, emprego, renda, infraestrutura e de proteção ambiental.

EIXO 2 - ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Crescimento econômico com competitividade						
PIB (Valor corrente a preços de mercado – R\$ milhão)	50.499	60.099	65.704	77.865	86.451 ⁽¹⁾	94.655 ⁽¹⁾
PIB per capita (R\$)	6.170	7.112	7.687	9.217	10.135 ⁽¹⁾	10.999 ⁽¹⁾
Taxa de crescimento do PIB com relação ao ano anterior (%)	3,30	8,49	0,04	7,90	4,30 ⁽¹⁾	3,50 ⁽¹⁾
Saldo de empregos formais (novos postos) ⁽²⁾	39.722	41.441	64.436	84.550	57.054	45.519 ⁽³⁾
Valor das Exportações (US\$ FOB Milhão)	1.148,36	1.274,94	1.080,20	1.269,50	1.403,30	1.160,36 ⁽³⁾
Aumento da sustentabilidade ambiental						
Percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação – UC's	22,04	22,05	22,06	22,06	22,06	22,06
População urbana da RMF com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	95,04	96,20	94,43	89,28	89,23	89,18
População urbana do Interior (CE exceto RMF) com destinação final adequada de resíduos sólidos (%)	5,89	6,12	6,41	3,89	3,68	3,75
Redução das desigualdades interregionais						
Razão PIB Interior/RMF ⁽⁴⁾	0,536	0,560	0,531	0,539		
Razão de empregos formais interior/ RMF ⁽⁴⁾	0,51	0,47	0,47	0,44	0,44	
Índice de interiorização do turismo (%)	64,8	65,3	62,3	69,6	70,1	71,0
Sociedade com renda maior e melhor distribuída						
Renda domiciliar per capita (em sal. min.)	0,77	0,85	0,82	0,89	0,85	
Percentual de pobres (<1/2 sal. min. per capita)	53,06	51,26	51,86	53,00	49,45	
Percentual de extremamente pobres (< R\$70,00 per capita) ⁽⁵⁾	14,58	9,67	11,31	16,66	10,30	
Índice de Gini da renda domiciliar per capita	0,549	0,539	0,545	0,624	0,537	
Renda domiciliar per capita da zona rural (em Sal. Min.)	0,41	0,46	0,43	0,41	0,44	
Infraestrutura estratégica ampliada						
Movimentação de cargas no Terminal do Pecém (mil ton/ano)	2.739,9	1.448,4	1.925,8	3.213,1	3.413,6	4.045,8
Capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais (milhão m3)	7.182	7.192	7.229	7.229	7.404	7.488

Nota: Os dados para o ano de 2012 são preliminares e sujeitos à retificação ou ainda não estão disponibilizados.

⁽¹⁾ Previsão sujeita a retificação.

⁽²⁾ Dados alterados por considerar-se a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo.

⁽³⁾ Dados de janeiro a novembro de 2012.

⁽⁴⁾ Foi considerado interior o total do Estado menos o valor da RMF.

⁽⁵⁾ Percentual calculado com Valores anuais de R\$ 70,00 em 2010 corrigidos pelo INPC.

Na perspectiva do alcance do Crescimento Econômico com Competitividade, o comportamento da economia cearense é analisado a partir do PIB a preços de mercado, o qual reflete o Valor Adicionado dos bens e serviços produzidos nos setores agropecuário, industrial e de serviços, incluindo-se os impostos líquidos de subsídios. A previsão para o ano de 2012 é que o Estado do Ceará alcance um PIB a preços de mercado, em termos correntes, de R\$ 94,7 bilhões e um PIB *per capita*, que representa em média a riqueza gerada no Estado por habitante, de R\$ 10.999,00. O Estado do Ceará vem mantendo a tendência de crescimento econômico superior ao nacional, com uma estimativa de crescimento do PIB de 3,5% para o ano de 2012, sustentado pelo desempenho do mercado interno, especialmente pelas atividades inerentes ao setor de serviços.

Este comportamento impacta diretamente no emprego formal, com a criação de novos postos de trabalho, verificando-se, entre 2007 e 2010, um significativo crescimento, principalmente neste último ano, quando foram criados 84.550 novos postos. Nos anos de 2011 e 2012 também se observa expansão no mercado de trabalho, embora em patamar inferior ao verificado no ano de 2010, como reflexo também das expectativas dos agentes econômicos frente à instabilidade econômica dos países da zona do euro. Deve ser destacado que, dos 45.519 novos postos de trabalho gerados de janeiro a novembro de 2012, mais da metade foi oriunda do setor de Serviços, com maior participação das atividades de Alojamento e Alimentação e de Comércio e Administração de Imóveis. Esse fato reflete a participação do setor de Serviços, que representa cerca de 70% da economia cearense, no qual merece destaque a atividade turística.

Um dos objetivos do atual governo é ampliar as oportunidades de emprego e renda vinculada à desconcentração espacial dos investimentos para interiorização do desenvolvimento e Redução das Desigualdades Interregionais. Para tanto, são realizadas, dentre outras, ações de atração de empreendimentos industriais com estímulo à implantação no interior do Estado, com oferta de incentivos fiscais mais elevados e disponibilização de infraestrutura local, além do desenvolvimento de infraestrutura estratégica, principalmente no que tange à logística de transportes.

Em consonância com este objetivo está o turismo, uma das principais atividades geradoras de renda e emprego no Estado do Ceará, que tem uma política de desenvolvimento baseada na criação de infraestrutura e interiorização, a partir de diversas ações, dentre as quais podem ser citadas: a construção de centros de eventos (em Fortaleza, Iguatu e Crato), a construção e ampliação de aeroportos (Jericoacoara e Aracati), a duplicação e requalificação de estradas, a construção do Acquário Ceará e o saneamento das praias do Porto das Dunas e do Cumbuco. Uma das consequências de tais ações é o contínuo aumento de turistas que visitam o interior do Estado, fato evidenciado pelo índice de interiorização do turismo, que corresponde ao percentual de turistas que estiveram em Fortaleza como destino e se deslocaram para o interior, o qual passou de 64,8% em 2007 para 71,0% em 2012.

Apesar da contribuição positiva do turismo para a desconcentração regional de renda e emprego, ainda não se observa tendência ascendente nos valores dos indicadores que medem o PIB e o emprego formal entre interior e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Em 2007, a razão de empregos formais interior/RMF, que representa a quantidade de emprego formal existente no interior para cada emprego na RMF, foi de 0,51 e, em 2011, de 0,44. Quanto à razão do PIB interior/RMF verifica-se, entre 2007 e 2010, um quadro de estabilidade, com os valores de 0,536 no primeiro e 0,539 no último ano. Isso indica a necessidade de continuar fortalecendo as ações de desenvolvimento no âmbito regional, com o objetivo de reduzir a concentração territorial das atividades econômicas, do emprego e da renda.

A melhoria das condições de vida da população vai além dos benefícios gerados pelo crescimento econômico, constituindo-se, também, como resultado de ações de distribuição de renda e de sustentabilidade ambiental.

No âmbito do resultado Sociedade com Renda Maior e Melhor Distribuída há o objetivo de melhor distribuir os frutos do contínuo crescimento econômico estadual, diminuindo a pobreza, alinhado ao objetivo estratégico nacional. Considerando a percentagem de pobres do Ceará que, metodologicamente, corresponde a quem ganha abaixo de meio salário mínimo *per capita*, observa-se uma tendência de redução no período 2007/2009, bem como do percentual de extremamente pobres, correspondente a quem tem renda inferior a R\$ 70,00 *per capita*, que passou de 14,58% em 2007 para 10,30% em 2011. Nesse mesmo período, 2007/2011, a renda domiciliar *per capita*, indicador que afere a renda média das pessoas, alcançou um crescimento de 10,4%, passando de 0,77 para 0,85 salários mínimos. Deve-se destacar que, mesmo apresentando uma tendência de crescimento no período 2007/2011, a renda domiciliar *per capita* na zona rural (em salário mínimo) corresponde a cerca de metade dos valores da renda domiciliar *per capita* como um todo, indicando que ganhos reais foram obtidos com as políticas estaduais de interiorização do desenvolvimento, mas ainda há muito a ser feito para minimizar a pobreza no meio rural. Tomando-se como base o Índice de Gini da renda domiciliar *per capita*, observa-se, nos últimos dez anos, uma contínua redução da desigualdade de renda no Estado do Ceará. Apesar das oscilações verificadas no período 2007/2011, o Índice de Gini cearense decresceu, inclusive aproximando-se do nacional. Esse indicador retrata o nível de concentração da renda, com valores que podem variar no intervalo de 0 (máxima igualdade) a 1 (máxima desigualdade). De modo geral, os valores dos indicadores do resultado em foco mostram grandes desafios a serem transpostos em termos de equidade da distribuição de renda, mas sua evolução já aponta conquistas significativas como consequência das políticas públicas adotadas pelos governos federal e estadual, evidenciando-se, assim, sua efetividade no combate à pobreza e desigualdade de renda.

A evolução dos indicadores do resultado estratégico Aumento da Sustentabilidade Ambiental demonstra que ainda é um desafio compatibilizar crescimento econômico com proteção ambiental para melhoria das condições de vida da população.

O percentual de áreas protegidas em Unidades de Conservação - UCs, que compreende áreas protegidas criadas pelo poder público federal (IBAMA), estadual (SEMACE) e municipal, manteve-se praticamente estável, de 2007 a 2012, em face da enorme área do Estado do Ceará (146.348,30 km²), sobre a qual se calcula o referido indicador. Tais unidades de conservação compõem as três maiores UCs federais, ou seja, APA da Serra da Ibiapaba (Ceará e Piauí), APA do Delta do Parnaíba (Ceará, Piauí e Maranhão) e APA da Chapada do Araripe (Ceará, Piauí e Pernambuco). Com o objetivo de ampliar a área total protegida no Estado, duas medidas preparatórias de grande importância foram tomadas pelo Governo em 2011: a aprovação da lei que regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC e a assunção pelo CONPAM do gerenciamento das 23 unidades de conservação estaduais existentes (13 APAS, cinco Parques Estaduais, dois Monumentos Naturais, uma Estação Ecológica, uma Área de Relevante Interesse Ecológico e um Corredor Ecológico). A partir do entendimento das unidades de conservação estaduais como equipamentos públicos, estas passaram, em 2012, a dispor de orçamento e equipe próprios para o desenvolvimento das ações de gestão e manutenção das áreas.

Outro foco da proteção ambiental no Estado do Ceará é a destinação final adequada de resíduos sólidos. Analisando-se o indicador referente à cobertura da população urbana com destinação final adequada de resíduos sólidos, observa-se uma grande disparidade entre a RMF e o Interior do Estado. Em 2012, cerca de 89,2% da população urbana da RMF era atendida com destinação final de resíduos sólidos em condições adequadas, enquanto a população urbana do interior do Ceará encontrava-se numa situação bem mais desfavorável, ou seja, apenas 3,8% eram beneficiadas com a cobertura desse serviço público.

A Ampliação da Infraestrutura Estratégica é um dos resultados pretendidos pelo Governo, como uma das condições necessárias para a promoção da sustentabilidade do crescimento econômico estadual. Para o alcance do referido resultado foram definidas como prioritárias a melhoria da logística de transportes e o aumento da capacidade de acumulação hídrica. Em 2012, a movimentação de cargas no Terminal Portuário do Pecém deverá ser de 4.045,8 mil toneladas, resultando num crescimento de 47,71%, quando comparada a 2007, e de 19% em relação ao ano de 2011. Isso é decorrente, em parte, da construção do Terminal de Múltiplas Utilidades - TMUT e da instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de graneis sólidos, que impactou no aumento da capacidade operacional do Porto. Quanto à capacidade de acumulação hídrica dos açudes estaduais, evidencia-se um contínuo aumento ao longo dos anos, atingindo, em 2012, 7,488 bilhões de m³, resultando numa variação positiva de 4,26% em relação a 2007.

O Governo Estadual, atualizado com o novo ciclo de desenvolvimento brasileiro, de um país moderno, igualitário, diverso e soberano, propôs, para o período 2012-2015, políticas setoriais e temáticas sintonizadas com as estratégias federais de promoção da intersetorialidade, redução das desigualdades sociais e regionais, o que exigiu, sob a ótica da gestão, a adoção de instrumentos e práticas modernas visando democratizar a formulação e acompanhamento das políticas públicas, conferir transparência às informações e realizar, com competência, o serviço prestado à população.

Consoante com esse propósito, definiu como resultados que orientam suas ações: participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas; gestão pública qualificada e ágil; aumento da capacidade de investimento do Estado e eficiência nos gastos públicos.

EIXO 3 - GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Participação cidadã na formulação e controle das políticas públicas						
Percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Tesouro)	77,33	76,26	70,43	83,44	84,53	87,31
Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%)	-	-	-	-	94,96	96,78
Gestão pública qualificada e ágil						
Pessoas beneficiadas com atendimentos em cidadania ⁽¹⁾	465.665	483.274	538.474	358.554	370.017	377.297
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências policiais na RMF (min)	17,57	16,57	13,32	14,41	14,49	14,16
Aumento da capacidade de investimento do Estado						
Investimento / Receita corrente líquida (%)	8,9	13,4	23,3	32,4	23,6	17,6
Resultado primário (R\$ milhões) ⁽²⁾	930,02	965,95	706,00	1.038,00	1.881,43	1.173,90 ⁽³⁾
Nível de endividamento (dívida corrente líquida/receita corrente líquida) (proporção) ⁽⁴⁾	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24
Eficiência nos gastos públicos						
Outras despesas correntes/receita corrente líquida (%)	34,9	33,6	36,8	39,0	36,6	33,1
Gastos correntes finalísticos / Despesa Total (%)	29,7	20,9	18,9	19,5	19,3	18,0

Nota: Os dados para o ano de 2012 são preliminares e sujeitos à retificação.

⁽¹⁾ Atendimentos nas Casas do Cidadão, nos Caminhões da Cidadania, nas Casas de Mediação e nos Conselhos e Programas vinculados à Secretaria de Justiça e Cidadania.

⁽²⁾ Os valores do resultado primário foram atualizados segundo conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF de 04/05/2000.

⁽³⁾ Dados parciais de janeiro a outubro de 2012.

⁽⁴⁾ Indica quanto da RCL é necessário para quitar o montante das dívidas de curto e longo prazo, deduzidas as disponibilidades de caixa.

Para fortalecer a governança democrática e transparente, o Governo se propôs assegurar a publicização das suas informações e o aperfeiçoamento dos processos de relacionamento com os meios de comunicação, de diálogo com representações da sociedade, e de relações com os poderes constituídos. Para cumprir esse compromisso definiu como resultado estratégico da presente gestão, a Participação

Cidadã na Formulação e Controle das Políticas Públicas. A negociação para uma melhor sintonia entre o projeto de Governo e o que a sociedade elegeu como prioridade, por meio da elaboração do PPA, de forma participativa em oficinas nas regiões estaduais, contribuiu para a posição ascendente do indicador referente ao percentual de execução orçamentária das ações regionais planejadas (Fonte Tesouro). O total de recursos autorizado por lei para aplicação nas oito regiões de planejamento do Estado vem sendo executado num patamar que passou de 77,33% em 2007 para um nível de 87,31% em 2012, evidenciando o compromisso da presente gestão com o cumprimento das metas regionalizadas.

O canal de acesso ao Governo representado pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado tem seu desempenho avaliado pelo indicador Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo (%). Embora esse indicador, só a partir de 2011, venha sendo aferido, já revela o resultado satisfatório do Governo nas respostas à população, com cerca de 95% das manifestações respondidas no prazo, por meio de uma comunicação com qualidade, voltada para esclarecer o cidadão. Em 2012, o indicador registrou avanço, aproximando-se da totalidade das respostas às manifestações, por meio do SOU (Sistema de Ouvidoria), chegando a, aproximadamente, 97%.

Para avaliar o resultado voltado à realização de uma Gestão Pública Qualificada e Ágil, o Governo elegeu indicadores que representam anseios da população: a garantia da segurança e defesa da população e a melhoria do atendimento ao cearense na garantia dos direitos de cidadania. As ações de enfrentamento à criminalidade e à violência, objetivando a melhoria do sentimento de segurança da população, resultaram na redução do intervalo de tempo levado no atendimento das chamadas, desde o recebimento pelo Centro Integrado de Operações Policiais (CIOPS) até a chegada da polícia no local da ocorrência. Ao longo do período 2007/2012, o indicador Tempo Médio de Resposta no Atendimento de Ocorrências Policiais na RMF decresceu de 17,57 para 14,16 minutos.

O número de pessoas beneficiadas com Atendimento em Cidadania, indicador sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania - SEJUS, se realiza por meio de seis Caminhões da Cidadania, Casa do Cidadão - Benfica, Casa do Cidadão - Diogo, Conselho Penitenciário do Estado do Ceará, Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, Conselho Cearense de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, Centro de Referência e Apoio à Vitima de Violência, Comissão Especial de Anistia, Programa de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas e Escritório de Combate ao Tráfico de Seres Humanos. Em 2012, o número de pessoas atendidas foi superior em 2% ao registrado em 2011, mostrando uma recuperação desse indicador, que ficou comprometido a partir de 2010. devido a mudanças no processo e sistema de emissão de documentos de identidade ocasionando demora na entrega.

No período 2007/2012, o aumento da capacidade de investimentos do Estado se confirmou em virtude de uma política fiscal responsável. A tendência de crescimento da arrecadação própria (a despeito de alterações nos cenários macroeconômicos nacional e internacional e da política de desoneração da tributação de diversos produtos selecionados), a articulação com o Governo Federal para assegurar

os recursos de convênio, além do aprofundamento das relações com as instituições multilaterais, permitiu alavancar investimentos em áreas estratégicas do desenvolvimento estadual.

Dessa forma, a relação Investimento/Receita Corrente Líquida (%) mostra um desempenho bastante positivo, com uma tendência de crescimento expressivo, a partir da recuperação dos recursos de investimentos em 2008 (13,4%), estendendo-se até 2011 (23,6%). A posição alcançada em 2012 foi apurada com base em dados ainda preliminares e encontra-se em 17,6%. A redução na aplicação dos recursos em novos investimentos deveu-se a uma iniciativa prudencial do Governo estadual no sentido de controlar a evolução das despesas finalísticas com a manutenção e funcionamento dos novos equipamentos.

O esforço crescente do projeto político implementado a partir de 2007 para o alcance do resultado em foco, se confirma com a evolução do indicador de Resultado Primário (R\$), correspondente à diferença entre a receita líquida não financeira (Receita Total deduzidos juros, operações de crédito e transferências constitucionais e legais a municípios) e as despesas não financeiras (Despesa Total menos despesas com juros, encargos e amortização da dívida). Sem comprometer o equilíbrio fiscal, o Resultado Primário, segundo dados ainda parciais (janeiro a outubro) de 2012, atingiu cerca de R\$ 1,174 bilhão, superando a meta prevista para o ano.

O Nível de Endividamento, indicador igualmente importante na aferição da capacidade de investimento do Estado, expressa a proporção da Dívida Consolidada Líquida - DCL em relação à Receita Corrente Líquida - RCL, indicando assim, quanto da RCL é necessário para quitar ou está comprometido com o montante das dívidas de curto e longo prazo (deduzidas as disponibilidades de caixa), cujo limite, pode chegar a duas vezes a RCL, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal. Para 2012, o Nível de Endividamento correspondeu a 0,24, como proporção da Receita Corrente Líquida. Essa posição do indicador evidencia, assim, a larga margem que o Estado ainda dispõe para a contratação de financiamentos visando à realização dos investimentos estratégicos. Cabe explicitar que a Receita Corrente Líquida é expressa pelo somatório das receitas tributárias, das provenientes de contribuições, das patrimoniais, das originárias de atividades agropecuárias, industrial e de serviços e das transferências correntes e outras receitas deduzidas as transferências constitucionais e legais aos municípios, as contribuições previdenciárias e as receitas para formação do FUNDEB.

Com o objetivo de assegurar os recursos necessários para o alcance das metas planejadas, o Governo tem promovido uma gestão fiscal e orçamentária orientada para a eficiência nos Gastos Públicos. São condições para atingir esse resultado, sob o ponto de vista do aumento da receita tributária, a modernização do sistema de arrecadação, e, pelo ângulo da despesa, a racionalização e o controle da qualidade dos gastos, tanto na área do custeio administrativo da máquina pública, quanto das despesas finalísticas. Nesse aspecto, o Governo monitora os indicadores estratégicos relativos às despesas correntes da administração estadual, com enfoque nas Outras Despesas Correntes. Esse grupo de natureza da despesa é formado pelos gastos finalísticos correntes, continuados e não continuados, e gastos correntes administrativos (manutenção e

funcionamento dos órgãos e entidades). O acompanhamento e controle do indicador Outras Despesas Correntes/Receita Corrente Líquida tem como objetivo, em especial, a sua racionalização, visando manter a capacidade de investimento do Estado.

Na série em estudo, o nível do indicador Outras Despesas Correntes/Receita Corrente Líquida situou-se em torno de 36%. Cabe ressaltar que, apesar da oscilação registrada, em termos proporcionais, a tendência dessas despesas, em valores absolutos, tem se mostrado crescente. Dados ainda preliminares evidenciam, para 2012, uma representação de 33,1% das Outras Despesas Correntes no total da Receita Corrente Líquida.

Os gastos correntes finalísticos se referem às despesas orçamentárias com os bens e serviços que atendem diretamente à população estadual, como o funcionamento das escolas, das universidades, dos equipamentos das áreas de saúde, segurança e justiça, para citar os mais expressivos. O indicador Gastos Correntes Finalísticos/Despesa Total (%) apresentou uma média de participação de 19%, entre 2008 e 2012. Embora dado preliminar desse indicador referente a 2012, 18%, evidencie uma redução proporcional dos gastos finalísticos em função do comportamento de outros componentes da despesa total, os recursos orçamentários destinados ao custeio finalístico se mostram crescentes, no mesmo período, refletindo a entrada em funcionamento dos novos equipamentos na área da saúde, educação, turismo, e, portanto, mais e melhor prestação de serviços à população.





EIXOS DO
GOVERNO
E ÁREAS
TEMÁTICAS

No ano de 2012 as ações governamentais foram definidas a partir do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, que orientou um conjunto de políticas e estratégias alicerçadas em três eixos de governo: “Sociedade Justa e Solidária”, “Economia para uma Vida Melhor” e “Governo Participativo, Ético e Competente”. Para cada eixo o PPA definiu “Áreas Temáticas” que correspondem às áreas de atuação das secretarias e dos temas aglutinadores de seus Programas, estando esses classificados em Temáticos Setoriais, Multissetoriais, Serviços ao Estado¹ e de Gestão e Manutenção.

No presente documento serão apresentadas as ações realizadas que se traduzem em entrega de bens e serviços ofertados pelo governo à sociedade cearense considerando os três Eixos de Governo e Áreas Temáticas, com os respectivos Programas Temáticos Setoriais bem como, pelos Programas Multissetoriais, sob a coordenação do Gabinete do Governador, cujas ações são de responsabilidade de diversas secretarias, além das realizações de programas de Serviço ao Estado. Para execução destas ações, a execução orçamentária representou cerca de 71,4% do total da execução orçamentária do Estado, em 2012, que foi da ordem de R\$ 15,63 bilhões.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2012 – DESPESA EMPENHADA

Discriminação	R\$ (mil)	Participação
Total Geral	15.630.145,20	100,00%
Sociedade Justa e Solidária	6.557.003,22	41,95%
Economia Para Uma Vida Melhor	2.206.693,41	14,12%
Governo Participativo, Ético e Competente	2.388.514,37	15,28%
Outros Poderes ⁽¹⁾	1.438.582,31	9,20%
Demais Despesas ⁽²⁾	3.039.351,89	19,45%

Fonte: SEPLAG/SIOF

(1) Assembleia Legislativa (AL), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Tribunal de Justiça (TJ) e Procuradoria Geral de Justiça (PGJ).

(2) Encargos Gerais do Estado (EGE) e Reserva de Contingência (RC)

¹ Programas de Serviço ao Estado: são Programas de natureza finalística, pertencentes exclusivamente aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, aos Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, bem como a alguns órgãos de apoio à gestão do Poder Executivo.





SOCIEDADE JUSTA
E SOLIDÁRIA

Sociedade Justa e Solidária é o eixo de governo que objetiva a promoção e sustentabilidade de uma sociedade a ser alcançada através do desenvolvimento de um conjunto de políticas públicas voltadas para promoção da cidadania dos cearenses. A estruturação desse eixo se efetiva pela participação das seguintes Áreas Temáticas: Educação Básica; Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional; Saúde; Desenvolvimento Social e Trabalho; Cultura; Esporte e Lazer; Segurança Pública; Justiça e Cidadania; e Acesso à Justiça.

Sob a ótica das Áreas Temáticas, este eixo tem suas ações implementadas por nove Secretárias de Estado, através de um conjunto de 27 Programas Temáticos Setoriais, Programas de Gestão e Manutenção para cada Secretaria e respectivas Vinculadas, além de dois Programas de Serviços ao Estado executados pelo Conselho Estadual de Educação. A definição desses Programas foi determinante para o desempenho das políticas públicas sob a responsabilidade das secretarias de governo. No cômputo geral, em 2012 foram alocados para este eixo recursos da ordem de R\$ 2.935.413.744,80.

Área Temática	Secretaria	Programa Temático
Educação Básica	Secretaria da Educação - SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional
		072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa
		073 - Organização e Gestão da Educação Básica
	Conselho Estadual de Educação - CEE	056 - Valorização do Servidor *
		060 - Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica*
Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	068 - Educação Superior
		069 - Educação Profissional
		070 - Ciência, Tecnologia e Inovação
		079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará
		030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS.
Saúde	Secretaria da Saúde - SESA	037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade
		065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde
		049 - Trabalho, Emprego e Renda
Desenvolvimento Social e Trabalho	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	050 - Assistência Social
		051 - Segurança Alimentar e Nutricional
		052 - Atenção ao Segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais
		006 - Memória Cultural
		007 - Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará
Cultura	Secretaria da Cultura - SECULT	008 - Incentivo à Leitura e ao Conhecimento
		071 - Esporte - Educação, Participação e Lazer
		092 - Ceará no Esporte de Rendimento
Esporte e Lazer	Secretaria do Esporte - SESPORTE	093 - Infraestrutura Esportiva e de Lazer
		012 - Segurança Pública Comunitária
		015 - Segurança Pública Integrada
Segurança Pública	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS	016 - Gestão de Riscos e Desastres
		066 - Programa de Gestão e Assistência Penitenciária
		076 - Proteção e Cidadania
		077 - Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária
Justiça e Cidadania	Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS	
Acesso à Justiça	Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE	088 - Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça

* Programa de Serviço ao Estado



EDUCAÇÃO BÁSICA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Os programas e projetos voltados para a implementação da política na área educacional ocupam lugar de destaque na agenda governamental, considerando-se que os processos educativos, tanto na modalidade formal como na informal, são essenciais e precisam acompanhar os avanços e transformações econômicas, tecnológicas e sociais, sintonizados à diversidade de situações geográficas e socioeconômicas da população, no sentido de propiciar a todos os indivíduos o exercício da cidadania, o desenvolvimento individual e social e sua inserção no mundo do trabalho.

A educação básica enfrenta, portanto, um duplo desafio: de um lado, assegurar a escolaridade de qualidade para todos; de outro, dar consistência às práticas pedagógicas, buscando interlocução com a dinâmica das transformações, ampliação dos diversos campos do conhecimento e reconfiguração dos saberes.

Nessa perspectiva, o Governo do Estado do Ceará vem implementando a política pública referente à área temática Educação Básica, por meio da Secretaria da Educação – SEDUC, com a parceria do Conselho Estadual de Educação – CEE, realizando ações especialmente voltadas para a expansão e qualificação do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, priorizando a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, com foco na expansão da rede física e oferta de cursos técnicos nas mais diversas áreas.

Outro foco da ação governamental tem sido o fortalecimento do regime de colaboração com os municípios por meio do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, voltado para a aprendizagem da leitura e da escrita pelos alunos do 2º ano do ensino fundamental, que, a partir de 2011, foi expandido para os alunos até o 5º ano do ensino fundamental, recebendo, inicialmente, a denominação de PAIC+ e, atualmente, de Programa Aprendizagem na Idade Certa. Cabe ressaltar o sucesso do PAIC em nível nacional, constituindo-se modelo adotado pelo governo federal, que, em 2012, lançou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

Dessa forma, os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual para o quadriênio 2012-2015, refletem a proposição do governo em dar continuidade às ações direcionadas para as duas vertentes acima referidas: assegurar que todas as crianças do 2º ano do ensino fundamental sejam alfabetizadas e elevar a proficiência em português e matemática de todos os alunos do 5º ano do ensino fundamental, além de empreender esforço permanente na busca da universalização do ensino médio com qualidade e articulado à educação profissional.

No âmbito do ensino médio integrado à educação profissional foram implantadas mais 13 escolas, totalizando 92 escolas em pleno funcionamento, que ofertam 51 cursos técnicos, beneficiando 28.987 alunos em todas as regiões do Estado, que terão a oportunidade de se inserir no processo produtivo local. Vale destacar que essa iniciativa do Estado contribui para a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população, ampliando conhecimentos e construindo novos horizontes de oportunidades. Segue abaixo a progressão da matrícula da educação profissional de 2006 a 2012.

MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL POR TIPO DE ESCOLA - REDE ESTADUAL
2006-2012

Tipo de Escola	Matrícula						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	-	200	6.410	11.415	17.606	23.952	28.987
Curso Normal Magistério	8.501	4.756	2.536	4.333	3.335	2.042	2.042
TOTAL	8.501	4.956	8.946	15.748	20.941	25.994	31.029

Fonte: SEDUC

O monitoramento e o acompanhamento dessas políticas ocorrem por meio de processos de avaliações externas viabilizadas pelo Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE, que, anualmente, realiza a avaliação censitária em todas as séries do ensino médio, avaliação do 5º e 9º anos do ensino fundamental e avaliação específica do 2º ano – SPAECE - Alfa, de forma a dimensionar a efetividade e a equidade na focalização e aplicação dos recursos. Ressalte-se que os resultados são compartilhados com as escolas e as coordenadorias regionais da SEDUC, com o intuito de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas.



A atuação da SEDUC abrange ainda outras modalidades de ensino, tais como: Educação do Campo, com a organização do tempo escolar por semestre e em tempo integral, inserindo os alunos em atividades produtivas, viabilizadas pelos campos experimentais, inclusão de novos componentes na parte diversificada do currículo e ampliação da carga horária da Base Nacional Comum, direcionada à identificação e proximidade da escola à comunidade; Educação Especial para atendimento aos alunos com deficiências visuais, auditivas, mentais e físicas, capacitando e apoiando os profissionais dessa área; Educação de Jovens e Adultos, que atende a alunos de faixas etárias diferenciadas e que não tiveram acesso à escola em idade própria, com metodologia de ensino diversificada; além de educação em unidades prisionais, formação dos professores, oferta de livros e materiais didáticos, e acompanhamento, no sentido de proporcionar maior qualificação da escolaridade ofertada.

Compreendendo a importância da educação para o desenvolvimento individual e social dos cidadãos, a gestão governamental, nos últimos anos, estabeleceu como meta para o setor da Educação, o alcance de resultados que podem ser evidenciados pelos seguintes indicadores:

EDUCAÇÃO BÁSICA
EVOLUÇÃO DE INDICADORES – 2007- 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nota média de alfabetização dos alunos da rede pública do 2º ano do Ensino Fundamental – SPAECE- ALFA	4,2	5,5	6,6	7,9	8,0	8,1 ¹
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries iniciais do Ensino Fundamental ²	3,8	-	4,4	-	4,9	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Estado do Ceará nas séries finais do Ensino Fundamental ²	3,5	-	3,9	-	4,2	-
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual no 3º ano do Ensino Médio ²	3,1	-	3,4	-	3,4	-
Taxa de escolarização líquida do Ensino Médio (%)	57,3	50,4	51,9	47,8	49,0	50,0 ¹
Alunos matriculados na Educação Profissional em nível médio da rede estadual	4.956	8.946	15.748	20.941	24.938	31.050 ¹
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais (%)	19,12	19,06	18,56	18,80	16,47	...

Fontes: SEDUC/Site: www.inep.gov.br

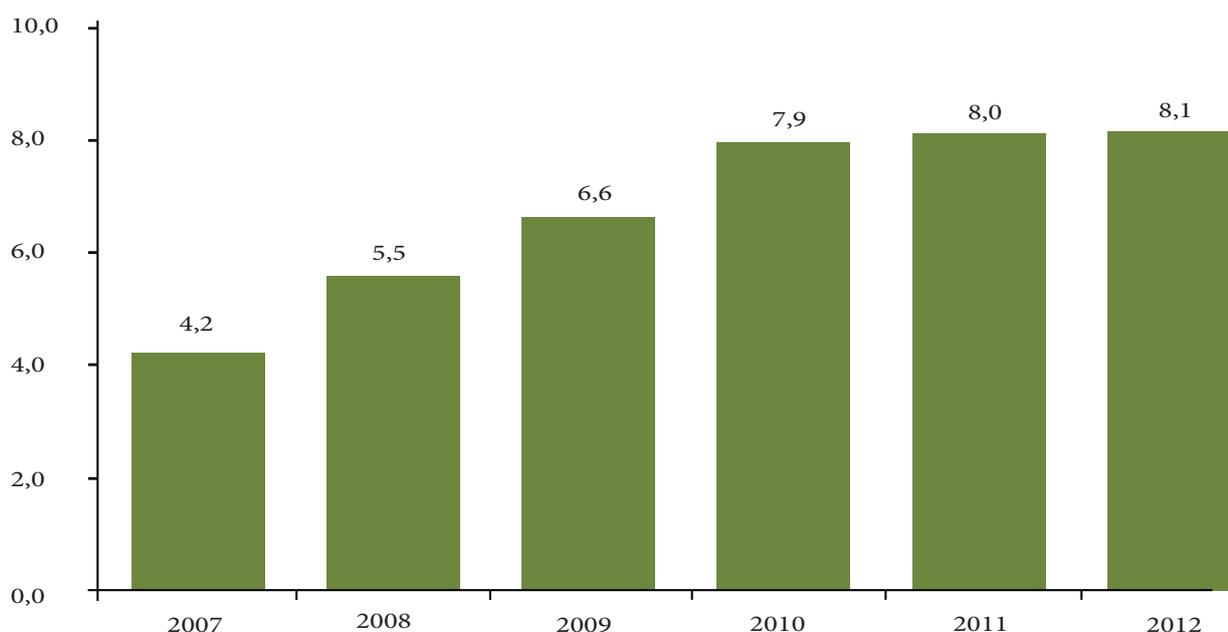
¹ Dado estimado.

² O IDEB é realizado em anos ímpares.

Os resultados do SPAECE-Alfa evidenciam expressivo crescimento, o que permite a inferência de que o PAIC tem refletido de modo positivo na base do ensino, influenciando na continuidade da vida escolar do aluno. Esses dados fornecem subsídios para políticas de incentivo e redistribuição dos recursos financeiros entre os municípios e as escolas e, ao mesmo tempo, fornece elementos para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um cenário potencializador da elevação da Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Ceará. Em 2012, no 2º ano do ensino fundamental, a avaliação foi aplicada a 107.843 alunos, enquanto em 2011 alcançou 112.694 alunos.

O gráfico a seguir demonstra a evolução da proficiência em leitura dos alunos do 2º ano das redes públicas de ensino estadual e municipal, considerando o período de 2007 – 2012. Estima-se que a nota média para o ano de 2012 supere a do ano anterior e não seja menor do que 8,1.

NOTA MÉDIA DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL - SPAECE - ALFA - 2007-2012



Fontes: UFJF - CAED (Centro de Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora) e SEDUC

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo INEP em 2007, cabe destacar que este representa uma iniciativa pioneira de reunir num só índice dois indicadores igualmente importantes para a qualidade da educação: dados da aprovação dos alunos, obtidos no Censo Escolar (fluxo escolar) e médias de desempenho nas avaliações da Prova Brasil realizadas pelo MEC/INEP. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do INEP, a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas de todas as unidades da federação.

Vale ressaltar, entretanto, que este índice é avaliado de dois em dois anos, sendo realizado nos anos ímpares. Embora não tenha ocorrido avaliação em 2012, constata-se pelo quadro dos indicadores que as metas

propostas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP para o Ceará foram superadas nas últimas avaliações. Nos anos iniciais do ensino fundamental, o índice passou de 3,8 em 2007 para 4,9 em 2011, o que representa um incremento de 28,95%, e, nos anos finais desse nível de ensino, o índice evoluiu de 3,5 em 2007 para 4,2 em 2011, tendo, portanto, superado a meta para 2011 (3,6) em 16,67%. O INEP projetou para 2017, na 1ª fase do ensino fundamental, o índice de 4,8, que já fora superado em 2011 (4,9), e, para 2015, na 2ª fase desse nível de ensino, estimou o índice de 4,3, que, praticamente, também já fora alcançado em 2011 (4,2), o que reflete o efeito positivo das ações governamentais desenvolvidas para melhoria da qualidade da educação.

O indicador referente ao IDEB do 3º ano do ensino médio teve evolução mais modesta no período de 2007 a 2011, embora tenha ultrapassado a estimativa do INEP para 2011 de 3,2, haja vista que alcançou 3,4, o que corresponde, praticamente, à meta projetada para 2013 (3,5). A taxa de escolarização líquida neste nível de ensino vem oscilando anualmente, embora tenha havido um discreto crescimento em 2011, comparando-se com o dado de 2010. Verifica-se a inexistência de um estudo aprofundado sobre o tema para detectar as causas desse fenômeno. As hipóteses mais prováveis se concentram na alta reprovação, abandono, inserção na educação de jovens e adultos e outras causas sociais, a exemplo de gravidez na adolescência. Por outro lado, a matrícula do ensino médio, de um modo geral, tende à estabilidade e/ou queda, em razão da diminuição da população de 15 a 19 anos, envelhecimento da população, queda da natalidade nas famílias (IBGE – 2010)².

No que diz respeito à taxa de analfabetismo de 15 anos e mais, esta vem gradativamente diminuindo em razão da onda etária, onde os mais jovens que passam a incorporar esta faixa de idade já estão alfabetizados, aliado ao resultado dos investimentos da União por meio do Programa Brasil Alfabetizado, executado pela celebração de convênios diretamente com os municípios. Foram atendidos, no ano em curso, 3.789 jovens, adultos e idosos no Estado do Ceará.

Quanto à atuação do Conselho Estadual de Educação do Ceará – CEE em 2012, cabe destacar que este vem colaborando com a SEDUC e mantendo permanente diálogo com diversos atores e instituições que atuam na implementação das políticas educacionais, articulando parcerias como estratégias para nortear sua atuação, o que exige, por sua vez, uma base organizacional com dados atualizados para uma intervenção mais qualificada.

A ação inicial de organizar a base de dados das redes de ensino básico foi deflagrada em 2007, com a implementação gradativa do Sistema de Informação e Simplificação de Processos – SISP, ação essa primordial e urgente no processo de regularização das unidades escolares. Vale ressaltar ainda que o CEE, considerando que a qualidade do ensino depende também da formação e qualificação dos executivos escolares, criou a Coordenadoria de Formação de Executivos Escolares da Educação Básica para capacitação de diretores escolares, com ampliação da oferta para mais 94 municípios em 2012, capacitando, atualmente, 2.728 diretores da rede municipal, com carga horária de 560h/a.

² Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2001/2011.

Para viabilizar as intervenções necessárias de promover a melhoria da qualidade da educação básica ofertada à população na rede pública de ensino, a SEDUC apresenta os seguintes programas: 014 - Ensino Médio articulado à Educação Profissional; 072 - Aprendizagem das Crianças na Idade Certa; e 073 - Organização e Gestão da Educação Básica. O CEE, por sua vez, desenvolve os programas 056 - Valorização do Servidor, e 060 - Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Educação Básica foram executados, em 2012, na Secretaria da Educação, recursos orçamentários da ordem de R\$ 778.868.224,66 e no Conselho de Educação do Ceará o valor de R\$ 1.072.394,43 para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais e Multissetoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 014 - ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:

O programa objetiva o fortalecimento da aprendizagem dos alunos e sua capacitação profissional e tecnológica para ingresso no mercado de trabalho, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento do Estado, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Ampliar em 5.035 a oferta de matrícula nas Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP.	5.035
Garantir a 32.739 alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional formação técnica, pedagógica e qualificação profissional articulada aos setores produtivos.	32.739

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Construção de 13 Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEPs (Existem 92 em funcionamento). Até 2011, havia 79 escolas e, em 2012, foram construídas e inauguradas mais 13 escolas profissionais nos municípios de Aquiraz, Trairi, Paracuru, Granja, Sobral, Santana do Acaraú, Ipueiras, Nova Russas, Parambu, Icó, Lavras da Mangabeira, Milagres e Aurora;
- Criação de 07 novos cursos técnicos, conforme segue: Fabricação Mecânica, Automação Industrial, Portos, Saúde Bucal, Produção de Áudio e Vídeo, Tradução e Interpretação de Libras e Instrução de Libras, totalizando 51 cursos em 2012;
- Implantação de laboratórios para as EEEPs (35 de física, 35 de química, 52 de biologia, 111 de matemática, 20 de desenho técnico e 50 itens complementares para o laboratório de enfermagem e dois laboratórios de estética);

- Aquisição de equipamentos para as 13 novas EEEPs, no valor de R\$ 4.377.251,77 (quatro milhões, trezentos e setenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos), beneficiando 2.565 alunos;
- Aquisição de acervos para 29 EEEPs;
- Aquisição, impressão e encadernação de material pedagógico (apostilas) para 85 escolas;
- Concessão de bolsa-estágio e de auxílio transporte a 6.188 estudantes de 18 escolas profissionais;
- Seleção, contratação e capacitação de 302 professores para ministrar aulas nas disciplinas da base técnica dos 51 cursos existentes nas escolas de Educação Profissional.

PROGRAMA 072 - APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA

O programa objetiva fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Municípios, desenvolvendo políticas de alfabetização e elevação do nível de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental, apoiando os municípios no processo de universalização do acesso à pré-escola e fortalecimento das atividades pedagógicas voltadas para Educação Infantil, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Alfabetizar a cada ano, no nível desejado, 237.082 alunos, até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, em todos os municípios do Estado.	237.082
Ampliar as ações do Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC para os 427.533 alunos do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental nas escolas públicas.	427.533
Implantar 18 Centros de Educação Infantil – CEIs, apoiando os municípios na ampliação do atendimento das crianças de 0 a 5 anos.	23 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Obras iniciadas

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Premiação de 150 escolas com melhor Índice de Desempenho Escolar em Alfabetização (IDE- Alfa) e de 90 escolas com melhores IDE-5 (premiação referente ao 5º ano do ensino fundamental); apoio financeiro a 150 escolas com mais baixos IDE- Alfa e de 90 escolas com menores IDE-5, abrangendo 480 escolas;
- Aquisição e distribuição de material de ensino e aprendizagem destinados ao processo de alfabetização no âmbito do PAIC - 2º ano do ensino fundamental, beneficiando 138.137 alunos e 9.209 professores;
- Impressão e distribuição de material de alfabetização para alunos e professores do 1º ano do ensino fundamental, atendendo a 107.957 alunos e 7.197 professores;
- Encontros para formação de gestores, coordenadores e professores envolvidos nos Programas PAIC e PAIC+5, atendendo a 7.042 professores e 751 gestores e coordenadores;
- Realização de Concurso Literário, objetivando a seleção de textos para compor o acervo de literatura infantil “PAIC Prosa e Poesia”, e impressão e distribuição desse acervo, beneficiando 30.000 turmas de Educação Infantil e 1º e 2º anos do ensino fundamental;

- Elaboração e distribuição da Agenda 2012 do PAIC para professores da educação infantil e do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, e da Revista PENSE para professores do ensino fundamental, beneficiando 40.000 professores;
- Realização de oficina para elaboração de itens de matemática e português e da proposta curricular de matemática do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com a participação de 281 professores e técnicos;
- Formação de técnicos para análise e apresentação dos resultados do PAIC do 3º ao 5º ano; apresentação do Protocolo de Matemática e Português para as séries iniciais do ensino fundamental; e formação de professores multiplicadores para desenvolverem atividades pedagógicas, utilizando o Software Luz do Saber Infantil, beneficiando 594 técnicos e 600 professores;
- Realização de atividades voltadas para a implantação dos Centros de Educação Infantil – CEIs (Situação até novembro/2012: 44 municípios com adesão confirmada ao projeto, correspondendo a 63 CEIs; 28 municípios com convênio firmado, correspondendo a 44 CEIs; 21 municípios com contratos firmados com as construtoras, correspondendo a 30 CEIs, sendo que apenas 23 obras estão iniciadas).

PROGRAMA 073 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O programa objetiva desenvolver projetos e ações pedagógicas que visem elevar o desempenho acadêmico dos estudantes da rede pública estadual de ensino, garantindo as condições básicas de funcionamento das escolas, com a consolidação de modelos de gestão participativa, focados nos resultados de aprendizagem sistematicamente avaliados; e implementar ações voltadas para a valorização do magistério, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Premiar, anualmente, 100% dos alunos do Ensino Médio da rede estadual que obtiveram o nível adequado nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.	6.139
Garantir as condições básicas de funcionamento com equidade às 665 unidades escolares da rede pública estadual, assegurando a infraestrutura e os insumos indispensáveis ao desenvolvimento da aprendizagem.	665
Implementar nas 665 escolas estaduais a metodologia da superintendência escolar como instrumento de planejamento, acompanhamento e monitoramento.	665
Realizar, anualmente, 02 avaliações censitárias dos alunos da educação básica através do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE.	02

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Premiação, com notebooks, de 6.139 alunos do ensino médio, que obtiveram melhor desempenho acadêmico em língua portuguesa e matemática nas escolas da rede pública estadual de ensino, tendo por base os resultados do SPAECE 2011, de acordo com a Lei nº 14.483, de 08 de outubro de 2009 e Lei nº 14.691, de 30 de abril de 2010, que altera o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 14.483/2009;

- Concessão de 2.094 bolsas de inovação ou extensão tecnológica e de pesquisa para profissionais da educação que atuam em projetos que visam ao intercâmbio e ao aprimoramento do conhecimento voltado para o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, através do incremento de tecnologias e materiais instrucionais, e da promoção de treinamentos e capacitações para a melhoria do desempenho escolar dos alunos da educação básica da rede estadual;
- Desenvolvimento do projeto denominado “Jovem de Futuro”, que tem como objetivo oferecer condições para um ensino de melhor qualidade que favoreça a permanência do jovem nas escolas e estimule o aprendizado, com reflexos positivos nos índices de conclusão do ensino médio e no incremento do desempenho escolar dos alunos matriculados em 100 escolas da rede estadual;
- Concessão de 2.084 bolsas de monitoria a estudantes das 100 escolas que participam do Projeto Jovem de Futuro, e de 570 bolsas de tutoria a estudantes universitários dos cursos de licenciatura em Matemática, Letras e afins para o desenvolvimento de atividades das metodologias Monitoria e Entre Jovens do Projeto Jovem de Futuro (Lei nº 15.190, de 19 de julho de 2012, que criou o programa de bolsas de monitoria e tutoria na rede estadual de ensino);
- Realização de formação para 100 diretores e 25 supervisores das Escolas do Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro, bem como das CREDEs e SEFOR na temática “Liderança” e “Gestão Escolar”, com carga horária, respectivamente, de 72 horas e 120 horas;
- Realização de encontros com os coordenadores regionais do Projeto Professor Diretor de Turma - PPDT, visando promover formação continuada em serviço, com foco no alinhamento das ações do projeto e na socialização de experiências significativas, como elemento fundamental para o fortalecimento do trabalho realizado pelas escolas; encontros de Formação de Professores Diretores de Turma e Gestores Escolares; e aquisição de kits para utilização nas 5.637 turmas das 549 escolas que fizeram adesão ao Projeto;
- Realização do Seminário de Integração Liderança e Gestão Escolar, com a participação de 110 pessoas, entre gestores escolares e técnicos das CREDEs, SEFOR e SEDUC. O seminário é parte do Programa Brasil - Estados Unidos de intercâmbio de diretores escolares e teve por objetivo a troca de experiências entre gestor escolar americano e gestores escolares cearenses sobre as boas práticas em gestão e liderança escolar;
- Participação de alunos e professores em eventos científicos nacionais e internacionais, sendo 96 alunos e 55 professores em feiras nacionais e 19 alunos e 10 professores em feiras internacionais;
- Realização da VI Feira Estadual de Ciências e Cultura, das 21 Feiras Regionais de Ciências e da SEARA da Ciência;
- Desenvolvimento do Projeto Primeiro, Aprender!, oportunizando a todos os 138.000 estudantes e 15.000 professores do 1º ano da rede estadual o uso do material didático nas aulas de todas as disciplinas, como forma de consolidar as competências de leitura e raciocínio lógico matemático;

- Execução do Projeto ENEM, destacando-se as seguintes ações: ENEM não tira Férias, com atividades de apoio pedagógico desenvolvidas, no mês de julho, em 140 escolas públicas estaduais, atendendo a cerca de 10 mil estudantes do ensino médio; Ciclo de Palestras ENEM, com a realização de 06 palestras nas escolas estaduais para conhecimento e aprofundamento de assuntos, como as Competências/Habilidades e os critérios de avaliação utilizados no ENEM, bem como orientações sobre Sisu, Prouni e o processo de inscrição do aluno; distribuição de Coletânea de Provas do ENEM, com o objetivo de reforçar a aprendizagem dos 105.000 alunos de 3º ano e 5 mil alunos egressos das escolas da rede pública estadual de ensino inscritos no ENEM; realização do Simulado SEDUC/ENEM para 110 mil estudantes da rede estadual, inclusive com a utilização das redes sociais; implantação do Plantão ENEM para dirimir dúvidas sobre Sisu/Prouni, bem como referentes aos conteúdos; e realização do projeto Preparação Rumo à Universidade, preparatório para o ENEM e vestibulares, beneficiando cerca de 13 mil alunos do 3º ano e 5 mil egressos do ensino médio de escolas estaduais, utilizando material de apoio didático do UECE-Vest e Coletânea de Provas do ENEM (2004 – 2011);
- Apoio à realização das Olimpíadas Esportivas Escolares em parceria com a Secretaria do Esporte - SESPORTE, beneficiando 20.000 estudantes;
- Distribuição de 328 notebooks para o Instituto Cearense de Educação de Surdos, como suporte ao projeto de Educação Visual;
- Distribuição de 370.730 livros de diferentes acervos bibliográficos para implantação de bibliotecas escolares;
- Aquisição de livros para alunos e professores na X Bienal Internacional do Livro do Ceará;
- Apoio à participação de estudantes no Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga e Festival de Música da Ibiapaba, com o Projeto Música é para a Vida, beneficiando 100 alunos e 20 professores;
- Apoio ao projeto Professor Aprendiz, incentivando professores da rede a colaborarem na produção de material didático pedagógico, na formação e treinamento de outros professores e na publicação de suas experiências e reflexões, com a concessão de 240 bolsas;
- Realização da avaliação da 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio e do 1º e 2º períodos da EJA Médio no período de 19 a 23/11/2012, abrangendo 367.582 alunos;
- Realização da avaliação do ensino fundamental, no período de 03 a 07/12/2012, totalizando 362.237 alunos avaliados (2º ano - 107.843 alunos, 5º ano - 132.908, e 9º ano - 121.486, incluindo a EJA 2º segmento);
- Execução de oficina de elaboração de itens de Língua Portuguesa e Matemática para 400 professores da rede pública cearense, de modo a compor o Banco Estadual de Itens do SPAECE;
- Realização de oficina sobre os microdados do SPAECE para técnicos da SEDUC/Sede (30), das CREDEs (40) e da SME de Fortaleza (10);
- Realização de oficina de elaboração de itens para o ENEM voltada para professores da rede pública do Estado;

- Coordenação estadual do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA 2012, em parceria com o INEP, realizado em 35 escolas cearenses das redes pública e privada; Pesquisa Talis, coordenada nacionalmente pelo INEP/MEC: pré-teste (uma escola) e pesquisa (40 escolas das redes pública e privada); Pré-teste do Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo -TERCE, realizado em escolas das redes pública e privada;
- Realização de visitas técnicas de acompanhamento às escolas do campo, bem como de encontros, formação e capacitação de professores que atuam em referidas escolas;
- Realização de oficinas, encontros e projetos sobre Educação Ambiental, tais como a VI Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente e o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental;
- Construção e inauguração da Trilha e do Recreio Ecológico da SEDUC/Cambéba;
- Realização de formação de professores da Educação de Jovens e Adultos, presencial, beneficiando 96 municípios, 146 escolas e 476 pessoas (professores, gestores e técnicos da SEDUC e CREDEs/SEFOR);
- Aquisição de 32.000 livros didáticos para alunos do ensino médio presencial da Educação de Jovens e Adultos, beneficiando 14.602 alunos;
- Produção de 10.000 cadernos de atividades de geografia e história para os alunos do ensino fundamental dos 32 Centros de Educação de Jovens e Adultos;
- Elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões;
- Realização de curso sobre a metodologia de Aprendizagem Cooperativa para 40 professores e gestores do setor de Reorganização Curricular da SEDUC, objetivando sua apresentação e a discussão de encaminhamentos para sua utilização na reorganização curricular;
- Realização de curso de Aprendizagem Cooperativa para 30 coordenadores regionais do Projeto Professor Diretor de Turma - PPDT, com o objetivo de integrar as estratégias utilizadas em referido projeto com as da metodologia de Aprendizagem Cooperativa;
- Formação continuada, com duração de três meses, para 12 professores de escolas estaduais de Fortaleza, sobre a metodologia de Aprendizagem Cooperativa;
- Implantação de Células Estudantis de Aprendizagem Cooperativa em 12 CREDEs, por meio do “Curso para Estudantes Articuladores de Células Estudantis de Aprendizagem Cooperativa”, envolvendo 753 estudantes e 330 profissionais da educação (gestores, professores e técnicos), visando fortalecer o protagonismo estudantil nas escolas estaduais;
- Produção de material didático e audiovisual para as oficinas de aprendizagem cooperativa realizadas na Colônia de Férias/ENEM não tira férias;
- Realização do II Encontro Cearense de Aprendizagem Cooperativa para um público de 700 pessoas, com a participação de gestores, professores, técnicos das CREDEs/ SEFOR/SEDUC e de 180 estudantes das escolas públicas estaduais do Ceará;
- Construção e inauguração de 09 escolas regulares nos seguintes municípios: Acaraú, Itarema, Tauá, Coreaú, Forquilha, Ipueiras, Irauçuba e Marco;
- Construção e inauguração de 04 escolas indígenas nos seguintes municípios: Canindé, Caucaia e Tamboril.

PROGRAMA 056 – VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR

O programa objetiva capacitar executivos escolares dos municípios do Estado do Ceará, apresentando a seguinte meta e ações realizadas:

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Capacitar 3.709 executivos escolares da rede pública municipal em 184 municípios.	2.728

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Capacitação de 2.728 executivos escolares em 90 municípios;
- Contratação de 36 bolsistas com o objetivo de desenvolver o Programa de Formação de Executivos Escolares;
- Fortalecimento da articulação com as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação - CREDEs, União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, União dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME, Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, Sindicato das Escolas Particulares - SINEPE, Secretaria da Educação Básica - SEDUC, Universidades e Associações, visando a transparência das ações e melhoria da qualidade do ensino;
- Apoio e celebração de pacto de cooperação entre o Conselho Estadual de Educação e a UNCME na organização dos Conselhos Municipais de Educação, na qualificação dos conselheiros e regulamentação das instituições irregulares.

PROGRAMA 060 – GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O programa objetiva o acompanhamento da execução curricular nas escolas da rede pública.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Acompanhar sistematicamente ações desenvolvidas por 1.386 escolas públicas, através dos dados cadastrados no Sistema de Informatização e Simplificação de Processos – SISP.	4.234

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de acompanhamento e validação do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos – SISP para 4.234 instituições de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
- Contratação de 33 bolsistas para implantação e atualização dos dados do SISP;
- Implantação do Sistema de Informatização e Simplificação de Processos – SISP - Escolas Profissionalizantes;
- Aquisição de 37 computadores e 02 storages.



CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO
SUPERIOR E
PROFISSIONAL



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

O Governo do Estado, ao assumir o compromisso de fazer ainda mais pelo Ceará no tocante ao desenvolvimento tecnológico, à ciência e à inovação - vetores de disseminação de oportunidades, aproveitamento das potencialidades humanas e naturais e meio de transformação econômica e social - traçou diretrizes e ações, que se coadunam com as prioridades estratégicas estabelecidas pelo Governo Federal, e que estão incorporadas nas diretrizes de governo no âmbito de Ciência, Tecnologia e Inovação - C,T&I para o desenvolvimento estadual.

Compreendendo a Ciência, a Tecnologia e a Inovação como instrumentos imprescindíveis ao desenvolvimento, é preciso ampliar sua inserção nas ações do Estado, consoante uma visão de que C,T&I não são por si mesmas fins, mas interfaces decisivas no alcance dos objetivos comuns sempre que a natureza dessas ações requeiram. Assim, torna-se relevante destacar a compreensão do governo estadual de que nenhum segmento da economia cearense poderá prescindir do aporte de C,T&I; para tanto, as definiu como componentes fundamentais na concepção das políticas públicas estruturantes, capazes de modificar a realidade sócio-econômica do Estado.

Deve-se, portanto, interiorizar ações, o que efetivamente vem ocorrendo com a realização, diretamente pelo Estado ou com seu decisivo apoio, de importantes empreendimentos estratégicos para a qualificação profissional e educação superior, tais como: ampliação e melhoria da infraestrutura física e de equipamentos das universidades estaduais (UECE, UVA e URCA), uma vez que receberam investimentos e atenção especial, resultando em mais laboratórios, bibliotecas, restaurante universitário, complexo poliesportivo, editora, novos blocos de salas de aula e melhoria da acessibilidade, somados aos incentivos concedidos aos docentes dessas instituições para a sua qualificação, elevando a participação de mestres e doutores nos seus quadros. Os estudantes têm sido contemplados com bolsas de monitoria, iniciação científica, atividades de extensão e de assistência estudantil, que contribuem para a melhora de seu desempenho e para a redução da evasão e da repetência.

Ressalte-se, a concepção de empreendimentos em fase de construção, tais como: o Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC, em São Gonçalo do Amarante, e o Centro de Educação a Distância – CED, em Sobral; os *campi* avançados e unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e da Universidade Federal do Ceará – UFC; de uma nova universidade federal no Cariri; os Campi Multi-Institucionais de Itapipoca e Iguatu e as Faculdades Tecnológicas (FATEC), do Instituto CENTEC, no Cariri e no Sertão Central.

Fundado na premissa de que a educação superior contribui, pelo menos, com duas vertentes distintas para implementação das políticas de C,T&I, seja por sua participação direta na composição das atividades próprias da ciência e da pesquisa, ou por assegurar a oferta futura de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento, é que o governo estadual concentrou esforços no que diz respeito às matrículas na graduação e pós-graduação das universidades públicas estaduais, da UFC, do IFCE e do Instituto Centec, que foram ampliadas de 64.561 em 2007 para 77.722 em 2012. O aumento de matrículas na Pós-Graduação reflete na elevação do número e na qualidade dos trabalhos científicos

publicados, que saltaram de 3.958 em 2007 para 11.702 em 2012, mantendo ainda um acréscimo representativo de 195,65% no período.

É importante ressaltar o Programa de Bolsas de Produtividade e Estímulo à Interiorização (BPI), em uma parceria da FUNCAP com o CNPq, para atração e fixação de pesquisadores doutores no interior do Estado, assim como a realização de obras de infra-estrutura em apoio a esse programa, de modo a permitir a ampliação das oportunidades de promoção da pesquisa e da pós-graduação de qualidade no interior do estado. Levando-se em conta apenas as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) e o Instituto Centec, o número de matriculados passou de 34.185, em 2007, para 37.971, em 2012, na graduação e formação tecnológica. Já na pós-graduação, houve uma elevação do número de matriculados de 1.030, em 2007, para 1.813, em 2012, apontando um crescimento de 77,67%.

O esforço do Governo Estadual tem se concentrado no sentido de sensibilizar o meio empresarial para a necessidade de se desenvolver e implantar a cultura da atividade empresarial inovativa, o que não só propiciará o crescimento sustentado da economia local como a sua manutenção no tempo, agregando no final um salto de qualidade de vida para a sociedade cearense. Dentro desse esforço estão, para exemplificar, a efetivação do Fundo de Inovação Tecnológica (FIT), o qual tem por objetivo conceder apoio tecnológico aos projetos estruturantes do Estado e à promoção de inovação tecnológica voltada para as políticas públicas do Ceará; o estímulo ao incremento da relação de proximidade entre o pesquisador e a empresa por meio da concepção dos contratos/convênios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) firmados entre ICTs e setor privado; e a modernização da estrutura organizacional e de processos da FUNCAP, instituição oficial de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.

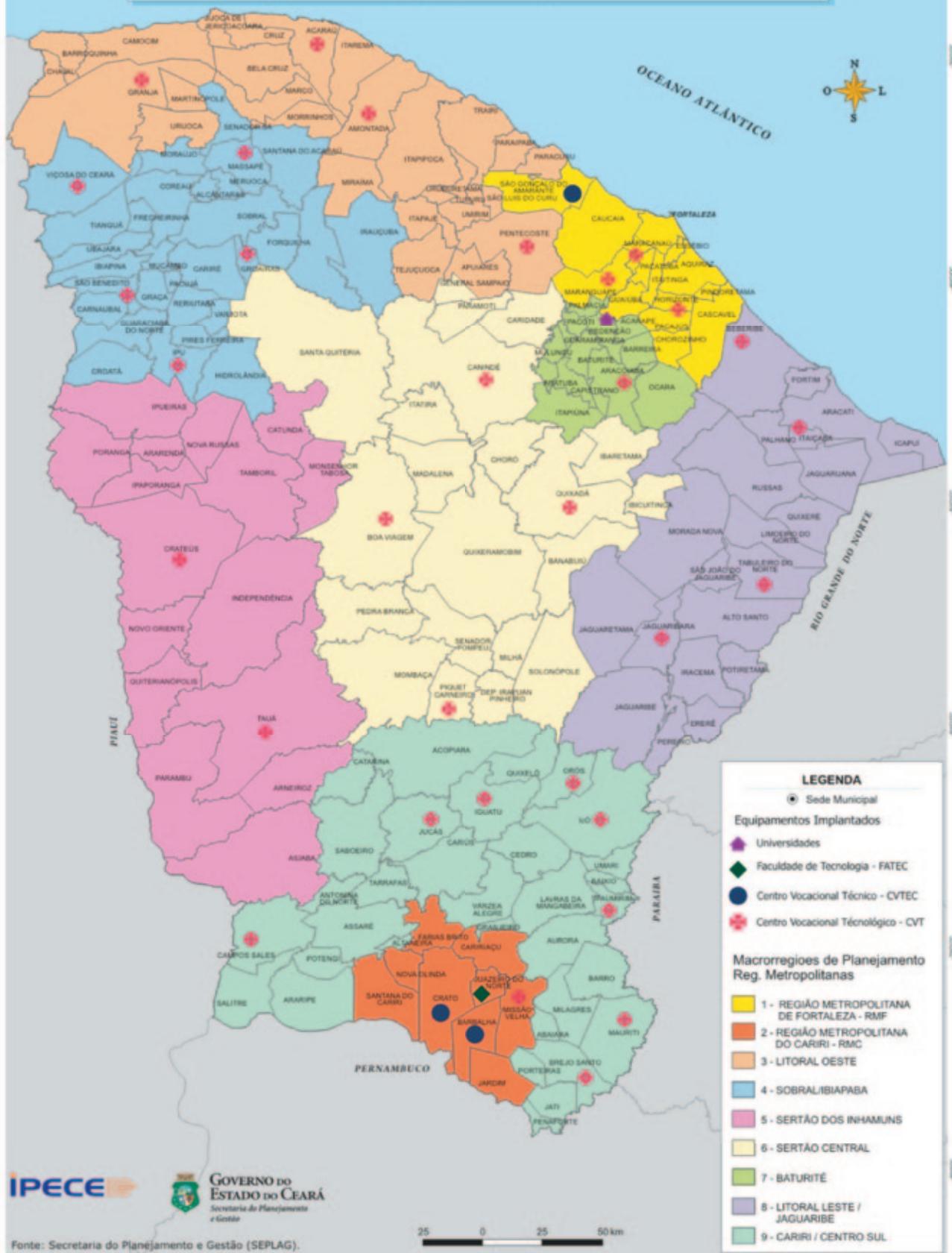
As ações de extensão promovidas pela SECITECE e suas vinculadas também se configuram como o meio de entrada do conhecimento desenvolvido no seio da academia para a população, possibilitando o acesso direto da sociedade ao saber científico e tecnológico. Nesse quesito, destaca-se a realização do projeto Ciência Itinerante numa parceria com o CNPq, que promove a popularização da Ciência e Tecnologia, percorrendo os municípios cearenses com demonstrações de experimentos científicos nas áreas de Física, Química, Biologia e Tecnologia da Informação, beneficiando estudantes e professores da rede de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio, instituições de Ensino Técnico e Profissional e os demais interessados.

Na área de inclusão social e produtiva, o destaque fica com o projeto Intercaju, que vem promovendo diversas atividades para os produtores de caju dos territórios dos Vales do Curu e Aracatiaçu e Maciço de Baturité. A iniciativa é realizada pela Secitece junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e ao Sebrae/CE. Dentre as medidas implantadas estão o estímulo à organização dos produtores e à inserção, dentro da cadeia produtiva, de tecnologias que garantam aumento na produtividade, o que traz também melhoria das condições de trabalho e ocupação da mão de obra.

O governo do estado do Ceará vem dedicando especial ênfase ao segmento da inovação, com a realização de investimentos e de ações propiciadoras à consolidação de iniciativas inovadoras, como a resultante da promulgação da Lei Estadual de Inovação, a implementação do Fundo de Inovação Tecnológica – FIT, a criação do Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - IPDI, dentre outras, que contribuíram para um salto de 53 empresas assistidas com ações de inovação em 2007 para 429 empresas, em 2012, representando um crescimento de 664%. Outro resultado importante é a participação e premiação de empresas assistidas em eventos importantes, como o Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador promovido pela Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, com o apoio do SEBRAE, e o Prêmio FINEP de Inovação 2012 na Região Nordeste.

Outra atividade importante é a realização de estudos ambientais, não só adaptando produtos e informações às necessidades destes, mas descobrindo novas áreas de atuação, como no caso do setor de energias alternativas. Esses estudos além de possibilitar o conhecimento da realidade, permite o redimensionamento das atividades econômicas, subsidiando a elaboração de políticas públicas que, de forma integrada, visam garantir o desenvolvimento sustentável do Estado.

SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR
Listagem dos Equipamentos implantados no período 2010-2012



Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Além de todos os componentes de política em C,T&I já mencionados, cabe ainda destacar que as políticas institucionais devem levar em consideração a necessidade de permanente articulação entre todos os atores envolvidos em atividades de ciência, tecnologia e inovação, buscando facilitar os processos inovativos em áreas estratégicas e promover a inclusão social. O planejamento e a efetividade das políticas governamentais requerem uma base institucional estruturada, atuante e qualificada para que haja um efetivo avanço na C,T&I estadual.

Em todas as atividades relacionadas com a C,T&I o Estado tem cumprido seu papel fazendo aporte de recursos significativos destinados a suprir setores de efeito multiplicador na economia, onde certamente está inserido o setor de inovação como pode se observar no quadro a seguir.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES – 2007- 2012

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Matrículas de Educação Superior - Graduação	58.299	60.384	62.655	64.260	66.082	69.596	71.581
Matrículas de Educação Superior - Pós-graduação	3.968	4.177	4.407	7.795	8.068	8.524	6.141
Produção Acadêmica Publicada - Outros + teses e dissertações	3.535	3.958	4.772	10.482	10.648	11.756	11.702
População Beneficiada com Ações de Extensão - Cultura + social + tecnológica	467.351	1.151.316	1.193.472	1.371.946	1.325.510	1.389.580	1.565.296
Empresas Atendidas com Inovação	35	53	64	231	348	392	429

Fontes: UFC, IFCE, UECE, URCA, UVA, CENTEC, FUNCAP, FUNCEME, NUTEC, SECITECE

Obs: Os números referentes ao IFCE e UFC estão estimados com base nos anos anteriores.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Educação profissional foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários no valor de R\$ 151.862.155,61, na implementação das ações dos Programas Temáticos Setoriais e Multissetoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 068 – EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa objetiva apoiar e fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação superior no Estado do Ceará, visando contribuir para a democratização do acesso à universidade e a interiorização de sua atuação, possibilitando uma participação efetiva no processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado. Para tanto foram realizadas as seguintes metas prioritárias e ações:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Aumentar de 36.696 para 38.843 o número de matrículas nos cursos de graduação.	37.128
Aumentar de 1.483 para 1.729 o número de matrículas nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , no período.	1.813
Aumentar de 5.080 para 5.252 a produção acadêmica.	3.655
Aumentar de 153.609 para 166.788 o número de pessoas atendidas com ações de extensão.	207.808

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Elaboração do Plano Estadual Integrado de Educação Superior;
- Implantação do Centro de Educação a Distância, em Sobral;
- Reestruturação de nove Pólos de Apoio Presencial;
- Conclusão da reforma do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Redenção para o funcionamento da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB;
- Capacitação de 95 pessoas nas áreas de Ciências Biológicas, Matemática e Letras, nos Municípios de Amontada, Jaguaratama, Pereiro e Potiretama, através do Programa de Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP;
- Implantação de 10 programas de Doutorado e Mestrado próprio e interinstitucional para qualificação de docentes das Instituições de Ensino Superior - IES;
- Construção do Ginásio Poliesportivo e do Restaurante Universitário na URCA;
- Construção e equipagem da residência universitária no campus da URCA;
- Construção do Complexo Poliesportivo, da Editora e do Restaurante Universitário; Construção do bloco do Curso de Psicologia (Campus do Itaperi) da UECE;
- Melhoria da acessibilidade nos campi das IES por meio da construção de ruas, alamedas, calçadas, praças e iluminação;
- Construção do Centro de Ciências da Saúde da UVA;
- Ampliação e reforma da infraestrutura física e laboratorial da Fazenda Experimental Esaú Accioly, no município de Guaiúba;

- Reforma da Faculdade de Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC) da UECE, em Quixadá;
- Ampliação e reforma da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM);
- Aquisição de seis veículos tipo van, para atender as demandas de deslocamentos para aulas práticas nas Faculdades da UECE localizadas no interior, e de 5 (cinco) automóveis para atender às atividades administrativas da URCA;
- Realização, pela URCA, de concurso para Professor Temporário, no total de 130 vagas, e contratação de 51 Professores Substitutos;
- Ampliação e melhoria das infraestruturas física e tecnológica dos *campi*, com aquisição de equipamentos, mobiliário e acervo bibliográfico das bibliotecas centrais e setoriais, com a aquisição de 2811 títulos;
- Qualificação de nove novos grupos de pesquisa e fortalecimento dos 48 grupos já existentes, contribuindo para a ampliação da pesquisa e da produção acadêmica na URCA;
- Ampliação das cotas das bolsas de iniciação científica na URCA, para pesquisadores, junto às agências de fomento, passando de 137 (2011) para 187 em 2012;
- Implantação, na URCA, de um programa de intercâmbio: Programa Ciências Sem Fronteiras, junto à Università di Bologna - Alma Mater Studiorum, para professores e estudantes;
- Concessão de bolsas a 233 alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação, prioritariamente com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa;
- Concessão de auxílio alimentação a 126 estudantes do ensino de graduação, em situação de fragilidade socioeconômica;
- Fornecimento de 3.600 refeições/dia nos restaurantes universitários da UECE e URCA.

PROGRAMA 069 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Programa objetiva fortalecer todos os aspectos relacionados à qualidade da educação profissional no Estado do Ceará no sentido de contribuir para a qualificação, atualização e desenvolvimento profissional de jovens e adultos, atendendo a demandas existentes nas diversas regiões do Estado, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Elaborar e implementar o Plano de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Ceará 2012 -2015	1
Capacitar 12.000 pessoas ao ano para atender a demandas do mercado de trabalho	14.024
Realizar melhorias de infraestrutura física e equipamentos em 12 Centros Vocacionais Tecnológicos.	12
Formar 300 pessoas ao ano em atividades rurais.	544

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Elaboração do Planejamento Estratégico para Educação Profissional para o Estado do Ceará;
- Ampliação e reforma da infraestrutura física e laboratorial da Fazenda Experimental Esaú Accioly, no Município de Guaiuba;
- Implantação da Unidade de Educação Profissional (UNEP) na UECE;
- Implantação, na Fazenda Experimental de Guaiuba, do Centro de Treinamento e Preparação de Mão de Obra Rural;
- Criação na UECE de uma escola de inseminação artificial em animais;
- Monitoramento e avaliação do contrato de gestão no âmbito da SECITECE;
- Realização de reuniões trimestrais para análise, avaliação e indicação de correções do relatório de atividades do contrato de gestão do CENTEC;
- Capacitação de 14.024 pessoas nos cursos de extensão (formação inicial e continuada), cursos técnicos de nível médio e de nível superior, através do Contrato de Gestão firmado entre a Secitece e o Instituto Centec;
- Reconhecimento do curso superior de tecnologia em Saneamento Ambiental;
- Revitalização de 12 CVTs, com a aquisição de 43 kits de videoconferência e 334 condicionadores de ar.

PROGRAMA 070 – CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Programa objetiva promover, apoiar, fomentar, difundir e fortalecer ações de modo a contribuir a inovação científica e tecnológica no Estado. O Programa apresenta as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar 18 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Superior e Profissional	18
Implementar o Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Ceará	1
Aumentar em 40%, ou seja, de 322 para 450, a oferta de cursos de formação específica na área de TI	650
Assistir 340 micro e pequenas e médias empresas nos diversos segmentos da atividade econômica através do Projeto de Extensão Industrial Exportadora – PEIEX e da Rede Extensão Tecnológica (SIBRATEC)	308
Realizar 01 pesquisa nas áreas de alimentos, química e materiais.	1
Aumentar em 105, para 2012, o número de doutores pesquisadores atuantes nas Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Ceará.	296
Aumentar em 80, para 2012, o número de micro e pequenas empresas apoiadas com fomento à pesquisa científica e inovação tecnológica no Estado do Ceará.	112
Aumentar em 28, para 2012, o número de proteções (patentes softwares).	31
Formar e integrar, para 2012, 11 micro e pequenas empresas de base tecnológica associadas a instituições, setores tecnológico e social no processo de incubação.	15

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de 1.232 eventos em 47 municípios com a participação de 51 instituições ligadas à ciência e tecnologia, merecendo destaque a realização das feiras de ciências nas localidades de Limoeiro do Norte, Sobral, Crato e Tauá;
- Reforma de bloco de beneficiamento de caju no município de Barreira;
- Realização de missão técnica com 50 cajucultores na região da Serra do Mel, no Rio Grande do Norte;
- Realização de 11 cursos de capacitação para 330 cajucultores dos municípios de Trairi, Itarema, Amontada, Tururu, Itapipoca e Barreira;
- Participação do Projeto Intercaju na FENAIVA 2012 - Feira de Negócios do Vale do Acaraú, no Município de Sobral, e na Feira do Empreendedor 2012, no Centro de Eventos do Ceará;
- Aquisição de 14 kits castanha (equipamentos para minifábricas para beneficiamento de castanha de caju) para 8 comunidades beneficiadas pelo Projeto Intercaju nos municípios de Itarema, Trairi, Amontada, Tururu e Itapipoca;
- Seleção de 30 tecnologias e capacitação de pessoal dos 16 Núcleos de Informação Tecnológica (NITs) em avaliação para comercialização de tecnologias;
- Atendimento a 49 empresas dos setores agroindustrial, têxtil/confecções e indústria química, para melhoria de processos e/ou produtos;
- Implantação do equipamento Universidade do Trabalho Digital (UTD) possibilitando a formação de 650 pessoas em cursos básicos e avançados na área de Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC);
- Assistência tecnogerencial a 250 empresas através de 14 extensionistas;
- Realização de 29 capacitações com 782 representantes das empresas, atendendo a todos os segmentos industriais, com destaque para: confecções, alimentos e bebidas, móveis, química e plásticos;
- Realização de 750 inovações tecnológicas (melhorias de continuidade);
- Assistência tecnológica a 58 microempresas nos setores: têxtil, confecção, calçados e indústria química;
- Realização de 100 horas de capacitação em empreendedorismo para pré incubadas;
- Realização de 3 eventos para divulgação da Incubadora PARTEC e apresentação das empresas incubadas;
- Adequação da infraestrutura física, elétrica e hidráulica para instalação e montagem da unidade de extração e beneficiamento das vísceras do peixe (Projeto BIOPEIXE), nas dependências do Centro de Pesquisa em Aquicultura Rodolfo Von Ihering, do DNOCS;
- Desenvolvimento de tecnologia e produção de protótipo da unidade de extração, beneficiamento, logística e viabilidade da gordura de vísceras de peixe para suprimento de óleo para produção de biodiesel, nas instalações do LARBIO-NUTEC;
- Realização de 14 cursos/workshop/palestra/conferência para capacitação dos técnicos do NIT e NUTEC;

- Efetivação de 34 pedidos de proteção de tecnologias inovadoras, sendo 26 da UECE, três da URCA e dois do NUTEC e 3 empresas privadas;
- Premiação de empresas assistidas com ações de inovação: Bioclone Produção de Mudas (segunda colocação na categoria “Melhor Empresa Graduada”, na 16ª edição do Prêmio Nacional de Empreendedorismo Inovador); Piscis Indústria e Comércio (terceiro lugar na categoria “Inovação Sustentável, no Prêmio FINEP de Inovação 2012 na Região Nordeste);
- Premiação de 03 bolsistas de Iniciação Científica Júnior (ICjr) que participam do projeto Mediação Escolar, desenvolvido pela Universidade de Fortaleza (1º, 2º e 3º lugares na categoria “Jovem Inovador”, no Prêmio FINEP de Inovação 2012 na Região Nordeste);
- Estímulo às ações de fortalecimento dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) com a implantação da REDENIT-CE, bem como a instituição da Rede de Incubadoras do Ceará (RIC).

PROGRAMA 079 – MONITORAMENTO HIDROAMBIENTAL DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa visa realizar o monitoramento hidrometeorológico e geo-ambiental do Estado do Ceará e do Nordeste brasileiro, visando subsidiar não só a previsão de tempo e clima, como a tomada de decisão e a formulação de políticas públicas.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Estruturar 03 bases de dados hidroambientais do Estado, integrando informações de redes de monitoramento de outras instituições (municipais, estaduais e federais)	3
Desenvolver 05 sistemas de divulgação de dados e geração de informações a partir do monitoramento em tempo real.	5

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Emissão de boletins: previsão diária de tempo, climáticos mensais; de monitoramento meteorológico, dentre outros;
- Modernização do sistema de recepção de satélite de dados ambientais (Meteosat 9) em hardware e software, diminuindo o tempo para a disponibilização de imagens e produtos;
- Modernização da Rede Pluviométrica Convencional através da aquisição de pluviômetros e estações meteorológicas automáticas com transmissão de dados via satélite GOES;
- Modernização do sistema de comunicação para transmissão de dados da rede de monitoramento ambiental da FUNCEME;
- Aquisição de 63 sensores de velocidade e direção do vento, 51 sensores de temperatura e umidade do ar e 48 sensores de radiação solar global para reposição na rede de Plataformas de Coleta de Dados - PCD's;
- Aperfeiçoamento do aplicativo FUNCEME Tempo para previsão e monitoramento de informações meteorológicas em tempo real via telefone celular (ambientes Android e Mac) e do aplicativo de animação de imagens dos radares da UECE e de Quixeramobim;

- Reestruturação da rede lógica e elétrica da FUNCEME com a substituição do cabeamento de rede Cat-5 por Cat-6 e Cat-6A, instalação e organização de rack por pavimento, troca de switches “/100” para “/1000” e a instalação de 4 novos quadros elétricos;
- Geração de mapas temáticos relacionados ao Zoneamento Ecológico-Econômico das Áreas Susceptíveis à Desertificação nas regiões dos Inhamuns e Irauçuba/Centro Norte Irauçuba – ZEE; Monitoramento dos Espelhos D’água do Ceará (realização do mapeamento de todos os espelhos d’água acima de 0,5ha, visíveis nas imagens de satélite, de cerca de 40% do Ceará, envolvendo a Mesorregião do Sul Cearense, parte dos Inhamuns e parte do Litoral Leste);
- Diagnóstico da Qualidade Ambiental da região do Araripe, Cariri e entorno;
- Elaboração do banco de dados de solos com as informações validadas pelo Projeto Zoneamento Agroecológico do Ceará para a Mesorregião Sul Cearense - ZACE, em conjunto com a EMBRAPA;
- Elaborado o banco de dados no SPRING, com todas as informações implementadas pelo Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico das Áreas Susceptíveis à Desertificação – ZEE;
- Implementação, em conjunto com a Defesa Civil do Estado, de um Sistema de Observação de Tempo Severo;
- Geração de relatórios contendo os escoamentos superficiais ocorridos nos municípios do Estado do Ceará dos períodos de janeiro a junho de 2012 através do Modelo de Umidade do Solo – MUSAG;
- Aprimoramentos do “Sistema de Suporte à Decisão para Alocação de Água” – SIGA;
- Desenvolvimento e implantação, a nível operacional, do Sistema de Previsão de Afluências nos Principais Reservatórios do Estado nas escalas de tempo e clima.



SAÚDE



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A política pública referente à área temática Saúde é desenvolvida pela Secretaria da Saúde – SESA, com recursos do Fundo Estadual de Saúde – FUNDES e parceria da Escola de Saúde Pública – ESP observando as diretrizes nacionais do Sistema Único de Saúde – SUS. Desta forma, a SESA assume a missão de assegurar a formulação e gestão das políticas públicas em saúde e a prestação da assistência individual e coletiva, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses. Para tanto estabelece como referencial os indicadores que retratam o perfil da saúde pública e da gestão, as informações geradas pela economia da saúde para eleição de critérios mais adequados à qualidade da assistência, objetivando tanto a inversão de quadros indesejáveis, como a satisfação do usuário.

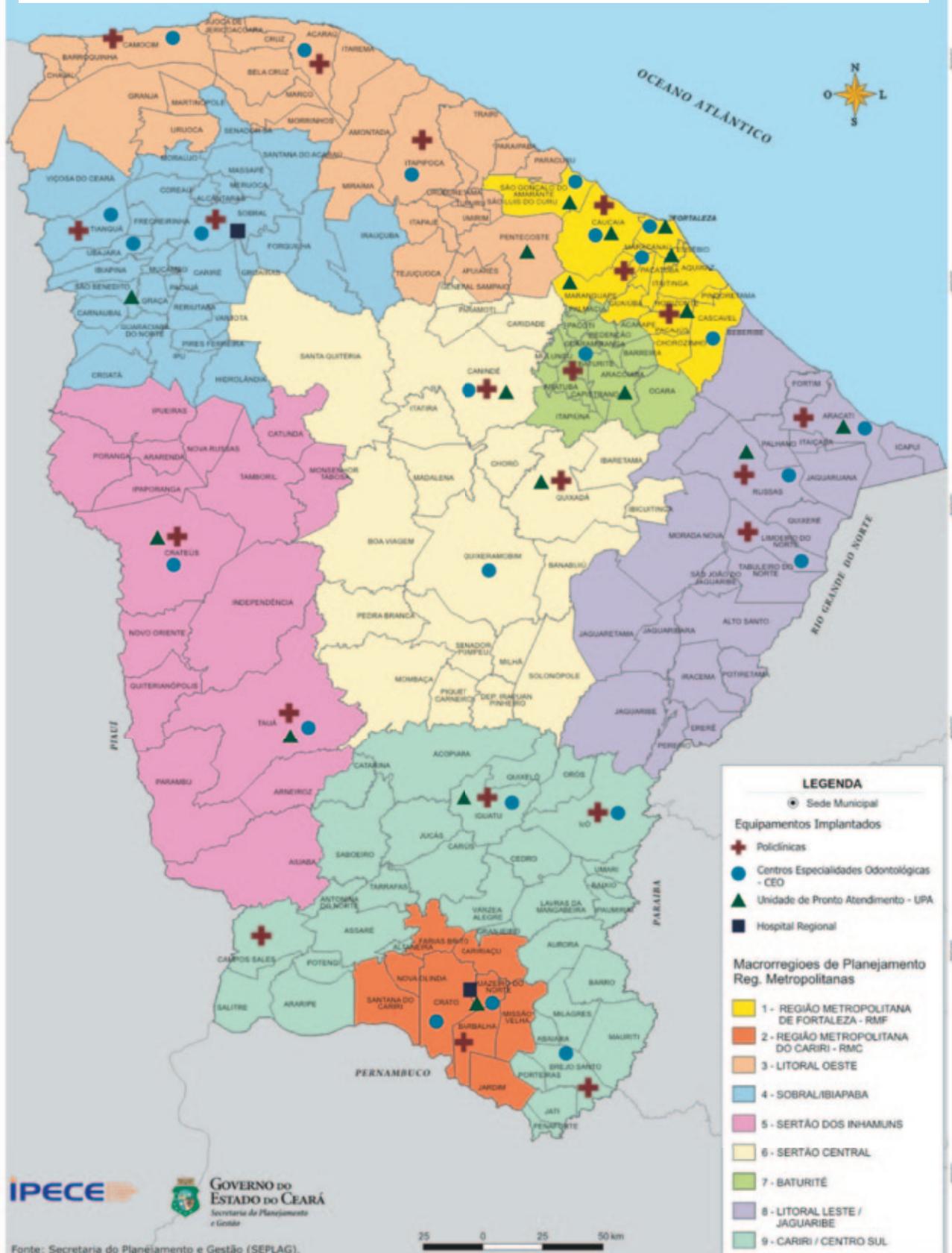
Com o avanço do processo de descentralização das ações e serviços de saúde para os municípios cearenses, promoveu-se o redesenho da gestão voltada para a condução do processo de consolidação do SUS. Dentro dessa perspectiva, adotou-se um modelo de gestão com foco na democratização do planejamento, com controle de qualidade, de resultados e garantias de um financiamento do sistema com definição de percentual de investimento mínimo para a saúde por parte da União, estados e municípios. Igualmente, investe-se em ações voltadas para a qualificação da gestão do trabalho possibilitando remuneração justa dos profissionais da saúde e respeito aos direitos trabalhistas, bem como o fortalecimento da participação comunitária, assegurando o apoio para o monitoramento e a fiscalização das políticas de saúde.

Em 2012, a política de atenção à saúde no Estado do Ceará foi fortalecida pelas diretrizes do Decreto Federal 7508/2011³ que reforçaram os compromissos entre os entes federativos firmados no Contrato Organizativo de Ação Pública – COAP. Este instrumento jurídico tem como principal objetivo a organização, a integração das ações e dos serviços de saúde e as responsabilidades dos entes federativos por regiões de saúde, com a finalidade de garantir a integralidade da assistência ao cidadão residente na região. Tiveram papel importante as Comissões Intergestores Regionais – CIR com adesão de 20 regiões de saúde, a saber: Maracanaú, Baturité, Canindé, Itapipoca, Aracati, Quixadá, Russas, Limoeiro do Norte, Sobral, Acaraú, Tianguá, Tauá, Crateús, Camocim, Icó, Brejo Santo, Juazeiro do Norte, Crato, Cascavel e Caucaia. Destaca-se, também, a estruturação de Redes de Atenção a Saúde através da organização de ações articuladas em níveis de complexidade crescentes. Essa integralidade da assistência possibilita o acesso regulado a serviços de saúde especializados, evitando a demora excessiva e o deslocamento voluntário da população para atendimento das suas necessidades.

Nesse processo priorizou-se a implantação de Redes Temáticas, sendo estruturadas 17 Redes Materno Infantil e 22 de Urgência e Emergência, em 2012, com previsão de funcionamento pleno em todo o estado até dezembro de 2014. Saliente-se ainda a elaboração dos projetos referentes às Redes Psicossociais e de Cuidados à Pessoa com Deficiência, com previsão de implantação para 2013.

³ Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

SECRETARIA DA SAÚDE - Listagem dos Equipamentos implantados no período 2010-2012



IPECE

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Planejamento e Gestão

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

25 0 25 50 km

Dentre os indicadores monitorados na área de saúde, a taxa de mortalidade infantil por 100.000 nascidos vivos - TMI, evidencia um decréscimo no período de 2007 a 2012 em torno de 22,36%. Ressalte-se que em 2010, essa taxa no Estado do Ceará foi menor que a taxa da Região Nordeste, ficando em 13,1 e 15,7 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente.

O componente neonatal (menor que 28 dias) da TMI supera o componente pós-neonatal (de 28 dias a 1 ano) desde o ano 2000. Esse perfil demanda medidas de intervenções importantes, com enfoque prioritário para atenção ao pré-natal, ao parto e ao nascimento. Entre as várias ações em desenvolvimento destacam-se: a implementação, monitoramento e reavaliação dos hospitais acreditados na “Iniciativa Hospital Amigo da Criança – IHAC”; a implantação da “Estratégia Amamenta Brasil” na Atenção Primária; a instalação/implementação de Bancos de Leite Humano; a atualização técnica das parteiras tradicionais; a identificação das crianças e adolescentes vitimizados pela violência doméstica conforme as linhas de cuidados. Por fim, destaca-se a criação de um grupo interinstitucional e multiprofissional para trabalhar os indicadores da Avaliação da Melhoria da Qualidade de Atenção Neonatal - AMQNEO.

Observa-se uma redução discreta da Razão da Mortalidade Materna - RMM de 2010 para 2011, passando de 78,4, (104 óbitos) para 71,7 (87,0 óbitos) óbitos por 100.000 mil nascidos vivos. Os dados de 2012, embora parciais, tendem para a continuidade da redução da mortalidade materna, com RMM de 67,8 (70 óbitos) por 100.000 mil nascidos vivos.

As ações de capacitação dirigidas para o Estratégia de Saúde da Família - ESF vem contribuindo para esta redução, somadas à ampliação das Equipes na Atenção Básica, principalmente dos Agentes Comunitários de Saúde, que passou de 72,2% em 2010 para 83,81% de cobertura em 2012, ampliando-se as áreas de vigilância ao cuidado individual e coletivo.

A implementação da “Caderneta da Gestante”, elaborada em 2010 e distribuída em 2011, como suporte às ações de Pré-Natal, também apresenta-se como uma estratégia importante para a vigilância dessa gestante. Concomitante a isso, a implementação dos Comitês de Combate à Violência nas Unidades Hospitalares possibilitou a ampliação da cobertura assistencial nas diversas frentes intersetoriais e interdisciplinares.

Quanto à cobertura de consultas médicas especializadas, as informações relativas ao período analisado evidenciam uma evolução de 0,29 consulta por habitante em 2011, para 0,30 em 2012. Em números absolutos, tem-se um acréscimo de 70.010 consultas realizadas nos serviços ambulatoriais de média e alta complexidade, passando de 2.420.593 em 2011 para 2.490.603 em 2012. Concernente ao número de exames especializados, verificou-se um incremento de 27,65% entre 2007 e 2012, alcançando, nesse último ano, 21.291.037 exames de média e alta complexidade.

No que se refere ao percentual de transferência de pacientes regulados pela CRESUS, verificou-se uma evolução de 51,10% em 2011, para 66% em 2012, representando aumento de 23%, relativo ao período analisado. Esse aumento deu-se com a expansão na Macrorregional do Cariri através do atendimento no Hospital Regional e com a regulação das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs.

Outro indicador relevante é a “Taxa de internação por acidente vascular cerebral na faixa de 30 a 49 anos de idade” que avalia de forma indireta, a disponibilidade de ações básicas de prevenção e controle (tratamento, com abordagem ampliada, não restrita à prescrição de medicamentos, envolvendo também a atuação multiprofissional e a promoção do autocuidado e cuidado compartilhado). Vale salientar que essa taxa vem se mantendo em torno de 5 internações por 10.000 habitantes, conforme dados da Tabela abaixo.

TABELA 1
TAXA DE INTERNAÇÃO POR ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL
NA FAIXA DE 30 A 49 ANOS DE IDADE – 2008 A 2012

Ano	Nº de internações	Taxa de internações (p/10.000 habitantes de 30 a 49 anos)
2008	1.071	5,0
2009	1.129	5,2
2010	1.056	4,7
2011	1.257	5,5
2012*	661	3,9

Fonte: SESA/SIH-SUS

(*) Dados até setembro/2012

Registra-se redução da taxa de detecção da Hanseníase no Ceará, ainda que continue na faixa de endemicidade muito alta, ocupando o 13ª lugar no ranking nacional e o 4º lugar do Nordeste em número de casos novos da doença. Entre 2010 e 2012 foram notificados 6.119 novos casos, sendo: 2.208 (taxa de: 26,12) em 2010, 2.043 (taxa de: 23,95) em 2011 e 1.868 (taxa de: 21,70) em 2012. Contribuiu para a redução a realização de cursos de aperfeiçoamento e atualização de 679 profissionais da atenção básica e Programa Saúde da Família - PSF, beneficiando 55 municípios em áreas prioritárias para o controle da doença, os quais possibilitaram a descoberta de casos novos multibacilares e aumento na cobertura de exames de contatos dos doentes.

Outro resultado preocupante é a incidência de Sífilis congênita, que continua em ascensão, com registro de 690, 916 e 791 casos em 2010, 2011 e 2012, respectivamente. Os casos de notificação foram realizados por 86 municípios, em, 2011, resultando em uma taxa de incidência de 7,13. Em 2012, informações parciais indicam 7,6 casos por mil nascidos vivos, representando um dado ainda muito elevado tendo em vista que a meta de eliminação é de se atingir menos de um caso por mil nascidos vivos. Reduzir a taxa de incidência de Sífilis congênita no Ceará tem sido um dos maiores desafios na saúde pública. A implantação da estratégia da Rede Cegonha possibilitará o diagnóstico nas gestante em tempo hábil e o tratamento no momento adequado, esperando-se com isso, reduzir a taxa de transmissão da doença da mãe para o filho. Neste sentido foi iniciada no 2º semestre de 2012 a capacitação dos profissionais das unidades básicas de saúde para o tratamento da anafilaxia da penicilina para gestantes e a realização do teste rápido de Sífilis, processo que deverá ser concluído até o ano de 2014.

Observa-se que taxa de incidência de Tuberculose, vem se mantendo constante desde 2010. Entre os anos de 2010 e 2012 foram notificados 10.347 novos casos, sendo: 3.657 (incidência de 43,26) em 2010, 3.766 (incidência de 44,14) em 2011 e 2.924 (incidência de 33,17) em 2012. A coinfeção da Tuberculose (TB) com Aids tem sido um dos agravantes no controle da primeira. Em 2011 entre os casos novos de Tuberculose notificados, cerca de 6,4%, apresentavam coinfeção TB/HIV. A SESA em parceria com o Ministério da Saúde - MS tem priorizado ações em oito municípios que concentram 67% dos casos do Estado do Ceará, portanto, prioritários para o controle da doença.

Os instrumentos da Gestão Participativa do SUS tem a função de orientar e subsidiar os gestores nas suas decisões, mediante acompanhamento e análise permanente de seus indicadores. O alcance de 99,46% de municípios cumprindo esta atribuição representa grande avanço nessa modalidade de gestão, permeado por ações realizadas, tanto na capacitação de gestores e técnicos das 22 CRES e das 184 Secretarias Municipais de Saúde, como na sensibilização para acesso ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS. Os resultados alcançados estão expressos em 100% dos municípios cadastrados no SARGSUS, 96,7% de Conselho Municipal de Saúde – CMS cadastrados com 95,32% dos Relatórios Anuais de Gestão – RAG aprovados em 2012.

Por fim, o alcance dos resultados da política implementada pela SESA pode ser evidenciado por meio do conjunto de indicadores que retratam avanços e conquistas nesta área, conforme demonstrado no quadro abaixo:

SAÚDE
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007- 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 nascidos vivos	16,1	15,7	15,5	13,1	13,6*	12,5*
Razão da Mortalidade Materna por 1000 nascidos vivos	71,7	70,9	74,6	78,4	71,7*	67,8*
Consultas Médicas Especializadas	2.119.039	2.105.042	2.554.263	2.260.456	2.420.593	2.490.603
Exames Especializados	15.404.793	18.584.910	19.095.542	20.456.797	20.994.638	21.291.037

Fonte: SESA

(*) dados de 2011 sujeitos a revisão; dados parciais de 2012.

RECURSOS

Diante do exposto, a SESA vem se esforçando para viabilizar as intervenções necessárias para a promoção da melhoria da qualidade dos serviços de saúde ofertados à população, através da execução dos seguintes programas: 030 - Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS, 037 - Atenção à Saúde Integral e de Qualidade, 065 - Promoção, Proteção e Vigilância à Saúde, onde foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.356.142.209,04.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 030 - GESTÃO, PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO SUS

O programa objetiva o aprimoramento das Políticas de planejamento, gestão, regulação, avaliação, auditoria e controle com vistas ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Apoiar a implantação e fortalecimento das ouvidorias do SUS em 6 dos municípios com mais de 100 mil habitantes.	7
Implantar o Sistema de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde.	21
Apoiar a implantação do Sistema Integrado da Gestão da Força de Trabalho e da Educação em Saúde da Rede SESA em 24 municípios.	24
Implantar o Plano de Educação Permanente em Saúde nas 08 Regiões Administrativas.	8

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Capacitação de 6.182 trabalhadores do SUS, sendo: 644 técnicos em enfermagem, 1.071 agentes comunitários de saúde, 368 médicos residentes e capacitação de 4.099 demais profissionais de saúde;
- Capacitação nas áreas de planejamento, orçamento, gestão, controle auditoria do SUS: controle e auditoria (410 técnicos); transplantes (238); planejamento em saúde e ciclo orçamentário (728); gestão de conselhos de saúde (68); conselhos locais de saúde e o fortalecimento do controle social na Atenção Básica de saúde (31); planejamento, orçamento e finanças (30); e qualificação permanente para 270 trabalhadores da área de gestão;
- Capacitação para 105 docentes em abordagens educacionais inovadoras;
- Realização de 105 eventos para conselheiros de saúde e lideranças comunitárias;
- Realização de cinco cursos de especialização para 175 trabalhadores; 17 (dezessete) cursos de aperfeiçoamento para 510 trabalhadores;

- Realização de quatro reuniões itinerantes do grupo de trabalho do Sistema Nacional de auditoria - SNA, com 240 participantes, 03 (três) Plenárias Devolutivas de Conferência Municipal de Saúde com 60 participantes e 48 (quarenta e oito) reuniões dos Fóruns Regionais de Conselheiros de Saúde com 3.811 participantes;
- Cooperação financeira e técnica aos consórcios públicos em saúde para funcionamento de 8 Policlínicas e 20 CEOS nas 21 Regionais de Saúde, com repasse de recursos na valor de R\$: 51.639.628,25 desses, 81,27% pela fonte Tesouro do Estado e 18,73%, recursos federais;
- Melhoria da estrutura física das Coordenadorias Regionais de Saúde - CRES de Limoeiro do Norte, Acaraú, Itapipoca e a construção da nova sede da CRES de Iguatu;
- Implantação das ferramentas de gestão regionais e mobilização social nas 21 Coordenadorias Regionais de Saúde, assim sendo: colegiado interno de gestão 100%; CIR descentralizada 95%; CRES itinerante 90%; e câmaras técnicas 100%;
- Implementação do Programa de expansão e interiorização da residência médica no Ceará, com a ampliação de vagas em rede para pediatria, obstetrícia, ginecologia e medicina da família e comunidade;
- Nomeação de 513 profissionais de nível superior da área da saúde, sendo: 53 assistentes sociais, 5 biólogos, 48 cirurgiões dentistas, 153 farmacêuticos, 69 fisioterapeutas, 16 fonoaudiólogos, 16 médicos veterinários, 19 nutricionistas, 24 psicólogos, 17 terapeutas ocupacionais e 93 médicos;
- Ampliação da força de trabalho nas Coordenadorias das Regionais de Saúde, através de contratação de 74 profissionais, 22 bolsistas – apoiadores institucionais e 34 bolsistas de extensão tecnológica;
- Seleção pública de 150 bolsistas para o Proensino SESA 2013 e conclusão de estágio dos 43 graduados bolsistas para o programa de bolsa de incentivo à educação na Rede SESA;
- Realização de seis oficinas de implantação, implementação e qualificação da Rede de Ouvidorias; um Encontro do Fórum Cearense da Rede de Ouvidorias; e capacitação de equipes técnicas do Sistema OuvidorSUS;
- Realização da “Oficina de Busca de Evidências Científicas nas Principais Bases de Dados em Saúde, por demanda do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde - NATS do Hospital Infantil Albert Sabin;
- Realização de eventos objetivando a implementação da Política Estadual e dos Coletivos de Humanização e o fortalecimento do Controle Social do SUS, com a participação de 1.735 lideranças de 28 municípios;
- Realização de pesquisa e avaliação do Sistema Nacional de Auditoria nos municípios cearenses;
- Participação da Comissão Estadual de Avaliação de Tecnologias de Saúde – CATS na: mesa redonda “Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde e o Fortalecimento de Competências Críticas”, durante a V Reunião da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS), na 9ª Conferência Anual 2012 do HTAi, em Bilbao – Espanha.

PROGRAMA 037 - ATENÇÃO À SAÚDE INTEGRAL E DE QUALIDADE

O programa objetiva a organização das ações e serviços de saúde em rede, visando a integralidade da atenção à saúde. Apresenta as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Monitorar a rede hospitalar (33 hospitais polos, 11 hospitais estratégicos e 64 hospitais de pequeno porte).	100%
Programar ações humanizadas nas 22 Maternidades Polo.	20
Estruturar a Rede Psicossocial em 06 Regiões de Saúde.	08
Apoiar 52 municípios na implantação das ações de Saúde do Trabalhador.	52
Implantar 10 Centros de Especialidades Odontológicas em Regiões de saúde: Região Metropolitana de Fortaleza (2), Litoral Oeste (2), Sertão dos Inhamuns (1), Sertão Central(2), Litoral Leste/Jaguaribe (2), Cariri / Centro Sul(1)	5
Configurar o desenho das Redes de Urgências, articuladas com as Redes Cegonha e Psicossocial em 100% das Regiões de Saúde.	100%
Implantar/Implementar as 32 Unidades de Pronto Atendimento – UPAS.	6
Implementar 44 unidades de emergências nos Hospitais componentes do Sistema Estadual de Urgência e Emergência.	6
Apoiar 100% dos municípios com população maior que 100 mil habitantes na implantação da atenção domiciliar.	25%
Garantir a implantação de serviços especializados em Fitoterapia nas 08 Macrorregiões do Estado.	3
Estruturar a rede de Assistência Farmacêutica Básica e especializada nas 08 Macrorregiões do Estado.	8
Garantir o abastecimento de 80% dos fármacos padronizados no elenco da Programação Pactuada Integrada – PPI da Assistência Farmacêutica Básica e Especializada (Secundária) nos 184 municípios.	75%

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Implantação de cinco Centros de Especialidades Odontológicas - (01 RMF, 02 Litoral Oeste, 01 Sertão dos Inhamuns e 01 Litoral Leste/Jaguaribe);
- Expansão da capacidade de internação hospitalar através da oferta de 20.437 vagas/leitos;
- Implantação de 03 serviços de reabilitação visual no Ceará, nas 03 macrorregiões de Fortaleza, Sobral e Cariri (Barbalha), instituindo a Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde- SUS (Portaria nº 793/2012 e 835/2012 do MS);
- Realização de 08 eventos de capacitação para pessoas com deficiência e profissionais que atuam na área de Saúde Ocular;
- Monitoramento de unidades que realizam atendimentos especializados em Oftalmologia em 37 municípios;

- Elaboração e atualização do Plano de Contingência Estadual da Dengue;
- Capacitação em assistência aos pacientes com Dengue para profissionais das Unidades Básicas de Saúde das 22 Regiões de Saúde;
- Pactuação de indicadores do SISVAN com UNICEF para obtenção do título Município aprovado no Selo UNICEF;
- Implantação da Escola de Supervisores Clínico-institucional do Ceará, em parceria com a Escola de Saúde Pública;
- Avaliação da Assistência Farmacêutica Básica nos 184 municípios do Estado;
- Regulamentação Sanitária das Plantas Medicinais do Estado do Ceará – REPLAME;
- Adequação do prédio do Núcleo de Fitoterápicos, conforme exigências de Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Elaboração do Guia Fitoterápico e dos Procedimentos Operacionais Padrões - POPs para estruturação e organização de oficinas farmacêuticas de produção de fitoterápicos;
- Apoio a implantação do Projeto de Farmácias Vivas nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPs, com o desenvolvimento da formulação de elixir de erva cidreira para retirada gradual de ansiolíticos;
- Aquisição de estufa solar para secagem de massa verde para a produção de fitoterápicos;
- Instituição de Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção às Urgências, formado pelo Comitê Executivo Secretaria Estadual de Saúde - SES, Conselho de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS e apoio institucional do MS;
- Habilitação do Hospital Geral de Fortaleza como centro de atendimento de urgência aos pacientes com Acidente Vascular Cerebral – AVC Tipo 3 (em fase de implantação no Hospital Regional do Cariri);
- Realização do Fórum Brasileiro de Valorização e Preservação da Vida no Trânsito;
- Implantação/contratualização de 413 Leitos de Retaguarda: 48 no Instituto Dr. José Frota, 60 Hospital Geral de Fortaleza, 38 no Hospital da Mulher, 40 no Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, 40 Santa Casa de Misericórdia, 60 Hospital Distrital Fernandes Távora, 60 Hospital Menino Jesus, 30 SOPAI – Hospital Infantil Luís de França, 37 Hospital da Polícia Militar;
- Criação de 2 Câmaras Técnicas (Porta de Entrada) e (Regulação) no Grupo Condutor da Rede de Atenção às Urgências da Região Metropolitana de Fortaleza Ampliada;
- Construção de 13 UPAs: 04 Fortaleza (Autran Nunes, Messejana/Coaçu, Praia do Futuro e Canindezinho); 01 em Caucaia; 01 em Maranguape; 01 no Pecém; 01 em Pentecoste; 01 em Horizonte, 01 no Euzébio, 01 em São Benedito, 01 em Canindé, 01 em Aracoiaba, estando 06 em funcionamento e 07 em fase de implantação, em processo de aquisição de equipamentos médico-hospitalares e mobiliários;
- Implantação da 1ª Etapa da Linha de Cuidado do AVC no Hospital Geral de Fortaleza;
- Aprovação de 02 projetos de pesquisa no Pesquisas Prioritárias para o SUS - PPSUS-Rede: Cuidado farmacêutico para as Redes de Atenção à Saúde no Ceará: proposta de um modelo

integrado; Farmácias Vivas: Desenvolvimento de Técnicas de Controle de Fitoterápicos no SUS, resultado de parcerias com as instituições de ensino para o desenvolvimento de pesquisas em serviço;

- Assessoramento técnico para a implantação do Serviço de Atenção Domiciliar - SAD em 07 municípios: Maranguape, Crato, Maracanaú, Cascavel, Horizonte, Eusébio e São Gonçalo do Amarante e aos demais municípios elegíveis;
- Realização de convênio com o Hospital São Raimundo do município de Crato, passando de 31 para 32 o número de Hospitais Polo que prestam atendimento de média e alta complexidade em 05 clínicas especializadas, contribuindo para a redução de 30% nas transferências para Fortaleza;
- Monitoramento na utilização da Caderneta da Gestante em 104 municípios, através de supervisões em 11 CRES, pela equipe da Gestão da Atenção Primária, com a instituição do Comitê Estadual de Mortalidade Materna, Infantil e Neonatal e implementação e revisão dos Comitês Regionais e Municipais de Mortalidade Materna, Infantil e Neonatal;
- Realização de visitas as maternidades das regiões Norte, Centro e Sul do Estado para avaliação e reordenação das ações voltadas ao atendimento no pré-parto, parto e pós parto imediato, observando as responsabilidades da gestão municipal e dos profissionais das equipes do Estratégia de Saúde da Família - ESF, destacando-se os fluxos para essa assistência;
- Elaboração do Curso de Formação de Facilitadores em Urgência e Emergência da Rede SUS do Estado para 4.000 profissionais: médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e socorristas, com proposta de aditivo para estender a quantidade para 15.800 profissionais;
- Articulação junto ao Ministério da Saúde para: financiamento diferenciado dos leitos de UTI que servem de retaguarda para Rede de Urgência e financiamento/incentivo das 06 Portas de Entrada nas Regiões de Saúde de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú;
- Constituição do grupo operacional da Rede de Atenção às Urgências – RAU/CE, composto pela equipe do Núcleo de Atenção à Urgência e Emergência;
- Apresentação para os coordenadores regionais da Política de Atenção às Urgências das propostas pela RAU e diretrizes para construção dos Planos de Ação Regional – PAR;
- Realização de 11 fóruns regionais com gestores municipais, diretores de hospitais, SAMUs para desenho da RAU e elaboração do PAR, nas 4 regiões de saúde inseridas na Região Metropolitana de Fortaleza Ampliada (Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Cascavel);
- Promoção dos cursos: de aperfeiçoamento em Vigilância Alimentar e Nutricional para os 184 municípios, com a adesão de 111 municípios, tendo como produto a construção de 72 planos de ações em Vigilância Alimentar e Nutricional, a serem executados já a partir de 2012; de Atualização clínica para odontólogos do Estratégia de Saúde da Família, dos CEOs e outros profissionais da saúde, na área da Saúde Bucal (248 participantes); de aperfeiçoamento para gestores dos Centros de Especialidades Odontológicas Regionais (30 participantes); do III e IV Curso de Atualização Farmacêutica, com a participação de 500 farmacêuticos profissionais; de Fitoterapia Aplicada ao Cultivo de Plantas medicinais e Preparações Caseiras, ofertado para a comunidade; de Aperfeiçoamento na Atenção à Saúde do Adulto;

- Realização do I Fórum Estadual Perinatal da Rede Cegonha e do curso Parto e Nascimento sob o ponto de vista da saúde primária que contou com a participação de 130 profissionais da área de saúde;
- Realização de Oficinas: para avaliação da atenção prestada pela saúde aos beneficiários do Programa Bolsa Família, nos municípios de Juazeiro, Crato, Maranguape, Caucaia, Maracanaú, Fortaleza, Itapipoca e Sobral; de multiplicadores da Capacitação de Saúde Ocular Projeto Olhar Brasil no (Programa Saúde nas Escolas) PSE, (8) nas regiões de Itapipoca, Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Baturité, Quixadá, Limoeiro do Norte e Aracati; para orientação técnica e abordagem aos jovens – Utilização da Caderneta do Adolescente (21); de Protagonismo Juvenil (3); para orientação em aleitamento materno; de Aconselhamento sobre teste de HIV (2) – para orientação em “Educação entre Pares” e de “Aconselhamento sobre teste de HIV” (2) – para profissionais do Estratégia de Saúde da Família e coordenadores municipais de Atenção Básica; e, Oficinas de Monitoramento e Avaliação, com 506 participantes;
- Apoio a implantação dos Comitês de Aleitamento materno nos municípios com Hospitais Amigo da Criança e implantação dos comitês de investigação de óbitos em 06 (seis) hospitais acreditados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança;
- Apoio a implantação e implementação da Rede Amamenta Brasil – 03 Oficinas realizadas nas CRES de Crateús, Crato e Sobral, envolvendo 153 profissionais das CRES, secretarias municipais de saúde e atenção primária dos municípios de abrangência;
- Realização de Fórum sobre câncer de boca, com 167 participantes;
- Realização de visitas técnicas nas Regiões do Cariri e Sobral para implantação do SAMU Ceará e Sala de Estabilização;
- Reestruturação do Comitê Gestor Estadual de Atenção à Urgência e Emergência – representação organizações e não governamentais;
- Dispensação de colírios de 1ª linha na Atenção Básica e de 2ª e 3ª linhas na atenção secundária, referentes às patologias: Catarata, Retinopatia-diabética, Vitrectomias, Degeneração Macular Relacionada a Idade - DMRI – injeções antiangiogênicas intravítreas de Avastin e Lucentis;
- Realização de eventos de informação e capacitação para sobre: Aleitamento Materno e Banco de Leite Humano – 424 profissionais (9); sobre o método Canguru nos hospitais com Unidades Neonatais e 01 oficina sobre o Método Canguru, envolvendo profissionais ligados à assistência de bebês de acentuado baixo peso, envolvendo 25 profissionais atuantes em unidades neonatais, do Estado, dos municípios de Fortaleza; a Saúde do Homem para gestores e profissionais de saúde; a saúde mental para gestores e profissionais da saúde;
- Elaboração de Normas Operacionais para a busca ativa de câncer de boca nos Centros de Especialidades Odontológicas Regionais;
- Apoio às Secretarias municipais e CRES na organização do Atendimento de Saúde ao Adolescente em conflito com a Lei;
- Realização de 02 Seminários Integrados de Política de Saúde na Escola – PSE para gestores;

- Elaboração de critérios de priorização para as salas de estabilização, com aprovação da CIB e do Ministério da Saúde;
- Aquisição de material educativo sobre Dengue para todas as Unidades de Saúde dos 184 Municípios do Estado;
- Capacitação de monitores regionais em Dengue (107); em análise de óbitos para UPAS do Autran Nunes e Coaçu; em Saúde Ocular no Projeto Olhar Brasil e Programa Saúde nas Escolas – PSE, com a participação de 243 profissionais da Saúde e da Educação de 87 Municípios; nos Sistemas de Informação SISPART e SIS Pré-natal da Rede Cegonha, para 50 Profissionais das Coordenadorias Regionais de Saúde e dos Municípios sede; sobre a Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável – ENPACS para os municípios das CRES de Russas e Limoeiro do Norte. 100% dos coordenadores de Alimentação e Nutrição, coordenadores municipais de Atenção Básica e das coordenadorias regionais envolvidas; e para profissionais da rede de atenção às urgências (102) e profissionais de atenção à saúde (556);
- Implantação/implementação de serviços especializados de Saúde do Trabalhador em 01 Região de Saúde;
- Assessoramento: na elaboração dos Planos de Ação regional das Redes Temáticas (Cegonha e rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência); aos municípios para organização do serviço de Atenção à Saúde do Homem; para desenvolvimento das ações voltadas para a saúde do adulto e agravos prevalentes; às 22 Coordenadorias Regionais de Saúde CRES para implementação dos Planos de Organização da Rede de Atenção às Urgências; aos municípios contemplados com Unidades de Pronto Atendimento – UPA (Resolução CIB 109/2009 e PAC 2).

PROGRAMA 065 - PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA À SAÚDE

O programa objetiva a observação e análise permanente da situação de saúde da população, articulando-se em um conjunto de ações destinadas a controlar determinantes, riscos e danos à saúde de populações, garantindo a integralidade da atenção, o que, inclui tanto a abordagem individual como coletiva. A vigilância tem como componentes as áreas de: Vigilância Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e Saúde do Trabalhador, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Implementar o Sistema de Prevenção e Controle de Infecção nos 07 (sete) hospitais da Rede SESA.	7
Implantar o Programa de Vigilância de populações expostas às substâncias químicas em 96 municípios do Estado.	85
Qualificar 5.000 profissionais da área de Vigilância em Saúde.	7.002

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Visitas de monitoramento a 30 municípios, objetivando ampliar a busca ativa de casos de Tuberculose, a avaliação e a atualização do sistema de informação e o controle dos exames de baciloscopia e cultura;
- Capacitações para atualização e aperfeiçoamento no manejo clínico de Tuberculose para 912 profissionais de saúde e do sistema prisional;
- Implantação da prova tuberculínica - PPD em 16 serviços de referência em AIDS, no hospital universitário da UFC e na UNIFOR;
- Realização de inquérito de Tuberculose no Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II - IPPOO II e Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto - CPPL II;
- Realização de Campanha de Prevenção de Acidentes de Trabalho para 200 trabalhadores;
- Realização de ato público de prevenção de acidentes de trabalho em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho para 1.800 trabalhadores da Construção Civil na obra do Castelão;
- Capacitação na área de Saúde do Trabalhador para profissionais do SUS, com 105 participantes; para profissionais dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador – CEREST, com 250 participantes;
- Ampliação do serviço de notificação e investigação dos acidentes de trabalho grave/fatal, com mutilações e acidentes de trabalho em crianças e adolescentes relacionados ao trabalho, para 16 municípios das Regiões de Sobral/Ibiapaba e Cariri/Centro Sul;
- Capacitação de 7.002 profissionais nas áreas de Vigilância Epidemiológica (682), Vigilância Ambiental (128), Vigilância Sanitária e Infecção Hospitalar (382), Endemias (3.060), DST/Aids (441), Tuberculose (912), Imunização (383), Hanseníase (679) e Informação em Saúde (335);
- Realização de Oficina sobre a Saúde dos Trabalhadores Portuários de Fortaleza, com a participação de 108 trabalhadores portuários e profissionais de saúde;
- Monitoramento dos registros dos agravos de notificação de Saúde do Trabalhador junto aos Sistemas de Informação do SUS;
- Assessoramento técnico aos gestores de saúde e coordenadores de CERESTs para expansão e qualificação dos serviços sentinelas na rede de Saúde do Trabalhador;
- Assessoramento técnico em Coordenadorias Regionais de Saúde, CERESTs e municípios na área de atenção integral à Saúde do Trabalhador;
- Realização de pesquisa em 21 municípios para identificação de casos de Esquistossomose e outras Geohelmintases em escolares de 07 a 14 anos;
- Continuação da pesquisa sobre Acidente Vascular Cerebral (2009 a 2012) em dezenove hospitais de Fortaleza, em parceria com o Instituto de Responsabilidade Social do Hospital Albert Einstein (IRSHAA) de São Paulo;
- Aquisição de 02 veículos cabine dupla e 500 rolos de tela de nylon industrial para implementação das ações de prevenção e controle da dengue;

- Distribuição de 183 kits de anafilaxia para aplicação de penicilina para controle da sífilis;
- Implementação do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos – PARA;
- Ampliação de testagem do HIV em gestantes com a implantação do projeto estadual de redução da transmissão vertical do HIV, aumentando de 14.236 exames em 2009 para 88.030 exames realizados em 2010 e 2011 e 49.349 em 2012 (dados parciais até outubro);
- Implantação do Teste Rápido (HIV e Sífilis) na Atenção Básica e ampliação do número de executores dos Testes Rápidos em 41 Maternidades do Estado;
- Lançamento do Plano Estadual de Enfrentamento às doenças crônicas não transmissíveis;
- Formação dos Comitês: Estadual das Doenças Crônicas não Transmissíveis envolvendo membros da Sociedade Civil e profissionais de saúde da SESA e do Comitê para fortalecimento de parceria com a Secretaria de Justiça e Cidadania para melhoria das ações de saúde das pessoas privadas de liberdade;
- Reativação do Comitê de Controle de Infecção de Serviços de Saúde e implementação do Sistema de Prevenção e Controle de Infecção em 07 (sete) hospitais da rede SESA.



DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS é responsável pela condução da Área Temática “Desenvolvimento Social e Trabalho”, na qual são desenvolvidas as políticas públicas de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda, Segurança Alimentar e Nutricional, e Atenção ao Segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. As ações desenvolvidas nesta área objetivam a promoção da inclusão social de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, o que exige a definição de diretrizes e o desenvolvimento de políticas capazes de enfrentar a multidimensionalidade da questão social, um dos maiores desafios postos ao poder público nas diversas esferas de atuação.

A Política de Assistência Social, que tem por centralidade a superação da extrema pobreza, o enfrentamento às desigualdades sociais e o desenvolvimento das famílias, é implementada pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS e organizada por níveis de complexidade em Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE.

O SUAS adota um modelo de gestão descentralizado e participativo, o que pressupõe gestão compartilhada, cofinanciamento da Política pelas três esferas de governo e definição das competências técnica-política da União, Estados e Municípios, conforme Norma Operacional Básica - NOB/SUAS. De acordo com tais diretrizes, o Governo do estado assume o papel de coordenador do Sistema Estadual de Assistência Social, devendo exercer a função de realizar, de forma sistemática e continuada, o assessoramento e capacitação dos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas de Assistência Social.

As ações de Proteção Social Básica, destinadas à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social, estão configuradas no monitoramento dos 369 Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, distribuídos nos 184 municípios. Destes, 103 são cofinanciados pelo Estado, além de outras unidades públicas de assistência social e entidades/organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS, que recebem recursos para o desenvolvimento de suas ações. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, possibilitando a superação das situações de vulnerabilidade e risco social. Ressalta-se, ainda, as ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos implementadas através dos projetos voltados para idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes dentro dos critérios estabelecidos.

A Proteção Social Especial norteia o atendimento a crianças e adolescentes, famílias e indivíduos com direitos violados, mediante serviços de média e alta complexidade. Tais serviços são prestados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, unidades de atendimento de abrangência municipal ou regional; pelos Centros Educacionais de Medidas Socioeducativas e Unidades de Abrigamento. Nesses espaços são ofertados serviços de proteção a indivíduos e famílias vítimas de violência, maus tratos e outras formas de violação de direitos. Concernentes as ações visando a PSE, destacam-se a continuidade do trabalho de redimensionamento do sistema socioeducativo

e a construção da Unidade de Internação Masculina de Fortaleza de Atendimento a Adolescentes em Medidas Socioeducativas, em conformidade com os parâmetros arquitetônicos e pedagógicos definidos pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, o qual regulamenta as medidas socioeducativas estabelecidas no art. 112 do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

O Programa de Apoio às Reformas Sociais do Ceará - PROARES II exerce um papel importante para a Política de Assistência Social à medida que possibilita a ampliação da rede de atendimento a crianças e adolescentes. Foram implantados e inaugurados 31 equipamentos sociais, com capacidade de atendimento para 10.465 crianças, adolescentes e jovens, em 17 municípios.

A Política de Geração do Trabalho, Emprego e Renda é desenvolvida por meio de ações que focam a ampliação das oportunidades de geração de ocupação, trabalho e renda, a exemplo de projetos como o “Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade”; “Desenvolvimento e Gestão de Políticas da Juventude”, “Inclusão Produtiva”, “Desenvolvimento do Artesanato” e “Economia Solidária e Empreendedorismo”.

Com relação ao Projeto “Trabalho Competitivo Alcançando a Empregabilidade”, a ação insere-se no Sistema Nacional de Emprego – SINE em parceria com o Ministério de Trabalho e Emprego – MTE e objetiva promover a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, com base em contínuo processo de formação social e profissional.

O Projeto “Desenvolvimento e Gestão de Políticas para Juventude”, segmento populacional priorizado na atual gestão, compõe a Programação da Coordenadoria da Juventude, desenvolvido de forma articulada com outras ações de governo por meio do Programa Multissetorial - Promoção da Juventude. As ações contribuíram para a inserção de 7.312 jovens aprendizes e estagiários e qualificação 16.014 jovens nos projetos Primeiro Passo e CE-Jovem Aprendizagem em serviço.

Os Projetos de Inclusão Produtiva são voltados para impulsionar as atividades que vão gerar bens e serviços, com o objetivo de aumentar as oportunidades de ocupação e renda para os mais pobres e para juventude. Com essa finalidade destacam-se os projetos: “Construção e Aquisição de Equipamentos para o Centro de Profissionalização Inclusiva em Fortaleza”, a “Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras do Iguape” e os “Bancos Comunitários”. Tais empreendimentos serão importantes polos potencializadores de qualificação profissional para pessoas com deficiência e de geração de renda para os micro empreendedores e artesãos individuais dos municípios selecionados.

Vale ressaltar, ainda, os projetos comprometidos com a ampliação da capacidade de conhecimentos e competências de trabalhadores, por meio das ações de qualificação e encaminhamento para o mercado de trabalho. Nesse conjunto, merece ênfase os projetos “E – Jovem”, “Primeiro Passo”, “CE – Jovem” e “Juventude Empreendedora”, que se direcionam à capacitação de jovens e inserção no mercado de trabalho, na condição de estagiários, aprendizes e trabalhadores.

O Artesanato do Ceará, atividade econômica inclusiva, com vocação produtiva natural e forte potencial de geração de ocupação, trabalho e renda, é fomentado pelo “Programa de Desenvolvimento do Artesanato”, que tem por finalidade integrar a cadeia produtiva local, valorizar a identidade cultural cearense, promover inserção sócio-produtiva do artesão, estimular práticas associativistas e fixar o artesão no seu local de origem.

A estrutura de comercialização do artesanato é composta por sete lojas, sob a gestão da Central de Artesanato do Ceará – CEART, cinco localizadas no município de Fortaleza e duas no interior do Estado, Aracati (Canoa Quebrada) e Guaramiranga. No ano de 2012 foram comercializadas 115.124 peças artesanais, com volume de vendas da ordem de R\$ 2.185.176,50.

A Economia Solidária, outra prática socioprodutiva, é fundamentada em um modelo de organização da produção, distribuição e consumo baseado na igualdade de direitos e responsabilidades coletivas. Os empreendimentos econômicos solidários e entidades que compõem a rede no Ceará, contam, nos seus processos decisórios, com a participação de todos os envolvidos. Na busca pelo fortalecimento da Economia Solidária foram: executadas metas de qualificação social e profissional de grupos produtivos, bem como realizados eventos para possibilitar escoamento, distribuição e consumo de produtos e serviços. Além disso, foram fomentados arranjos produtivos locais, cadeias produtivas e organizadas as demandas sociais.

As ações visando o Empreendedorismo foram impulsionadas através da implementação de uma coordenadoria específica que tem como objetivo a disseminação da cultura empreendedora no Estado, com base nas estratégias de apoio à capacitação, formalização de empresas, apoio técnico e acesso ao microcrédito orientado. Nesse sentido, destaca-se o empenho na elaboração do Plano Integrado de Empreendedorismo do Ceará. Ressalte-se, ainda, que a Coordenadoria atua no sentido de fortalecer o Fórum Regional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte do Ceará, por meio de uma agenda integrada de trabalho com 21 instituições que compõem o referido Fórum.

A Política Pública de Segurança Alimentar e Nutricional surge como esteio do combate a fome e a desnutrição no âmbito do Estado do Ceará, amplamente definida em conformidade com os princípios e diretrizes nacionais, fundamentada através do Art 6º da Constituição Federal e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN que cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. O Programa de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, com ações organizadas em três eixos de atuação (apoio à produção, comercialização e consumo), está estruturado para desenvolver projetos e metas intersetoriais envolvendo Governo e Sociedade, com vistas a difundir a Política e garantir a oferta e o acesso a alimentos por parte da população em situação de vulnerabilidade.

Na esfera estadual a Política de SAN vem sendo construída, e seus marcos regulatórios já são uma realidade, com a criação da LOSAN estadual, o SISAN, a instalação da Câmara Intersetorial de SAN - CAISAN e a elaboração do Plano Estadual de SAN, que habilita o Ceará a fazer parte do SISAN

Nacional, acessar recursos e implementar ações numa perspectiva intersetorial e articulada com o Plano de Governo e demais instrumentos estaduais de planejamento. No âmbito da STDS, as ações executadas objetivam implementar o SISAN em todo o Estado, apoiar a construção dos marcos regulatórios municipais, capacitar e formar agentes locais de SAN e ampliar o acesso a alimentação, contribuindo para assegurar o direito humano a alimentação adequada.

Um dos destaques conferidos à Política de SAN é o Restaurante Popular “Mesa do Povo”, que presta serviço de oferta de alimentos de baixo custo, tendo ofertado 347.625 refeições. O público beneficiário do restaurante é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco, de insegurança alimentar e nutricional.

No âmbito das políticas focais em defesa dos direitos humanos e do respeito à diversidade sexual, aponta-se o fortalecimento das ações voltadas ao segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTT. As ações da Coordenadoria se destacam pela articulação e atendimento de demandas com foco no enfrentamento aos obstáculos históricos e aos estigmas sociais gerados por preconceito e discriminação a esses segmentos populacionais.

O Conselho Consultivo do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP disponibilizou recursos complementares, com o objetivo de oportunizar o desenvolvimento de ações governamentais, na perspectiva de fortalecer assistência as populações pobres com renda per capita de até ½ salário mínimo, possibilitando-lhes em curto prazo as condições mínimas de sobrevivência e em médio e longo prazo o desenvolvimento sócio-produtivo.

Para o alcance dos resultados esperados, o FECOP investiu nos programas da STDS recursos na ordem de R\$ 76.634.354,94, totalizando 37 projetos financiados (ações de capacitação e de fomento), sendo 20 na área de Assistência Social, 02 na Segurança Alimentar e 15 na Inclusão Produtiva.

O desempenho das ações da Política de Assistência Social demonstra que a STDS vem ampliando sua capacidade de prestação de serviços a sociedade. Em relação ao indicador famílias com renda ampliada e acesso à Assistência Social, registrou-se crescimento de 17,15% no período.

Concernente à Política do Trabalho, observa-se um declínio entre os números de 2011 e 2012 no que diz respeito aos resultados do indicador “trabalhadores colocados e recolocados no mercado de trabalho”, provavelmente influenciado pela repercussão da crise econômica mundial. Verifica-se também uma diminuição do número de “trabalhadores qualificados” entre os dois últimos anos, situação decorrente da repactuação das ações contempladas no Plano Territorial de Qualificação – PlanTeq com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE as quais foram remanejadas para o ano de 2013. Corroborou também para a diminuição observada, o fato das ações de qualificação executadas nos Centros de Inserção Tecnológica e Social – CITS, somente ter sido implementados no segundo

semestre de 2012. Embora observe-se uma variação negativa entre os dados de 2011 e 2012, a análise da série histórica dos últimos seis anos mostra que no número de trabalhadores colocados e recolocados no mercado de trabalho houve um incremento de 8,91% entre 2007 e 2012. Quanto ao total de trabalhadores qualificados, em 2007, as ações realizadas no âmbito da STDS alcançaram 32.602 trabalhadores e, em 2012, 40.960, evidenciando-se uma variação positiva de 25,64% no período.

Os avanços obtidos nesta Área Temática podem ser constatados por meio da evolução dos Indicadores de Resultados Setoriais referentes ao período de 2007 a 2012, expressos no quadro abaixo:

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES - 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Famílias com renda ampliada e acesso a Assistência Social	941.445	929.118	955.624	1.019.600	1.055.612	1.102.921
Trabalhadores colocados e recolocados no mercado de trabalho	73.730	79.520	89.274	91.616	94.365	80.298
Trabalhadores qualificados	32.602	35.576	38.247	44.671	46.015	40.960

RECURSOS

Para viabilizar a execução da Área Temática “Trabalho e Desenvolvimento Social” foram alocados recursos orçamentários da ordem de R\$ 191.365.803,66 para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais e Multissetoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 049 – TRABALHO, EMPREGO E RENDA

O Programa objetiva coordenar, executar e monitorar atividades que visam proporcionar aos trabalhadores o atendimento integrado na área do trabalho em todo território cearense, através das ações: orientação e intermediação para emprego; a qualificação social e profissional; atendimento do seguro desemprego; fomento ao artesanato; empreendedorismo e economia solidária; acesso ao crédito; e, produção de informações sobre o mercado de trabalho, em consonância com as diretrizes do Programa SINE - Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. O Programa apresenta as seguintes metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Inserir 82.116 trabalhadores no mercado de trabalho formal	80.298
Realizar 12 pesquisas de emprego e desemprego na RMF	12
Habilitar 178.244 trabalhadores ao benefício do seguro desemprego	183.351
Qualificar e Requalificar 6.653 trabalhadores	6.721
Qualificar 1.750 artesãos	7.072
Apoiar 57 entidades artesanais e grupos produtivos	114
Cadastrar 5.500 artesãos	4.150
Realizar 2.250 operações de microcrédito	1.000
Capacitar 2.724 empreendedores	4.580

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Implantação e operacionalização do trabalho de articulação do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC junto às prefeituras, à rede federal de educação profissional e aos públicos do Bolsa Família e do Seguro Desemprego;
- Cadastramento de 162.505 trabalhadores para colocação no mercado de trabalho;
- Encaminhamento de 3.035 trabalhadores para qualificação profissional através das Unidades de Atendimento do SINE/IDT;
- Participação de 32.422 trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho;
- Realização de 252.010 encaminhamentos para preenchimento de vagas no mercado de trabalho;
- Qualificação de 436 jovens em atividades empreendedoras;
- Captação de 135.831 vagas de emprego junto às empresas;
- Prestação de 62.000 serviços domiciliares através do Centro do Trabalhador Autônomo;
- Qualificação de 3.500 pessoas desenvolvendo competências para atividades geradoras de renda;
- Realização de 08 Seminários em 2012, em cidades do interior e Fortaleza, com participação de empreendedores de todo o Estado. Esse debate terá continuidade, com diversos segmentos afins, para conclusão das diretrizes e ações do referido Plano;
- Realização de 139 eventos de qualificação e requalificação de empreendedores, visando à melhoria das competências para o mercado de trabalho, com 4.580 empreendedores capacitados.

PROGRAMA 050 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa objetiva viabilizar ações de vigilância sócio assistencial, de defesa de direitos, de proteção social, concessão de benefícios, serviços, programas e projetos que possam “prover a proteção à vida, reduzir danos, monitorar populações em riscos e prevenir a incidência de agravos à vida em face das situações de vulnerabilidade que as famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana”.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Atender 8.500 crianças, adolescentes e jovens em ações esportivas, intercâmbios, identificação de talentos, protagonismo juvenil e outros.	10.465
Prestar assessoramento técnico aos 184 municípios.	184
Capacitar 1.845 profissionais das equipes municipais da Proteção Social Básica e do banco de dados do CADÚNICO	901
Assegurar o cofinanciamento das ações do Programa de Atendimento Integral às Famílias - PAIF em 123 municípios, através dos CRAS.	103
Ampliar para 45 o número de CREAS com o serviço de atendimento das medidas em meio aberto.	45

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Elaboração dos Manuais Técnicos Pedagógicos e capacitação das equipes municipais para a execução das atividades nos equipamentos sociais;
- Criação e implantação do sistema de monitoramento dos equipamentos sociais em funcionamento;
- Capacitação de 1.234 pessoas da entidade executora do programa e dos municípios beneficiados;
- Inauguração 31 equipamentos sociais em 17 municípios beneficiados pelo Programa;
- Elaboração do Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo;
- Atendimento a 1.765 crianças de 0 a 5 anos em Centros de Educação Infantil;
- Atendimento a 4.500 famílias em situação de vulnerabilidade social nos Centros de Referência da Assistência Social - CREAS;
- Capacitação e assessoramento na Política de Assistência Social com 530 participantes, gestores, técnicos e conselheiros municipais de assistência social, abrangendo 183 municípios;
- Monitoramento de 373 CRAS, em 184 municípios, para a consolidação do SUAS no âmbito da PSB;
- Fortalecimento da Rede Socioassistencial, subvenção social, com 48 entidades conveniadas assegurando o acesso de 4.020 pessoas a serviços prestados pela rede não governamental;
- Apoio ao atendimento de 5.627 famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio do Projeto Família: Desafio e Inclusão Social, em Fortaleza;
- Atendimento a 6.800 famílias vulneráveis pelo projeto Estação Família em 68 municípios;
- Atendimento a 17.900 pessoas através de ONGs da rede de proteção social;
- Capacitação de 190 técnicos das equipes municipais responsáveis pelo Cadastramento Único e Programa Bolsa Família de 184 municípios cearenses;
- Apoio a gestão municipal do Cadunico resultando em 2.102.693 famílias cadastradas em 184 municípios com revisão cadastral efetivada;
- Assessoramento e acompanhamento a 184 Municípios na execução do Pro jovem Adolescente que atende 43.544 adolescentes no Ceará;

- Atendimento 106.500 famílias por meio do PAIF e do Estação Família;
- Garantia do co-financiamento dos benefícios eventuais em 93 municípios;
- Atendimento de 4.830 pessoas através de ONGs da rede de proteção social por meio de subvenções;
- Implantação de 02 CREAS Regional;
- Retiradas 18.675 crianças e adolescentes do trabalho infantil;
- Atendimento a 25 adolescentes e jovens usuários de substâncias psicoativas;
- Implantação do cofinanciamento para 39 CREAS municipais;
- Implantação do Projeto “CEART Incluir” para iniciação profissional na área de artesanato para 60 adolescentes privados de liberdade e famílias;
- Implantação do Projeto Geração Livre no Centro Educacional Patativa do Assaré para 80 adolescentes e jovens.

PROGRAMA 051 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa objetiva desenvolver projetos voltados à difusão da segurança alimentar e nutricional, como direito fundamental do ser humano.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Implantar em 21 municípios os mecanismos de gestão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.	28
Instituir processos continuados de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada, com o desenvolvimento de 97 ações de capacitação.	49
Assessorar 46 municípios do estado na implementação dos conselhos estadual e municipais de segurança alimentar e nutricional.	46
Fornecer 369.600 refeições para público em situação de insegurança alimentar e nutricional no Restaurante Popular Mesa do Povo.	347.625

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Instituição da Câmara Intersetorial de SAN-CAISAN Ceará;
- Elaboração do Plano Estadual de SAN, em parceria com 15 secretarias de governo;
- Produção de Material didático em SAN para subsidiar assessoramentos, capacitações, Guia de Dinâmicas em SAN - Manual de Orientações para implantação da Política de SAN em âmbito municipal;
- Assessoramento a municípios para criação dos marcos regulatórios para implantação do SISAN;
- Realização do projeto “Capacitação Integrada em SAN”, em parceria com Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, envolvendo os profissionais de equipamentos públicos de

alimentação e nutrição, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos, de 32 municípios;

- Funcionamento do Restaurante Popular proporcionando acesso a refeições nutricionalmente balanceadas e a preço acessível, a 1400 pessoas diariamente;
- Apoio a 02 projetos de entidades sociais no âmbito estadual, habilitadas para o acesso a recursos de subvenção social.

PROGRAMA 052 – APOIO AO SEGMENTO LGBTQTT

O Programa objetiva enfrentar todos os tipos de preconceitos e discriminações à população LGBTQTT cearense, na busca pela efetivação da promoção dos Direitos Humanos.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Implantação da primeira Rede Estadual de recebimento, acompanhamento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos, crimes correlatos por homofobia	Rede implantada
Realizar 16 campanhas educativas de prevenção às DST/HIV e enfrentamento à homofobia.	16

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de 11 capacitações em Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e sobre a legislação vigente, envolvendo 1.563 pessoas;
- Realização de 6 eventos culturais, com a participação 1.513.120 pessoas sensibilizadas para o enfrentamento da homofobia através da arte e do conhecimento da cultura LGBTQTT cearense;
- Realização de 22 ações de Prevenção as DST/HIV/Aids com atendimento a 6.890 pessoas;
- Atendimento a 126 pessoas por meio da Rede Estadual de recebimento, acompanhamento e encaminhamento de denúncias de violações de direitos humanos, crimes correlatos por homofobia.



CULTURA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma política de cultura com o objetivo de consolidar, resgatar e universalizar o total acesso ao patrimônio material e imaterial cultural cearense, via valorização, inclusão, promoção e oferta de oportunidades, em suas diversas áreas, ao conjunto da sociedade, de maneira democrática e participativa. A atual política estadual da cultura encontra-se integrada à política de cultura da União, por intermédio do Plano e do Sistema Nacional de Cultura, que articula, organiza e integra as administrações federal, distrital, estaduais e municipais, bem como contempla e interage com os demais atores culturais da sociedade brasileira. O Sistema Estadual de Cultura é coordenado e gerenciado pela Secretaria da Cultura – SECULT, que tem a atribuição de implementar, acompanhar e monitorar as informações dos indicadores estabelecidos no Plano Estadual de Cultura.

A atuação da SECULT tem como vertentes a promoção, documentação e difusão das atividades artísticas e culturais; a defesa do patrimônio histórico, arqueológico e paisagístico, artístico e documental; o incentivo e estímulo à pesquisa em artes e cultura. Para a concretização do objetivo de desenvolver a cultura e democratizar seu acesso, a atual gestão se utiliza de instrumentos legais que estabelecem as suas principais atribuições institucionais, como o planejamento, a normatização, a coordenação, a execução e a avaliação da política cultural do Estado.

Considerando o número de entidades da cultura apoiadas, observa-se um crescimento de 263,10%, passando de 168, em 2007, para 610 entidades apoiadas em 2012. Em relação aos Profissionais da cultura apoiados, verifica-se um expressivo aumento no período analisado, passando de 423 em 2007 para 15,7 mil profissionais apoiados em 2012.

Os eventos culturais realizados e equipamentos culturais disponibilizados, em idêntico intervalo de tempo, evoluíram de 2,1 mil para 3,3 mil eventos realizados e de 114 para 212 equipamentos disponibilizados, demonstrando acréscimos de 55,09% e 85,96%, respectivamente. Em 2007, 5,9 mil pessoas foram assistidas em ações de formação cultural, enquanto em 2012, 11,1 mil pessoas foram assistidas, registrando-se um incremento de 86,08% no período. Esses avanços são influenciados por diversas ações que vêm sendo desenvolvidas pela atual gestão. No ano de 2012, a política cultural do Estado prossegue com a implementação de projetos inovadores, dentre os quais a criação da Pinacoteca do Estado do Ceará que, inicialmente, abrigará um acervo com mais de duas mil obras de arte, contendo a mais importante coleção do país do pintor Antônio Bandeira, incorporando ainda cerca de 50 obras de autores cearenses. Nesse equipamento cultural também será mantido um núcleo de restauro e conservação com finalidades multiplicadoras de formação na área e em outras análogas.

A implantação do Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Ceará é outro importante projeto, que envolve a realização de audiências públicas e outros processos necessários junto aos poderes Executivo e Legislativo dos 184 municípios do Estado do Ceará, com a finalidade de incentivar a implantação de mais 16 arquivos públicos municipais, de caráter histórico, ancorados no Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Ceará.

Na consecução da política cultural desenvolvida pela SECULT são ainda apoiados e realizados eventos, com destaque para as bienais, festivais, editais e feiras culturais, dentre outros, os quais somam-se aos resultados das ações efetivadas nos seus equipamentos, que utilizam uma dinâmica, rica e diversificada, programação de ações culturais ao longo de todo o ano, a saber: Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Arquivo Público do Estado do Ceará, Centro Cultural Bom Jardim, Escola de Artes e Ofícios Thomas Pompeu Sobrinho, Theatro José de Alencar, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, Museu do Estado do Ceará, Museu da Imagem e do Som, Museu Sacro São José do Ribamar, Casa de Juvenal Galeno e Sobrado Dr. José Lourenço. Ressalta-se o importante peso das ações realizadas pelos Sistemas Estaduais da Cultura do Ceará, que compreende os Museus, Teatros, Bibliotecas, Arquivos Públicos e Bandas de Músicas.

Permanece a intensificação das articulações entre as esferas de governo, agentes sociais, econômicos e culturais, e o estabelecimento de parcerias com os municípios, organizações sociais e em empresas públicas e privadas merecendo destaque os seguintes eventos: Festival de Música no Maciço de Baturité; V Festival de Teatro do Vale do Jaguaribe; Gólgota - Paixão de Cristo de Fortaleza; X Bienal internacional do Livro; XII Festival Internacional de Dança de Fortaleza e Itinerante do Ceará e o Encontro Mestres do Mundo 2012-2014 – Limoeiro do Norte.

Com base nesse direcionamento e com o intuito de verificar a efetividade da atual política cultural do Estado, foram definidos resultados estratégicos, mensurados por indicadores, os quais apresentaram evolução positiva no período 2007/2012, por intermédio das ações vinculadas aos Programas Temáticos Memória Cultural, Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará e Incentivo à Leitura e ao Conhecimento, além do Programa Multissetorial Promoção da Juventude, apontando para o alcance de resultados exitosos no campo socioeconômico cultural.

CULTURA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007- 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Entidades da cultura apoiadas	168	278	390	681	686	610
Pessoas assistidas em ações de formação cultural	5.969	16.336	73.800 ⁽¹⁾	38.789	15.689	11.107
Profissionais da cultura apoiados	423	458	1.475	3.934	15.579	15.659
Eventos culturais realizados	2.120	3.329	8.669	8.889	2.320	3.288
Equipamentos culturais disponibilizados	114	14	157	202	212	212

Fonte: SECULT

Nota: ⁽¹⁾ Neste ano, implementou-se o Programa Formação em Rede, capacitando 45.500 pessoas em todo o Estado

RECURSOS

Para viabilizar a atual política da Secretaria da Cultura foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários no valor de R\$ 45.039.706,62, na implementação das ações dos Programas Temáticos Setoriais e Multissetoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 006 - MEMÓRIA CULTURAL

O Programa objetiva modernizar, ampliar e difundir os acervos de informações culturais e reconhecer, registrar e preservar os patrimônios material e imaterial.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Recuperar 1 prédio histórico nas macrorregiões do Estado.	4
Incentivar, assessorar e monitorar 96 museus no Estado do Ceará cadastrados no SEM/CE.	96
Selecionar, reconhecer e apoiar, por ano 60 Mestres da Cultura Tradicional Popular até 2015.	58

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Aprovação do projeto denominado Implantação de Sistema Estadual de Documentação e Arquivos do Ceará, marco inicial da formação de uma equipe de profissionais que se farão presentes em uma primeira etapa, aos municípios cearenses de Sobral, Aracati, Quixeramobim, Tauá, Granja, Icó, Camocim, Russas, Crato e Juazeiro do Norte, com vistas à realização de diagnósticos e mapeamentos da situação do patrimônio documental público dos referidos municípios, encontrados em Prefeituras, Câmaras Municipais, Fóruns, Paróquias e Cartórios, que possam subsidiar os poderes executivos locais na criação de seus arquivos públicos;
- Recuperação da cobertura do Arquivo Intermediário, Anexo do Arquivo Público do Estado, prédio antigo que já foi sua sede principal;
- Reforma do prédio do Cinema São Luiz, adquirido pelo Estado e reformado para receber a Secretaria da Cultura do Estado, que passou a operar no novo endereço a partir do mês de março de 2012;
- Reforma e adaptação do Teatro José de Alencar, com construções de rampas na entrada de acesso principal do Teatro, na entrada de acesso lateral leste e lateral oeste e na entrada da fachada posterior, além da implantação de infraestrutura para instalação de elevador no palco principal e reforma e adaptação de banheiros, para atender à acessibilidade;
- Restauração da Igreja Nossa Senhora do Desterro, da cidade de Ipu, com verbas repassadas através do Pacto de Cooperação Federativa e sob o acompanhamento técnico da Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural – COPAHC/SECULT.

PROGRAMA 007 - INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ

O Programa objetiva democratizar o acesso aos recursos, produtos e serviços da arte e cultura, favorecendo o desenvolvimento social, cultural e econômico do estado do Ceará.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar e apoiar 08 ações culturais regionais.	8
Realizar e apoiar 10 eventos do calendário cultural do Estado.	8
Apoiar os 100 novos pontos selecionados no II Edital Pontos de Cultura do Estado do Ceará.	49
Conceder 01 Prêmio Alberto Nepomuceno de Música e 01 Prêmio Chico Albuquerque de Fotografia para todo o Estado por meio de seleção pública.	2
Apoiar 40 projetos de demandas espontâneas nos diversos seguimentos culturais.	54

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização das Conferências Municipais e Regionais de Cultura, resultantes dos Encontros Territoriais, com as Oficinas de Cultura. Em todo o Ceará, já foram realizados 13 encontros, nas seguintes regiões: Ibiapaba (sediado em Tianguá); Vale do Acaraú (sediado em Sobral); Litoral Oeste (sediado em Camocim); Sertões de Canindé (sediado em Canindé); Sertões dos Inhamuns (sediado em Tauá); Sertões de Crateús (sediado em Crateús); Maciço de Baturité (sediado em Baturité); Litoral Leste (sediados em Aracati e em Itapipoca); Vale do Jaguaribe (sediado em Limoeiro); Sertões de Quixeramobim (sediado em Quixadá); Centro Sul (sediado em Iguatu) e Cariri (sediado em Barbalha);
- Realização do IX Festival de Música na Ibiapaba - 2012, na cidade de Viçosa do Ceará, de 21 a 28 de julho de 2012, voltado para o desenvolvimento e valorização da música popular brasileira, com um público estimado de 11.000 pessoas, tendo uma participação de cerca de 1.200 alunos em 72 oficinas ministradas por professores e músicos do Ceará e convidados de outros estados, além de shows e aulas espetáculo;
- Realização do I Festival de Música no Maciço de Baturité – 2012, evento de interiorização de formação musical e de música popular e de oportunidade profissional futura, com público presente da ordem de 860 pessoas. Esse festival foi idealizado a partir de uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico cultural, durante o qual foram ocupadas 124 vagas nas oficinas, sendo 59 vagas com alunos participantes, oriundos do município sede Baturité, 35 vagas com alunos dos municípios da região do Maciço de Baturité, a saber: Guaramiranga, Pacoti, Redenção, Aracoiaba, Capistrano, Antônio Diogo, Aratuba, Palmácia e Mulungu, enquanto outras 30 vagas foram preenchidas com alunos dos municípios cearenses de Guaiúba, Fortaleza, Pacatuba, Camocim, Ocara e Quixadá;
- Realização do VII Encontro Mestres do Mundo – 2012, ocorrido no período de 20 a 22 de dezembro de 2012, na cidade de Limoeiro do Norte, com o tema Cantos e Festas do Sertão, que homenageia o centenário de nascimento de Luiz Gonzaga e os 100 anos de publicação do livro Terra de Sol do folclorista cearense Gustavo Barroso, autor de 128 livros;

- Realização do XII Festival Internacional de Dança de Fortaleza e Itinerante do Ceará; do IV Festival Nacional de Humor de Maranguape; do V Festival de Teatro do Vale do Jaguaribe; do Festival Internacional de Artes Cênicas; do IX Edital Ceará de Cinema e Vídeo; do espetáculo Gólgota - Paixão de Cristo de Fortaleza – 2012;
- Apoio a 34 projetos, selecionados através do VI Edital Carnaval do Ceará – 2012, distribuídos nas seguintes categorias: Programação Carnavalesca; Agremiações Carnavalescas – Maracatu; Agremiações Carnavalescas – Escola de Samba; Agremiações Carnavalescas – Blocos; Agremiações Carnavalescas – Cordão, nos municípios de Barbalha, Campos Sales, Canindé, Cascavel, Fortaleza, Horizonte, Ibicuitinga, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Palmácia, Pentecoste, Redenção, Solonópole, Tianguá e Várzea Alegre;
- Apoio a 40 projetos, selecionados pelo II Edital Ceará da Paixão - 2012, nas seguintes categorias: Evento Tradicional Popular; Espetáculo Cênico (Montagem de Espetáculo I); Espetáculo Cênico (Montagem de Espetáculo II); Espetáculo Cênico (Montagem de Espetáculo III) – Capital, nos municípios de Assaré, Barbalha, Baturité, Canindé, Cariré, Cascavel, Crato, Farias Brito, Fortaleza, Horizonte, Juazeiro do Norte, Meruoca, Monsenhor Tabosa, Quixadá, Quixeré, Santana do Cariri, Senador Pompeu, Tauá e Varjota;
- Apoio a 78 projetos, selecionados pelo XIV Edital Ceará Junino - 2012, sendo 20 no Festival de Quadrilhas Juninas e 58 no Apoio aos Grupos Juninos nos seguintes Municípios: Assaré, Altaneira, Baturité, Beberibe, Canindé, Cariré, Cascavel, Caucaia, Crateús, Fortaleza, Horizonte, Iguatu, Ipu, Itapipoca, Itarema, Madalena, Maranguape, Meruoca, Milhã, Missão Velha, Nova Olinda, Pacajus, Pacatuba, Palmácia, Quixelô, São Benedito, São João do Jaguaribe, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tejuçuoca;
- Apoio, através do IX Edital Ceará Natal de Luz – 2012, a 39 projetos relacionados às tradições regionais cearenses do ciclo natalino, distribuídos em 25 Grupos de Tradição Natalina - Pastoris, Reis e Reisados, Lapinha Viva, Presépios, Fandangos e Dramistas, de todas as regiões do Estado. As outras categorias, enquadradas como Festejos Regionais Natalinos, contabilizaram 14 apoios, 9 no interior cearense e 5 na cidade de Fortaleza;
- Apoio, através do VIII Edital Ceará de Incentivo as Artes - 2012, a 127 projetos culturais, sendo 63 na capital e 64 no interior do Estado, distribuídos nas categorias de Literatura, Artes Cênicas – Teatro, Dança e Circo, Música, Artes Visuais e Prêmios.

PROGRAMA 008 - INCENTIVO À LEITURA E AO CONHECIMENTO

O Programa objetiva implantar e modernizar as bibliotecas municipais que compõem o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará e promover o livro, a leitura e a biblioteca na sociedade.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Realizar a X Bienal Internacional do Livro e da Leitura.	1
Participar de eventos (4 nacionais e 2 internacionais).	3 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Dos três eventos realizados, um foi nacional (Semana Eleazar de Carvalho) e outros dois internacionais (Feira Internacional do Livro - Bogotá/Colômbia; Abertura Oficial do Festival de Dança de Buenos Aires e Conexões Latinas – Argentina).

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Doação de 80 mil livros às bibliotecas municipais integradas ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas;
- Realização da “X Bienal Internacional do Livro do Ceará”, no período de 8 a 18 de novembro de 2012, na cidade de Fortaleza, no Centro de Eventos do Ceará, que registrou um público circulante da ordem de 610 mil pessoas. O programa de Visitação Escolar levou à Bienal do Livro um público superior a 80 mil alunos de escolas públicas municipais e estaduais, representando uma participação de 84% dos municípios cearenses. Durante o evento, foram contabilizados cerca de R\$ 8,5 milhões em negócios diretos e indiretos, gerados pela comercialização de livros, registrando-se a presença de 165 estandes de 450 editoras de todo o país. A Bienal desenvolveu 463 atividades executando ações de espetáculos artístico-musicais, lançamentos de livros, bate-papos com autores, oficinas de leitura, congressos e seminários, entre outras, com destaque para 25 oficinas com atividades socioeducativas que contemplaram 5.000 pessoas. A Bienal Internacional do Livro do Ceará oportunizou, aproximadamente, 4.500 postos de trabalho, entre empregos diretos e indiretos. A mudança da Bienal para o Centro de Eventos do Ceará possibilitou um aumento da área em relação à edição anterior, de 40% nos estandes e de 100% na área de circulação e acessos. Contou com a participação de um Nobel de Literatura ao evento, sendo tal fato iniciado com a presença do nigeriano Wole Soyinka, ganhador do prêmio em 1986, e de importantes personagens da literatura local, nacional e internacional;
- Realização de 06 cursos de formação na área de Biblioteca, capacitando 497 profissionais de Bibliotecas Públicas Municipais, nos municípios de Caucaia, Fortaleza, Maranguape, Beberibe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Tauá e Quixeré.



ESPORTE E LAZER



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Um direito social garantido pela Constituição Brasileira, o esporte tem recebido cada vez mais atenção, sendo encarado como importante instrumento de reversão do quadro da vulnerabilidade social e de saúde pública, além de contribuir para a formação integral dos indivíduos. Neste contexto, a Secretaria do Esporte – SESPORTE, vem implementando políticas públicas inclusivas e de afirmação de esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento humano com oportunidades de inserção social de crianças, adolescentes e jovens cearenses.

Foi privilegiada a expansão da oferta de bolsas de esporte, hoje com 1.737 atletas beneficiados nas categorias estudantes e 50 nas categorias nacional e internacional, tendo os Programas Bolsa Esporte e Bolsa de Alto Rendimento assegurado renda fixa às crianças, adolescentes e jovens atletas de talentos, ao mesmo tempo em que propiciou a tranquilidade aos mesmos para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento, destinando recursos da ordem de R\$ 2,0 milhões.

A oferta de bens e serviços destinados aos alunos do ensino público ligado a educação escolar e profissionalizante, apesar dos entraves enfrentados pela falta de monitoramento e avaliação, constituiu-se num dos desafios importantes que vem sendo enfrentado pela SESPORTE. Trata-se de uma política de monitoramento e avaliação que possibilita avaliar os alunos que se destacaram, identificar os talentos revelados, expandir as modalidades esportivas desenvolvidas, enfim, mensurar se a política empreendida produziu os impactos esperados, se os investimentos aplicados foram suficientes e se estão sendo bem aplicados de forma a incentivar as práticas esportivas e melhorar as condições de vida dos beneficiados.

Outros desafios estratégicos foram incorporados na agenda governamental com a realização de grandes eventos esportivos: a Copa das Confederações em 2013, e Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 que impulsionarão a economia cearense, e ao mesmo tempo, requer do Governo a capacidade de organização e preparação para eventos desse porte. O esforço feito até o momento, revela que, em muitos eventos esportivos realizados, os legítimos interessados têm tido acesso à prática esportiva e de lazer como instrumento de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida.

Os investimentos, em 2012, foram da ordem de quase R\$ 18 milhões, beneficiando cerca de 2 milhões de pessoas. Merece destaque a política de acesso à cultura e esporte, ao permitir investimentos na construção de 453 equipamentos de esporte e lazer no período 2007-2012 em projetos e eventos esportivos, possibilitando realizar competições cada vez melhores, incentivar a juventude à prática esportiva, formar novos atletas e capacitar profissionais de educação física e árbitros.

A prioridade dada aos jovens, em eventos esportivos de pequeno e médio porte, em diversos jogos na capital e no interior fica demonstrada quando se observa que mais de 50 mil jovens foram beneficiados, com a expansão e a construção de diversos equipamentos como as Pistas de Skate e Praças da Juventude. A intervenção nessa área também foi promovida em parceria com a SEDUC, por meio da realização das Olimpíadas Escolares, como medida intersetorial necessária para promover transformações no

âmbito da inclusão social pelo Esporte. Foram beneficiados 17 mil jovens atletas, 294 escolas públicas e particulares de 114 municípios.

Coerente com essa proposta foram realizados em 2012 mais de 400 eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, cumprindo assim o Calendário Esportivo Anual. Por meio de jogos, copas, “Esporte na Minha Cidade”, apoio a idosos, deficientes, indígenas, dentre outros, o Governo do Estado abordou e tratou temas referentes à promoção da juventude, igualdade étnico-racial e gênero, contribuindo para resgatar a cultura regional, incentivando a prática esportiva e celebrando as diferenças.

O fortalecimento das relações com os gestores públicos municipais do segmento de esporte e lazer, além da articulação com entidades públicas e privadas vem sendo consolidado pelo Programa Esporte em Minha Cidade e o Projeto Lazer e Ação (Parque do Cocó – Fortaleza), que propiciam aos usuários dos bens e serviços ofertados pela SESPORTE um espaço público para expressão de opiniões, ideias, sugestões, críticas e proposições. No âmbito dessas ações de governo, em 2012 foram beneficiados 22 municípios e 22 bairros de Fortaleza envolvendo mais de 70 mil pessoas. O êxito desta iniciativa motivou o Governo do Estado a ampliar o alcance e garantir a continuidade dos Programas Esporte e Participação, Lazer e Rendimento.

O Governo Estadual vem, também, estimulando a atuação do Conselho Estadual do Esporte, através da incorporação de novas representações abrangendo entidades ligadas ao esporte e para-esporte, olímpicos e não-olímpicos, atletas, gestores públicos municipais e estaduais, conselhos de profissionais, dentre outros.

Os resultados alcançados na promoção do esporte e lazer podem ser observados no quadro a seguir onde os dados apresentados evidenciam uma variação de 63,95% no número de pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer, passando de 712.344 pessoas, em 2007, para 1.167.890 em 2012 .

ESPORTE E LAZER
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007 - 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Público em eventos de esporte e lazer (nº)	674.012	841.111	1.377.366	1.891.415	877.680	884.643
Pessoas beneficiadas em ações e equipamentos públicos de esporte e lazer (nº)	712.344	869.986	908.909	1.065.033	1.079.570	1.167.890
Equipamentos de esporte e lazer (nº)	7	72	75	140	147	17

Fonte: SESPORTE

RECURSOS

Para viabilizar a atual política da Secretaria do Esporte foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários no valor de R\$ 36.873.239,38, para a implementação das ações dos Programas Temáticos Setoriais e Multissetoriais sob sua responsabilidade.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 071 – ESPORTE, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER

O Programa visa ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte educacional, recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Implantar e monitorar 109 núcleos em todo o Estado	466
Atender 46.600 crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos.	46.600
Conceder 3.000 bolsas a crianças e adolescentes.	1.737
Capacitar 1.000 educadores esportivos.	958
Implementar o Calendário Esportivo Anual	Calendário implantado

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Implantação de 466 núcleos esportivos nos 184 municípios do Estado, gerando emprego e renda a, aproximadamente, 958 profissionais envolvidos, por meio do Programa Segundo Tempo;
- Concessão de 1.787 bolsas para atletas nas categorias estudantes, nacional e internacional, por meio dos Programas Bolsa Esporte e Bolsa de Alto Rendimento, assegurando renda fixa às crianças, adolescentes e jovens atletas de talentos a tranquilidade para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento;
- Implementação do Projeto Esporte na Minha Cidade – Fortaleza e Interior, beneficiando 22 municípios e 22 bairros de Fortaleza. A ação propiciou atendimento a mais de 70 mil pessoas com serviços, equipamentos, material esportivo, capacitação e incentivo ao desporto. Gerou também ocupação e renda para 356 profissionais;
- Realização do Projeto Lazer e Ação no Cocó, beneficiando mais de 30 mil pessoas com serviços, equipamentos, material esportivo e capacitação, notadamente para a população da circunvizinhança do Parque do Cocó, a oportunidade de acesso às práticas esportivas, de lazer e recreação, que contribuam para o desenvolvimento humano e a inclusão social.

PROGRAMA 092 – CEARÁ NO ESPORTE DE RENDIMENTO

- O Programa visa apoiar atletas por meio da Bolsa-Atleta de Alto Rendimento e também por meio da concessão de passagens aéreas, contribuindo diretamente para os bons resultados do Ceará nos jogos e competições realizadas no cenário nacional e internacional.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Conceder 100 bolsas para atletas com resultados expressivos nos ranking nacional e internacional.	50
Promover 5 eventos esportivos de aventura e natureza.	6

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de eventos de esportes de rendimento: Circuito das Águas, Cearaventura, Circuito Cearense de Surf, Circuito Mundial de Vôlei de Praia em Fortaleza, Circuito Mundial de Kitsurf em Fortaleza e Circuito Mundial de Wind em Fortaleza, alcançando um público alvo de aproximadamente 67.200 pessoas, gerando 3.229 empregos temporários;
- Concessão de 50 Bolsas a Atletas de Alto Rendimento, objetivando maximizar as oportunidades e proporcionar a elevação dos níveis técnicos dos atletas selecionados, tornando-os competitivos representantes do nosso Estado;
- Concessão de 390 passagens aéreas para atletas de todo o Estado, a fim de participarem de campeonatos/eventos nacionais e internacionais em diversas modalidades esportivas.

PROGRAMA 093 – INFRAESTRUTURA ESPORTIVA E DE LAZER

Objetiva a democratização do acesso às práticas esportivas por meio de atividades de esporte e de lazer, com ações de implantação e modernização de infraestrutura para o esporte recreativo e de lazer.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Construir, reformar e modernizar 6 equipamentos esportivos em municípios com população acima de 50 mil hab.	12
Construir e manter 5 Vilas Olímpicas.	5

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Construção de 08 Pistas de Skate nos seguintes municípios: Aracati, Maracanaú, Crateús, Crato, Jaguaribe, Aquiraz, Forquilha e Cascavel; 2 Piscinas Semi-Olímpicas em Fortaleza, nos bairros: Messejana e Conjunto Ceará; 1 Parque de Arvorismo no Cocó, em Fortaleza; 1 Complexo Esportivo – Praça de Esporte em Jaguaruana;
- Atendimento a mais de 70 mil pessoas com serviços, equipamentos, material esportivo, capacitação e incentivo ao desporto.



SEGURANÇA PÚBLICA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A segurança pública e defesa social é um direito de cidadania, e sua garantia decorre, prioritariamente, da integração das ações de governo visando o enfrentamento da violência. Fenômeno que sempre esteve presente na vida em sociedade, a violência vem adquirindo, na atualidade, uma maior complexidade em virtude de vários fatores, dentre os quais, desestruturação familiar, condições econômicas e sociais adversas e crescimento do crime organizado e do narcotráfico.

Nessa perspectiva, o poder público depara-se cotidianamente com a reivindicação da sociedade cearense que exige intervenções mais efetivas no enfrentamento dos altos índices da criminalidade.

Diante desse contexto, a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS, através de seus órgãos vinculados representados pela Polícia Militar - PM, Polícia Civil – PC, Bombeiro Militar – BM, Perícia Forense – PEFOCE e Academia Estadual de Segurança Pública – AESP, tem maximizado seus esforços na busca de uma segurança pública integrada, participativa, transparente e efetiva, com o foco no enfrentamento da criminalidade e da violência, e melhoria da sensação de segurança e tranquilidade da população. Para alcançar tal objetivo, foram estabelecidas como áreas focais de atuação, a inteligência, a ostensividade e a motivação, refletidas nas estratégias e operações com a utilização de técnicas modernas de enfrentamento; nos investimentos voltados à qualificação dos profissionais, no apoio e articulação com demais órgãos do poder público, nas diversas esferas de atuação.

Adicionalmente, ao longo de 2012, o governo do Estado do Ceará adotou uma série de medidas visando criar condições para o aumento da produtividade na área de segurança pública através da criação, inovação e adaptação de infraestrutura física, modernização administrativa (organizacional, gerencial e humana) e dinamização operacional.

Ressalta-se que entre os anos de 2007 e 2012, principalmente com a criação do Ronda do Quarteirão e da Polícia Rodoviária Estadual, houve um aumento no número de policiais militares nas ruas e um redimensionamento das ações do policiamento ostensivo, evidenciados pelo número crescente de operações desencadeadas pelas Polícias Civil e Militar na prevenção e combate ao crime no Estado, assim como na apreensão de drogas ilícitas.

No que tange à comercialização de drogas, a cidade de Fortaleza vem sendo considerada ponto estratégico para o tráfico, em razão da proximidade geográfica com a Europa e a África Ocidental, destinos da maior parte da cocaína que passa pelo País. Seguindo a tendência brasileira, foi registrado, no Estado do Ceará em 2012, a apreensão de 362,85 kg da referida droga, representando um aumento de 113,95% em relação ao ano de 2011, que foi de 169,60 kg.

Com relação à apreensão de armas de fogo, foram apreendidas 5.452 armas em 2012, registrando-se um acréscimo de 19,22% em relação a 2011, quando foram apreendidas 4.573 armas. No combate a quadrilhas que atuam contra instituições financeiras, em 2012 foram presas 117 pessoas, número superior ao registrado em 2011 que foi de 72 pessoas.

Ainda com relação à ostensividade das ações, destaca-se o reforço das ações da Coordenaria Integrada de Operações Aéreas – CIOPAER no apoio às operações policiais e do corpo de bombeiros, prestando permanente apoio aéreo e se fazendo presente em todas as 184 cidades do Ceará, tanto para ações de repressão, como na prevenção da criminalidade. Além das operações rotineiras na capital e região metropolitana, foi estendida a sua atuação para o restante do Estado, destacando-se as operações aéreas nas regiões centro-sul e centro-norte, totalizando 4.075 missões.

Na área de atuação do Sistema de Inteligência do Estado do Ceará, destaca-se a ampliação de sua rede por meio da disponibilização de um maior contingente de policiais treinados e preparados para este fim. Em 2012 as operações continuadas de inteligência resultaram na prisão de 692 criminosos, em sua grande maioria, envolvidos diretamente com o crime organizado. Contando com uma moderna infraestrutura operacional de ação-resposta, a Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança - CIOPS vem conseguindo reduzir cada vez mais o tempo de resposta operacional.

A gestão da Segurança Pública demanda a utilização de técnicas e procedimentos cada vez mais criteriosos e cientificamente precisos. Nesse sentido, o Laboratório de Geoestatística e Análise Criminal desenvolve uma nova cultura de análise estatística dos dados. Para isso, o Governo vem investindo em equipamentos modernos de última geração, além da contratação de profissionais da área de estatística e capacitação continuada de servidores.

Os 322 Conselhos Comunitários de Defesa Social - CCDS foram estruturados, com a inclusão de novos voluntários de várias regiões do Estado, possibilitando a ampliação e o fortalecimento das redes de cooperação entre as comunidades e os órgãos da segurança pública e defesa social. Tais ações contribuem para a difusão da cultura de paz, prevenção de fatores indutores da violência e fortalecimento da participação social nos assuntos de segurança pública.



Na perspectiva motivacional, várias ações foram realizadas pelo governo do Estado dentro de uma política de qualificação do perfil profissional do servidor da área de segurança pública. A Polícia Civil do Ceará - PCCE tem pautado suas ações para o desenvolvimento institucional por meio de projetos que visam valorizar a estima profissional e social de seus servidores e, como consequência, garantir seus serviços com eficiência junto à sociedade. Embora a organização tenha ampliado a oferta de serviços à população cearense através de 19 novas delegacias municipais, é importante ressaltar a necessidade de ampliação do efetivo, principalmente para os processos investigatórios.

A Polícia Militar do Ceará - PMCE obteve papel destacado na área de prevenção. Em todos os campos de sua atuação, seja na Capital, na RMF e no restante do Estado, a instituição fez-se presente nas mais variadas situações de demandas operacionais, seja em atividades isoladas, ou em atividades de integração com outros órgãos. Em 2012 destaca-se a aprovação da Lei de Organização Básica – LOB da Polícia Militar, aumentando a previsão de efetivo para 17.000 (dezessete mil) policiais militares, distribuídos em um organograma atualizado com as necessidades atuais, com criação de Grandes Comandos, Batalhões e Companhias. No período também foi relevante a implementação de diversos projetos sociais que beneficiaram tanto o público interno quanto a diversos segmentos da sociedade, particularmente os jovens, a exemplo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD), que é desenvolvido nas escolas públicas e particulares com a participação de policiais militares treinados para transmitir uma mensagem de valorização à vida.

A gestão do Corpo de Bombeiros busca o desenvolvimento de um serviço eficiente e eficaz, com destaque para ações de defesa civil no Estado. Diversas estratégias foram traçadas para atingir essa meta institucional, dentre as quais, o fortalecimento do poder operacional, a descentralização dos serviços de bombeiros e a intensificação da interação comunitária.

A Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE, criada em 2008, funciona articulada com a Polícia Judiciária, desenvolvendo uma prática policial técnica-científica independente e autônoma. A nova sede do Órgão foi equipada com modernos equipamentos tecnológicos, favorecendo a análise criteriosa dos mais variados tipos de crimes. Nesse contexto, foi implementada uma mudança na condução das investigações criminais, a partir da análise científica de vestígios produzidos e deixados na prática de delitos, resultando em melhorias da produção de prova técnica (ou prova pericial) e, conseqüentemente, no fortalecimento dos processos investigatórios no Estado.

A Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará - AESP, inaugurada em 2011, iniciou uma fase de transição didático-pedagógica, para implantar o conceito de “Academia Única” (um sistema de ensino integrado), cujo objetivo é evitar discontinuidades, inclusive no que diz respeito a treinamentos, a partir da desativação e extinção das unidades de ensino que existiam no sistema. Trata-se de uma contribuição efetiva para melhorar a prestação de serviços de segurança pública e defesa civil à população, colaborando para a redução dos índices de violência/criminalidade e para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e harmônica. Em 2012, a AESP realizou a capacitação de 976

soldados da Polícia Militar, 640 inspetores da Polícia Civil e 159 peritos e auxiliares de perícia da Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE, oriundos do último concurso. Aliado a esses números, ainda proporcionou a capacitação de 9.863 operadores do Sistema de Segurança Pública, utilizando inclusive a plataforma de ensino à distância.

Merece destaque, em 2012, o Programa Pró-Cidadania, cujo objetivo básico é viabilizar a criação e a ampliação das guardas dos municípios conveniados, deu continuidade à capacitação de 96 agentes de cidadania nos municípios de Fortim, Barro, Reriutaba, Ubajara e Tabuleiro do Norte. Os Agentes de Cidadania em cooperação com as autoridades municipais visam desenvolver ações contra situações que possam pôr em risco o patrimônio e os bens públicos, e sobre quaisquer outras atividades de proteção à cidadania que não sejam atribuições específicas e constitucionais de outras instituições.

O alcance dos resultados da política desenvolvida na área da segurança pública pode ser evidenciado por meio do conjunto de indicadores que retratam avanços e conquistas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

SEGURANÇA PÚBLICA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007- 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Tempo médio de resposta no atendimento de ocorrências (minutos)	17,57	16,57	13,32	14,41	14,49	14,16
Taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes	22,16	22,52	25,77	31,59	31,27	40,72
Taxa de veículos roubados por 100 mil habitantes	31,32	32,92	36,04	47,51	44,20	72,33
Taxa de veículos roubados por 10 mil veículos	21,53	19,44	19,29	23,54	19,27	29,20

Fonte: SSPDS

* Os indicadores para 2012 não estão consolidados, visto que foram utilizados, para o mês de dezembro, dados estimados.

Em 2012 foram atendidos um total de 1.396.493 ocorrências, com despacho de viaturas, alcançando um tempo médio de resposta no atendimento de tais ocorrências de 14 minutos e 16 segundos, representando um decréscimo de 19,41% em relação ao ano de 2011, que foi de 14 minutos e 49 segundos. Ao longo do período 2007/2012, observa-se uma tendência de declínio dos valores desse indicador, apontando para uma melhoria contínua da presteza e tempestividade no atendimento de ocorrências policiais na Região Metropolitana de Fortaleza.

Contrariando a tendência de estabilidade da taxa de homicídios dolosos por 100 mil habitantes, verificada nos anos de 2010 e 2011, foi registrado um crescimento de 30,22% no valor desse indicador entre 2012 e 2011. Considerável quantidade de homicídios dolosos têm características de execução, estando vinculados diretamente ao tráfico de drogas. A intensificação das ações de combate a esse tipo

de crime, como o contínuo aumento do número de prisões por envolvimento no tráfico e a apreensão de elevada quantidade de drogas, não foram suficientes para conter o aumento da taxa, que alcançou, em 2012, 40,72 homicídios para cada 100 mil habitantes. Destaca-se que até novembro de 2012, 910 homicidas foram presos pelo sistema policial.

Em 2012, a taxa de veículos roubados por 100 mil habitantes foi de 72,33, enquanto a taxa de veículos roubados por 10 mil veículos foi de 29,20. Os aumentos verificados em ambas as taxas entre 2011 e 2012 são influenciados pelo incremento da frota de veículos no Estado do Ceará, pois uma maior frota significa um maior número de veículos expostos ao risco de roubo. Além disso, é importante frisar que o Ceará apresenta uma taxa de crescimento de sua frota de veículos acima da média do nordeste, motivado, principalmente, pela diminuição do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI concedida pelo Governo Federal, bem como esta taxa é muito maior do que a de crescimento de sua população. Entre os anos de 2008 e 2011, as taxas de crescimento anuais da frota foram, respectivamente, de 11,71%, 12,91, 14,64% e 13,87%. Apesar do trabalho realizado através de numerosas operações de barreiras, blitz, executados pelas Companhias da Polícia Militar e pela Polícia Rodoviária Estadual, aliado aos esforços da Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC) ainda não se verifica uma melhoria na tendência de tais indicadores.

Cabe destacar a contínua busca pelo cumprimento da missão institucional concretizada por meio da integração organizacional, da melhoria da produtividade, da articulação com as demais políticas públicas, possibilitando, dessa forma, uma melhor segurança pública e defesa social dos cidadãos.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Segurança Pública foram executados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 258.655.071,73, para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 012 – SEGURANÇA PÚBLICA COMUNITÁRIA

O Programa objetiva expandir e aperfeiçoar a atuação comunitária da SSPDS, visando fortalecer a sua relação com a comunidade, bem como a preservação da ordem pública, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento do Estado.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Atender 100.000 crianças e adolescentes em palestras de prevenção à violência.	91.135 crianças e adolescentes beneficiados.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Atendimento de 58.508 alunos em 1.415 escolas da rede pública e privada de ensino através do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD da Polícia Militar;
- Aquisição de 45 viaturas para utilização no policiamento comunitário do Estado do Ceará – Programa Ronda do Quarteirão.

PROGRAMA 015 - SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

O Programa objetiva desenvolver ações de edificação, modernização, reestruturação, manutenção e implementação de ações de produção de conhecimento científico e tecnológico de forma integrada entre os órgãos, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Executar 31 projetos de edificações no âmbito da SSPDS.	25
Equipar 51 unidades no âmbito da SSPDS.	25
Adquirir 134 veículos para o Sistema de Segurança Pública.	293
Capacitar 7.475 servidores no âmbito do Sistema de Segurança Pública.	11.638

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Inauguração de 19 Delegacias municipais de Polícia Civil, integradas aos destacamentos da Polícia Militar, e da sede da Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE;
- Reforma das Delegacias do 11º DP, 15º DP, 19º DP, 20º DP e Delegacia Metropolitana do Eusébio;
- Construção da nova sede da Companhia de Policiamento Ambiental – CPMA;
- Aquisição de 2.267 tipos de armamentos diversos para o Sistema de Segurança Pública;
- Realização de concursos com 3.000 vagas de soldado da Polícia Militar, 740 vagas para Inspetor de 1ª Classe da Polícia Civil e 177 Peritos da Perícia Forense;
- Capacitação de 976 Soldados da Polícia Militar; de 640 Inspetores da Polícia Civil; de 159 Peritos e Auxiliares de Perícia da Perícia Forense do Estado do Ceará – PEFOCE, oriundos do último concurso; e de 9.863 operadores do Sistema de Segurança Pública, utilizando inclusive a plataforma de ensino à distância;
- Nomeação de 22 Delegados, 04 Escrivães e 10 Inspetores de Polícia Civil;
- Aquisição de 100 motocicletas, caracterizadas destinadas ao Grupamento RAI0 – Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas; de 03 veículos adaptados para realização de atividades de videomonitoramento com câmeras móveis; de 04 caminhonetes 4x4 e 03 motocicletas destinadas à Delegacia de Narcóticos; de 175 viaturas operacionais tipo hilux 4x4 destinadas ao sistema de segurança pública do Estado do Ceará;

- Contratação de Escola para Qualificação Técnica Inicial em Vôo por Instrumentos – IRF para pilotos da CIOPAER – SSPDS;
- Criação do Comando Tático Rural – COTAR, com 65 policiais militares, 08 viaturas, fardamento específico, armamento, equipamento de comunicação via telefonia satelital e terminal móvel de dados – TMD.

PROGRAMA 016 - GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES

O Programa objetiva promover ações preventivas e de resposta a situações emergenciais, bem como realizar ações de preservação do meio ambiente evitando situações que coloquem em risco a segurança da população.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Abastecimento emergencial de água potável através de carro pipa, com atendimento inicial a 28 municípios;
- Limpeza e bombeamento de poços em 17 municípios, totalizando 291 poços limpos e bombeados;
- Construção e instalação de sistemas de captação d'água de poço profundo com bomba submersa, chafariz e caixa d'água e instalação de dessalinizador, que beneficiaram 18 municípios.



JUSTIÇA E CIDADANIA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A Secretaria da Justiça e Cidadania – SEJUS vem cumprindo a sua missão institucional na promoção do pleno exercício da cidadania e na defesa dos direitos humanos, executando a política estadual de preservação da ordem jurídica, da defesa da cidadania e das garantias constitucionais. Compete-lhe, ainda, propor medidas referentes aos direitos civis, políticos, sociais e econômicos e às liberdades civis.

Partindo desse princípio, a SEJUS atua na Administração do Sistema Prisional e em Cidadania, sendo suas atribuições, dentre outras: gerar e fortalecer programas de apoio que visem à proteção e promoção dos direitos humanos; propor políticas públicas e ações que possibilitem o exercício da cidadania e a participação do cidadão no desenvolvimento social, político, econômico e cultural; a execução da pena, tendo a incumbência de colaborar na elaboração e revisão da Política Criminal e Penitenciária do Estado e defender os direitos do cidadão, atuando como instância de Controle Social de Políticas Públicas na perspectiva da intersetorialidade, objetivando a efetivação dos seus direitos.

Na ação de gerenciamento das atividades fins do sistema penitenciário são planejadas e viabilizadas a construção e reformas de unidades prisionais associada a oferta de uma infraestrutura física e ambiental adequada às condições de abrigo digno aos indivíduos em conflito com a lei. Atualmente o Sistema Penitenciário do Ceará se constitui de 15 unidades penitenciárias, 134 cadeias públicas, complexo hospitalar e casas de albergado, equipamentos estes, gerenciados e mantidos pela SEJUS.

Para garantir que o preso retorne ao seio social, por meio do trabalho ou pela educação foi criado, sob a tutela do Estado, o sistema de monitoramento eletrônico para os presos em regime semiaberto, que fará o monitoramento geográfico de suas rotas através do uso de tornozeleiras, tecnologia que chega a representar em 1/3 do custo de um preso em uma unidade prisional. Será implantado no IPPOO II a escola em tempo integral para ampliar o atendimento a internos, além de uma fábrica para lapidação de pedras para bijuterias e semijoias, que empregará 90 presos. Além disso, estão sendo executados na unidade cursos profissionalizantes onde foram concluídas três turmas. Tais iniciativas demonstram que o sistema penitenciário cearense tem avançado na melhoria das condições de vida do apenado como também, avançado nas iniciativas para a inclusão social do preso, sendo reconhecido nacionalmente como um dos sistemas mais humanizado.

No tocante à educação prisional, a SEJUS estabelece parceria com a SEDUC numa ação que envolve 98 professores no ensino fundamental e ensino médio para o desenvolvimento de atividades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) dentro das unidades prisionais. O projeto visa à formação educacional dos apenados, internos e egressos do sistema penitenciário, associando-a a elevação da escolaridade de forma a prepará-los para o ingresso no mundo do trabalho, após o cumprimento da pena. O crescimento de internos interessados em fazer o Exame Nacional do Ensino Médio - Enem é resultado deste investimento na educação prisional, onde no ano corrente a quantidade de inscrições obteve um acréscimo superior a 100%, passando de 116 para 337 inscritos. Vale ressaltar que, atualmente a população carcerária cearense é de 17.423 presos sendo que 2.824 detentos estudam com base nos preceitos da EJA. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Cultura Luiz Flávio Gomes, a

partir de dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), o Ceará é o Estado que apresenta o maior número de presos em processo de escolarização.

No âmbito da Cidadania, a SEJUS atua em três vertentes: a primeira está focada na prestação de serviços ao cidadão através das Casas do Cidadão, Caminhão do Cidadão e Balcão da Cidadania. Os dois primeiros equipamentos estão voltados a facilitar o acesso do cidadão às informações e serviços públicos, reunindo, em um único local, uma gama de órgãos e prestadoras de serviços de natureza pública. Atualmente existem dois postos da Casa do Cidadão, localizados em dois shoppings populares da cidade de Fortaleza, Shopping Benfica e Shopping Diogo. No próximo ano, esses equipamentos serão substituídos por cinco outros mais modernos que se denominarão VAPT-VUPT, três deles na capital e os outros dois no interior do Estado. Ainda com foco no cidadão e com a preocupação constante em facilitar seu acesso à cidadania, foram concebidas duas unidades móveis - os caminhões do cidadão - que levam os principais serviços de Cidadania à população residente em bairros e municípios distantes dos Postos Fixos. Já o “Balcão da Cidadania” foi concebido para levar à população, de forma itinerante, a educação em Direitos Humanos, oferecendo de forma coordenada as informações inerentes aos núcleos, conselhos e comitês que compõem os setores da cidadania da Secretaria de Justiça.

No que se refere à prevenção e enfrentamento à violência e a proteção à pessoa, foi implantado um posto avançado de atendimento ao migrante, localizado no Aeroporto Internacional Pinto Martins, coordenado pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), enquanto que, para o atendimento a vítimas de violência, na Divisão de Homicídios da Polícia Civil. Na Coordenadoria de Medicina Legal da PEFOCE, está sendo implementado o projeto CRAV Itinerante, realizado através do Centro de Referência e Apoio a Vitima de Violência (CRAVV). Vale ressaltar o Programa Estadual de Apoio a Vitima de Violência (PROVITA), que consiste na proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, cuja atuação completou dez anos, sendo o Estado do Ceará um dos que mais investe no PROVITA no Brasil. Anualmente são investidos R\$ 1,93 milhão para a execução do programa, sendo que deste valor R\$ 1,45 milhão são aportados pelo Governo do Estado, e R\$ 450 mil reais pelo Governo Federal.

Na mesma linha, visando manter a plenitude da atividade das pessoas que promovem e protegem os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais universais, foi lançado o Programa de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PPDDH). Será instalado, no âmbito desta secretaria, o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), responsável pelas ações de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte, tendo como principal objetivo a preservação da vida, garantindo, na medida do possível, os vínculos familiares e afetivos, bem como a inserção social segura. Entre os objetivos do projeto estão também a garantia de acesso à saúde, educação e demais serviços, direitos, em geral, ausentes entre adolescentes envolvidos em violência.

Dessa forma, o Estado do Ceará, através da Secretaria de Justiça e Cidadania, está se pautando em todas as diretrizes nacionais e internacionais de educação e garantia dos Direitos Humanos, contribuindo para uma sociedade mais consciente e fundada em uma cultura de paz.

Compreendendo a importância de ações voltadas a justiça e cidadania para o desenvolvimento individual e social dos cidadãos, a gestão governamental nos últimos anos estabeleceu como meta para o setor o alcance de resultados que podem ser evidenciados pelos seguintes indicadores.

JUSTIÇA E CIDADANIA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007- 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Pessoas Beneficiadas com Atendimentos em Cidadania (nº)	465.665	483.274	538.474	358.554	370.017	377.297
Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário	1,51	1,57	1,23	1,44	1,56	1,55

Fonte: SEJUS

Diante do exposto, no sentido de viabilizar as intervenções necessárias para se promover a estruturação da sociedade através do desenvolvimento de uma comunidade ética cidadã, a Secretaria da Justiça e Cidadania apresenta os seguintes programas no Plano Plurianual 2012-2015: 076 – Proteção e Cidadania e 077 – Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária, nos quais estão expressos os objetivos que se desejam alcançar para que se atinjam os resultados esperados, ou seja, promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos humanos.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Justiça e Cidadania foram executados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 115.102.288,85, para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais e Multissetoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 076 - PROTEÇÃO E CIDADANIA

O Programa objetiva promover o pleno exercício da cidadania e a defesa dos direitos inalienáveis da pessoa humana, através da ação integrada entre o Governo Estadual e a sociedade, competindo-lhe zelar pelo livre exercício dos poderes constituídos; superintender e executar a política estadual de preservação da ordem jurídica, da defesa, da cidadania e das garantias constitucionais; desenvolver estudos e propor medidas referentes aos direitos civis, políticos, sociais e econômicos, as liberdades públicas e à promoção da igualdade de direitos e oportunidades; atuar em parceria com as instituições que defendem os direitos humanos; promover a articulação, cooperação e integração das políticas públicas setoriais que garantam plena cidadania às vítimas ou testemunhas ameaçadas, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

Metas Prioritárias 2012	Realizado
Atender 8.933 pessoas nos conselhos	9.212
Manter 8 unidades de atendimento ao cidadão	8
Emitir 372.667 documentos	374.520

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de ações do “Balcão da Cidadania” nos municípios de Itaitinga, Redenção e Limoeiro do Norte. O projeto contou com a participação do Centro de Referência e Apoio à Víctima de Violência (CRAVV), Conselho Penitenciário do Estado do Ceará (COPEN), Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP), Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará (CDDH) e Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ceará (CEDEF);
- Realização da I Conferência Estadual de Defesa do Consumidor - “Construindo o Sistema Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor” com a participação de 215 delegados de 11 territórios do Ceará;
- Atendimento a 965 vítimas de violência e às famílias, visando abrandar os efeitos pessoais e sociais negativos decorrentes da violência sofrida e assegurando o exercício dos direitos das vítimas de violência;
- Realização de 150 ações de caráter preventivo no enfrentamento à violência, (capacitações, palestras, oficinas socioeducativas e rodas de conversas), destinadas aos diversos públicos (crianças, adolescentes, idosos, famílias, profissionais) localizados na capital e interior do Estado;
- Realização do curso “Enfrentamento e Prevenção à Violência contra a Mulher - Elaboração de Projetos Sociais e Comunitários – Transversalidade de Gênero” e oficina “Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres e Igualdade de Oportunidade entre Mulheres e Homens” em parceria com a Coordenadoria de Políticas Públicas para a Mulher do Governo do Estado, com o objetivo de capacitar 70 pessoas para elaboração de projetos sociais que visem à implementação e fortalecimento das políticas públicas nesta área;
- Atendimento de 64 pessoas no Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante, no Aeroporto Internacional Pinto Martins e distribuição de 3.431 materiais informativos;
- Realização de palestras, seminários, capacitações e acompanhamento realizado a 773 pessoas sobre o desenvolvimento das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, visando à atuação integrada dos órgãos públicos e da sociedade civil;
- Realização de ações voltadas às instituições de ensino beneficiando 2.859 pessoas com distribuição de 4.956 materiais informativos;
- Realização de duas sessões extraordinárias, 60 sessões Ordinárias e 114 sessões solenes para entrega de caderneta de Livramento Condicional, sendo entregue 187 cadernetas de livramento condicional;

- Distribuição de 137 processos com pedidos de Indulto, Comutação de Pena e Denúncia, sendo assim distribuídos: 76 processos com pedido de Indulto, 60 processos com pedido de Comutação de Pena e um processo com Denúncia;
- Julgamento de 66 processos de Indulto, 52 processos de Comutação de Pena, um processo com Denúncia, sete processos em diligência e 11 processos aguardando julgamento;
- Realização de 11 inspeções em estabelecimentos prisionais;
- Realização do III Curso de Formação para Integrantes dos Conselhos da Comunidade na Execução Penal do Estado do Ceará, com a participação de 85 (oitenta e cinco) pessoas;
- Efetivação de pagamentos a 18 anistiados ou familiares referentes aos processos deferidos em 2008 e 2009, totalizando cerca de R\$ 5,5 milhões em indenizações, fixados de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 6º, da Lei 13.202/2002;
- Julgamento de 228 processos pela Comissão Especial de Anistia e análise de 480 processos referentes à reparação econômica a ex-presos políticos;
- Participação no evento balcão da cidadania em parceria com o comitê de combate a tortura. Foram realizadas exposição de arquivo documental/período ditatorial e oficina com temática sobre direitos humanos e tortura;
- Participação na jornada da 60ª Caravana da Anistia alusiva aos 33 anos da Anistia Política no Brasil.

PROGRAMA 077 - INFRAESTRUTURA, GESTÃO E ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA

O programa objetiva buscar a melhoria da Taxa de Ocupação de Vagas no Sistema Penitenciário com a construção/reforma de cadeias e penitenciárias.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Reformar 2 penitenciárias	2
Construir 2 cadeias públicas	2
Reformar 12 cadeias públicas	12

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Construção da Casa de Privação Provisória de Liberdade (CPPL IV) no Município de Itaitinga;
- Construção da nova cadeia pública do Crato com capacidade para 127 internos;
- Reforma e recuperação das cadeias públicas de Acaraú, Aquiraz, Caucaia, Canindé, Crateús, Itatira, Jardim, Jericoacoara, Jucás, Juazeiro do Norte, Madalena e Pacatuba;
- Recuperação da Penitenciária de Pacatuba e do Presídio Feminino Desembargador Auri Moura Costa;
- Instituição da Comissão de Avaliação de Transferência e Gestão de Vagas (CATVA), para administrar o ingresso, reingresso e a transferência de presos dentro do sistema penitenciário estadual. A iniciativa conta com a parceira da SSPDS.

- Realização de atividades de saúde nas unidades prisionais: 22.733 atendimentos em Clínica Médica e 2.268 em Psiquiatria; 68.908 atendimentos em Enfermagem resultando em 187.956 procedimentos; 5.709 atendimentos em Psicologia e, 20.485 em Serviço Social; 1.141 atendimentos em Terapia Ocupacional e, 2.263 em Fisioterapia; 17.739 atendimentos em Odontologia; 15.359 exames laboratoriais; 1.978 controle de TB; 134 controle de Hanseníase; 8.836 controle DSTs – HIV; 639 controle de Hepatites; 1.765 controle de Hipertensão; 410 controle de Diabetes; 6.225 cadastramento de prontuário único; 273 cadastros no cartão SUS; 6.390 atividades voltadas para a saúde da mulher; 10.200 procedimentos de imunização de presos e de 1.643 funcionários; e, 3.750 atividades de Farmácia;
- Implantação da Coordenadoria de Ressocialização, com o objetivo de incrementar noções nas esferas da educação, profissionalização, trabalho, assistência social, jurídica e psicológica aos usuários do sistema penitenciário, mobilizando, integrando e executando com mais controle, eficiência e efetividade as ações na seara da promoção dos direitos da pessoa encarcerada e dos egressos em regime semi-aberto e aberto;
- Estabelecimento de parceria com o CONPAM para a realização do projeto Batalhão Ambiental, onde 20 egressos realizaram trabalhos de limpeza e manutenção das unidades de conservação ambiental do Governo do Estado;
- Realização, no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF), da IV Semana de Conscientização dos Direitos da Mulher Encarcerada - Ressocializar para não reincidir, onde foram realizadas atividades como atendimento jurídico, social e psicológico, além de palestras sobre direitos humanos e ações de cidadania com atendimento voltado aos parentes das internas e também oficinas e palestras voltadas a questão da saúde da mulher;
- Formação do coral Vozes da Liberdade com a participação de 40 internos do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa (IPF) e do Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II), que contam com aulas de canto e expressão corporal que tem o intuito de promover este resgate e oportunizar o retorno ao convívio social e o resgate da auto-estima dos encarcerados;
- Realização do curso de qualificação para a fabricação de bolas em parceria com o Governo Federal, dentro do Projeto Pintando a Liberdade, no qual foram entregues 16 mil bolas às escolas municipais do Ceará;
- Implantação da Rádio Livre nas Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL) Clodoaldo Pinto e José Jucá Neto, nas cidades de Itaitinga e Caucaia;
- Promoção da qualificação e ressocialização dos presos e egressos, através de capacitação profissional, utilização da mão de obra e parcerias com outras instituições, tais como: Faculdade Estácio (FIC) - Curso Fazer Direito - realizado nas unidades prisionais da CPPL II e IPPOO II (100 apenados); Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) - Instalação do projeto Mandala - economia solidária - realizado no Pólo de Inclusão Social (80 apenados); Secretaria de Desenvolvimento Econômico/Prefeitura Municipal de Fortaleza - Cursos de Eletricista Predial, Bombeiro Hidráulico, Empreendedorismo e Auxiliar de Escritório - realizado para Assistidos, Egressos e Familiares destes públicos (100 pessoas); Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - Curso de formação de trabalhadores,

Eletricista Predial, Bombeiro Hidráulico - realizado na sede da SEJUS (60 apenados); Central Única das Favelas/CUFA - Serigrafia e Grafiteagem - realizado com internos do IPPOO II (30 apenados); Centro de Artesanato do Ceará (CEART) - Capacitação em Artesanato em geral - realizado com internas do Instituto Penal Feminino (IPF) (80 apenadas); Instituto Paulo Vieira - Cursos de Coaching e Inteligência Emocional; Instituto Renner - Implantação da Escola de formação de costureiras - Formalizando convênio (20 apenadas por semestre); Fundação Igreja Batista Central - Programa de adictos - em execução para internos (40 apenadas); Ministério dos Esportes - Capacitação e Profissionalização de apenados na confecção de bolas - realizado nas Penitenciárias da Pacatuba, Cariri e unidades prisionais da CPPL II, III, Cadeia do Crato (80 apenados);

- Curso de instalação de hortas comunitárias em todas as unidades prisionais da Zona Metropolitana e Penitenciárias do Cariri e Sobral - em execução (20 apenados por cadeia); Qualificação e certificação de 478 servidores das unidades da Secretaria da Justiça e Cidadania em temas relacionados à segurança, disciplina e administração penitenciária;
- Realização do curso de formação de agente penitenciário para 658 alunos-candidatos;
- Contratação da Fundação Cearense de Pesquisa (FCPC) para a execução do Projeto Censo Penitenciário que tem como objetivo traçar um perfil *bio-sócio-demográfico* da população penitenciária do Estado do Ceará;
- Realização do 2º Seminário sobre o Plano Estadual de Educação em Prisões através da parceria com a Secretaria de Educação para ajustar estratégias de construção e implementação de corresponsabilidades para o alcance das metas estabelecidas durante o seminário. O evento contou com a participação de 120 pessoas entre professores do sistema prisional, diretores de unidades penitenciárias, representantes da Defensoria Pública, do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Ceará, da Associação dos Privados de Liberdade, da Pastoral Carcerária e gestores da SEJUS;
- Instituição de equipe Itinerante para suporte às equipes de saúde das Unidades Prisionais da RMF (Psicólogo, Assistente Social, Enfermeiro e Psiquiatra), realizando 147 visitas, implementando 47 ações totalizando 1.502 intervenções (660 participações em grupos, 302 atendimentos individuais e 540 ações com familiares);
- Implantação em novembro, de programa semanal na Rádio Livre, veiculado a 5 Unidades Prisionais, congregando parceiros diversos (Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Brahma Kumaris, NARANON, profissionais de saúde, etc);
- Realização de reuniões periódicas com Grupo Multiprofissional de Trabalho – Drogadicção e Execução Penal – composto por representantes das Unidades Prisionais e profissionais da saúde penitenciária;
- Implementação de parcerias e ações conjugadas com instituições da rede social (Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, NARANON, Celebrando Restauração e INEC);
- Realização de 13 cursos, palestras e outras atividades educacionais voltadas para profissionais da saúde penitenciária e demais profissionais do Sistema Penitenciário.



ACESSO À JUSTIÇA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A experiência democrática tem demonstrado que a simples aclamação em códigos legais não se mostra suficiente para assegurar aos cidadãos direitos e garantias fundamentais proclamados constitucionalmente, sobretudo aqueles inerentes à cidadania plena, à dignidade da pessoa humana e ao primado do acesso à justiça. Nessa perspectiva adquire grande relevância a atuação da Defensoria Pública como instituição essencial à justiça e ao regime democrático.

O fortalecimento da Defensoria Pública visa assegurar a efetividade de valores que emergem do Estado Democrático de Direito, como a promoção do acesso à justiça, a defesa dos direitos fundamentais de processos corolários da ampla defesa, contraditório e devido processo legal, a prevalência dos direitos humanos, a igualdade material, a defesa de grupos sociais hipossuficientes ou sub-representados juridicamente, a defesa da pessoa em situação de vulnerabilidade, a primazia da dignidade da pessoa humana, a defesa da cidadania plena, a solução extrajudicial de conflitos e a promoção da paz social.

Diante dessas diretrizes e da exigência da sociedade por mais e melhores serviços, o escopo de atuação da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – DPGE tem se ampliado nos últimos anos. Face à alteração de seu marco normativo, novas atribuições vêm sendo assimiladas ao cotidiano dos Defensores Públicos, impondo novos e crescentes desafios à instituição, a exemplo de investimentos em infraestrutura e equipamentos de informática, desenvolvimento de sistemas, aperfeiçoamento intelectual, implantação de novos núcleos de atuação e incremento da equipe de trabalho. Outrossim, o desafio de viabilizar a prestação de um serviço de assistência jurídica em grau de excelência à população cearense demanda uma atuação de forma planejada, orientada por diretrizes, metas e objetivos estratégicos claros, sempre com vistas a potencializar os resultados obtidos a partir dos projetos e ações institucionais.

No ano de 2012, buscando inserir-se nos padrões de administração gerencial, foi realizado o primeiro Planejamento Estratégico da DPGE, um processo que possibilitou a democratização das pautas institucionais, com destaque para a instituição de Comissões e Grupos de Trabalho versando sobre assuntos relevantes para a administração, com participação direta de todos os setores.

Outro destaque, foi a adesão ao Programa GesPública e a celebração da parceria com a Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará para capacitação de gestores e modernização de práticas, rotinas e procedimentos internos. No mês de novembro a instituição foi agraciada com Medalha de Bronze no Prêmio Anual do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.

O contínuo aperfeiçoamento da assistência jurídica prestada à sociedade deve-se ainda ao aprimoramento dos núcleos de atuação, mediante melhorias na estrutura física e reforço da força de trabalho. Vale mencionar a assinatura do contrato da construção do novo Núcleo do Adolescente em Conflito com a Lei, com investimentos em torno de R\$ 500 mil.

A atuação institucional esteve presente em todas as regiões do Ceará. No Interior foram reformados núcleos da Defensoria Pública em comarcas de grande demanda, como Caucaia, Crato e Sobral. Em

breve, novos núcleos terão sede própria, tendo em vista que está em fase final o projeto para construção da Sede própria da DPGE em Sobral e, em fase preliminar, o projeto das sedes de Caucaia e Quixadá. A interiorização do apoio ao Defensor se expressou também na visita a todas as comarcas para levantamento de necessidades e elaboração do planejamento de intervenções para 2013, na realização de cursos jurídicos em municípios do interior, em 04 Encontros Regionais e na interiorização de campanhas.

Foram adotadas ainda iniciativas para agregar mais transparência e democratizar o ambiente institucional, bem como aperfeiçoar a interface de comunicação com a sociedade. Nessa perspectiva, vale destacar o serviço de atendimento ao cidadão “Alô Defensoria”, que presta orientações através de ligação gratuita com uma elevação significativa das estatísticas desse serviço, que superou a marca de 25 mil atendimentos em 2012, quando em 2011 foram 11.117, o que representa um incremento superior a 120%.

Na área de tecnologia houve um significativo incremento na aplicação de recursos, com cerca de R\$ 885 mil, investimento quase 300% a mais em relação a 2011. Ressalte-se que mais R\$ 1,5 milhão está previsto para 2013. O Plano Diretor de Informática contemplou 25 projetos de TI fortalecendo ações voltadas ao desenvolvimento institucional, à modernização e a excelência dos serviços prestados ao cidadão.

A integração com os Movimentos Sociais, que expressa o perfil democrático e reafirma o compromisso social da Defensoria, foi assegurada pelo fortalecimento da Ouvidoria Externa e por vários eventos e campanhas voltados à integração com segmentos da sociedade e outras instituições dotadas de atribuições afeitas à salvaguarda da cidadania plena e à afirmação dos direitos humanos de minorias e grupos socialmente vulneráveis.

O investimento em pessoal apresentou conquistas importantes na ampliação do quadro de servidores através da nomeação de 18 novos Defensores Públicos e da contratação de estagiários remunerados com um incremento de quase 700%. Democratizaram-se as ações de formação permanente, através da realização de cursos no interior extensivo também para os demais colaboradores. A política de aperfeiçoamento intelectual resultou na capacitação de 2.367 pessoas em 2012, incremento de 281% em comparação a 2011.

Parcerias foram celebradas objetivando potencializar a efetividade das ações institucionais, com destaque para Coordenadoria de Políticas LGBTT, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Especial da Copa 2014, Escola de Gestão Pública, Agência Nacional de Saúde e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e com Instituições de Ensino Superior.

Uma importante conquista no atendimento ao povo cearense foi a transferência do Núcleo Central de Atendimento para a sede administrativa da DPGE, com investimentos de mais de R\$ 170 mil na

modernização das instalações. A ação promoveu ainda outras melhorias para a população, a exemplo da criação de uma nova linha de ônibus que facilitou o acesso ao local do equipamento.

A realização da Pesquisa de Satisfação no novo Núcleo Central de Atendimento demonstrou o alto índice de satisfação do cidadão em relação aos serviços prestados. Dados mostram que 98,5% dos respondentes se disseram satisfeitos com o atendimento recebido e 100% avaliaram como excelente ou bom o atendimento recebido.

Compreendendo a importância da atuação nesta área temática, a gestão governamental estabeleceu como meta nos últimos anos o alcance de resultados que podem ser evidenciados pela série histórica 2007-2012 abaixo discriminada:

ACESSO À JUSTIÇA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007 – 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Média mensal de procedimentos por defensor público	117	155	161	163	153	180
Pessoas beneficiadas diretamente com serviço de assistência jurídica integral e gratuita	353.536	388.889	392.090	411.950	524.871	627.569
Pessoas beneficiadas indiretamente com serviço de assistência jurídica integral e gratuita	1.272.729	1.400.000	1.411.524	1.483.002	1.889.536	2.259.248

Fonte: DPGE

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Acesso a Justiça foram executados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 432.650,52, para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais e Multissetoriais.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

PROGRAMA 088 - PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

O programa objetiva ampliar e modernizar o serviço de assistência Jurídica integral e gratuita no âmbito da Defensoria Pública Geral do Estado - DPGE.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da DPGE	19,6%
Contemplar com os serviços da DPGE 51 comarcas do Estado do Ceará	50
Ampliar e modernizar 12 Núcleos Avançados de atendimento da DPGE	9
Implantar e modernizar 1 Núcleo Descentralizado da DPGE na Região Metropolitana de Fortaleza	1
Ampliar e modernizar 3 núcleos descentralizados em Fortaleza	1
Implantar, ampliar e/ou modernizar 8 Núcleos Especializados	4
Implantar e modernizar 1 núcleo avançado de atendimento da DPGE situado em Fortaleza com serviço de solução extrajudicial dos litígios, atendimento interdisciplinar, educação popular para direitos e assistência jurídica integral e gratuita	1

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Ampliação do atendimento beneficiando 627.569 pessoas em todo o Estado;
- Realização de reformas nas estruturas, físicas dos Núcleos tanto na Capital, como no Interior. Na Capital foram reformados: Núcleo do 2º Grau, Núcleo do Idoso, Núcleo do Consumidor, Núcleo da Petição Inicial, Núcleo da Conciliação, Núcleo de Execuções Penais. No Interior, reforma de núcleos de Caucaia, Crato e Sobral;
- Elaboração do projeto de arquitetura e engenharia para reforma das instalações da DPGE no Fórum Clóvis Beviláqua;
- Aprovação e encaminhamentos concernentes à elaboração do projeto de construção das sedes de Sobral, Caucaia, Quixadá, Núcleo João XXIII e reforma do Núcleo de Assistência ao Preso Provisório;
- Transferência do Núcleo Central de Atendimento para a sede administrativa da DPGE, com ganhos efetivos no volume e qualidade do atendimento ao público;
- Criação da Equipe de Racionalização dos Atendimentos e implantação do Projeto Fila Zero, ações que visam tornar mais eficiente o processo de acolhimento aos assistidos e eliminar as filas de espera até junho de 2013;

- Aprovação do Projeto Federal “Sinase e Defensoria: Responsabilização com Cidadania”, numa parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente com o objetivo de promover acesso à justiça e educação em direitos para adolescentes em conflito com a lei;
- Realização de 39 eventos de capacitação, entre cursos, palestras e seminários, bem como custeio de 372 inscrições para Congressos e 15 pós-graduações. Foram qualificadas 2.367 pessoas;
- Nomeação e posse de Defensores Públicos para os Núcleos Central de Atendimento, do Idoso, do Consumidor, de Atendimento na Infância e Juventude, de Direitos Humanos e Ações Coletivas, da Conciliação, e no de 2º Grau;
- Interiorização do suporte ao Defensor Público: cursos, equipamentos, encontros regionais, campanhas, Alô Defensoria, visitas técnicas, lotação de 58 estagiários do Programa Primeiro Passo;
- Aquisição de nove veículos, incremento de 50% na frota;
- Ampliação do quadro de estagiários remunerados que passou de 42 a 284, representando um incremento de cerca de 700%. Contratação de 58 estagiários Primeiro Passo, incremento de 145%;
- Realização de campanhas: Autonomia da Mulher; Uma Saída da Violência; Defensor Conciliador; Doação, Meu Direito; Em Nome do Pai; Fila Zero; Saber Viver – Cidadania e Educação na Melhor Idade. Realização de 18 mutirões e 16 forças-tarefa, beneficiando milhares de pessoas com ações de inclusão na cidadania. A campanha “Amigo da Defensoria, Amigo da Cidadania” assegurou 31 profissionais voluntários para prestar suporte técnico às atividades finalísticas e 58 novos estagiários do Programa Primeiro Passo foram contratados;
- Celebração de parcerias: Coordenadoria de Políticas LGBTTT, Secretaria Municipal de Direitos Humanos, Secretaria Especial da Copa 2014, Escola de Gestão Pública, Agência Nacional de Saúde e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Celebração de 16 Convênios com Instituições de Ensino Superior;
- Inauguração do Portal da Transparência, Tweeter e Facebook, aperfeiçoamento do Portal da DPGE na Internet, lançamento da Carta de Serviços on-line;
- Implantação do Primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação, contendo 25 ações estratégicas ou projetos na área de TI, dentre os quais ações estratégicas a exemplo do desenvolvimento de novos sistemas, a virtualização de procedimentos internos e do atendimento ao cidadão, a integração ao sistema de processos virtuais do Tribunal de Justiça do Ceará – TJCE;
- Realização de 16 Convênios com Faculdades e Universidades visando potencializar as ações defensoriais e, por outro lado, proporcionar ambiente adequado à prática jurídica a acadêmicos, com evidentes ganhos sociais em ambos os aspectos.





ECONOMIA
PARA UMA VIDA
MELHOR

O Eixo Economia para uma Vida Melhor volta-se ao crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. Sua estruturação efetiva-se pela participação das seguintes áreas temáticas: Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária; Aquicultura e Pesca; Recursos Hídricos; Infraestrutura e Logística; Turismo; Desenvolvimento Urbano e Integração Regional; Meio Ambiente; e Copa 2014.

Sob a ótica das Áreas Temáticas, este eixo é realizado sob a responsabilidade de dez Secretarias de Estado e suas respectivas vinculadas, por meio de 22 Programas Temáticos Setoriais envolvendo recursos da ordem de R\$ 1.863.656.181,24.

Área Temática	Secretarias	Programas Temáticos
Desenvolvimento Econômico	Procuradoria Geral do Estado – PGE e Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE	078 - Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio
Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	028 - Desenvolvimento Agropecuário
		029 - Enfrentamento à Pobreza Rural
		067 - Desenvolvimento Territorial Rural
Aquicultura e Pesca	Secretaria da Pesca e Aquicultura - SPA	036 - Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura
Recursos Hídricos	Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	039 - Transferência Hídrica e Suprimento de Água
		040 - Acumulação Hídrica
		041 - Gestão dos Recursos Hídricos
Infraestrutura e Logística	Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará
		004 - Matriz Energética do Estado do Ceará
		005 - Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará
		054 - Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará
Turismo	Secretaria do Turismo - SETUR	075 - Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico “Ceará”
Desenvolvimento Urbano e Integração Regional	Secretaria das Cidades - SCIDADES	031 - Desenvolvimento Urbano
		032 - Saneamento Ambiental
		033 - Habitacional
		034 - Desenvolvimento Regional
		091 - Desenvolvimento Institucional das Cidades
Meio Ambiente	Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais
		084 - Educação Ambiental
		090 - Desenvolvimento Sustentado dos Territórios
COPA 2014	Secretaria Especial da Copa 2014 - SECOPA	089 - Promoção e Realização da Copa 2014



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A Política de Desenvolvimento Econômico no Estado do Ceará é implementada pelo Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico – CEDE em parceria com as suas vinculadas, Agência de Desenvolvimento do Ceará – ADECE, a Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Pecém – EMAZP e a Companhia de Desenvolvimento do Ceará – CODECE.

A promoção da política de Desenvolvimento Econômico Sustentável requer a articulação de projetos estruturantes, bem como uma infraestrutura de sustentação e apoio a empreendimentos de pequeno e médio porte, sobretudo aqueles com maior capacidade de gerar oportunidades de negócio, postos de trabalho e distribuição de renda. Desta forma, através de uma adequada articulação entre as políticas econômicas, sociais, territoriais e ambientais, é possível promover a melhoria sustentável da qualidade de vida da população, diminuir as diferenças de gênero, etnia e raça, promover o equilíbrio sócio-territorial local.

Nessa condição, cabe ao CEDE a formulação de diretrizes estratégicas, operacionais, definição de prioridades da política de desenvolvimento econômico, bem como os critérios para concessão, alteração, prorrogação e extinção de incentivos fiscais, financeiros ou tributários do Estado. Por outro lado, as ações de articulações com os setores produtivos, atração de investimentos, adaptação de tecnologias e culturas às condições locais, criação de uma ambiência favorável à competitividade dos setores econômicos do Estado do Ceará, são de competência dos órgãos vinculados.

Mesmo considerando o cenário econômico mundial e a concorrência dos demais estados da federação, o Governo do Estado, no período 2007-2012, atraiu 433 empresas e viabilizou a implantação de 191 novos empreendimentos, gerando 17.033 empregos diretos. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram a concessão de incentivos fiscais, via Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI, localização estratégica em relação à África, Estados Unidos e países europeus, boa infraestrutura portuária e aeroviária, garantia de água e os investimentos em energias renováveis.

Com o propósito de dar continuidade ao acompanhamento dos empreendimentos incentivados pelo Governo do Estado por meio do FDI merece destaque o Sistema de Monitoramento, mecanismo importante para a avaliação continuada e a verificação “in loco” do pleito e do cumprimento dos compromissos assumidos pelas empresas. Essa ferramenta servirá para subsidiar a Política Industrial do Estado, uma vez que facilitará a análise customizada dos indicadores do setor de desenvolvimento econômico e social e inspeção geral sob ponto de vista micro e macroeconômico dos empreendimentos incentivados pela gestão estadual.

Quanto aos indicadores relacionados às exportações o Ceará mantém o 15º lugar no ranking das exportações brasileiras e responde por 0,5% do total das vendas externas do país. Os setores mais representativos na pauta das exportações cearenses são calçados, couros e castanha de caju, que juntos

respondem por mais da metade do valor exportado pelo Ceará. Referente ao setor calçadista, o Ceará continua ocupando a primeira colocação em quantidade de pares exportados, respondendo por 41,6% do total do país e a segunda em valores.

Quanto ao segmento Agropecuário do Estado do Ceará, muito embora tenha sido afetado pela estiagem do corrente ano, uma das mais severas desde a década de 50, que refletiu nas exportações do agronegócio cearense, houve uma variação positiva de 2,3% no período de janeiro a outubro de 2012, quando comparados ao mesmo período de 2011. Os setores de frutas (11,3%), cera de carnaúba (35,9%) e sucos de fruta (17,7%), colaboraram para esse desempenho. A Fruticultura corrobora com 7,1% entre os produtos que compõem a pauta de exportação do Estado do Ceará.

No contexto econômico, os projetos estruturantes em implantação terão grandes impactos no desenvolvimento do Estado, principalmente no crescimento do PIB, além de contribuir para o aumento das exportações e da geração de emprego. Dentre esses projetos se destaca a Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP, envolvendo investimentos da ordem de US\$ 4,2 bilhões, para a qual foi disponibilizada, em 2012, uma área de 151,81 hectares do total de 292 hectares no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP. Estima-se que no pico das obras civis da siderúrgica serão gerados 15.000 empregos. A previsão do início da primeira fase de operação é 2015, com a produção de 3 milhões de toneladas de placas de aço por ano. A CSP é o primeiro empreendimento a instalar-se na Zona de Processamento da Exportação - ZPE, cuja administração encontra-se a cargo da Empresa Administradora da Zona de Processamento de Exportações de Pecém - EMAZP.

A Zona de Processamento da Exportação - ZPE que ocupa uma extensão de 4.271 hectares para abrigar empresas exportadoras, assegurará a infraestrutura adequada à execução das atividades de fiscalização, despacho e controle aduaneiro pelo empreendimento. Na primeira fase de implantação, com obras já iniciadas, serão aportados investimentos na ordem de R\$ 26 milhões e o alfandegamento da área, junto a Receita Federal, está previsto para janeiro de 2013.

No que diz respeito a Usina Termelétrica Energia Pecém, localizada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, com investimento total de R\$ 3 bilhões e capacidade de 720 MW, o equivalente à metade do parque gerador de energia do Estado, recebeu, em dezembro de 2012, a autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para iniciar a operação comercial de sua primeira unidade geradora, com capacidade instalada de 360 MW. Importante ressaltar que com o aumento da competitividade das empresas a nível internacional, e com o consequente aumento das exportações, poderemos alcançar um equilíbrio na balança comercial do Ceará, e uma diversificação da pauta, incrementando, também, o PIB do Estado.

No âmbito do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde (PITS), que desenvolverá o segmento farmoquímico do Estado, promovendo a inovação e a integração entre a academia e o setor privado

será ancorado por um Centro de Formação, Pesquisa e Desenvolvimento da Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz e por sua Unidade de Vacinas Bio-Manguinhos. O terreno de 50,9 hectares, da primeira fase do projeto, foi totalmente desapropriado, o Master Plan concluído, o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório (EIA/RIMA), assim como os projetos executivos foram contratados e estão em andamento. A FioCruz encontra-se em fase de cercamento da área e da supressão vegetal, e dará início à primeira fase das obras de um prédio moderno e autossustentável no início de 2013, com orçamento já garantido pelo Ministério da Saúde de R\$170 milhões.

Por meio da ADECE, o Estado está estabelecendo uma ambiência favorável para o segmento energético, no atendimento de novos investidores para o setor, na criação de parcerias com instituições internacionais para treinamento de mão de obra e na contribuição para estabelecimento de marco regulatório do setor elétrico brasileiro para energias renováveis. Atualmente, o Estado do Ceará possui empreendimentos de geração de energia de fontes eólica, solar, termelétrica e hidrelétrica. A energia eólica cearense é nacionalmente conhecida pelo seu alto potencial, dimensionado em 35 mil megawatts (MW), sendo 25 mil MW em terra (onshore) e 10 mil MW no mar (offshore), segundo o Atlas Eólico do Estado.

Com a nova realidade de investimentos, o Governo do Estado vem realizando uma série de ações no intuito de prover o Estado de uma infraestrutura mais moderna e adequada, destacando-se: o Cinturão Digital, a maior rede pública de banda larga do Brasil, com 2.600 quilômetros de fibra óptica para atender 53 municípios, que correspondem a 85% da população urbana do Estado; o Cinturão das Águas, que possibilitará a integração do Rio São Francisco com as 11 macrobacias hidrográficas do Estado, perenização de rios e assegurando água; o novo aeroporto de cargas e passageiros no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, cujo estudo encontra-se em andamento.

Em suma, a política de desenvolvimento econômico do estado do Ceará apoia-se fundamentalmente na atração, ampliação, diversificação, recuperação e modernização de empreendimentos industriais e de centros de distribuição e na interiorização de políticas públicas voltadas à indústria, comércio e serviços, de forma a reduzir as desigualdades regionais. As informações a seguir apresentam os resultados alcançados no contexto da atuação do CEDE e suas vinculadas no período 2007-2012.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Empresas atraídas	34	72	59	101	92	75
Empresas implantadas	23	23	27	46	41	31
Empregos gerados pelas empresas implantadas	1.977	2.498	1.897	4.662	4.647	1.352
Volume de Investimento realizado (R\$ mil)	1.729.550,47	7.025.091,38	1.140.197,42	2.605.986,32	2.131.140,38	542.170
Valor de exportações do agronegócio (US\$ FOB milhão)	509,40	592,10	522,60	603,50	648,30	552,28*
Valor das exportações do Ceará (US\$ FOB milhão)	1.148,40	1.277,00	1.080,20	1.269,50	1.403,30	1.045,77*

Fonte: CEDE

*Dados de janeiro a outubro

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Desenvolvimento foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 106.914.938,52 para o desenvolvimento das ações previstas no Programa Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

PROGRAMA 078 - INDÚSTRIA, SERVIÇOS, MINERAÇÃO E AGRONEGÓCIO

O Programa objetiva o fortalecimento dos setores da indústria, serviços, mineração e agronegócio contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento econômico do Estado e apresenta as realizações das seguintes metas prioritárias:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Implantar 23 empreendimentos de médio e grande porte	31
Disponibilizar 292,00 hectares para a implantação de empreendimentos industriais (Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP)	151,8 ha
Apoiar a implantação de 60% do Distrito Industrial de Jaguaribe	78%
Apoiar a implantação de 10% do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde	12%
Capacitar 200 pessoas	309

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Aprovação pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial - CEDIN de 173 pleitos, dentre os quais, 75 protocolos de intenções com investimentos privados de R\$ 2.200.679.925, prevendo a geração de 13.348 empregos diretos e aprovação de 24 resoluções de benefício com incentivos do Programa de Incentivo de Funcionamento de Empresa - FDI/PROVIN e Programa de Incentivo às Centrais de Distribuição de Mercadorias - PCDM, totalizando R\$ 99,88 milhões e a geração de 1.252 empregos diretos contratados;
- Realização de obras de infraestrutura para implantação da empresa VESTAS do Brasil Energia Eólica, gerando 60 empregos e infraestrutura viária da 2ª e 4ª etapa do Distrito Industrial de Jaguaribe-CE, gerando 387 empregos diretos;
- Reforma de um galpão fabril para empresa Laser do Brasil Estamparia Ltda. – EPP, gerando 49 empregos diretos;
- Realização do investimento de *Private Equity* com a empresa TAC Motors, em processo de implantação no município de Sobral, tendo como capital inicial liberado de R\$ 15 milhões, prevendo investimento total de R\$ 30 milhões;
- Criação de 4 câmaras setoriais (audiovisual, logística, trigo e vestuário), perfazendo um total de 19, contemplando diversos setores e uma Câmara Temática;
- Prospecção de 15 novos negócios, com a finalidade de complementação das cadeias produtivas do Estado;
- Apoio a 200 pequenos carcinicultores do município de Fortim, com participação da ADECE, SPA, SDA, SOHIDRA e SEMACE, visando a melhoria da produtividade, envolvendo: licenciamento ambiental, abertura de poços profundos, instalação de rede elétrica, assistência técnica, aquisição de kits de análise de água, capacitação técnica produtiva e de gestão;
- Realização de estudos: para implantação de quatro parques aquícolas marinhos do Estado do Ceará; para o agronegócio (tilapicultura, carnaúba, culturas da Pereira, Macieira e Caquizeiro, cultivo de algas, maricultura, piscicultura, carcinicultura, citricultura); e para os setores do comércio, eletrometal-mecânico e da tecnologia da informação;
- Implantação do Programa de Sanidade da Fazenda em parceria ADECE/Labomar-UFC, PSF Camarão e PSF Tilápia, sendo que o primeiro envolveu a capacitação de 98 estudantes de Escolas Estaduais de Educação Profissional no programa PSF Camarão para atuarem como agentes de sanidade animal, junto aos produtores do Estado;

- Captação de três eventos de grande porte: *International Meeting of ACORBAT* – maior evento mundial sobre bananas que acontecerá em 2013 em Fortaleza junto à FRUTAL 2013; XXI Congresso Brasileiro de Apicultura, que será realizado em Fortaleza em 2016; AQUAPESCA BRASIL 2013, maior evento de aquicultura da América Latina;
- Conclusão do MASTER PLAN do Polo Industrial e Tecnológico da Saúde, que será um núcleo de fabricação de produtos farmoquímicos e de tecnologia em saúde, no município do Eusébio, tendo como empresa âncora a Fundação Oswaldo Cruz – FioCruz;
- Conclusão do Projeto de Capacitação em Rede, iniciado em dezembro de 2010, que qualificou um total de 631 jovens nos cursos de Costura Industrial e Mecânica à Diesel, obtendo como resultado a inserção no mercado de trabalho de 81% dos egressos, ou seja, 523 jovens dos municípios de Horizonte, Pacajus, Chorozinho, Itaitinga, Eusébio e Cascavel. Desse total, no ano de 2012, formaram-se 211 alunos, dos quais 202 foram empregados nas indústrias Malwee e Apavel;
- Conclusão do Projeto Polo Moda, iniciado em agosto de 2009, em parceria com o SEBRAE, com o objetivo de promover a moda cearense, através da realização de consultorias gerencial (2.031 horas) e tecnológica (2.600 horas), cursos de capacitação gerencial (62 horas) e tecnológica (24 horas), missões empresariais (três missões), duas publicações, e apoio a feiras, negócios e eventos (14);
- Participação em 18 feiras e eventos com o objetivo de fortalecer os setores econômicos, atrair investidores e prospectar novos negócios em áreas como: gestão da inovação tecnológica, comércio, indústria, agricultura, pesca, turismo, sustentabilidade, competitividade, energias renováveis, responsabilidade social, logística;
- Disponibilização/alienação por parte da CODECE de 591.534,78 m² para atender projetos de implantação/ampliação de interesse de 67 empreendimentos industriais;
- Cessão, em comodato, de 52.691,09 m², disponibilizados para atender 10 empresas dos municípios de Araripe, Canindé, Chorozinho, Iguatu, Itaitinga, Itapagé, Maranguape e Quixeramobim;
- Concluídos os serviços de terraplanagem (151,8 ha) da primeira fase do CIPP, e sido iniciado o estaqueamento;
- Atualização do banco de dados do sistema informatizado de monitoramento para avaliação do perfil das empresas beneficiadas, assim como das 45 empresas que serão contempladas, totalizando 305 empresas cadastradas e monitoradas;
- Desapropriação de 77 ha de área para implantação da ZPE, realizado pela PGE.



DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, implementada pelo Governo do Estado do Ceará, tem por base a política do Governo Federal, executada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, órgão responsável pelo tratamento das ações de reforma agrária e promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural, através da agricultura familiar, e de identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Neste contexto, insere-se a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e vinculadas, responsáveis pela execução da política agrícola do Estado, voltada à sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar, envolvendo as seguintes estratégias: direito e inclusão social, democratização do acesso à terra, apoio à produção, beneficiamento e comercialização renovado com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS 2012 – 2015. As ações desenvolvidas em parceria com o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, governos municipais, sociedade civil e movimentos sociais, assegurando ampla participação dos atores sociais, conforme preconiza o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS contribuíram significativamente para o alcance dos resultados estratégicos.

Por outro lado, a irregularidade espacial e temporal das precipitações de 2012, ocasionando o fenômeno conhecido como “seca verde”, impactou fortemente no meio rural, havendo uma redução de 83% na produção de grãos quando comparado com a safra recorde de 1,3 milhão de toneladas de grãos, em 2011, no que pese a distribuição pelo Programa Hora de Plantar de 3.766 toneladas de sementes das principais culturas produtoras de grãos, que atendeu 125.810 agricultores familiares, com recursos de R\$ 17,0 milhões do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP.

Diante da situação causada pelos efeitos danosos da estiagem, destaca-se a atuação do Programa Garantia Safra, assegurando renda mínima ao agricultor familiar. Foram beneficiados 239.982 agricultores, com a quantia de R\$ 815,00 como forma de antecipar a ajuda aos agricultores participantes desse programa. No total, foram destinados aos municípios recursos da ordem de R\$ 195,5 milhões que contribuiu para evitar tensões sociais no meio rural, como invasões a armazéns e saques a carros carregados com gêneros alimentícios, eventos frequentes em épocas de seca.

Ainda, com o intuito de minimizar o efeito da seca, a SDA desenvolveu projetos no sentido de armazenar água e evitar perdas diretas através de enxurradas e evaporação, fatores que reduzem o processo de erosão e disponibilizam para as culturas, maior volume hídrico para o desenvolvimento vegetativo das lavouras, dando conservação e sustentabilidade ao processo de produção. Ênfase na implantação de 4.163 hectares com práticas agrícolas, tais como, plantio direto, captação *in situ*, adubação orgânica, quintais produtivos e Mandallas.

Merece destaque a continuidade ao Projeto Biodiesel, que no período 2007-2012 apresentou um incremento da ordem de 236% da área implantada com oleagionosas, atendendo, somente em 2012, 25.000 agricultores, em uma área 32.035 ha de oleaginosas, bem como o investimento da ordem de

R\$ 21.797.211,00 para execução das ações no entorno do Açude Castanhão, com a implantação de 03 perímetros irrigados: Curupati (1ª Etapa), beneficiando 81 famílias, numa área de 447 ha; Alagamar com 104 famílias numa área de 312 ha; e Mandacaru com 130 famílias numa área de 396 ha.

No setor da pecuária, o Programa Leite Fome Zero foi executado de forma satisfatória, com uma variação de 70,3% no período 2007-2012, atendendo, em 2012, 80.239 beneficiários consumidores em 177 municípios com a distribuição de aproximadamente 22.500.000 litros de leite bovino e 436.000 litros de leite caprino, e ainda, ajustando o preço pago ao produtor por litro de leite que passou de R\$ 0,72 para R\$ 0,80.

Os projetos liberados através do Projeto São José, deram continuidade as ações de fortalecimento da infraestrutura local, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento da agricultura familiar no Estado com investimento da ordem de R\$ 20 milhões para sistemas de abastecimento d'água domiciliar e aquisição de atores com implementos beneficiando 10.774 famílias ao longo de 2012.

No que se refere a construção de cisternas, iniciada em 2007, foram construídas 60 mil cisternas de placas, sendo pelo menos 17 mil em 2012 e mais de 850 cisternas de enxurradas. A primeira iniciativa busca a melhorar o acesso à água para a população de baixa renda que sofre com os efeitos das secas prolongadas, fortalecendo a convivência com o semiárido e garantindo melhor qualidade de vida e as de enxurradas visa garantir a segurança alimentar e nutricional de famílias que vivem no semiárido cearense e que têm dificuldades de acesso à água para produção de alimentos para autoconsumo, com a construção de quintais produtivos, atualmente pendentes pela falta de chuva.

Com relação ao apoio para o etno-desenvolvimento de comunidades tradicionais, destacam-se o incentivo dado às comunidades quilombolas e ao seu protagonismo por meio da construção do capital social e acesso aos recursos públicos e privados, visando a implantação do Projeto Zumbi, cuja finalidade é o desenvolvimento de projetos produtivos aproveitando as potencialidades dessas comunidades.

Em 2012, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará- ADAGRI destacou-se pela aprovação do Estado do Ceará pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA para candidatar-se a Zona Livre com Vacinação para Febre Aftosa. Na área de Defesa Vegetal o destaque ficou por conta da liberação e supervisão de 17.387 certificados fitossanitários de origem possibilitando a continuidade na exportação de frutas e plantas ornamentais para outros estados da Federação, Estados Unidos e países do Mercosul, além da fiscalização do comércio de sementes e mudas em todo o Estado, com o monitoramento de 5.102 hectares e da erradicação de 724.000 mudas/plantas cítricas contaminadas com Cancro Cítrico.

O abastecimento alimentar do Estado do Ceará, desenvolvido por intermédio da Central de Abastecimento do Ceará - Ceasa/CE, teve neste ano como destaque, ações de fortalecimento da

comercialização da horticultura do Ceará, que apesar da seca, participou com 51,8% do volume comercializado, registrando um acréscimo de 7,6% com relação ao ano de 2011, injetando na economia recursos na ordem de R\$ 844,2 milhões, o que representa um aumento de 15% em relação a 2011. Na linha da descentralização do abastecimento, o destaque foi a inauguração da Ceasa – Cariri, que mesmo em fase de consolidação, já movimentou o volume de carga equivalente a 70% do que foi estimado nos estudos técnicos que viabilizaram sua implantação.

As ações realizadas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ematerce, são alicerçadas no Planejamento Estratégico, construído de forma participativa com os agricultores/as familiares e demais atores do setor primário da economia do Estado, tendo como principal objetivo do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, de forma a melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismos de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. No período 2007-2012 ressalta-se houve um desempenho positivo com um incremento de 41.8 % do total de produtores assistidos.

Em 2012 foi prestada assistência técnica a 196.726 agricultores(as) familiares representando 57,6 % do total de agricultores/as familiares do Ceará, sendo 108.665 agricultores/as atendidos de forma intensiva, nas suas diversas cadeias produtivas, estruturantes e integradoras e 88.061 agricultores(as) familiares atendidos, em alguma política pública para o meio rural, fortalecendo a agricultura familiar de forma sustentável. O resultado apresentado foi considerado bastante eficaz, uma vez que as ações de ATER, após a constatação das perdas de 85,9% da safra de grãos em sequeiro e 50,3% da safra de mandioca, foram direcionadas para enfrentamento aos efeitos da estiagem, como as pequenas irrigações em 15.030 ha na produção de forragens e 4.917 ha em frutas e hortaliças, visando garantir as famílias assistidas a necessária segurança alimentar e a manutenção de seus rebanhos.

Desta forma, foi dada prioridade para o atendimento aos agricultores(as) familiares afetados pela estiagem, apoiando no cadastramento destes para a compra subsidiada de milho em balcão na Companhia Nacional de Abastecimento - Conab; na orientação à renegociação das dívidas para acesso ao crédito emergencial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- Pronaf; na assistência técnica aos agricultores(as) familiares no programa de reestruturação hídrica para pequenas irrigações, na implantação e condução de quintais produtivos, na elaboração de laudos de comprovação de perdas e no cadastramento e elaboração de declaração de aptidão ao Pronaf, para acesso dos agricultores(as) familiares ao Programa Garantia Safra 2013.

A regularização fundiária, executada pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE, em parceria com o MDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, tem apresentado uma evolução positiva no alcance de suas metas onde, desde 2007, mais de 211 mil famílias foram beneficiadas com título de propriedade.

Todas as ações desenvolvidas pela SDA no âmbito da política de desenvolvimento rural convergem para o alcance de resultados que são expressos pelos indicadores apresentados no quadro seguinte.

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, AGRICULTURA E PECUÁRIA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Var. (%) 2007-2012
Agricultor participante do Programa Garantia Safra.	172.971	285.363	260.687	290.105	272.581	239.982	38,7
Hectares implantados com oleaginosas – Programa Biodiesel.	9.534	25.734	34.593	30.159	55.824	32.035	236,0
Famílias beneficiadas com regularização fundiária.	12.970	15.390	34.746	64.716	57.889	26.113	101,3
Pessoas beneficiadas, diariamente, com a distribuição de leite.	47.123	54.310	53.879	56.068	72.450	80.239	70,3
Produtores assistidos com assistência técnica e extensão rural.	138.748	122.568	128.904	136.283	179.891	196.726	41,8
Percentual de animais vacinados contra a febre aftosa.	91,27	88,97	86,78	87,51	92,20	93,14	2,0

Fonte: SDA

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Desenvolvimento Agrário, Agricultura e Pecuária foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 258.626.210,78 para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos: Igualdade Étnico-Racial, Desenvolvimento agropecuário, Enfrentamento a Pobreza Rural e Desenvolvimento Territorial Rural.

PROGRAMAS TEMÁTICOS

PROGRAMA 028 - DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

O Programa tem por objetivo incentivar as atividades de base familiar e apoiar as cadeias produtivas na utilização de técnicas de proteção ambiental e agroecológicas, através da realização de capacitações ao pequeno produtor, assistência técnica, implantação de estruturas produtivas, realização de eventos promocionais do setor agropecuário, implantação de projetos produtivos e de infraestrutura para aumentar a produção com competitividade gerando emprego e renda na zona rural contribuindo assim, para o desenvolvimento agropecuário do Ceará, apresentando as seguintes metas prioritárias e ações realizadas.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Beneficiar 130.000 agricultores (as) familiares com sementes e mudas	125.810
Apoiar a implantação de 32.592 ha de oleaginosas	32.035 ha
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores ao Garantia Safra	239.982
Comercializar 563.000,00 t de hortigranjeiros	572.000 t
Adquirir 100 tratores com equipamentos e implementos agrícolas, para beneficiar comunidades rurais.	114
Vacinar 90% dos rebanhos contra Febre Aftosa	93,14%
Fiscalizar 96.000 trânsitos de animais e vegetais	97.933
Atender a 126.000 agricultores (as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas.	196.726
Atender a 19.999 agricultores (as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica para a produção irrigada	28.276
Capacitar 25.200 agricultores (as) familiares para a produção e gestão de projetos associativos	13.240

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Distribuição de 3.766.795 kg de sementes e mudas selecionadas, sendo 3,6 milhões de raquetes de palma forrageira, 5.294 m³ de manivas de mandioca, 900 toneladas de colmos de cana-de-açúcar, 380.984 mudas de cajueiro e 24.875 mudas de urucum, beneficiando 125.810 agricultores familiares;
- Continuidade do Projeto Biodiesel com ações de: incentivo a 11.813 produtores; implantação de uma biofábrica para produção de bioinseticidas e o reaparelhamento do Laboratório de Sementes; Recuperação de 4.079 hectares de cajueiros improdutivos, através de substituição de copas, beneficiando 429 produtores; Classificação de 1.524.316 toneladas de produtos de origem vegetal padronizados; Implantação e modernização de 11 agroindústrias de mandioca beneficiando 395 famílias rurais; Distribuição de 731 kits de medidores horo-sazonais em 64 municípios;
- Implantação de 60 projetos integrados Mandallas, em 30 municípios, beneficiando 180 famílias;
- Capacitação de 12.380 famílias e 120 técnicos nas cadeias produtivas do caju, mandioca e mamona (biodiesel), nos projetos Mandalla e na classificação de produtos vegetais;
- Implantação de 168 hectares de fruticultura irrigada no Perímetro Curupatí beneficiando 69 famílias e de 4.163 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido, beneficiando 3.569 famílias;
- Monitoramento de 193 tanques de resfriamento de leite, sendo 179 já implantados e 14 em implantação, beneficiando 4.250 produtores de leite bovino e caprino;
- Implantação de 05 tanques de resfriamento de leite caprino, com a finalidade de garantir a qualidade de leite de 86 produtores;
- Acompanhamento e monitoramento de 46 unidades de extração de mel, que beneficiam 1.058 apicultores;

- Aquisição e distribuição de 40 motoensiladeiras, beneficiando 800 produtores de leite da agricultura familiar;
- Implantação de 02 unidades demonstrativas de biodigestores nos municípios de Quixeramobim e Limoeiro do Norte;
- Implantação quatro unidades demonstrativas em apicultura, sendo três de processamento de cera nos municípios de Aratuba, Quixelô e Capistrano, um de processamento de pólen no município de São Benedito;
- Implantação de quatro unidades demonstrativas de caprinocultura em Quixadá, Campos Sales e Tauá (2);
- Realização 10 eventos agropecuários, com participação de 423 expositores que expuseram 9.762 animais;
- Realização de 22 novos registros de marcas de animais;
- Distribuição de três toneladas de semente de feijão guandu (leguminosa) para 310 ovinocaprinocultores nos territórios do Cariri Oeste, Inhamuns/Crateús e Sertão Central para plantio de 310 hectares;
- Realização de dois cursos de manejo apícola, sobre colheita, extração e fracionamento do mel, para 40 produtores das Regiões de Baturité e Ibiapaba;
- Realização do Seminário Estadual de Ovinocaprinocultura sobre o Programa Rota do Cordeiro a ser implantado no município de Sobral;
- Realização de 15 capacitações técnicas em apoio às cadeias produtivas da pecuária, para técnicos e produtores, envolvendo 620 produtores;
- Financiamento de 114 subprojetos produtivos de mecanização agrícola (tratores e implementos), beneficiando 6.678 famílias, com recursos de aproximadamente R\$ 7,0 milhões;
- Implantação de 852 cisternas de enxurradas para manutenção de quintal produtivo, beneficiando 852 famílias;
- Apoio a 362 famílias de agricultores familiares, com a contratação de 362 projetos emergenciais através do Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FEDAF, no valor de R\$ 1,4 milhão;
- Concessão de financiamento para atividades produtivas a 115 famílias de agricultores familiares beneficiários do Crédito Fundiário, com recursos do PRONAF A, no valor de R\$ 2,2 milhões;
- Realização de 3 eventos de capacitação para parceiros do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF e técnicos da Unidade Técnica Estadual – UTE, com 554 participantes;
- Fiscalização de 567 hectares de mamão e monitoramento de 6.700 ha de banana, livres de Sigatoka Negra gerando a emissão de 272 termos de fiscalização, 17.387 Certificados Fitossanitários de Origem (CFO's), sendo 57 para exportação de cucurbitáceas para os Estados Unidos, países do Mercosul e outros estados da Federação e 9.403 Permissões de Trânsito de Vegetais (PTV's) para a cultura da banana;
- Fiscalização do uso legal de agrotóxicos com emissão de 151 Termos de Fiscalização e 85 Autos de Interdição;
- Implantação do escritório da ADAGRI na Ceasa de Maracanaú com finalidade de fiscalização sanitária de hortigranjeiros;

- Convocação de 61 fiscais (40 médicos veterinários e 21 agrônomos) para compor o quadro de recursos humanos da ADAGRI, representando um incremento superior a 100% do quadro anterior;
- Ampliação de 25 unidades locais da ADAGRI para 40 em todo o Estado, possibilitando maior capilaridade do serviço;
- Fechamento das fronteiras com a Paraíba e Rio Grande do Norte em virtude da não aprovação, por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA, destas duas unidades federadas a candidatar-se a Zona Livre de Aftosa;
- Realização do processo de sorologia em 124 municípios, envolvendo 324 propriedades, das quais 214 já tiveram resultados negativos e foram liberadas e 110 propriedades encontram-se em coletas pareadas;
- Emissão de 119.393 Guia de Trânsito Animal;
- Realização de 02 cursos de Certificação Fitossanitária de Origem para responsáveis técnicos e 02 cursos de Georeferenciamento aplicado à agropecuária para fiscais e agentes de defesa da ADAGRI;
- Inauguração da Ceasa – Cariri, comercializando uma média de 3.000 toneladas/ mês;
- Assistência Técnica (ATER) para agricultura de sequeiro dirigida à agricultores(as) familiares na implantação de 225.863 ha de culturas diversas: 145.924t de culturas agroindustriais (oleaginosas, mandioca, sisal) para 13.890 beneficiados; 14.245 t de grãos (arroz, milho, feijão e sorgo) para 124.727 beneficiados; 10.772 t de frutas (banana e caju) para 10.546 beneficiados e distribuição de 151.367 mudas de caju anão precoce, para 1.064 beneficiados;
- Assistência Técnica (ATER) para agricultura irrigada dirigida à agricultores(as) familiares na implantação de 4.917ha de culturas diversas destacando-se a produção de: 179.892 flores/ folhagens e plantas ornamentais gerando para 90 beneficiados e geração de 83 empregos; 30.711,9 t de frutas com a geração para 1.846 beneficiados e com geração de 1.759 empregos; 745.315 kg de olerícolas orgânicas para 238 beneficiados e 170 empregos; 289.032,8 t de olerícolas diversas com geração para 1.643 beneficiados e 3.707 empregos; 2.584,7 t de grãos para 727 beneficiados e 465 empregos e 23.7400 agricultores (as) de base familiar com 15.030 ha irrigados com forrageiras (901.800t);
- Assistência Técnica (ATER) para atividades não agrícolas dirigida para agricultores(as) familiares sendo: 847 em unidades de produção de artesanato (142.796 peças produzidas) e 77 em turismo rural;
- Assistência Técnica (ATER) voltada para pecuária com produção de 105,52 milhões de litros de leite, sendo 4.673 beneficiados com ações de higienização e resfriamento de leite e 16.165 com produção; 16.518 apicultores (as) familiares com produção de 11,30t de mel de abelha; 43.462 ovinocaprinos familiares com apoio a comercialização de 166.894 animais; 8.346 criadores(as) familiares de aves caipiras com apoio a comercialização de 151.875 aves e 4.684.327 ovos caipira; 1.175 piscicultores(as) familiares para criação de peixe em 43 ha de espelho d'água, 93 açudes povoados com 376.000 alevinos e produção anual de 1.584,87 t de pescado; 3.985 agricultores(as) familiares beneficiando uma área de 2.450 ha com raleamento de caatinga e 2.525 ha de palma forrageira; 8.295 agricultores(as) familiares com prática de armazenamento de forragem com produção de 202.070 t de silagem e feno;

- Assistência Técnica (ATER) para crédito rural envolvendo recursos da ordem de R\$ 209,49 milhões com ações voltadas para 60.182 agricultores(as) familiares dentre as quais a elaboração e acompanhamento de 49.304 projetos de investimento, beneficiando 53.902 agricultores(as); 252 projetos produtivos e de mecanização agrícola atendendo demandas de 6.678 famílias e linhas de crédito emergencial do PRONAFI para 6.280 agricultores(as) familiares;
- Assistência Técnica (ATER) para crédito fundiário para 1.708 famílias de assentados em 147 imóveis, com a contratação de 15 Subprojetos de Investimento Comunitário (SIC), atendendo 72 agricultores(as) familiares e elaboração de 03 Subprojetos de Aquisição de Terra, atendendo 51 agricultores(as) familiares com recursos financiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- Assistência Técnica (ATER) para convivência com o semiárido a 3.973 agricultores(as) familiares em práticas de convivência com o semiárido, resultando em 19 barragens subterrâneas, 136 barragens de contenção de sedimentos, 268 microbacias revitalizadas, 549 paliçadas construídas e 5.048 ha de áreas beneficiadas com terraços de retenção, cordões de pedra, com captação *in situ*, escarificação, plantio direto, correção e adubação verde e orgânica;
- Assistência Técnica (ATER) para gestão socioambiental a 23.340 agricultores(as) familiares no Programa de Gestão Sócioambiental, em práticas de transição agroecológica (250), adequação ambiental (8.985), agroecologia (358), habitabilidade (10.800), produção e utilização de plantas medicinais, aromáticas e condimentares; e segurança alimentar e nutricional (2.860);
- Assistência Técnica (ATER) para agroindústria familiar a 1.926 agricultores(as) familiares em 199 agroindústrias instaladas sendo 31 para beneficiamento de leite, frutos tropicais e mel de abelhas com uma produção anual de 3,33 toneladas de produto beneficiado e 168 agroindústrias de processamento de caju, doce de cana, frutos tropicais, leite, mandioca e peixe, produzindo 2,32 toneladas de produção processada;
- Assistência Técnica (ATER) para comercialização a 1.722 agricultores/as familiares, sendo 662 na comercialização de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e 1.061 no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, beneficiando 224 entidades socioassistenciais em 974 projetos com uma produção comercializada de 583.814 kg de alimentos para o PNAE (Merenda Escolar) e 870.123 kg para o PAA, totalizando 1.453.937 kg de alimentos comercializados da agricultura familiar;
- Assistência Técnica (ATER) para capacitação de 13.240 agricultores/as familiares e 1.487 técnicos (com repetição) em 571 eventos de capacitação (cursos, encontros, excursões/missões, intercâmbios, seminários, oficinas, feiras e dias de campo).

PROGRAMA 029 - ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL

O Programa viabiliza o acesso a terra, moradia e estrutura básica produtiva, especialmente hídrica, buscando a permanência das famílias no campo, através da aquisição de produtos dos agricultores (as) familiares cearenses e melhorando a qualidade de vida nas comunidades rurais, incentivando o desenvolvimento do meio rural e contribuindo no combate à fome e à pobreza.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Beneficiar 100.000 pessoas diariamente com distribuição de leite	80.239
Beneficiar 2.756 agricultores (as) familiares com aquisição de sua produção	1.545
Beneficiar 35.910 pessoas com distribuição de alimentos	122.152
Implantar 80 Casas Digitais	66
Beneficiar 600 famílias com a aquisição de imóveis rurais no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário	298
Implantar 46.861 cisternas para consumo humano, nas comunidades rurais.	16.913
Implantar 164 sistemas de abastecimento de água com ligações domiciliares em comunidades rurais	50
Construir 3.000 kits sanitários	87

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Aquisição e distribuição de 22,5 milhões de litros de leite para o “Programa Leite Fome Zero” distribuído, diariamente, para 80.239 beneficiários consumidores em 177 municípios;
- Realização de 12 fóruns territoriais do “Programa Leite Fome Zero”, com participação das secretarias municipais de desenvolvimento agrário, saúde, desenvolvimento social, EMATERCE, sindicatos dos trabalhadores rurais, CONSEAs municipais, envolvendo 177 municípios beneficiários;
- Implantação do “Programa de Aquisição de Alimentos” em 76 municípios dos Territórios da Cidadania, com aquisição da produção de 1.545 agricultores e a doação de alimentos a 596 entidades socioassistenciais, beneficiando a 122.152 pessoas em estado de insegurança alimentar e nutricional;
- Capacitação de 400 agricultores familiares em boas práticas de fabricação nos territórios da cidadania e 600 manipuladores de alimentos das entidades beneficiadas;
- Capacitação de 95 Agentes de Leitura e implantação de 55 Arca das Letras;
- Distribuição de 13.515 livros, atendendo a 8.132 unidades de agricultura familiar;
- Capacitação de 2.640 agentes comunitários de inclusão digital em 66 Casas Digitais;
- Financiamento de 50 sistemas de abastecimento de água, beneficiando 4.096 famílias;
- Construção de 16.913 cisternas de placas, possibilitando o acesso a água para consumo humano das famílias;
- Construção de 87 kits sanitários em localidades com precárias condições sanitárias;
- Apoio a 298 famílias de agricultores de 12 municípios com aquisição de 5.068,02 ha de terra, proporcionando ingresso financeiro de R\$ 11,2 milhões no Estado, dos quais R\$ 8,0 milhões não reembolsáveis, destinados a investimentos comunitários nos imóveis adquiridos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF;
- Construção de 181 habitações rurais, em 13 imóveis adquiridos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF, situados em 12 municípios, com recursos da ordem de R\$ 3,2 milhões, sendo R\$ 1,0 milhão de recursos do FECOP, R\$ 1,9 milhão do PNCF e 300 mil dos beneficiários;

- Implementação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, atendendo 2.789 famílias, em 171 assentamentos rurais, localizados em 40 municípios, abrangendo 11.156 pessoas, com a participação da FETRAECE e MST;
- Implementação de 5 projetos produtivos com a finalidade de aproveitar as potencialidades das comunidades quilombolas, contemplando 202 famílias na área de produção de artesanato e confecção;
- Construção de 40 habitações rurais e reforma de 351 habitações rurais, pelo projeto de Concessão de Crédito em parceria com o INCRA, com recursos da ordem de R\$ 3,4 milhões, beneficiando 391 famílias de 30 assentamentos em 18 municípios.

PROGRAMA 067 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL

O Programa tem por objetivo apoiar as instâncias de planejamento e gestão dos colegiados, a mobilização de movimentos sociais e do Poder Público no âmbito dos territórios rurais e implantar projetos de infraestrutura social e produtiva para a agricultura familiar, visando o desenvolvimento dos 13 territórios rurais do Estado do Ceará.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar 07 eventos de capacitação para apoiar os colegiados territoriais na implementação da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável e solidário	30
Implantar 26 projetos de infraestrutura nos territórios rurais	13
Cadastrar, georreferenciar e regularizar 12.898 imóveis rurais	43.077
Titular 20.727 posses de imóveis rurais	26.113
Vistoriar e avaliar 152 imóveis rurais	58

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de 13 conferências territoriais e 01 Conferência Estadual de ATER;
- Realização de 13 plenárias territoriais para apresentação dos programas, projetos e ações da SDA que atendem as demandas dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS;
- Aquisição e distribuição de 33 máquinas forrageiras e colhedoras para apoio a cadeia produtiva da bovinocultura;
- Execução de 43.077 cadastros georreferenciados de imóveis rurais de uso multifinalitário, em 28 municípios;
- Regularização fundiária de 26.113 imóveis rurais, através da concessão do título de propriedade, em 14 municípios do Estado;
- Realização de 58 vistorias, avaliações e georreferenciamento de imóveis rurais, beneficiando 412 famílias, em 28 municípios do Estado.



AQUICULTURA E PESCA



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

A política de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Estado do Ceará, é implementada pela Secretaria da Pesca e Aquicultura – SPA, articulada com a política nacional executada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA. Com foco na sustentabilidade econômica, social e ambiental da atividade, a política tem o propósito de desenvolver e fomentar a produção pesqueira e aquícola com vistas a melhorar a renda dos produtores no momento da comercialização, bem como, elevar a qualidade do produto ofertado à população.

O Estado do Ceará surge no cenário nacional com grande potencial aquícola, advindo de suas águas marinhas, com 573 km de costa, bem como de águas continentais com mais de 132 reservatórios públicos monitorados, cujo volume de acumulação vai além dos 17,89 bilhões de m³, abrangendo uma área de cerca de 187.000 ha de espelho de água. Com vistas ao melhor aproveitamento e comercialização do pescado cultivado, o Governo do Estado e BNDES, vêm incentivando o grande potencial para o crescimento da piscicultura familiar em águas continentais, priorizando ações de fomento a projetos de aquicultura, a exemplo do que se está realizando na área do Complexo do açude Castanhão, município de Jaguaribara.

Na atual gestão, grandes esforços estão sendo realizados para expandir e modernizar a infraestrutura de apoio à pesca e aquicultura visando o aumento da comercialização. De fato, observa-se um crescimento de 17% entre 2007 a 2012 da produção cearense de pescado (peixes, camarões, lagostas e outros), originária da pesca extrativista e da aquicultura. Para tanto, foram investidos recursos que garantiram ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, atendendo a 100 pescadores e 241 aquicultores familiares, e implantação e acompanhamento de projetos de piscicultura familiar. Todo o trabalho foi desenvolvido com responsabilidade técnica e ambiental, considerando o potencial das regiões e as vocações locais.

No que se refere a qualidade do produto ofertado à população, a SPA, intensificou a fiscalização e a inspeção de pescados e seus derivados, passando a controlar e a rastrear a produção nas indústrias e a comercialização dos produtos, através da implantação do Selo do Serviço de Inspeção Estadual – SIE do pescado e seus derivados. Referidas ações, permitiram a criação do Certificado de Rastreamento para Transporte Intermunicipal - CRTI do pescado, realização permanente de visitas técnicas para acompanhar e orientar os estabelecimentos de pescado, apreensões de pescado ilegal, cadastramento de embarcações e veículos que transportam pescados que entram no Estado do Ceará procedentes de outros Estados sem documentação adequada, cadastramento dos estabelecimentos manipuladores e beneficiadores de pescados, bem como fiscalização permanente dos comércios adjacentes dos Mercados São Sebastião, Carlito Pamplona e Beira Mar.

Neste ano de 2012, alcançaram-se resultados significativos, ressaltando-se o repovoamento realizado em 805 açudes estaduais com a distribuição de 8.102.000 de alevinos. Dessa forma, fortalece-se a oferta de alimentos com proteína de origem animal de boa qualidade, contribuindo sobremaneira para a melhoria do padrão nutricional do homem do campo, como também, minimizando os efeitos causados aos estoques pesqueiros pelas irregularidades chuvosas e o incentivo ao desenvolvimento da piscicultura extensiva em reservatórios. São utilizadas espécies adaptadas às nossas condições ambientais, como: Tilápia do Nilo, Carpa Comum, Curimatã, Tambaqui e Pescada do Piauí.

Visando o incremento do consumo per capita de pescado, a SPA, em parceria com o Ministério da Pesca, adotou estratégias diversas: levar o pescado aos bairros a preços mais acessíveis por meio do “Caminhão do Peixe”; veiculação de campanhas de marketing em diversos eventos técnicos e gastronômicos. Nesse contexto, o consumo per capita de pescado (peixes, camarões, lagostas e outros) no Estado de Ceará tem aumentado gradativamente, passando de 11,40 kg/hab/ano (2010) para 12,20 kg/hab/ano (2012).

O indicador valor das exportações de pescado no Estado do Ceará expressa o valor em dólares americanos (US\$) de pescado. A estimativa para 2102 mostra uma tendência de queda devido a redução da produção da pesca da lagosta ocorrida no corrente ano.

AQUICULTURA E PESCA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo per capita de pescado (kg/hab/ano)	-	-	-	11,40	12,00	12,20
Produção de pescado (t)	76.441,50	83.152,80	88.222,50	93.295,30	95.200,60	90.000,00
Valor das exportações de pescado (US\$)	50.538,60	43.603,30	39.423,50	60.350,00	54.239,00	35.000,00

Fonte: SPA

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de desenvolvimento da pesca e aquicultura foram empenhados recursos orçamentários da ordem de R\$ 4.812.215,20 para a execução das ações previstas no Programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

PROGRAMA 036 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E AQUICULTURA

O Programa objetiva fortalecer o segmento pesqueiro e aquícola em bases ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da oferta de alimentos através do incremento da produção pesqueira advindas da pesca extrativa e da aquicultura marinha e continental, com vistas ao aumento e a geração de emprego e renda dos pescadores e aquicultores.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Repovoar 1.200 açudes, beneficiando 30.000 famílias.	805 açudes - 29.275 famílias.
Beneficiar 95 aquicultores familiares.	400
Beneficiar 1.300 pescadores artesanais continentais.	6.500
Realizar 48 operações de fiscalização de atividade de pesca e da aquicultura.	230
Prestar assistência técnica a 2.970 pescadores e aquicultores.	341

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Distribuição de 8.102.000 de alevinos para repovoar 805 açudes, beneficiando 88 municípios;
- Em implantação 04 Unidades Demonstrativas de Cultivo de Peixes em Tanques-Rede, em comunidades de reassentados na Barragem do Açude Castanhão, nos parques aquícolas dos municípios de Jaguaribara, Alto Santo, Jaguaretama e Jaguaribe;
- Realização de 74 visitas técnicas às colônias de pescadores artesanais beneficiando cerca de 740 representantes dessas entidades;
- Assistência técnica ao Programa Água Doce nos municípios de Tauá e Russas;
- Participação de 200 pescadores no I Ciclo de Encontros da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar nos municípios de Tauá e Crateús;
- Realização da 1ª Oficina Nacional de “ Diagnóstico Participativo para a Cadeia Produtiva da Pesca e Aquicultura Ornamental do Ceará”;
- Apoio a eventos: Regatas no litoral cearense: Arpoador, Parajuru, Lagoinha; Regatas de canoas em Quixeramobim e Jaibas; V Feira Cearense da Agricultura Familiar (FECEAF); III AQUAPESCA em Salvador-Ba; exposições de peixes ornamentais;
- Capacitação para 460 pescadores, sendo 325 marítimos e 135 continentais, e 250 aquicultores no estado do Ceará;
- Realização de 108 Cadastros do Certificado de Rastreamento para Transporte Intermunicipal - CRTI, dentre 78 unidades de pisciculturas instaladas, com a produção declarada de 22.000 ton/ano de tilápias de 710 piscicultores em todo o Estado do Ceará;
- Realização de 1.896 visitas técnicas de acompanhamento e orientação técnica a estabelecimentos de pescado em Fortaleza e Cascavel;
- Realização de 06 ações de apreensões de pescado ilegal (mero, camarão, tilápia, branquinha lula) totalizando 1648 kg em Fortaleza e Região Cariri;
- Realização de 10 Cursos de Boas Práticas de Fabricação e Educação Ambiental, beneficiando 219 piscicultores e pescadores, em Sobral, Jaguaribara, Cariús, Orós, Camocim, Barroquinha (Bitupitá) e Quixelô;
- Realização de 60 Cadastros de Veículos, em Camocim, Fortaleza, Cruz, Barroquinha, Canindé, para fins de conhecimento da circulação do pescado que entra no Estado do Ceará procedente do Pará, Maranhão, Piauí, e Amazonas;
- Realização de 06 Cadastros de Embarcações para Transporte de Pescado em Camocim;

- Realização de 23 Cadastros de Estabelecimentos e Manipuladores/ Beneficiadores de Pescado em Camocim e Fortaleza;
- Realização de ações ao combate as fraudes em pescado em 90 supermercados, na Região do Cariri e Região Metropolitana de Fortaleza;
- Atuação em 06 barreiras sanitárias impedindo a entrada de pescado irregular no território cearense procedente de outros estados em de Aracati, Jati, Penaforte, Chaval, Crato e Fortaleza;
- Realização de 25 ações educativas para orientar os comerciantes para a melhoria da qualidade sanitária do pescado (20), na Região do Cariri, Região Metropolitana de Fortaleza e Região Jaguaribana e fiscalização do transporte e acondicionamento de caranguejo (5) em Chaval, Barroquinha e Caucaia;
- Realização de 125 ações de saúde pública, em Fortaleza, Sobral e Região do Cariri;
- Realização de 04 vistorias técnicas em viveiros de camarão em Aracati, Fortim e Amontada;
- Realização de 04 levantamentos das condições sanitárias dos Portos, nos municípios de Fortim, Itarema, Barra do Ceará e Camocim;
- Ampliação do corpo técnico com a contratação de 12 profissionais, (veterinários, advogado e engenheiro de pesca, dentre outros).



TURISMO



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

O Ceará, nos últimos anos, vem se mantendo em posição de destaque no mercado nacional como um dos principais destinos turísticos brasileiros, além de apresentar uma demanda significativa de fluxo turístico oriunda de outros países, o que torna essa atividade estratégica na economia cearense, constituindo-se uma cadeia produtiva das mais integradas do estado. Desta forma, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Turismo – SETUR, executa a Política de Turismo Sustentável enfocando a geração de emprego e renda e aceleração do crescimento, tendo em vista seu efeito multiplicador que impacta em 52 setores da economia. Pode-se afirmar que o turismo gera considerável impacto no Produto Interno Bruto (PIB) cearense, equivalente aos níveis de participação do turismo no PIB mundial, criando novas oportunidades de crescimento.

No período 2006/2012, o fluxo turístico via Fortaleza apresentou uma variação de 47,9%, motivado pelo forte incremento da demanda turística nacional. Por sua vez, o fluxo internacional caiu de 268.124 para 210.000 turistas, resultando numa variação negativa de 21,7%. No mesmo período a demanda hoteleira de Fortaleza passou de 1.082.274 para 1.600.000 hóspedes, apresentando uma variação de 47,8%, cujo crescimento anual foi de 6,7%. A oferta da rede hoteleira de Fortaleza, medida pela capacidade instalada em termos de Unidades Hoteleiras – UHs, aumentou de 24.294 em dezembro de 2006 para 29.500, verificando-se uma variação de 21,4%. No mesmo período, a taxa de ocupação média anual da rede hoteleira de Fortaleza evoluiu de 57,4% para 70,0%, representando uma variação de 22,0%.

Em 2012, o setor teve investidos recursos da ordem de R\$ 259 milhões, oriundos do Governo Estadual e Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Como reflexo do montante aplicado, a renda gerada pelo turismo na economia saltou de R\$ 4,5 para R\$ 8,0 bilhões com crescimento de 80,6% no período.

O nível de empregos nos setores produtores de bens e serviços de consumo turístico (alojamento e alimentação) no período 2006-2012 cresceu 1,9% ao ano enquanto a participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto da economia (PIB) passou de 9,4% para 11,2%. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, mostram uma evolução no saldo de empregos formais gerados no setor de serviços, acumulado de janeiro a setembro de 2012, o Ceará registrou 20.248 empregos no saldo positivo ocupando o 1º lugar do rank de saldo positivo em números de postos de trabalhos gerados no Nordeste. No que se refere à qualificação da mão-de-obra envolvida na atividade turística, foram capacitados 10,9 mil profissionais e empresários.

A divulgação do destino é fator preponderante para o incremento no fluxo turístico. Assim, a partir de 2008, foram investidos, em média, R\$ 30 milhões por ano em ações promocionais, de publicidade, merchandising, entre outros. No Ceará, sabe-se que a cada R\$ 1,00 gasto em promoção e marketing, o Ceará recebe, proporcionalmente, R\$ 3,59.

A SETUR, consciente da necessidade de consolidar o destino turístico do estado do Ceará no cenário nacional e internacional, vem realizando periodicamente, pesquisa com objetivo de avaliar e

acompanhar a evolução do índice e grau de satisfação do turista e, com base nos resultados apurados, tem procurado minimizar ou solucionar as deficiências apontadas pelo nosso visitante. Os números da pesquisa têm apontado para uma evolução positiva do Índice de Satisfação do Turista com infraestrutura, atrativos e serviços turísticos, que saltou de 63,4% em 2006 para 79% em 2012, como também a evolução positiva dos indicadores de resultado abaixo descritos.

Na perspectiva de estimular o setor turístico no Ceará o governo tem se empenhado para disponibilizar uma infraestrutura moderna destacando-se o novo Centro de Eventos do Ceará, inaugurado em 2012, que irá impactar em 1% no PIB estadual, gerar 87,6 mil empregos diretos na cadeia produtiva do turismo e aumentar R\$ 318,3 milhões a massa salarial do estado.

A permanência média durante a visita ao Ceará manteve-se estável em relação a 2011, em 11 dias, com gasto médio diário do turista formal e informal de R\$ 250,00.

Com relação ao Índice de Interiorização do Turismo, observa-se um pequeno incremento de 2011 para 2012, passando de 70,0% para 71,0% , demonstrando que a ocorrência de descentralização do fluxo turístico para o interior já alcançou nível elevado. Por outro lado, essa tendência do indicador mostra ser necessário intensificar ainda mais as campanhas publicitárias, participação de feiras nacionais e internacionais, a fim de promover o destino turístico do “Ceará” em toda sua diversidade, ou seja, vocações cearenses, turismo religioso, aventuras, sol e praia, e agora, mais incisivamente, o segmento de eventos, com a implantação dos centros de convenções de Iguatu e Crato e dos aeroportos de Aracati e Jericoacoara, além da duplicação das CE´s 040 e 085, produtos que contribuirão fortemente para o incremento deste indicador de resultado.

A evolução do fluxo turístico nacional e internacional para o Ceará, via Fortaleza, teve um incremento de 6,5% de 2011 para 2012, sendo considerado principal indicador de resultado, por ser o parâmetro utilizado para monitorar o crescimento atividade turística, embora não se busque somente o crescimento do fluxo, e sim a qualidade da demanda. As campanhas publicitárias investem na atração de um público diferenciado, formado por turistas de negócio, de famílias, além da divulgação de um local saudável e sustentável para jovens voltados para a prática de esportes de aventura, exaltando as vocações e belezas do Ceará.

A evolução da taxa de ocupação dos meios de hospedagem na capital e interior, indicador de resultado igualmente importante, que avalia as curvas de sazonalidade da demanda turística da rede hoteleira. O instrumento de medição é o Boletim de Ocupação Hoteleira – BOH, enviado mensalmente para SETUR e monitoramento via telefone para os demais meios de hospedagem, onde se verifica um incremento no índice de ocupação hoteleira no período de 2007 a 2012, passando de 55,4% para 70,0%, respectivamente.

De acordo com dados das pesquisas e da Polícia Federal (delegacia de imigração), os turistas internacionais que se destinaram ao Ceará são predominantemente residentes na Europa. Entre os

países a Itália destacou-se como principal emissor, respondendo por 24,21%; seguida por Portugal (22,44%), França (8,00%) e Espanha (6,28%). Os principais mercados emissores nacionais para o Ceará, identifica ligeira predominância dos residentes na região Sudeste, sendo São Paulo o principal emissor respondendo por 24,66%, em seguida, Rio de Janeiro 12,27% e Minas Gerais com 7,82%. Destaque, também é a região Centro Oeste, na presença do Distrito Federal que responde por 8,20%.

TURISMO
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Prazo médio de permanência do turista (dia)	9,7	10,2	10,50	10,90	11,0	11,0
Índice de interiorização do turismo (%)	64,8	65,3	62,3	69,6	70,0	71,0
Fluxo turístico via Fortaleza	2.079.590	2.178.395	2.466.511	2.726.092	2.863.300	3.050.000
Taxa de ocupação hoteleira (%)	55,4	57,3	62,8	66,5	68,10	70,0

Fonte: SETUR

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Turismo Sustentável foram executados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 243.934.392,76 para o desenvolvimento das ações previstas no Programa Temático Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico “Ceará”.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

PROGRAMA 075 – CONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO DESTINO TURÍSTICO “CEARÁ”

Tem por objetivo construir um destino turístico sustentável através da implantação e/ou melhoramento da infraestrutura viária, aeroportuária, saneamento básico, energia, telecomunicações, implementação das microestruturas, da requalificação e urbanização das localidades de pontos de convivência de moradores e visitantes como orlas, lagoas, rios, centros históricos e de capacitação e treinamento de jovens e adultos de forma compatível para gerar renda e tornar o Ceará melhor para todos e pleno de oportunidades no setor turístico.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar 180 eventos de negócios.	196
Implantar 01 aeroporto turístico	01
Duplicar 35 quilômetros de estradas	9,67
Capacitar 2.100 pessoas	1.227
Recepcionar público visitante de 3,3 milhões de pessoas por ano nos equipamentos turísticos.	3.297.100

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Conclusão da construção do Centro de Eventos do Ceará, em Fortaleza;
- Conclusão da construção de túneis de acesso ao Centro de Eventos, na Avenida Washington Soares;
- Execução de 42% das obras complementares ao Centro de Convenções do Cariri;
- Execução de 49% do Centro de Convenções de Iguatu;
- Início da obra de pavimentação da Duplicação da variante da Rodovia CE 085, trecho II, com início no km 26,2 e término no km 36,2 da Rodovia, com extensão de 12,6 km;
- Execução de 47,5% de alargamento da Rodovia CE 453;
- Conclusão da ampliação do Aeroporto de Aracati, pista e terminal;
- Execução de 19% do hangar no Aeroporto de Aracati;
- Execução de 65% da pista de pouso para o Aeroporto de Jericoacoara;
- Saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário) nos litorais leste (Porto das Dunas, 57 % executado) e oeste (Cumbuco, execução de 64,50% do Sistema de Abastecimento de Água e de 64,50% do Sistema de esgotamento Sanitário 54,67%.);
- Conclusão da recuperação do Teatro Carlos Câmara;
- Conclusão da reforma da Ponte dos Ingleses;
- Conclusão das obras complementares do roteiro religioso Caminhos de Assis;
- Realização de estudos de mercado dos polos turísticos;
- Elaboração de projetos para valorização de destinos turísticos do Estado;
- Elaboração de estudos e projetos para recuperação das lagoas e dunas nas localidades litorâneas;
- Elaboração de projetos básico e executivo de urbanização nas localidades litorâneas (obras de infraestrutura local - saneamento básico, iluminação temática, acessos a localidades, urbanização de pontos de convivência de moradores e visitantes como orlas, lagoas, rios, centros históricos);
- Elaboração de Planos Estratégicos de Marketing;
- Execução de 22% da 1ª fase do Acquario Ceará;

- Participação em sete feiras nacionais e nove internacionais: FITUR – Feira Turismo Madrid; BIT – Feira Internacional de Turismo em Milão, Itália; Mostra Ceará, em Lisboa, Portugal; BTL – Bolsa Turismo de Lisboa, Portugal; ITB – Feira Internacional de Turismo em Berlim, Alemanha; Evento Copa EMBRATUR Brasil, em Bogotá, Colômbia; Workshop Brasil: Destino Sensacional, em Lima, Peru; WTM – Feira de Turismo de Londres, Inglaterra; Go to Brasil “Lisboa”, Portugal; 7ª Minas Tur, em Belo Horizonte, Minas Gerais; Workshop CVC, em São Paulo; BNTM – Brazil National Tourism Mart 2012, em São Luis, Maranhão; ABAD – Feira da Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados, no Rio de Janeiro; AVIRP – Feira de Turismo de Ribeirão Preto, São Paulo; BRITE – Feira de Turismo do Rio de Janeiro; ABAV – Feira das Américas, Rio de Janeiro;
- Realização da apresentação do Tenor espanhol Plácido Domingo;
- Captação de evento para realização do show da cantora americana, Jennifer Lopez;
- Realização do Giro Cultural, evento aberto ao público com shows de música e humor, apresentações artísticas, culturais e de lazer;
- Realização do Miss Brasil 2012;
- Promoção do Ceará em parceria com a Companhia Aérea TAP e Companhia Aérea ALITALIA, com editorial na edição de dezembro da Revista de bordo “UP” e “Magazine Ulisse”, respectivamente;
- Captação de vôo Roma-Fortaleza-Roma, com a Companhia Aérea Alitalia.



RECURSOS HÍDRICOS



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A Política Estadual dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará, disciplinada pela Lei Estadual dos Recursos Hídricos Nº 14.844 de 28 de dezembro de 2010, é desenvolvida pela Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) e suas Vinculadas, Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA e Companhia de Gerenciamento de Recursos Hídricos – COGERH. Sua implementação se faz por meio de uma gestão participativa, integrada e descentralizada tendo como referencial o Pacto das Águas e o Plano Estadual de Recursos Hídricos.

A partir dessa orientação a SRH vem implantando um complexo sistema de integração de recursos hídricos composto por barragens, adutoras e eixos de integração visando assegurar a disponibilidade de água para todo o Ceará, ampliando a garantia da oferta hídrica para o abastecimento humano e para o desenvolvimento social e econômico buscando alcançar os seguintes resultados: Ampliação da Capacidade de Transferência Hídrica; Garantia do Abastecimento de Água da População Rural Difusa e Aumento da Participação da Sociedade Organizada na gestão dos Recursos Hídricos.

No que se refere a Acumulação Hídrica, o Estado no período 2007-2012 alcançou um incremento de 310 milhões de m³, atingindo uma capacidade de 7,49 bilhões de m³, considerando apenas os açudes estaduais sendo que em 2012, o incremento foi de 84,412 milhões de m³ com a conclusão de quatro barragens. Estima-se que 124.000 pessoas sejam beneficiadas direta e indiretamente com água para consumo humano e animal, irrigação e lazer, bem como a perenização dos vales dos rios correspondentes.

Em relação à Transferência Hídrica e Suprimento de Água do Estado, vem sendo realizadas ações direcionadas à implementação da infraestrutura hídrica, visando a integração de bacias, abastecimento de água aos municípios e às comunidades rurais atingindo uma capacidade 32,241 m³/s em 2012. Destaca-se, como ação estratégica a construção do Eixo de Integração, responsável pela transposição das águas do Açude Castanhão para a Região Metropolitana de Fortaleza e Porto do Pecém, interligando as bacias do Jaguaribe e Metropolitana, perfazendo uma extensão total de 257,60 km em seus cinco trechos. Encontram-se concluídos quatro trechos, já abastecendo a grande Fortaleza com uma vazão de 9 m³/s. A conclusão do último trecho com 57,60km de extensão e vazão de 9m³/s, está prevista para 2013.

Com o objetivo de abastecer comunidades ao longo dos trechos 1, 2 e 3 do Eixão das Águas, foram construídos 23 sistemas de abastecimento de água para múltiplos usos proporcionando acesso a água proveniente do Castanhão para mais de 4.500 pessoas ao longo do canal. Ainda contribuindo para o aumento da capacidade de transferência hídrica do Estado, em 2012 foram construídas cinco novas adutoras que resultaram em um aumento de 151,45 l/s na capacidade de transferência hídrica do Estado, beneficiando direta e indiretamente mais de 48.000 pessoas com água bruta de qualidade para múltiplos usos.

Com ênfase no suprimento hídrico para a população rural foram implementadas inúmeras obras difusas beneficiando no período 2007-2012 aproximadamente 94 mil famílias, sendo 12.300 somente em 2012.

No âmbito da Gestão dos Recursos Hídricos, as ações são desenvolvidas de forma integrada, descentralizada e participativa, tendo como copartícipe o Comitê de Bacias Hidrográficas e apoio das Comissões Gestoras. Essas ações são essenciais para o sistema, devido a existência de fatores como a crescente demanda para água, os eventos extremos (secas e cheias), a contaminação dos corpos hídricos e os conflitos entre os diversos usuários.

Quanto à gestão participativa, o Estado do Ceará, possui atualmente Comitês de Bacias Hidrográficas instituídos em todas as suas 12 Bacias Hidrográficas, efetivando o envolvimento da sociedade organizada na implementação dos instrumentos de gestão. Em 2012 foram criadas sete Comissões Gestoras, totalizando 53 organismos de bacia deste tipo, promovendo a gestão local dos sistemas hídricos gerenciados pelo Sistema Integrado dos Recursos Hídricos do Ceará - SIGERH.

No que se refere à Operação e Manutenção da Infraestrutura Hídrica, foi alcançado um total de 139 açudes públicos gerenciados no estado até o ano de 2012, dos quais cinco foram incluídos neste período. Outro ponto importante que merece destaque é a implantação da automação das Unidades Terminais Remotas, além da manutenção e melhoria contínua das unidades já existentes nos açudes Pacajus, Gavião, na estação de bombeamento da Lagoa do Catu, nos sistemas dos açudes Sítios Novos/EB Catuana e Açude Acarape.

O Monitoramento Quantitativo e Qualitativo dos Recursos Hídricos contempla ações contínuas de identificação dos estoques de água e das vazões liberadas, produzindo boletins diários, como também realiza um controle da qualidade da água ofertada pelos principais açudes e eixos de transferência.

Quanto à implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos, em 2012 foram concedidas 914 outorgas de uso de água bruta e 77 outorgas para execução de obras hídricas, objetivando o combate à construção indiscriminada. Também foram realizadas 895 fiscalizações em campanhas conjuntas com a SEMACE, visando o combate ao uso clandestino e a proteção aos recursos hídricos.

Foram, ainda, realizados estudos e projetos nas diversas Bacias Hidrográficas do Estado, englobando estudos hidrológicos, hidrogeológicos, hidráulicos e ambientais, contemplando águas superficiais e subterrâneas. Destacam-se os estudos para o monitoramento quantitativo e qualitativo dos aquíferos da Bacia Potiguar (localizado nas bacias do Médio e Baixo Jaguaribe na divisa do estado com o Rio Grande do Norte) e Sistema Médio da Bacia do Araripe (localizado no Cariri cearense).

RECURSOS HÍDRICOS
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007- 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Capacidade hídrica dos açudes estaduais (bilhões de m³)	7,18	7,19	7,22	7,22	7,40	7,488
Capacidade de transferência hídrica (m3/s)	31,81	31,89	31,89	31,93	32,07	32,221
Famílias rurais beneficiadas com abastecimento d'água	8.777	25.499	29.000	10.240	8.170	12.300
Número de pessoas envolvidas nos comitês de bacias	434	455	455	474	483	494

Fonte: SRH

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Recursos Hídricos foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 163.018.592,03 para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 039 - TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA

O programa propõe atender as necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Construir 89 km de adutoras.	152,25
Concluir 12,0 km de Eixos de Integração.	12,20
Instalar 170 pequenos sistemas de abastecimento d'água.	128
Revitalizar 150 pequenos sistemas de abastecimentos d'água.	265
Construir 200 poços.	235

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Construção do trecho 5 do Eixo de Integração: trajeto Açude Gavião - Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP (82% realizados);
- Conclusão de adutoras – Pereiro (20,23 km, vazão de 28,45 l/s, 15.000 pessoas beneficiadas); Antonina do Norte (13,94 km, vazão de 18,85 l/s, 8.000 pessoas beneficiadas); Madalena (43,18 km, vazão de 34,43 l/s, 18.000 pessoas beneficiadas); Ipueiras (7,12 km, vazão de 33,60 l/s, 18.300 pessoas beneficiadas); Amontada (13,60 km, vazão de 36,12 l/s, 15.800 pessoas beneficiadas);
- Construção de Adutora - Nova Olinda (82,17% realizados); Ipaumirim/Baixio/Uuari (62,07% realizados) e Itapipoca (40% realizados);
- Conclusão da construção de sistemas de abastecimento de água ao longo do canal da integração, trechos 1, 2 e 3: Cascavel (0,44 km de extensão), Chorozinho (0,2 km de extensão), Jaguaribara (10,34 km de extensão), Morada Nova (17,0 km de extensão, Ocara (2,72 km de extensão) e Russas (1,11 km de extensão);
- Conclusão da instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água em diversas localidades beneficiando 12.300 famílias, com a construção de 235 poços, instalação e recuperação de 393 sistemas abastecimento de água.

PROGRAMA 040 - ACUMULAÇÃO HÍDRICA.

O programa objetiva ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, através da construção de barragens ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Construir 4 barragens	4

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Conclusão das barragens: Gameleira (Itapipoca) - 52,642 milhões de m³; Jatobá (Ipueiras) - 6,240 milhões de m³ e Mamoeiro (Antonina do Norte) - 20,680 milhões de m³, e Ipu (Itapajé) - 4,85 milhões de m³.

PROGRAMA 041 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS.

O programa busca alcançar a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade através do monitoramento quantitativo e qualitativo dos recursos hídricos e da operação e manutenção das estruturas existentes. Visa também garantir a participação da sociedade organizada nas decisões relativas a água no estado do Ceará, bem como efetivar a implantação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar 300 vistorias	895
Emitir 350 outorgas	991
Criar 20 Comissões Gestoras.	7
Apoiar os 12 Comitês de Bacias	12

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Gerenciamento do Eixo de Integração, trechos 1, 2, 3 e 4 e do Canal do Trabalhador;
- Gerenciamento do Sistema de Abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, compreendendo os açudes de Pacajus, Pacoti, Riachão, Gavião, Acarape do Meio e Aracoiaíba, além das estações elevatórias de Itaiçaba, Pacajus e Gavião e das adutoras de Maranguape, Acarape do Meio e Reservatório Apoiado do Maracanaú;
- Operação de 60 açudes estaduais;
- Gerenciamento das adutoras Fogareiro - Pirabibu (Quixeramobim) e Orós- Feiticeiro (Orós a Jaguaribe);
- Operação e manutenção do sistema de automação em 110 Unidades Terminais Remotas - (Eixão das Águas - 24, Catuana/Sítios Novos/EB Pecém - 5, Acarape - 3, Poços Apodi - 40, Poços Cariri - 24, Gavião - 5, Pacajus - 5, Aquiraz Riviera - 4);
- Elaboração de projetos executivos: modernização da adutora do açude Acarape e melhoria da infraestrutura dos distritos industriais de Pacajus e Horizonte; ampliação da adutora de Maranguape e; recuperação do sangradouro do açude Jaburu I;
- Realização do monitoramento quali-quantitativo de 139 açudes (federais e estaduais);
- Elaboração do inventário ambiental do açude Curral Velho;
- Elaboração da batimetria dos açudes Castanhão (Alto Santo), Emasa (Sobral) e da Lagoa Uberaba (Beberibe);
- Analisados 2160 pedidos de outorga (outorga para uso - 1995 e 165 para execução de obras hídricas), dos quais 991 foram concedidos;
- Modelagem hidrológica e hidráulica do sistema hídrico do baixo Jaguaribe e do Acaraú, para o plano de contingência de contenção de cheias;
- Criação de comissões gestoras dos açudes Gangorra(Granja), Flor do Campo (Novo Oriente), Adauto Bezerra(Pereiro), Edson Queiroz (Santa Quitéria), Colina (Quiterianópolis) e nos sistemas de Orós-Feiticeiro(Jaguaribe) e sistema hídrico Trapiá II (Pedra Branca).



INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

A Secretaria da Infraestrutura – Seinfra, responsável pela implementação da política pública de infraestrutura e logística, em parceria com seus órgãos e empresas vinculadas, vem desenvolvendo trabalho no sentido de dotar o Estado de condições indispensáveis à promoção do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia, aumento da produtividade e da competitividade.

Com esse objetivo, vem introduzindo iniciativas para a formalização e disseminação de instrumentos de análise para a área de logística no que se refere ao suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes. Destaques para o desenvolvimento do Plano Estadual de Logística e Transporte e implantação do Plano Diretor Rodoviário, onde o primeiro balizará a gestão da rede logística do Estado, incorporando outros conceitos relacionados à logística em toda a sua amplitude e fornecendo elementos para nortear os investimentos públicos e privados no Estado segundo visa prover o órgão rodoviário estadual de um instrumento de planejamento das intervenções na malha rodoviária.

No transporte metroferroviário, importantes avanços foram obtidos. As ações desenvolvidas estão beneficiando um grande contingente populacional com transporte de qualidade, aliviando substancialmente os problemas da mobilidade urbana, principalmente no caso de Fortaleza, e dando nova face ao sistema de transporte das cidades de Fortaleza, Caucaia, Pacatuba, Maracanaú, Juazeiro do Norte, Crato e Sobral, contribuindo dessa forma para a requalificação dos centros urbanos dessas cidades e possibilitando a formulação de mudanças do sistema de transporte urbano como um todo .

A linha sul do metrô de Fortaleza já funciona em sistema de operação assistida, sem cobrança de tarifa, entre as estações Carlito Benevides, em Pacatuba, e São Benedito, em Fortaleza, com previsão de conclusão total das 18 estações ainda para o primeiro semestre de 2013, tendo transportado desde 15 de junho até o final de 2012 cerca de 650 mil passageiros, em condições de conforto e segurança inéditas para os usuários da Região Metropolitana de Fortaleza. Já, a linha oeste, ligando o centro de Fortaleza à Caucaia, encontra-se totalmente remodelada e o metrô do Cariri, servindo às cidades de Crato e Juazeiro do Norte, estão em pleno funcionamento comercial, com regularidade nos serviços de operação e manutenção de máquinas, equipamentos e linhas, tendo a primeira transportado mais de 3,53 milhões de passageiros e a segunda, perto de 290 mil no ano de 2012. Por outro lado, o metrô de Sobral, com 12 estações, centro de manutenção e 13,2 km de extensão, entrará em funcionamento em fevereiro de 2013 atendendo O projeto atenderá a todos os limites da cidade, oferecendo um transporte rápido, seguro, confortável e barato para todos os sobralenses.

Por fim, a construção do VLT Parangaba – Mucuripe, em Fortaleza, encontra-se em curso normal, com cadastramentos, desapropriações e obras, devendo ser um dos importantes equipamentos de mobilidade urbana, integrando dois grandes terminais de ônibus, Parangaba e Papicu, tendo entrega prevista para a Copa do Mundo de 2014.

Quanto à infraestrutura portuária, a preocupação do Governo do Estado tem sido a de manter e melhorar o nível de eficiência das operações portuárias, com tarifas competitivas, cuidando, ao

mesmo tempo, de preservar as suas vantagens naturais no tocante à acessibilidade terrestre, a qual vai ser sensivelmente melhorada após as intervenções previstas tanto na área do Plano Diretor do CIPP como no sistema viário de acesso.

O processo dinâmico que envolve a melhoria da eficiência operacional e a adequação do terminal para as crescentes demandas decorrentes da implantação de indústrias de grande porte, como a Companhia Siderúrgica do Pecém, a Refinaria Premium II e outras que serão atraídas pela instalação da Zona de Processamento de Exportação- ZPE, requer uma inversão contínua e seletiva de recursos, com visão estratégica de futuro. Assim é que pouco mais de um ano após a inauguração do Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT e instalação de um sistema de carga/descarga e de transporte de graneis sólidos, terá início a segunda etapa de Ampliação do Porto, estando concluído o projeto executivo.

Encontra-se em execução, em parceria com a Secretaria Especial de Portos do Governo Federal, através de convênio, um conjunto de 11 obras de modernização e adequação portuária visando a otimizar diversas instalações e equipamentos do TMUT, com a instalação de novas balanças rodoviárias, scanner, novo pátio de cargas perigosas, galpão de ova/desova de mercadorias, ampliação do prédio administrativo, construção do prédio do Corpo de Bombeiros, dentre outras. Em paralelo estão sendo alocados recursos a serem aplicados na aquisição e instalação de equipamentos de descarregamento de minério de ferro, carvão mineral e outros graneis sólidos, além de equipamentos de embarque de placas.

A movimentação de cargas no Terminal Portuário do Pecém, projetada para todo o ano de 2012, deverá atingir 4,045 milhões de toneladas, representando um crescimento de 19% em relação à de 2011, graças, em parte, ao aumento da sua capacidade operacional, proporcionado pela construção do TMUT e pela instalação de um sistema de carga e descarga e de transporte de graneis sólidos, composto por um descarregador e um conjunto de correias transportadoras com capacidade para transportar até 2.400 ton/h, numa extensão de 12 km.

No âmbito do transporte rodoviário o foco é superar limites estruturais e ampliar a cobertura geográfica da infraestrutura. O retorno social e a ampliação das oportunidades produtivas dar-se-ão primordialmente pela condução de investimentos específicos para a redução de desigualdades regionais e a integração interregionais.

A malha rodoviária estadual, com o acréscimo de 207,76 km de novas rodovias neste ano, alcançou a extensão total de 11.421,24 km, dos quais 6.909,86 km de vias pavimentadas e 4.511,38 km não pavimentadas. A política de manutenção/conservação levada a efeito nos últimos anos, com inversões sistemáticas e permanentes de recursos, tem surtido os efeitos esperados, obtendo-se índices sempre melhores da condição “Boa” dos pavimentos. No último ano, por exemplo, houve um incremento de 2,16% nessa condição, atingindo o padrão de 74,16% em 2012.

Diante desse cenário, dois desafios se apresentam: manter essa malha sempre em boas condições operacionais e promover a adequação dos principais corredores às novas condições de tráfego, com o

aumento do suporte de cargas e maior largura de plataforma das rodovias, visando à redução do custo operacional dos veículos e integração do sistema rodoviário à rede logística do Estado.

No sistema aeroportuário, o Governo do Estado prossegue com sua política de melhorar a oferta de transporte aeroviário, atendendo as diretrizes estabelecidas no Plano Aeroviário do Estado do Ceará – PAECE. Assim é que significativos investimentos estão sendo feitos em alguns aeroportos regionais, como é o caso do Aeroporto de Aracati, que teve sua pista ampliada para 1.800m de comprimento e 30m de largura; da construção do Aeroporto de Jericoacoara, sendo implantado no município de Cruz, com características que permitem pousos e decolagens de aeronaves de grande porte; assim como a requalificação da unidade aeroportuária de São Benedito, na Serra da Ibiapaba, a qual recebeu importantes melhorias na ampliação da pista, construção do terminal de passageiros e a instalação da Seção de Combate a Incêndio (SECINC), habilitando aquela unidade a contribuir eficazmente para o desenvolvimento da região, favorecendo, inclusive o transporte de flores para exportação.

No trânsito, o foco continua sendo a segurança, tendo sido desenvolvidas, pelo DETRAN, frequentes campanhas publicitárias, institucionais e educativas, utilizando-se diferentes meios de comunicação, cursos, palestras, *blitzes* educativas, peças teatrais e outros eventos ligados à educação no trânsito, tendo sido intensificadas essas ações após a abertura da Escola de Educação no Trânsito, na Sede da Maraponga, a qual tem como objetivo a formação do futuro motorista. Complementarmente a essas medidas, intensificaram-se as ações fiscalizatórias, com melhoria na abordagem e controle.

Com vistas à redução do número de infrações no trânsito estão sendo feitos significativos investimentos em implantação, recuperação e manutenção de sinalização vertical, horizontal e dispositivos de segurança nas rodovias estaduais, além de investimentos em equipamentos de suporte para melhoria nas atividades de fiscalização de trânsito e na aquisição de veículos para suporte operacional das intervenções fiscalizatórias.

Além disso, especial ênfase vem sendo dada ao Programa Popular de Formação, Educação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores, com a finalidade de possibilitar o acesso das pessoas de baixo poder aquisitivo, gratuitamente, à obtenção da primeira Carteira Nacional de Habilitação – CNH, nas categorias A, B e, na hipótese de nova classificação, à categoria D. Através desse programa foram expedidas, em 2012, 16.192 carteiras, e que terá crescimento maior ainda no próximo exercício, visto que atualmente já há 134.947 candidatos selecionados no sistema, aptos a iniciarem as atividades para obtenção da CNH popular.

Com relação a política de energia elétrica no meio rural, cujo braço operacional é o Programa Luz para Todos, os Governos do Estado e Federal tiveram sua participação estendida para encerramento em dezembro de 2012, tendo sido concluídas 3.802 ligações, sendo 700 da contrapartida do Governo Estadual e 3.102 do contrato com o Ministério de Minas e Energia, de um total previsto de 16.607. A cobertura de atendimento de energia elétrica no meio rural está em 97,72%, conforme Censo IBGE 2010/PNAD 2011, o que insere o Estado do Ceará no conjunto de estados com atendimento universalizado de energia elétrica.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE RODOVIAS - SEINFRA

Listagem dos Equipamentos implantados no período 2010-2012



IPECE

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Planejamento e Gestão

Fonte: Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

25 0 25 50 km

No que diz respeito à política energética com a utilização do gás natural, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, responsável pela sua execução, persegue o objetivo de ampliar a oferta, através da expansão da rede e da introdução de novas modalidades de transporte, proporcionando aos usuários desse tipo de energia a utilização de um combustível ecologicamente correto, aumentando a disponibilidade e a confiabilidade dos sistemas de utilização, contribuindo para aumentar a competitividade da economia cearense, com a maximização da eficiência energética dos sistemas de consumo. Seguindo essas diretrizes, a Companhia, em 2012, expandiu em 23 km a sua rede de distribuição.

A base programática para viabilizar as ações pertinentes à Secretaria da Infraestrutura no Plano Plurianual 2012-2015 é composta pelos seguintes programas temáticos: 003 - Transporte e Logística do Estado do Ceará; 004 - Matriz Energética no Estado do Ceará; 005- Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará e; 054 - Edificações e Obras Públicas do Estado do Ceará. Esses programas expressam os objetivos e as metas pretendidas que têm contribuído para o alcance dos resultados discriminados abaixo.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (*)
Domicílios rurais atendidos com energia elétrica (%)	89,0	93,0	88,0(**)	97,0	97,2(+)	97,72
Potência de energia eólica instalada (inclui termo elétrica) (MW)	537,4	616,6	865,23	1.272,3	1272,3(***)	1272,3 (***)
Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (1.000t/ano)	2.739,9	1.448,3	1.925,8	3.213,1	3.413,6	4.045,8
Extensão da malha rodoviária pavimentada em condição "BOA" (% de bom estado)	63,1	68,1	67,9	73,8	72,00	74,16
Nº de Vítimas Fatais no Trânsito p/100.000 habitantes	17,28	16,61	13,41	19,50	24,51	25,54

Fonte: SEINFRA

(*) Dados por ano, incluindo estimativa de dez de 2012.

(+) Dados retificados pelo Censo demográfico 2010 IBGE/PNAD 2011.

(**) O percentual de 2009 foi revisto em função de dados do IBGE/PNAD e do Ministério de Minas e Energia MME.

(***) Em face dos atrasos nas obras da linha de transmissão de 500kV a Termelétrica da MPX, com capacidade de gerar 720MW, encontra-se em comissionamento com previsão de operação em abril de 2013.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de infraestrutura e logística do Estado do Ceará foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 751.102.832,82 para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS

PROGRAMA 003 - TRANSPORTE E LOGÍSTICA DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa objetiva fortalecer a infraestrutura de transporte, compreendendo todos os modais, com ações em infraestrutura portuária, aeroportuária, metroferroviária e rodoviária, tudo isso em consonância com o Plano Estadual de Logística e Transporte do Estado do Ceará, ora em fase de desenvolvimento, de modo a se obterem os melhores resultados para o desenvolvimento do Estado.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Infraestrutura Metroferroviária	
Atender 65.000 usuários/dia útil na RMF	30.000
Atender 2.000 usuários/dia útil na Região do Cariri	1.050

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

METRÔ DE FORTALEZA

- Conclusão das obras do trecho de 21,9 km compreendido entre as estações Carlito Benevides (Pacatuba) e São Benedito(Fortaleza) – via e estações;
- Conclusão das obras civis das subestações retificadoras e seccionadoras;
- Realização de 26,26 % das obras civis do viaduto rodoviário da Rua Padre Cícero;
- Fabricação, montagem e entrega dos sistemas fixos (49,95%) e material rodante (51,3%);
- Realização de 98,2% das obras civis e montagens de sistemas fixos do trecho subterrâneo entre José de Alencar e Central Chico da Silva e conclusão das estações subterrâneas;
- Conclusão das obras do Centro de Controle Operacional e prédio de administração, sem a montagem dos sistemas fixos;
- Execução de 26,8% da urbanização na área de influência do elevado de Parangaba;
- Execução de 22,13% das obras civis das estações Juscelino Kubitschek e Padre Cícero;
- Conclusão dos testes dinâmicos dos veículos leves sobre trilhos e execução da operação assistida no trecho entre as Estações Chico da Silva e Caucaia;
- Recebimento dos 6 VLT's e dos 31 carros de passageiros do tipo "Pidner" , do VLT 3 e 28 carros de passageiros do tipo "Pidner" para Linha Oeste;
- Conclusão de 99,5% do Projeto Básico. da Linha leste;
- Realização de 75% do cadastramento e 0,5% das desapropriações necessárias ao longo do trecho entre as estações Parangaba e Mucuripe;
- Execução de 25% das obras civis do Ramal Parangaba - Mucuripe.

METRÔ DE SOBRAL

- Conclusão de 88,53% das obras civis das 11 estações e do Centro de Manutenção e da via permanente nos trechos dos ramais Transnordestina/ Grendene e Sumaré;
- Recebimento do último veículo leve sobre trilhos.

METRÔ DO CARIRI

- Conclusão das instalações do Centro Administrativo e de Manutenção;
- Execução dos serviços dos sistemas de automação e controle para cancelas em passagem de nível (dez unidades);
- Conclusão da obra da Estação Escola;
- Fabricação de mais um veículo leve sobre trilho – VLT.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Infraestrutura Portuária	
Transportar 2.192 ton/dia de carga de granéis líquidos	1404
Transportar 2.466 ton/dia de carga de granéis sólidos	3336
Transportar 767 TEU/dia contêineres por dia	425
Equipar o Terminal Portuário do Pecém com infraestrutura de segurança - nove unidades	2

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Conclusão das obras de construção do bloco de utilidades e serviços da CEARÁPORTOS;
- Implantação de duas balanças rodoviárias;
- Execução de 5 ha das obras do pátio de contêineres vazios;
- Execução de 92,24% das obras de ampliação e modernização da planta de geração;
- Execução de 40% da instalação do scanner do Terminal Portuário do Pecém;
- Execução de 75% das obras do pátio de cargas perigosas;
- Execução de 10% das obras da estação de tratamento de efluentes;
- Execução de 10% das obras de ampliação do prédio administrativo.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Infraestrutura Rodoviária e Aeroportuária	
Conservar 11.000 km de Rodovias.	11.325,24
Pavimentar(Implantar) 140 km de Rodovias.	207,76
Restaurar 50 km de Rodovias.	82,83
Ampliar/reformar 01 aeroporto regional	2
Manter 11 aeroportos regionais	11

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Conclusão de 77,81 Km de Obras de Implantação/ Pavimentação dos Trechos

Rod.	Descrição	Ext. (km)*	2012 (km)**
CE-025	Entr. CE-040 / Fortaleza – Ponte Rio Pacoti	7,82	3,21
CE-350	Entr. BR-116 / Coluna – Entr. CE-040 / Cascavel	25,50	5,10
CE-153	Solonópole – Nova Floresta - Orós	60,50	0,60
CE-241	Alcântara - Coreaú	14,40	14,40
CE-257	Croatá – N. Fátima - Ipueira	49,00	3,43
CE-346	Barrento - Canaã	20,10	5,02
CE-265	Quixeramobim - Madalena	60,00	21,60
CE-321	Graça – São Benedito	24,00	13,44
CE-350	Maranguape – Entr. CE-060 / Munguba	9,29	9,29
Acesso	Ponte da Canavieira – ETA Cagece	8,69	0,52
Acesso	Acesso Resort Vila Galé (Cumbuco)	6,90	0,14
Acesso	Comunidade de Ubaia	7,60	1,06

(*) Extensão do trecho.

(**) Executado

- Em Execução 129,95 Km de Obras de Implantação/Pavimentação dos Trechos

Rod.	Descrição	Ext. (Km)	2012 (km)
CE-277	Catarina Entr. CE-176 (Cachoeira De Fora)	37,00	20,72
CE-253	Pernambuquinho – Inhuporanga – CE-253	25,16	12,08
CE-375	Tarrafas - Assaré	27,00	12,69
CE-166	Senador Pompeu - Encantado	11,90	11,42
CE-176	Miraíma - Caracará	23,85	6,20
CE-266	Entr. BR-020 Boa Viagem Livramento	31,80	13,04
CE-168	Tejuçuoca – Entr. BR-222 / Iratinga	32,37	16,51
CE-253	Pacajús - Acarape	26,00	5,20
CE-253	Cariré - Cacimbas	30,30	4,54
CE-240	Entr. CE-178 / Sobral - Miraíma	38,90	18,67
CE-284	Entr. CE-153 (Cedro) – Distrito de Santo Antonio	14,75	5,46
CE-574	Entr. CE-153 – Varzea Conceição	6,71	3,42

- Conclusão de 17,97 Km de Obras de Restauração dos Trechos

Rod.	Descrição	Ext. (km)	2012 (km)
CE-176	Contorno de Assaré	3,43	3,43
CE-261	Entr. BR-304 - Icapuí	23,80	11,90
CE-362	Sobral - Massapê	16,48	2,64

- Em Execução 64,86 km de Obras de Restauração dos Trechos

Rod.	Descrição	Ext. (km)	2012 (km)
CE-065	Palmácia - Pacoti	22,55	18,27
CE-275	Jaguaribe – Entr. CE-153	37,50	35,63
CE-176	Entr. CE-265 (Morro Branco) – Entr. CE-266 (Tamboril)	12,60	10,96
Acesso	Estátua de São Francisco	0,41	-

- Fiscalização das obras dos aeroportos de Aracati e Jericoacoara
- Conclusão da reforma e ampliação do aeroporto de São Benedito;
- Elaboração do projeto de reforma do aeródromo de Crateús e de construção das unidades de Itapipoca e Canindé.

Metas Prioritárias	Realizado
Trânsito e Transporte	
Habilitar 94.170 novos condutores de veículos	116.888
Renovar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) de 175.460 condutores de veículos automotores, no Estado do Ceará.	211.983
Cadastrar 276.800 novos veículos, na frota do Estado do Ceará.	210.589
Sinalizar 865 km de vias pavimentadas nas rodovias estaduais do Ceará.	1.108
Promover 600 eventos educativos de trânsito (cursos, palestras, seminários).	482

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Aquisição de bens para suporte operacional da Instituição: 15 veículos tipo VAN, 40 motocicletas e 50 etilômetros completos, todos destinados às operações de fiscalização;
- Realização de 482 eventos educativos de trânsito e diversas campanhas publicitárias educativas, incluindo as atividades da Unidade Móvel de Trânsito, beneficiando diretamente 26.521 pessoas;
- Implantação de sinalização horizontal e vertical nas rodovias estaduais e dispositivos de segurança: 712.237 m2 de faixas horizontais, 9.412 m2 de placas, 336.737 unidades de tachinhas e tachões, 5.256 m de defensas metálicas e 708 unidades de colunas cônicas;
- Realização de 7.191 blitzes fiscalizatórias, na capital e no interior, tendo sido fiscalizados 451.302 veículos, resultando na apreensão de 15.574 veículos e 10.609 CNHS, 7.398 autuações por embriaguez e 105.906 multas aplicadas;
- Realização de 5.145 perícias de trânsito, em acidentes com danos materiais;

- Implantação de 116.888 novas habilitações;
- Renovação de 211.983 exames de CNH;
- Implantação de 210.589 veículos novos;
- Realizações na área do Projeto de CNH POPULAR: Expedidas 51.278 Carteiras de Habilitação, de um total de 464.993 candidatos inscritos e 134.947 selecionados, beneficiando 147 municípios;

PROGRAMA 004 - MATRIZ ENERGÉTICA NO ESTADO DO CEARÁ

O programa objetiva disponibilizar energia elétrica no meio rural; elaborar estudos, planos e projetos para o desenvolvimento da área de energia do Estado do Ceará; dotar os grandes empreendimentos do Estado de sistemas de cogeração de maneira a proporcionar redução significativa nos custos com energia e; ampliar a oferta de gás natural através da expansão da rede e da introdução de novos modais de transporte, visando proporcionar ao Estado do Ceará a utilização de um combustível ecologicamente correto.

Metas Prioritárias	Realizado
Ampliar em 36.000 m ³ /dia o volume de gás natural distribuído	18.000 (*)
Expandir em 47 km a rede de distribuição de gás natural	23
Realizar 100 ligações de energia elétrica em residências do meio rural	3802

(*) Meta reduzida para 18.000m³/dia

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Expansão do mercado residencial e comercial, que atualmente atende 2.973 unidades residenciais ativas e 111 clientes do segmento comercial, perfazendo um total de 3.084 unidades;
- Expansão do gasoduto em 23 km para atendimento ao projeto residencial/comercial nos bairros Varjota, Beira Mar, Meireles e Aldeota.

PROGRAMA 005 – INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ

O Programa tem como objetivo ofertar telefonia pública para comunidades rurais do estado não contempladas no Plano Geral de Metas da União; atender demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses, e; realizar serviços de gerenciamento a apoio técnico às atividades da Seinfra.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Atender com telefonia pública 50 localidades rurais	50

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Execução de 35% da obra de internalização subterrânea das redes telefônicas, lógica e elétrica no Sítio Histórico de Sobral.

PROGRAMA 054 - EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO CEARÁ

O programa objetiva elaborar e analisar estudos e projetos arquitetônicos e de engenharia em atendimento às demandas das diversas áreas de atuação do governo estadual e dos municípios cearenses; atender demandas das diversas áreas de atuação do Governo e dos municípios cearenses direcionadas à construção, ampliação, reforma e recuperação de prédios públicos, de edificações de interesse social e de equipamentos urbanos; realizar avaliações de imóveis para fins de desapropriação; construir, ampliar e reformar edificações públicas e obras de infraestrutura física para descentralização e melhorias do sistema de trânsito e transporte do Estado do Ceará.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Construir 01 posto de fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual	1
Reformar e recuperar 02 terminais de passageiros intermunicipais	1
Elaborar 150 projetos de engenharia e de arquitetura em atendimento as demandas estaduais e municipais	120
Analisar 50 projetos arquitetônicos e de engenharia inerentes a obras públicas estaduais e municipais	50
Elaborar 75 estudos geotécnicos, planialtimétricos e projetos técnicos de engenharia e de arquitetura	75
Construir, ampliar, reformar e recuperar 12 equipamentos urbanos, prédios públicos e edificações de interesse social	2
Fiscalizar e gerenciar 187 obras de edificações públicas	220
Atender 100% da demanda direcionada ao DAE para emissão de laudos de avaliação de imóveis	100%

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Conclusão da obra do programa de Acessibilidade (adaptação a portadores de deficiência) na sede do Detran;
- Construção do Posto Rodoviário de Fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual, no distrito de Taperuaba-CE 362;
- Início da construção da sede regional do Município de Crateús;
- Início da construção da área de prática de direção dos municípios de Morada nova, Tauá, Tianguá, Russas, Crateús e Juazeiro do Norte;
- Início das obras de ampliação do Posto de Atendimento do Município de Crato.



DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A Secretaria das Cidades, estruturada em consonância com as diretrizes do Ministério das Cidades, é responsável pela implementação das políticas de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento, balizadas por um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos construídos democraticamente, a partir da 1ª Conferência Nacional das Cidades em 2003, que visam nortear os investimentos, bem como promover uma política fundiária e imobiliária includente.

As ações de Desenvolvimento Urbano foram concebidas para ordenar o crescimento acelerado dos aglomerados urbanos cearenses, cuja população passou, nas últimas cinco décadas, de majoritariamente rural para majoritariamente urbana. No Estado do Ceará, devem-se destacar os Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê. Tais projetos consistem, individualmente, em um conjunto de ações coordenadas e interligadas com o objetivo de recuperar, urbana e ambientalmente, áreas extensas e intensamente povoadas às margens dos principais rios da RMF.

Nesse sentido, em 2012, por meio do Projeto Rio Maranguapinho, foram concluídas as obras de construção da Barragem, para possibilitar o controle de cheias do Rio e sua perenização e realizado 25% dos serviços de sua Dragagem, além de se ter dado continuidade às obras de urbanização em toda a sua área que incluem a abertura e pavimentação de vias, construção de passeios, ciclovias e praças.

Destaca-se que, até 2012, foram realocadas 5.018 famílias, das quais 2.625 foram reassentadas em unidades habitacionais; 40 foram beneficiadas com permutas de unidades habitacionais; e 2.353 tiveram seus imóveis e benfeitorias indenizados.

Ainda em complementação ao mesmo Projeto, em 2011, o Governo do Estado celebrou, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC II, dois contratos com o Ministério das Cidades, objetivando: a execução do Trecho Zero (da Av. Mister Hull até a foz do rio Ceará); e do Trecho IV (do 4º Anel Viário até a Barragem Maranguapinho), situados nos municípios de Fortaleza e Maracanaú respectivamente. Para os dois trechos, são previstas ações que beneficiarão um total de 9.461 famílias nesses dois trechos. Em 2012, a Secretaria das Cidades deu prosseguimento a diversas ações como elaboração e aprovação de projetos, bem como contratação de empresas, para que em 2013 seja iniciada a execução dos projetos.

Cabe ressaltar também as ações de implantação de obras urbanas e edificações públicas, que estruturam e requalificam as cidades cearenses. As obras são financiadas com recursos do Programa de Cooperação Federativo (PCF) ou através da celebração de convênios. Registraram-se, em 2012, a execução de 144 obras que beneficiaram 74 municípios do Estado. Destaca-se, dentre as obras urbanas, a execução de 623.514 m² de pavimentação de vias.

Quanto à Política de Saneamento Ambiental, o governo estadual atua com base nas diretrizes nacionais e nos princípios fundamentais da universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, cujas ações são desenvolvidas pela Secretaria das Cidades juntamente com a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, notadamente no abastecimento de água e no esgotamento sanitário.

No que se refere ao abastecimento de água, o Ceará atingiu uma cobertura de 75,56% da população do Estado, considerando população urbana e rural, conforme informações abaixo:

COBERTURA ABASTECIMENTO DE ÁGUA - CEARÁ

Abastecimento de Água	CAGECE (150 Municípios)			Prefeituras/ SAAEs (34 municípios) - Urbano	SISAR (área rural de 133 municípios)	Total Estado
	Fortaleza	Interior - Urbano	Total			
Cobertura abastecimento de água (%)	98,48%	97,22%	97,80%	95,52%	-	75,56%
População beneficiada (hab.)	2.474.671	2.661.193	5.135.864	887.160	428.201	6.451.225

Fonte: Cagece
Dados até outubro de 2012

Em relação ao esgotamento sanitário, intensificaram-se os investimentos no sentido de promover ações de melhoria, implantação e ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no Estado, atingindo um percentual de 26,05% em todo o Estado. A Cagece, que atende as áreas urbanas de 150 municípios, registrou, até outubro/2012, uma cobertura de 37,75% da população do Estado, beneficiando 2.010.184 habitantes, conforme informações abaixo:

COBERTURA ESGOTAMENTO SANITÁRIO - CEARÁ

Esgotamento Sanitário	CAGECE			Prefeituras/ SAAEs - Urbano	Total Estado
	Fortaleza	Interior - Urbano	Total		
Cobertura esgotamento sanitário (%)	53,56%	24,26%	37,75%	26,50%	26,05%
População beneficiada (hab.)	1.346.009	664.175	2.010.184	246161	2256345

Fonte: Cagece
Dados até outubro de 2012

Destacam-se ainda, em 2012, o trabalho de assessoramento para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs em 10 municípios da Região do Cariri e o apoio aos municípios com população até 20 mil habitantes na elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSBs, sendo elaborados e entregues os planos de 20 municípios.

Quanto às ações de destinação final adequada dos resíduos sólidos no Estado do Ceará, a Secretaria das Cidades atua em duas linhas de ação. A primeira, no apoio à formação de consórcios públicos; e, a segunda, na elaboração dos projetos executivos para a construção dos aterros sanitários regionais.

As ações da Secretaria das Cidades estiveram voltadas para a elaboração dos projetos executivos de aterros sanitários e seus respectivos planos de gestão, tendo como base os 26 consórcios públicos de resíduos sólidos, que reúnem 167 municípios e prevêm a gestão consorciada e a implantação de aterros sanitários regionalizados.

A Secretaria das Cidades desenvolve a Política Habitacional em conformidade com a Política Nacional de Habitação – PNH e ao disposto na Lei 11.124 de 2001, que instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. As ações na área habitacional objetivam a oferta de moradia digna para as famílias que, historicamente, vêm sendo excluídas dos mecanismos de mercado para aquisição da casa própria. Estas ações devem ser compreendidas, como um recorte setorial que se desenvolve de forma integrada com outras ações, a exemplo do saneamento básico. Não se trata, portanto, de disponibilizar uma casa por família, mas de garantir, a essa família, o direito “à cidade”.

Os projetos de Habitação de Interesse Social do Estado incorporam conceitos de mobilidade e acessibilidade, conjugando componentes de saneamento básico, de urbanização e infraestrutura, podendo ainda incluir a construção de equipamentos de lazer, esportivos e sociais.

Diante do exposto, no esforço de reduzir o déficit habitacional quantitativo, merece destaque, a construção e entrega de 4.776 unidades habitacionais de interesse social, beneficiando aproximadamente 23.880 pessoas. As iniciativas do Governo do Estado que viabilizaram essa oferta foram executadas por meio do Projeto Rio Maranguapinho; da construção de habitações, com apoio financeiro do Programa Operações Coletivas; do Programa de Subsídio a Habitação – PSH; do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; e da construção de habitações, em parceria com Prefeituras Municipais – Leilão.

Dentre as iniciativas apoiadas pelo Governo do Estado, destacam-se a construção e entrega de 1.972 unidades habitacionais em 109 municípios do interior do Estado através do Programa Minha Casa Minha Vida, beneficiando aproximadamente 9.860 pessoas. Na RMF, o Projeto Maranguapinho que viabilizou a construção e entrega de 1.605 unidades habitacionais de interesse social, beneficiando aproximadamente 6.420 pessoas, por meio da conclusão de mais 3 dos 13 Residenciais previstos, somando-se aos 3 anteriormente concluídos em 2011.

No enfrentamento do déficit habitacional qualitativo, projeta-se a construção de fogões ecoeficientes e a realização de pequenas reformas que enquanto envolvem um volume de recursos financeiros comparativamente inferiores, alteram positivamente a vida de seus beneficiários, impactando diretamente nos indicadores de saúde. Em 2012, foram entregues 1.635 fogões que beneficiaram aproximadamente 8.175 pessoas.

Na área de Desenvolvimento Regional, foram executadas, pela Secretaria das Cidades, ações alinhadas com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, a qual tem por objetivo geral “reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País”.

Nesse sentido, em 2012, a Secretaria das Cidades deu prosseguimento as suas ações relacionadas à estratégia adotada pelo Governo, no sentido da desconcentração do desenvolvimento, por meio da implementação de projetos especiais em regiões de interesse estratégico do Estado. Dentro destas ações, destacaram-se os Projetos de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará – Cidades do Ceará I (Cariri Central) e de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais – Cidades do Ceará II (Litoral Leste/Jaguaribe e Sobral/Ibiapaba).

Quanto a implementação de ações nas regiões dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú, a Secretaria das Cidades deu prosseguimento à elaboração de estudos, planos e diagnósticos para a concepção do Projeto Desenvolvimento Urbano de Pólos Regionais – Cidades do Ceará II. O Projeto tem como objetivo principal incrementar a capacidade fiscal e institucional das Cidades Pólo, destes respectivos Vales, para que possam ampliar a sua capacidade de investimento no desenvolvimento urbano e, assim, contribuir para o desenvolvimento regional.

O Projeto irá beneficiar, no Vale do Jaguaribe, os municípios de Alto Santo, Aracati, Ererê, Fortim, Ibicuitinga, Icapuí, Iracema, Itaiçaba, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte. Já no Vale do Acaraú: Alcântaras, Cariré, Forquilha, Groaíras, Massapê, Meruoca, Santana do Acaraú e Sobral. As cidades pólo são: Limoeiro do Norte, Morada Nova, Russas e Sobral.

O Instituto de Desenvolvimento Institucional das Cidades – Ideci, por sua vez, no contexto do desenvolvimento regional, tem como objetivo apoiar os municípios do Estado do Ceará, por meio de ações voltadas para o reordenamento fundiário de áreas urbanas, apoio técnico para a melhoria da gestão municipal e o desenvolvimento de projetos para a melhoria da infraestrutura dos municípios cearenses.

Todas as ações desenvolvidas pela Secretaria das Cidades no âmbito da política de desenvolvimento urbano e integração regional convergem para o alcance de resultados que são expressos pelos seguintes indicadores:

DESENVOLVIMENTO URBANO E INTEGRAÇÃO REGIONAL
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007-2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
População de Fortaleza beneficiada com água tratada (%)	97,8	97,62	97,94	98,29	98,43	98,48 ⁽¹⁾
População do interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com água tratada (%) *	96,14	96,4	96,66	96,98	97,07	97,22 ⁽¹⁾
População de Fortaleza beneficiada com esgotamento sanitário (%)	50,56	51,43	52,21	53,6	53,45	53,56 ⁽¹⁾
População do interior (CE exceto Fortaleza) beneficiada com esgotamento sanitário (%) *	19,56	20,42	21,18	22,78	22,84	24,26 ⁽¹⁾
Famílias atendidas com habitação	1.411	954	2.286	2.117	5.232	4.776

Fonte: Secretarias das Cidades

⁽¹⁾ Dados até outubro/2012.

*População Urbana

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Desenvolvimento Urbano e Integração Regional do Estado do Ceará foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 194.306.811,86, para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais: Desenvolvimento Urbano, Saneamento Ambiental, Habitacional e Desenvolvimento Regional.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 031 - DESENVOLVIMENTO URBANO

O programa foi desenvolvido com o objetivo de melhorar a estrutura urbana das cidades cearenses e requalificá-las de forma a contribuir com os municípios para o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes. Destacam-se como intervenções de caráter estruturante as ações no âmbito dos projetos do Rio Maranguapinho, Rio Cocó e do Dendê.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Executar 144 intervenções urbanas	144
Concluir as obras de Barragem do Projeto Rio Maranguapinho	100%
Concluir 30% das obras de Dragagem do Projeto Rio Maranguapinho	25%

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

PROJETO RIO MARANGUAPINHO – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO- PAC I

- Conclusão das obras de construção da Barragem Maranguapinho, iniciada em junho/2009;
- Conclusão das obras de recuperação de 1.400 m e complementação de 300 m do Trecho I -margem direita, compreendido entre a Av. Mister Hull e a Av. Fernandes Távora;
- Execução de Urbanização do Trecho I – margem esquerda, compreendido entre a Av. Mister Hull e a Av. Fernandes Távora, que prevê um total de 1,7Km de extensão;
- Execução de 1,25% da obra de Urbanização do Trecho II – margem direita, compreendido entre da Av. Fernandes Távora a Av. Osório de Paiva, com 4,67Km de extensão;
- Execução de 25% da obra de Urbanização do Trecho III-A - margem esquerda, compreendido entre a Avenida Osório de Paiva e a Avenida Jardim Fluminense, que prevê um total de 2,32 km de extensão;
- Execução de 5% da obra de Urbanização do Trecho III-B – margem esquerda, compreendido entre a da Av. Jardim Fluminense ao Anel Viário, que prevê um total de 3,21Km de extensão;
- Execução de 25% dos serviços de Dragagem do Rio Maranguapinho, para desassoreamento da calha e limpeza do Rio, que prevê uma extensão total de 23,5km;

- Execução de 71% do serviço de Monitoramento Arqueológico para as obras de urbanização e dragagem do Rio Maranguapinho, iniciado em junho de 2010;
- Projeto Rio Maranguapinho – Programa de Aceleração do Crescimento- PAC 2;
- Aprovação, na Caixa Econômica Federal-CEF e na Prefeitura de Fortaleza, do Projeto Executivo das Urbanizações do Rio Maranguapinho - Trecho Zero e Trecho 4;
- Solicitação da Licença de Instalação na Superintendência Estadual do Meio Ambiente - Semace - Trecho Zero e Trecho 4;
- Apresentação para aprovação na CEF do projeto das unidades habitacionais previstas no projeto do Trecho IV por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (561 UH);
- Início do processo de licitação da obra de urbanização do Trecho IV;
- Conclusão do Cadastro socioeconômico das famílias e do diagnóstico do Projeto Técnico Social.

PROJETO RIO COCÓ

- Conclusão do processo de licitação da obra de urbanização no Trecho III (entre a BR116 e a Av. Paulino Rocha);
- Início dos serviços de dragagem do Rio Cocó no Trecho II (das proximidades da Cidade 2000 até o encontro com o canal da Aerolândia);
- Encaminhamento à CEF para aprovação do projeto executivo da barragem Cocó;
- Execução de 15% do serviço de monitoramento arqueológico para as obras de urbanização e dragagem do Rio Cocó;
- Conclusão do cadastro socioeconômico das famílias e do diagnóstico do Projeto Técnico Social.

PROJETO DENDÊ

- Aprovação na CEF dos projetos executivos do reassentamento Dendê;
- Elaboração e aprovação na CEF, do projeto de implantação de uma creche na área institucional do Reassentamento Dendê;
- Encaminhamento para aprovação na CEF, dos projetos executivos de Urbanização;
- Obtenção da Licença Prévia da Secretaria do Meio Ambiente - Semam/Prefeitura Municipal de Fortaleza-PMF do Residencial Dendê;
- Encaminhamento para licenciamento ambiental da Semam/PMF do Projeto de Urbanização do Dendê;
- Aprovação dos projetos de abastecimento d'água e esgotamento sanitário na Cagece;
- Conclusão do cadastro socioeconômico das famílias e, em elaboração, o diagnóstico do projeto técnico social.

OBRAS URBANAS E EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

- Conclusão das 89 pavimentações de vias públicas (asfáltica, em paralelo e em pedra tosca) totalizando 623.514,27 m²;
- Conclusão das 17 construções de praças e 08 reformas de praças;
- Conclusão das 12 construções de prédios públicos e de 7 reformas de prédios públicos;
- Conclusão de 01 drenagem, 9 urbanização de margem de rio e de 05 outras obras de urbanização.

PROGRAMA 032 - SANEAMENTO AMBIENTAL

O programa tem como objetivo a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento, compreendendo abastecimento de água, esgotamento sanitário e a destinação final de resíduos sólidos, de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

O programa em análise tem suas principais metas voltadas para a ampliação de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todo o Estado do Ceará, conforme segue abaixo.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Executar 16.097 ligações domiciliares de água.	69.926
Executar 34.379 ligações domiciliares de esgoto.	41.300

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de 58.446 ações socioambientais em todo o Estado do Ceará, contando com 292.979 participantes, buscando a sensibilização para a educação ambiental dos cearenses;
- Conclusão das obras de implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais nas localidades de Peixes, no município de Russas, Ibicuã em Piquet Carneiro e Capitão Mor, no município de Pedra Branca;
- Conclusão das obras de melhorias operacionais no sistema de abastecimento de água de Pacatuba;
- Conclusão das obras de reabilitação das sub-adutoras – RMF (Setor Floresta);
- Execução de 75% das obras do sistema de abastecimento de água de Ipiranga, no município de Boa Viagem; execução de 29% da obra da localidade Espinheiro, no município de Madalena e; 21% das obras de Barra do Sitiá e Panamá, em Banabuiú;
- Execução de 73,92% da obra de ampliação da estação de tratamento de água Oeste e 74,67% da obra da adutora de água tratada, na RMF;
- Execução de 22,13% das obras de reforço de rede do sistema de abastecimento de água da sede de Tauá;
- Execução de 49,71% das obras de ampliação do sistema de abastecimento de água da RMF – Setor Messejana;

- Início das obras de ampliação do sistema adutor da Ibiapaba – Complexo Integrado Jaburu;
- Início das obras de substituição de adutora sob o Estádio Castelão - linha macrossistema - trecho 9-25;
- Realização de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES, no valor de R\$ 31,5 milhões, através do Programa de Aceleração do Crescimento PAC 2 – Grupo 2, para ampliação do sistema adutor da Ibiapaba,- Ramal Sul, beneficiando os municípios de Carnaubal, Graça, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Mucambo, Pacujá São Benedito e Ubajara;
- Realização de convênio com a Fundação Nacional de Saúde- Funasa, na ordem de R\$ 6,5 milhões, através do programa PAC 2 – Grupo 3, para obras de Abastecimento de Água, com execução de 2.817 ligações domiciliares, que beneficiarão os municípios de Caridade, Umari e Jaguaribara;
- Realização de convênio com o Ministério das Cidades, na ordem de R\$ 67,6 milhões, para ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de Água dos municípios de Aracati, Caucaia, Itaipipoca, Juazeiro do Norte, Quixadá, Russas, Tauá e distrito de Jaibaras em Sobral, que beneficiarão cerca de 421 mil habitantes. Os projetos encontram-se em análise junto ao agente financeiro;
- Realização de convênio com o Ministério da Integração, na ordem de R\$ 3,4 milhões, para melhorias na adutora de Hidrolândia-Irajá, com extensão de 10,8 km, que beneficiará 19,2 mil habitantes;
- Realização de convênio com a Funasa, na ordem de R\$ 15,4 milhões, para implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água que beneficiarão a sede do município de Quiterianópolis, o distrito de Minerolândia, em Pedra Branca, o distrito de Olho D'Água da Bica em Tabuleiro do Norte, as localidades de Trapiá, Pedra e Cal em Ibareta, o distrito de Logradouro no município de Itaiçaba, a localidade de Sítio São José em Pedra Branca, a localidade de Curupati em Jaguaribara e o distrito de Boa Água em Morada Nova. Esses empreendimentos beneficiarão 24,1 mil habitantes;
- Realização de convênio com a Funasa, na ordem de R\$ 38,0 milhões, para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água das cidades de Campos Sales, Tabuleiro do Norte, Umirim, Caxitoré e Oiticica, Capim Grosso em Russas, Poço da Serra e Lagoa da Bárbara em Morada Nova. Tais empreendimentos beneficiarão cerca de 53 mil habitantes;
- Captação de recursos, junto ao Ministério das Cidades no valor de R\$ 21,2 milhões para implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, que beneficiarão a sede do município de Caucaia; o distrito da Taíba, no município de São Gonçalo ;e o município de Cascavel;
- Execução de 73,27% das obras de implantação do sistema de abastecimento de água dos Residenciais Miguel Arraes, Rachel de Queiroz, Eleazar de Carvalho e José Alencar, com um total de 3.102 unidades habitacionais que beneficiarão aproximadamente 15.510 pessoas do projeto Rio Maranguapinho;
- Execução de 92% da obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Aracati, sendo previstas 5.940 ligações e executadas 5.340, beneficiando aproximadamente 19,2 mil habitantes;

- Realização de 29.231 ações socioambientais, com a participação de 147.327 pessoas, no município de Aracati;
- Execução de 84% da obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário de Maranguape, com a execução de 4.668 ligações domiciliares de esgoto, de um total de 7.213 ligações, que beneficiarão 26 mil habitantes;
- Realização de 18.544 ações socioambientais, com a participação de 97.783 pessoas, desde o início do projeto até o mês de outubro deste ano;
- Execução de 64% da obra de ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Maranguape, com a execução de 1.170 ligações domiciliares de esgoto, de um total de 1.560 ligações, que beneficiarão 5,6 mil habitantes;
- Execução de 89% da obra de implantação do macro sistema de esgotamento sanitário- SES de Fortaleza (Cocó/Interceptor);
- Execução de 36% das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Palmeira Comprida, município de Tianguá, com a execução de 1.596 ligações domiciliares, de um total de 2.204 ligações, que beneficiarão aproximadamente 7,9 mil habitantes. Realizadas 4.126 ações socioambientais, com a participação de 19.485 pessoas;
- Execução de 98,46% da obra de implantação do sistema de esgotamento sanitário do município de Quixadá, com execução de 7.241 ligações domiciliares de um total de 7.500, que beneficiarão aproximadamente 27 mil habitantes. Realizadas 15.111 ações socioambientais, com a participação de 83.774 pessoas, desde o início do projeto até outubro deste ano;
- Emissão de ordem de serviço para recuperação de 1.000 m do Interceptor Oeste de Fortaleza;
- Realização de convênio com a FUNASA, na ordem de R\$ 37,3 milhões, através do programa PAC 2 – Grupo 3, para obras de Esgotamento Sanitário, com execução de 8.080 ligações domiciliares, que beneficiarão os municípios de Baixio, Milagres e Mauriti;
- Captação de recursos junto ao Ministério das Cidades no valor de R\$ 111,16 milhões para ampliação do sistema de esgotamento sanitário do município de Fortaleza, beneficiando a Comunidade Planalto Palmeira, Comunidade da Lagoa do Opaia, Conjunto São Cristóvão e as sub-bacias SE-1, CD-1 (meta 2), CD-2 (meta 2) e CD-3 (meta 2).

PROJETO RIO MARANGUAPINHO

- Execução de 66% das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário, na área da Bacia SE-2, no Bairro Granja Portugal. São previstas 6.724 ligações, tendo sido realizadas, até o ano de 2012, 4.937 ligações domiciliares de esgoto, beneficiando aproximadamente 17,8 mil habitantes;
- Realização de 9.088 ações socioambientais, com a participação de 8.084 pessoas, do início do projeto até outubro de 2012;
- Execução de 75% das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na área da Bacia SD-6, nos bairros Parque São José, Bom Sucesso, Vila Peri e Manoel Sátiro. Das

13.493 ligações previstas foram realizadas 9.488, beneficiando cerca de 34 mil habitantes. Desde o início do projeto até outubro de 2012, foram realizadas na Bacia SD-6 16.169 ações socioambientais, com a participação de 23.319 pessoas;

- Conclusão das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na área da Bacia SD-7, nos bairros Autran Nunes, Bom Sucesso, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Pici, Joquei Club e Antonio Bezerra, com execução de 12.970 ligações domiciliares de esgoto, beneficiando 46,7 mil habitantes;
- Realização de 28.593 ações socioambientais, com a participação de 142.535 pessoas, na Bacia SD-7; e de 12.172 ações socioambientais, com a participação de 60.708 pessoas na Bacia SD-8;
- Conclusão das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na área da bacia SD-8, nos bairros Bom Sucesso, Jóquei Club, Parangaba, Couto Fernandes, Panamericano, Pici, Bela Vista, Demócrito Rocha e Amadeu Furtado, tendo sido realizadas 5.825 ligações domiciliares de esgoto, beneficiando 21 mil habitantes;
- Execução de 95,23 % das obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário dos residenciais Miguel Arrais, Rachel de Queiroz, Eleazar de Carvalho e José Alencar, que prevê a execução de 1.275m de rede coletora, sendo 1.191m, destes, executados até 2012.

PROJETO RIO COCÓ

- Execução de 48,31% das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na área da bacia CE-4 nos bairros Dias Macedo, Dendê-Itaperi, Itaperi, Parangaba e Serrinha. Das 12.618 ligações de esgoto previstas, foram executadas 7.383 ligações até 2012, sendo beneficiadas 26,5 mil habitantes;
- Realização de 28.777 ações socioambientais, com a participação de 94.712 pessoas, do início do projeto até outubro de 2012;
- Execução de 53% das obras de ampliação do sistema de esgotamento sanitário na área da bacia CE-5 nos bairros Parangaba, Maraponga, Vila Peri e Vila Manoel Sátiro. O empreendimento prevê a execução de 10.904 ligações. Destas, foram realizadas 6.814, beneficiando 24,5 mil habitantes;
- Execução de 43% das obras de ampliação do SES na área da bacia CE-6 nos bairros Mata Galinha e Castelão. O total de ligações previstas para serem executadas é de 5.599, tendo sido realizadas 4.107 ligações. O total de ligações executadas beneficiou 14,7 mil habitantes.

MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES – PROJETO ALVORADA

- Execução de 377 melhorias sanitárias domiciliares - MSDs nos municípios de Cariré, Coreaú, Frecheirinha, São Benedito, Guaraciaba do Norte, que beneficiarão aproximadamente 1.500 habitantes.

GESTÃO DE SANEAMENTO

- Elaboração dos projetos executivos do sistema de abastecimento de água e sistema de esgotamento sanitário de Juazeiro do Norte e de Barbalha e; para municípios beneficiados pela Transposição do Rio São Francisco (em andamento);
- Elaboração de 20 planos municipais de saneamento básico para municípios com menos de 20 habitantes e; de 10 planos para municípios da Região do Cariri.

DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Elaboração de projetos executivos de engenharia para implantação de aterros sanitários regionais consorciados e suas unidades correlatas;
- Aprovação de recursos, no montante de R\$ 7.000.000,00, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego para promoção de ações de inclusão social e produtiva de catadores, a serem aplicados nos próximos três anos;
- Repasse de recursos destinados à aquisição de caminhão compactador para o município de Pereiro;
- Contratação de empresa para elaboração do projeto executivo de aterro sanitário regionalizado para atender o consórcio público sediado em Limoeiro do Norte;
- Elaboração dos projetos executivos de aterros sanitários regionalizados para atender os consórcios públicos sediados nos municípios de Camocim, Icó, Milagres, Pedra Branca, São Benedito, Sobral, Paracuru e Região do Cariri (em andamento);
- Obtenção de recursos junto ao Ministério das Cidades para elaboração de projetos executivos de aterros sanitários regionalizados dos municípios de Assaré, Acaraú, Aracati e Tauá.

PROGRAMA 033 – HABITACIONAL

As ações desenvolvidas neste programa objetivam a oferta de moradia digna para as famílias que, historicamente, vêm sendo excluídas dos mecanismos de mercado para aquisição da casa própria. Devem ser compreendidas, como um recorte setorial que se desenvolve de forma integrada com outras ações, a exemplo do saneamento básico. Não se trata, portanto, de disponibilizar uma casa por família, mas de garantir, a essa família, o direito “à cidade”.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Beneficiar 4.560 famílias com unidades habitacionais.	3.171
Beneficiar 1.605 famílias com unidades habitacionais, através dos Projetos Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê.	1.605
Beneficiar 750 famílias com melhorias habitacionais.	625

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS/2012

- Construção e entrega de 3.171 unidades habitacionais em 109 municípios do interior do Estado através do Programa Minha Casa Minha Vida, Leilão Habitacional e Resolução 460, beneficiando aproximadamente 15.855 pessoas;
- Construção e entrega de 1.605 unidades habitacionais de interesse social beneficiando aproximadamente 6.420 pessoas, sendo 1.212 unidades habitacionais no Residencial Miguel Arraes, no Bairro Siqueira, em Fortaleza; 324 unidades habitacionais no Residencial Raquel de Queiroz, também no bairro Siqueira, em Fortaleza; e 69 unidades habitacionais no Residencial Lupe de Paula, no bairro Novo Maranguape, em Maranguape. Registra-se, assim, a conclusão de mais 3 dos 13 residenciais no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, somando-se aos 3 já concluídos até 2011.
- Execução de 250 melhorias habitacionais, em Fortaleza, realizadas em parceria com associações, beneficiando aproximadamente 625 pessoas.
- Construção de 769 unidades sanitárias domiciliares em 18 municípios do Estado, em parceria com associações, beneficiando aproximadamente 3.845 pessoas.
- Construção de 1.635 fogões com eficiência energética em 36 municípios do Estado, beneficiando aproximadamente 8.175 pessoas.
- Capacitação de 4.227 pessoas em 220 atividades, no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho, sendo 420 em 15 atividades de Educação Sanitária e Ambiental; 35 em 1 atividade de Geração de Emprego e Renda; e 3.772 em 204 atividades de mobilização e organização comunitária.
- Capacitação de 420 pessoas em 10 atividades, no âmbito do Projeto Cocó, em 15 atividades de mobilização e organização comunitária.
- Capacitação de 388 pessoas em atividades de Educação Sanitária e Ambiental, no âmbito do Projeto Farol Novo.
- Pagamento de 1.044 indenizações por desapropriação de imóveis e/ou benfeitorias, no âmbito do Projeto Rio Maranguapinho.

PROGRAMA 034 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O principal objetivo deste programa é reduzir as desigualdades regionais, através do Fortalecimento Institucional das Cidades e da implementação de ações para a redução do déficit de infraestrutura urbana das cidades, contribuindo para a ampliação de sua capacidade de investimento e reduzindo a concentração do desenvolvimento no Estado do Ceará.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Financiar 04 projetos de infraestrutura física no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Econômico Regional do Ceará: Cidades do Ceará / Cariri Central.	05
Apoiar 15 Projetos de Inserção Produtiva.	14
Capacitar 50 produtores de Arranjos Produtivos Locais e de Projetos de Inserção Produtiva.	100

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

PROJETO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL - CIDADES DO CEARÁ - CARIRI CENTRAL

- Execução de 97% da obra de Complementação da Construção do Centro Multifuncional de Serviços;
- Execução de 100% das obras de Requalificação das Praças Centrais do Crato, com a conclusão da Praça Juarez Távora e da Praça Siqueira Campos;
- Conclusão de Sinalização Turística para o Geopark Araripe;
- Conclusão do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental/EIA-RIMA da Avenida do Contorno em Juazeiro do Norte;
- Execução de 85% da obra do Roteiro da Fé, no município de Juazeiro do Norte;
- Execução de 97% da obra de requalificação urbana da área central de Farias Brito;
- Execução de 90% Obra de Pavimentação e Sinalização do Centro Histórico de Barbalha;
- Conclusão do Projeto executivo de teleférico e urbanização do distrito de Caldas em Barbalha;
- Conclusão da elaboração da concepção do arranjo institucional para apoio às ações de fortalecimento do APL de calçados do Cariri;
- Conclusão do Plano de Gestão do Centro Multifuncional de Serviços;
- Conclusão da Publicação do livro do Geopark Araripe: histórias da terra, do meio-ambiente e da cultura;
- Aquisição de veículos e mobiliário para o Geopark Araripe;

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS E PROJETOS PRODUTIVOS

- Execução e acompanhamento de 51 projetos produtivos em 38 municípios cearenses. Sendo atendidos 2.131 beneficiários;
- Conclusão da execução física de 14 projetos de 14 municípios cearenses, sendo beneficiados 417 produtores;
- Capacitação de 75 produtores dos arranjos produtivos locais - APLs de Cajucultura do município de Barreira, do APL de Redes de Dormir, no município de Jaguaruana, e o APL de Cachaça do município de Viçosa do Ceará;
- Capacitação de 25 produtores da Associação do Distrito de Irrigação Curu-Paraipaba, no município de Paraipaba, com o curso de gestão e comercialização.



MEIO AMBIENTE



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

O Governo do Estado do Ceará alterou, por meio da Lei Estadual nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, a estrutura da Administração Estadual e criou o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente – CONPAM, tendo como órgão vinculado a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, Autarquia Estadual criada pela Lei Estadual nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987, integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente e como instância deliberativa e de controle social, o Conselho Estadual de Meio Ambiente- COEMA.

Essa estrutura institucional realiza ações balizadas na política estadual de meio ambiente, onde o CONPAM exerce a função de gestor da política estadual e procura garantir sua transversalidade nas várias políticas públicas estaduais, baseando-se em um modelo de gestão colegiada com a participação das várias secretarias setoriais e de representações da sociedade; o COEMA, assessora o governador, ausculta as demandas da sociedade e as converte em diretrizes para a gestão ambiental no Estado na forma de resoluções e outras normas ambientais; e a SEMACE, órgão seccional do Sistema Nacional de Meio Ambiente no Estado do Ceará que exerce o poder de polícia na questão ambiental, é responsável pela política de controle ambiental, orientando o planejamento do desenvolvimento, licenciando e fiscalizando as atividades que promovam impactos sobre o meio ambiente e que se utilizem dos recursos naturais.

Como aspecto a destacar no esforço de Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais, ao longo de 2012 o Governo do Estado se dedicou a cumprir as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos com uma série de iniciativas voltadas para este fim. Em um processo amplamente dialogado com os atores relevantes da sociedade cearense, conclui-se o processo de construção da política estadual de resíduos sólidos, cuja proposta será submetida à Assembleia Legislativa no primeiro semestre de 2013, assim como se avançou no planejamento regionalizado da política, com a elaboração de três planos regionais e a contratação da elaboração do Plano Estadual e de outros 11 planos regionais. A meta é chegar ao final de 2013 com todo o território cearense com seu plano integrado de gestão de resíduos.

No que se refere à fiscalização no setor ambiental, ressalta-se que no ano de 2012, o número de ocorrências demandadas à SEMACE cresceu 370% em comparação ao ano anterior. O atendimento por consequência também cresceu exponencialmente: das anteriores 1.174 ocorrências atendidas em 2011 saltou para 3.683 o número de ocorrências atendidas no ano passado, um crescimento de mais de 310% no atendimento. Destaca-se o efetivo atendimento às solicitações judiciais e dos Ministérios Públicos Estadual e Federal com a relevante marca de 85% de atendimento dos processos ao longo do ano passado, com uma média mensal de 40 processos atendidos dos 46 registrados.

Outro número que merece destaque é o controle e monitoramento dos recursos florestais cearenses através do Sistema do Documento de Origem Florestal – DOF. Em 2012, 95% das solicitações foram plenamente atendidas, o que resulta em um aperfeiçoamento da gestão e fiscalização da flora em nosso Estado.

Ainda, foi dada continuidade às ações de prevenção e controle ambiental desenvolvidas em parcerias com outros órgãos estaduais e federais, como o programa de prevenção de incêndios florestais, o PREVINA, executado em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos –

FUNCEME e a Defesa Civil, assim como se avançou nas ações de controle da poluição veicular, da qualidade das águas e da balneabilidade das praias, ações capitaneadas pela SEMACE.

Da decisão do Governo do Estado de lançar o projeto Ceará Carbono Zero, ao longo de 2012, se elegeu como prioridade e se avançou na elaboração dos Gases de Efeito Estufa com foco nas ações relacionadas à Copa do Mundo de 2014. Neste sentido, tanto o inventário quanto o plano de mitigação com foco na pegada ambiental das ações da Copa já se encontram elaborados, ficando a publicação dos mesmos para 2013 e a consequente implantação das iniciativas ali programadas até 2015, quando o projeto pretende estender-se para o Estado como todo.

O Programa Fumaça Negra, direcionado à fiscalização e monitoramento de veículos automotores movidos à diesel, que estão fora dos padrões na emissão de gases, contribuiu para a redução do percentual desses veículos de 33,74% de 2007 até novembro de 2012.

POLUIÇÃO VEICULAR/FUMAÇA NEGRA – 2007 – 2012

Atividades	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Blitz	51	114	110	150	155	162
Total de Veículos Vistoriados	1.687	4.327	4.792	8.044	11.905	18.485
Meta (Veículos Vistoriados)	3.500	3.500	4.500	3.500	3.500	3.500
% da Meta de Veículos Vistoriados	48,20%	123,63%	106,49%	229,83%	340,14%	528,14%
Total de veículos dentro dos padrões	1.591	4.032	4.577	7.694	11.475	17.788
% de veículos dentro dos padrões	94,31%	93,18%	95,51%	95,65%	96,39%	96,23%
Total de Veículos Fora dos Padrões	96	295	215	350	430	697
% de Veículos Fora dos Padrões	5,69%	6,82%	4,49%	4,35%	3,61%	3,77%

Fonte: CONPAM/SEMACE

A iniciativa de monitoramento das águas, realizada pela SEMACE, contempla as 11 Bacias Hidrográficas do Estado e tem como Meta 101 Pontos de Coleta, visando reduzir as fontes de contaminação, subsidiando a identificação e regularização de fontes poluidoras, notadamente aquelas originadas por descargas industriais, esgotos domésticos não tratados e drenagem pluvial em áreas urbanas, constituindo-se principal fonte de água para uso doméstico, industrial e agrícola. Desta forma observa-se que o índice da qualidade de água bruta aumento de 70,75% em 2007, para 83,74% em 2012.

A SEMACE tem promovido esforços para reduzir o tempo para emissão de licenças ambientais, apresentando resultados satisfatórios no período 2009-2012, quando a percentagem de licenças emitidas em até 60 dias passou de 14,22%, para 20,74%.

Em relação às Unidades de Conservação (UCs), merece destaque o novo enfoque dado pelo Governo do onde, de acordo com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, as mesmas passaram a ser tratadas como equipamentos públicos com direito a gerência, orçamento e equipe próprios. Isto permitiu que fossem alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 9.359.287,56 para o desenvolvimento das ações de gestão e manutenção das UCs do Estado. Ademais, cabe ressaltar os investimentos para a requalificação do Parque do Cocó em Fortaleza, do Parque Botânico em Caucaia, Parque Estadual do Sítio Fundão no Crato, do Monumento Natural Monólitos em Quixadá que compõem os Parques da Copa. Até 2014 estão programados outros R\$ 10 milhões de investimentos nessas unidades.

No campo do fortalecimento e capacitação da gestão ambiental nos municípios, merece destaque o Programa Selo Município Verde, que, em 2012, completou 10 anos de existência, com uma ampla participação de gestores municipais do meio ambiente, com 37 certificações emitidas.

O programa também abrange iniciativas que procura promover, junto ao setor privado, práticas empresariais sustentáveis, contribuindo para a construção de um novo paradigma da responsabilidade socioambiental no Ceará. Nesta linha, ações voltadas para o “esverdeamento” do setor ceramista do Estado, como também para uma aquicultura e piscicultura sustentável, ganharam relevância ao longo de 2012 com recursos de mais de R\$ 5 milhões programados para serem aplicados nessas áreas ao longo de 2013.

O Projeto Mata Branca, projeto de conservação e gestão sustentável do Bioma Caatinga nos estados do Ceará e Bahia, executa três eixos focados no apoio às instituições e políticas públicas, promovendo o desenvolvimento da capacidade institucional e de conhecimento, implementação de práticas de gestão integrada dos ecossistemas e monitoramento, avaliação e disseminação do conhecimento. No decorrer da implementação do Projeto Mata Branca, priorizou-se os processos de capacitação e treinamentos, inovando com cursos sobre gerenciamento de projetos, além da abordagem em manejo florestal sustentável, prevenção de incêndios e queimadas, mudanças climáticas, gestão de resíduos sólidos, criação e implementação de áreas protegidas na caatinga, beneficiando estudantes de escolas públicas, gestores municipais e lideranças comunitárias, em 68 municípios, com intervenção direta, na região dos Inhamuns e Sertão Central.

MEIO AMBIENTE
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007 – 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Índice de qualidade de água bruta (%)	70,75	77,88	89,84	85,54	87,79	83,74
Área Protegida em Unidade de Conservação – UC's (%)	22,04	22,05	22,06	22,06	22,06	22,06
Município certificado com Selo Município Verde	32	39	30	36	39	37

Fonte: CONPAM

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Meio Ambiente do Estado do Ceará foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 20.346.626,19 para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais: Programa 082- Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais; o Programa 084 - de Educação Ambiental e Programa 090 - de Desenvolvimento Sustentado dos Territórios, encarregado de criar e implantar instrumentos para o fortalecimento da política ambiental com foco na descentralização da gestão.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

082- GESTÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS NATURAIS

O Programa objetiva a proteção dos recursos naturais através da implementação de uma política de prevenção, controle e monitoramento do uso desses recursos, promovendo o desenvolvimento sustentável no Estado do Ceará.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Elaborar 03 Planos de Gestão de Resíduos abrangendo todo o Estado do Ceará	3
Reduzir em 20% os focos de calor no Estado (meta de focos em 2012 = 4.300)	1.150 focos
Elaborar o inventário de Gases de Efeito Estufa - GEE com foco na Copa 2014.	100%
Fiscalizar e monitorar as 23 Unidades de Conservação Ambiental do Estado do Ceará.	23
Implantar um sistema de monitoramento da poluição / contaminação dos 65 pontos do litoral cearense.	65
Implantar um sistema de monitoramento da poluição / contaminação dos recursos hídricos em 101 pontos nas bacias hidrográficas.	101

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Emissão de 2.023 licenças até novembro de 2012;
- Análise de 4.440 parâmetros pelos Técnicos do Laboratório da SEMACE, onde 3.718 deram satisfatório do Índice de Qualidade da Água;
- Realização de 162 blitz pelo Programa Fumaça Negra, onde foram vistoriados 18.485 veículos.
- Atendimento de 4.021 denúncias pelo Plantão Ambiental;
- Gerenciamento e controle dos 65 pontos de Coleta para controle da balneabilidades das praias em todo o Litoral Cearense;
- Ampliação e reestruturação das sedes regionais da SEMACE no Crato e em Sobral;
- Elaboração do Plano de Mitigação dos Gases de Efeito Estufa - GEE para a Copa 2014;
- Elaboração do diagnóstico e proposição para destinação dos Resíduos Sólidos – Serviço de Saúde\ SWAP II;

- Elaboração de três planos regionais de gestão integrada de resíduos sólidos, contemplando 25 municípios inseridos na Bacia Hidrográfica do Parnaíba/sub-bacia do rio Poty;
- Realização de vistorias em 180 municípios cearenses visando à elaboração dos relatórios para subsidiar a repartição do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS referente ao Índice Qualidade Municipal – IQM;
- Formação da Brigada Metropolitana para combate aos Incêndios Florestais no Parque do Coco, Parque Botânico e demais Áreas de Proteção Ambiental localizadas em Fortaleza e Região Metropolitana;
- Formação da Brigada para combate aos Incêndios Florestais no Sítio Fundão–Crato;
- Requalificação das Unidades de Conservação: Parque do Cocó (manutenção geral do Parque), Parque Botânico (reabertura da sede do Parque), Parque Estadual Marinho da Pedra da Risca do Meio (elaborado projeto de implantação), Parque Estadual do Sítio Fundão (construção de guarita e 80% do cercamento do Parque), Monumento Natural Os Monólitos de Quixadá (elaboração do projeto e abertura do processo de construção da sede do Parque em 2013), Monumento Natural das Falésias de Beberibe (inauguração da sede do Parque) que comporão os “Parques da Copa” de 2014 com a Revisão dos Planos de Manejo, Construção de Sedes e cercamento.

PROGRAMA 084 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CEARÁ – PEACE

O programa contribui para adequação, elaboração, proposição e suporte à implementação de políticas, estratégia e gestão para o meio ambiente no Estado, incentivando os municípios a implementarem políticas ambientais adequadas à proteção do meio ambiente e a garantir melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar 5 cursos de formação em Educação Ambiental	13
Capacitar 1.200 Agentes Multiplicadores em Educação Ambiental	575
Implementar a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P nas sedes das 19 setoriais do estado e 2 Universidades (URCA e UVA)	19 secretarias e 2 Universidades
Realizar 145 eventos informativos e educativos (fóruns, congressos, seminários, campanhas educativas, exposições, blitz, etc) com a temática ambiental	132
Capacitar 300 pessoas (professores e gestores municipais) em Educação Ambiental	270

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de 132 eventos de Educação Ambiental: Dia Nacional de Limpeza de Praias, Rios, Lagos e Lagoas, mobilizando um total de 10.000 pessoas; Festa Anual da Arvore, com a participação de 75 municípios, atingindo um público de 100.000 pessoas; Semana Nacional do Meio Ambiente, com a participação de 46 municípios, com um público estimado em 50.000 pessoas;
- Acompanhamento da execução da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, nas 19 Secretarias e no Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará – ISSEC e apresentação da A3P em 7 instituições (estadual e federal) e no município de Sobral;
- Realização de 20 cursos de Multiplicador em Educação Ambiental, capacitando 575 agentes.
- Realização de 13 cursos de Educação Ambiental, capacitando 390 professores;
- Realização de três cursos em Educação Ambiental na Área do Geopark Araripe, capacitando 270 pessoas.

PROGRAMA 090 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO DOS TERRITÓRIOS

O programa objetiva criar e implantar instrumentos que possam contribuir para o fortalecimento da Política Ambiental, com foco na descentralização da Gestão e na sustentabilidade ambiental das atividades econômicas no território cearense, incentivando os municípios na implementação de políticas ambientais adequadas.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Certificar 40 municípios com o Selo Município Verde	37

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de 20 oficinas regionais, visando o fortalecimento da gestão ambiental no âmbito dos municípios cearenses;
- Certificação de 37 municípios com o Selo Município Verde, cujos resultados refletem o direcionamento das políticas ambientais, evidenciados pelo crescimento no número de conselhos municipais de defesa do meio ambiente - COMDEMAS;
- Inscrição de 7 municípios com a certificação Praia Limpa;
- Elaboração do projeto de Monitoramento Ambiental, com foco na aqüicultura para os açudes Castanhão, Orós, Sitio Novos, General Sampaio, Pentecoste, Taquara, Mal Cozinhado e Aracoiaba;
- Elaboração do Projeto para Implementação da Eficiência Energética nas indústrias cerâmicas do Baixo Jaguaribe.



COPA 2014



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

O Governo do Estado elegeu como um de seus principais projetos, a execução dos investimentos necessários à realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™, evento este, que devido a sua magnitude, transcende a esfera esportiva, passando a atuar como um grande catalisador de investimentos. Vários projetos de diversas áreas darão suporte à realização do evento, tornando imprescindível a integração da Secretaria Especial da Copa 2014 - Secopa com as demais Secretarias de Estado, responsáveis por turismo, cultura, segurança pública, saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente, dentre outras. Sua missão é coordenar e monitorar as ações relativas à Copa das Confederações da FIFA 2013™ e Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™.

Objetivando a execução das medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização do Mundial, foi estabelecido entre os entes federados (Federal, Estadual e Municipal) o compromisso das ações necessárias para a consecução do evento, denominada Matriz de Responsabilidades, que direciona os investimentos necessários às três esferas do setor público, cabendo a Secretaria Especial da Copa 2014 a execução da obra de reforma e modernização do estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES DA COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014™
ESTADO DO CEARÁ (EM R\$ MILHÕES)

ORDEM	AÇÃO	STATUS	R\$
1	Reforma do Estádio Castelão	Concluído	518.606.000,00
2	VLT Parangaba - Mucuripe	Em execução	265.520.000,00
3	Estações Padre Cícero e Montese	Em execução	35.000.000,00
TOTAL GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ			819.126.000,00

Fonte: SECOPA/Assessoria de Planejamento e Legados da Copa

Executada mediante um contrato de parceria público privada – PPP, o projeto contemplou a reforma e modernização do estádio e entorno além da operação do estádio por oito anos, que irá cobrir todas as despesas com energia, água, telefonia, esgoto e pessoal de manutenção e conservação, totalizando um investimento de 518,6 milhões. A obra de reforma, ampliação, adequação e modernização do Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão, com contrato de financiamento firmado com o BNDS da ordem de R\$ 351,5 milhões, iniciou em dezembro de 2010 com inauguração em 16 de dezembro de 2012.

A Arena Castelão destaca-se em modernidade e acessibilidade. Dos mais de 63 mil lugares existentes, 355 são reservados aos cadeirantes; 1.220 para pessoas com mobilidade reduzida; e 120 lugares para obesos, representando cerca de 2,7% de sua capacidade total. Com relação ao gramado foi utilizado a variedade de grama do tipo bermuda “celebration”, seguindo as recomendações da FIFA para cidades de clima tropical, como Fortaleza. Importante ressaltar também que o equipamento foi executado segundo as exigências para o recebimento da Certificação *Leed (Leadership in Energy and Environmental Design)*, uma das principais certificações ambientais reconhecidas internacionalmente, considerando critérios de racionalização de recursos.

Em 2012, foi realizado pela SECOPA, em parceria com o Comitê Organizador Local (COL), o “Seminário de Operações de Estádios da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014”, onde participaram da programação mais de 200 pessoas das 12 sedes. Dentre os temas abordados estavam a hospitalidade, serviços médicos, marketing, imprensa, TV, segurança, credenciamento, tecnologia, transporte, logística e limpeza. Este encontro proporcionou troca de experiência e de conhecimento, buscando promover o desenvolvimento do legado para que as arenas, após 2014, continuem oferecendo serviços de alta qualidade.

COPA 2014
EVOLUÇÃO DO INDICADOR 2011-2012

Indicador	2011	2012
Obra da área da arena esportiva executada no prazo previsto (%)	52,58	100

Fonte: SECOPA

Antes da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™ o Estádio Castelão será palco de outro evento de grande porte, a Copa das Confederações da FIFA 2013™ juntamente com o entre os seis estados que irão sediar esses jogos. Tal competição servirá como um grande teste estrutural e organizacional para a cidade sede, além de ampliar os efeitos da promoção turística da Copa do Mundo da FIFA™.

Para apresentar as características principais do projeto à sociedade e a troca de experiências entre os mais diversos setores que estão envolvidos na obra, a Secopa realizou durante o ano de 2012, 100 visitas guiadas ao Estádio Castelão, representando um público de 5.445 pessoas. Outro instrumento utilizado para garantir o acesso à informação e transparência das ações por parte da sociedade foi a utilização de portais e sítios eletrônicos como o www.copatransparente.gov.br e www.portaltransparencia.gov.br, disponibilizando dados, fotos e acompanhamentos mensais da obra.

Devido à realização do megaevento trazer consigo um potencial de induzir o desenvolvimento, por meio da geração de renda, criaram-se nove câmaras temáticas, onde cada uma é responsável por áreas fundamentais à realização do evento. Na prática, elas propõem políticas públicas e soluções técnicas necessárias, exigentes e transparentes, empreendendo ações com objetivo de dar suporte à realização desse evento de porte internacional no Ceará.

O Governo do Estado do Ceará busca atender as demandas geradas devido à grandiosidade do evento de forma organizada, sem desperdício de recursos públicos, com gestão transparente e capaz de deixar um legado que justifique o alto investimento realizado. Em vista desses legados, a SECOPA, procura ampliar o seu campo de atuação por meio de ações interinstitucionais e parceria com diversas instituições públicas e privadas. Uma de suas principais preocupações consiste na qualificação de mão-de-obra para atender as demandas de capacitação, desde a fase de preparação que antecede a Copa do Mundo da FIFA™, até serviços que serão realizados durante os eventos, e que permanecerão como legado social.

RECURSOS

Visando a realização da política setorial foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 120.593.561,08, expressando o esforço da secretaria na busca pela otimização dos serviços públicos prestados, através do comprometimento contínuo em prol da eficiência, efetividade e economicidade em suas ações.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

PROGRAMA 89 - PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DA COPA 2014

O Programa tem como objetivo a realização de ações de suporte para a consecução da Copa das Confederações da FIFA 2013™ e Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™ no Estado do Ceará, através de projetos, eventos, serviços e articulações interinstitucionais necessárias ao sucesso do evento e a maximização dos legados proporcionados pelo mesmo, apresentando a seguinte meta prioritária e ação de governo.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar 100% da reforma, modernização e ações de suporte para consecução da Copa das Confederações. 2013 e Copa do Mundo 2014 no Estádio Castelão.	100 ^(*)

(*) Realizado no exercício de 2012, 100% da reforma e modernização do Estádio Castelão, passando para os anos seguintes as ações de suporte necessárias para a realização dos megaeventos.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS 2012

- Construção da praça de acesso de 55 mil metros quadrados; estacionamento coberto para 1.997 veículos e descoberto para 2.000 vagas; sede de dois órgãos estaduais (Secretaria de Esporte e Departamento de Arquitetura e Engenharia);
- Inauguração do Cine Clube Arena Castelão, com capacidade para 150 lugares e uma tela de 7m de largura por 4m de altura, demonstrando a preocupação da Secretaria em integrar a nova Arena ao cotidiano da população cearense;
- Conclusão da reforma, ampliação, adequação do Estádio Castelão;
- Promoção e divulgação da Arena Castelão através de 100 visitas guiadas,, atingindo um público de 5.445 pessoas;
- Realização da *Inspection Tour* no Castelão pela Comitiva FIFA/COL, responsável pela inspeção e avaliação do andamento das obras da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™;
- Monitoramento de ações e projetos do poder público relacionado à consecução dos eventos a Copa das Confederações da FIFA 2013™ e Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™, junto as câmaras temáticas;
- Realização do “Seminário de Operações de Estádios da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™”, promovido pela Secopa em parceria com o Comitê Organizador Local (COL);
- Acompanhamento das inter-relações do Governo do Estado junto às entidades COL e FIFA.





GOVERNO
PARTICIPATIVO,
ÉTICO E
COMPETENTE

Sempre buscando conferir ao Estado um padrão de eficiência na prestação de serviços à sociedade e à gestão da máquina administrativa estadual, o Eixo Governo Participativo, Ética e Competente é focado na premissa de ampliar a transparência das ações de governo e o estabelecimento de uma relação de diálogo governo/sociedade, aperfeiçoando o processo democrático, expandindo os espaços de participação e negociação, para uma sintonia entre o projeto de Governo e as prioridades eleitas pela sociedade. Dessa maneira, o cidadão assume o papel de colaborador do processo de consolidação da democracia e da gestão participativa na formulação e controle das políticas públicas.

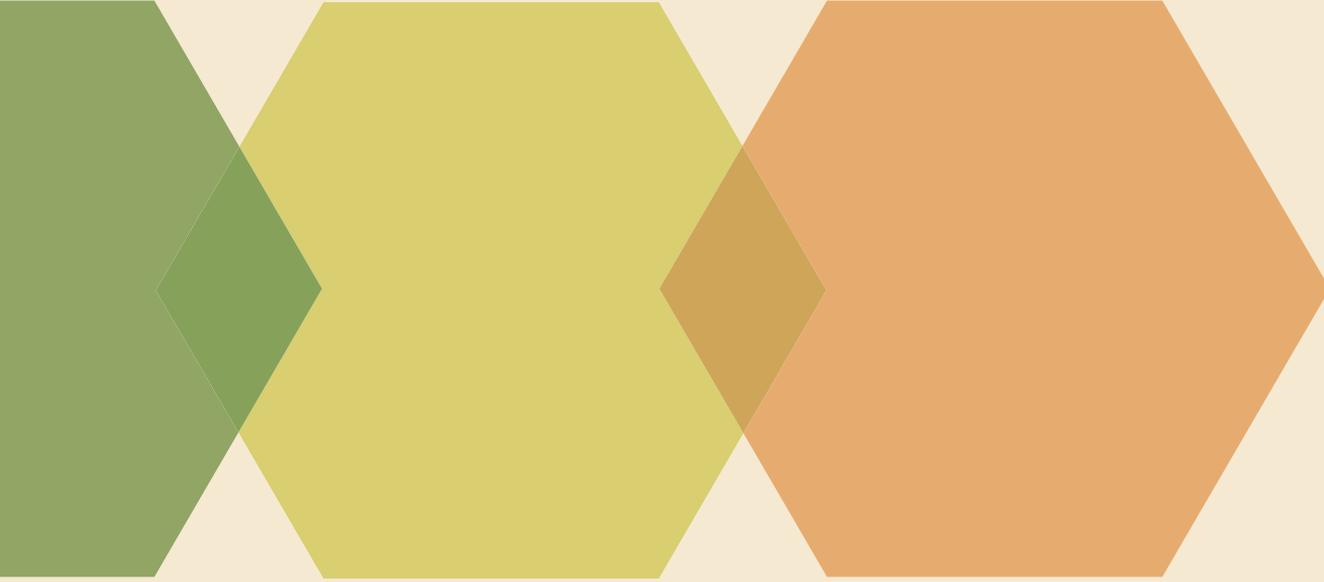
A estruturação desse Eixo se desenvolve por meio de cinco Áreas Temáticas: Planejamento e Gestão, Gestão Fiscal, Controladoria e Ouvidoria, Correição e Disciplina e Governo e Sociedade, executadas por nove Secretarias e 22 Programas que consumiram recursos da ordem de R\$ 1.580.172.376,98 conforme quadro a seguir.

GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

Área Temática	Secretarias	Programas Temáticos
Planejamento e Gestão	Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG)	001 - Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Estadual
		018 - Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica Estadual
		019 - Coordenação do Planejamento Estadual
		020 - Modernização da Gestão Estadual
		074 - Gestão da Previdência Estadual
Gestão Fiscal	Secretaria da Fazenda (SEFAZ)	009 - Modernização da Gestão Fiscal
		010 - Gestão Fiscal e Financeira
		011 - Cidadania Fiscal
Controladoria e Ouvidoria	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE)	063 - Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental
		064 - Participação e Controle Social
Governo e Sociedade	Gabinete do Governador (Gabgov)	021 - Promoção da Juventude
		022 - Equidade de Gênero
		023 - Igualdade Étnico-Racial
		024 - Promoção e Proteção dos Direitos Humanos
		025 - Enfrentamento às Drogas
		026 - Atenção à Pessoa com Deficiência
		027 - Atenção à Pessoa Idosa
	Gabinete do Vice-Governador (Gabvice)	019 - Coordenação do Planejamento Estadual
	Casa Civil	026 - Atenção à Pessoa com Deficiência
		035 - Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas
		059 - Teledifusão Cultural e Informativa
	Procuradoria Geral do Estado (PGE)	053 - Regulação dos Serviços Públicos Delegados
Correição e Disciplina	Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD)	096 - Controle Disciplinar da Segurança e Sistema Penitenciário

Fonte: SEPLAG/CPLOG





PLANEJAMENTO E GESTÃO



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

A área temática relacionada ao planejamento e à gestão estadual é de competência institucional da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG, que tem se empenhado em consolidar e ampliar a capacidade de formular, coordenar e implementar políticas públicas e melhorar a governança do Estado, com vistas à multiplicação de boas práticas e inovações em gestão pública, buscando processos cada vez mais eficientes, transparentes e participativos.

Desse modo, a SEPLAG tem consolidado o Sistema Estadual de Planejamento com foco voltado para a gestão pública por resultados, destacando-se a orientação, a elaboração, a consolidação e o acompanhamento dos instrumentos de planejamento, o processo de revisão do Plano Plurianual - PPA 2012/2015, as elaborações da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2013, da Lei Orçamentária Anual – LOA/2013 e da Mensagem Governamental 2012, o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – MAPP, além da gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

O Plano Plurianual – PPA, instrumento de planejamento que orienta as escolhas de políticas públicas para um período de quatro anos, foi realizado com a participação da sociedade por meio de oficinas regionais durante 2011 e finalizado com a realização do “V Fórum de Planejamento Participativo e Regionalizado”, com a presença de 587 cidadãos representando o Governo do Estado, os governos municipais, o Poder Legislativo Federal, Estadual e Municipal e a sociedade civil organizada das oito macrorregiões de planejamento do estado.

No tocante ao Planejamento Orçamentário do Estado, o Governo vem perseguindo o objetivo de realizá-lo pautado nos seguintes requisitos: controle, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos públicos; qualidade do gasto público associada às prioridades e ao planejamento de curto e médio prazo do governo; e manutenção da estabilidade econômica, por meio dos ajustes fiscais. Do total empenhado durante o exercício de 2012 (R\$ 15.630.145.197,11) os maiores volumes de recursos por grupo de despesa foram destinados ao pagamento de pessoal (43,11%) e despesas correntes (38,19%) enquanto que os investimentos consumiram R\$ 2.064.843.007,93, representando 13,21% do total empenhado durante o exercício de 2012. (Quadro I)

Na área de pessoal, as despesas orçadas justificam-se pela política de recursos humanos adotada, com base na reposição salarial, aumentos diferenciados para algumas categorias e reestruturação de carreiras, buscando a valorização profissional do servidor. Quanto aos investimentos, os recursos foram voltados para projetos estruturantes importantes ao desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará. Saliente-se que as inversões, com execução orçamentária superior a R\$ 138.203.601,21, constituem-se basicamente de incentivos concedidos pelo Estado do Ceará com o objetivo de desenvolver economicamente o território cearense.

QUADRO I
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2012

Grupo de Despesa	Empenhado (R\$ mil)	%
Pessoal e Encargos Pessoais	6.738.378.475,17	43,11
Juros e Encargos da Dívida	246.911.606,28	1,58
Outras Despesas Correntes	5.968.786.699,95	38,19
Investimentos	2.064.843.007,93	13,21
Inversões Financeiras	138.203.601,21	0,88
Amortização da Dívida	473.021.806,57	3,03
Total Geral	15.630.145.197,11	100,00

Fonte: SEPLAG/SIOF

No âmbito do acompanhamento das ações de governo, é importante destacar o papel da Rede Estadual de Planejamento, estrutura sistêmica que dá suporte ao cumprimento das funções e que abrange todo o ciclo de planejamento, objetivando a eficiência, a eficácia e a efetividade dos programas e políticas públicas. É coordenada pela SEPLAG e constituída pelos órgãos da administração pública estadual, representados por suas Unidades Setoriais de Planejamento - USP, nas quais estão sendo estruturados os Escritórios de Monitoramento de Projetos - EMP. Em 2012, o processo já abrange 14 secretarias, selecionadas em função de sua representatividade na execução dos projetos de investimentos. Foram realizadas ações de capacitação em monitoramento e gerenciamento de projetos, elaboração, assessoramento e suporte na aplicação das metodologias, além do apoio institucional na estruturação dos referidos escritórios.

Para garantir o alcance de seus objetivos, o modelo de Gestão Pública por Resultados - GPR, implementado pelo Governo do Estado, vem proporcionando gradualmente sua consolidação, com avanços significativos, principalmente no âmbito das atividades de acompanhamento dos resultados setoriais, possibilitando sinalizar as áreas que apresentaram melhor desempenho e, também, apontar setores que exigem maior atenção do Governo, com a finalidade de reverter uma possível tendência negativa de indicadores que estejam em situação de declínio. Permite, assim, uma avaliação das ações de governo, possibilitando uma prestação de contas junto à sociedade sob o enfoque de resultados, dando transparência sobre a atuação do Estado na gerência dos recursos públicos, além de ensinar redirecionar a programação prioritária e corrigir o rumo dos investimentos, com o objetivo de alavancar os indicadores que não atingiram os patamares desejados.

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP vem se consolidando como um instrumento de referência no Estado, fundamentalmente por viabilizar a inclusão social e produtiva das pessoas em situação de pobreza. Os recursos oriundos do FECOP proporcionam o apoio e o desenvolvimento de projetos que possibilitam, em curto prazo, a melhoria na qualidade de vida de seus beneficiários, e, em médio e longo prazo, a implantação de infraestrutura produtiva e o fortalecimento do capital humano e social.

A articulação e a operacionalização de ações pertinentes à captação de recursos provenientes de operações de crédito, de convênios, de cooperação técnico-financeira e de parcerias público-privadas têm proporcionado um crescimento substancial na aquisição de empréstimos junto às instituições financeiras nacionais e internacionais. Destaca-se, ainda, a coordenação do processo de celebração dos contratos de gestão entre os órgãos setoriais do Estado e as organizações sociais, bem como o assessoramento à implementação do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas/PPP.

Na área de Gestão Estratégica de Pessoas, elemento essencial para o alcance dos resultados do Governo, desenvolveram-se ações buscando suprir a administração pública com recursos humanos, aproveitar o capital intelectual existente no Estado, desenvolver as competências essenciais ao alcance dos objetivos estratégicos do Governo, valorizar o servidor público, modernizar e desburocratizar os processos de gestão de pessoas e implantar instrumentos que permitam a avaliação contínua do desempenho institucional e individual dos servidores. Ressalte-se a atuação da Escola de Gestão Pública – EGP na implementação da Política Estadual de Desenvolvimento de Pessoas.

No que diz respeito à Previdência Estadual, concentraram-se esforços para oferecer ao segurado e seus dependentes, assim como aos demais interessados, um atendimento ágil e eficiente na prestação dos serviços previdenciários. As projeções atuariais, que passaram a ser utilizadas como instrumento de gestão dos regimes previdenciários, apontam déficits estruturais elevados, sinalizando a necessidade de medidas corretoras para garantir o equilíbrio financeiro dos sistemas.

Na área da Perícia Médica, acompanhando-se os avanços da prática médica, foram incluídos novos e modernos meios de diagnósticos, terapêuticas inovadoras, possibilitando uma recuperação mais rápida das pessoas bem como um aumento da sobrevida em doenças crônicas, diminuindo o absenteísmo ao trabalho e tornando o indivíduo mais capaz de ter uma vida laborativa mais longa. Avança-se, na padronização dos procedimentos periciais e na criação de um sistema informatizado, possibilitando acesso mais rápido dos setores de gestão de pessoas ou congêneres, aos resultados da avaliação pericial. O trabalho desenvolvido tem possibilitado avaliações periciais mais criteriosas, respaldadas na legislação vigente, comprometidas com as necessidades da gestão pública e com a incorporação de elementos trazidos pelos servidores e militares.

Para a Saúde do Servidor, o Governo ampliou rede especializada e diversificada de atendimento, composta por clínicas, laboratórios, hospitais, entidades de atenção ao portador de deficiência, médicos, dentistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos e psicólogos, contando, hoje, com 1.019 credenciados. Como estratégia de sensibilização dirigida ao mercado de saúde, colocou-se em prática uma política de valorização dos serviços de saúde, obtendo-se o crescimento da rede de atendimento.

No contexto da Modernização Organizacional da gestão estadual, a SEPLAG vem desenvolvendo esforço contínuo de otimização dos processos de trabalho e adequação dos modelos estruturais de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual. Esta iniciativa visa aprimorar a máquina administrativa,

tornando-a mais ágil, eficiente e compatível com as políticas e estratégias da ação governamental e com as expectativas e interesses da sociedade. Dentre os programas existentes, destaca-se a gestão do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE, onde foram aplicados, em 2012, cerca de R\$ 700 mil, viabilizando a execução de 13 Projetos de Modernização da Gestão.

No tocante à Gestão de Compras Governamentais, os resultados alcançados ao longo dos anos nas compras corporativas têm gerado ganhos de escala, resultado da política de aquisição que vem sendo adotada pelo Governo. Este modelo vem sendo aprimorado de forma sistemática, destacando-se como principais características: catalogação de bens, materiais e serviços em um único banco de dados; estratégia de aquisição baseada em demanda corporativa da administração pública estadual; utilização do pregão como modalidade preferencial para bens e serviços comuns; utilização prioritária do registro de preços como sistemática de aquisição de bens, materiais e serviços; adoção da cotação eletrônica para as aquisições de bens e serviços comuns de pequeno valor; e implantação da Central de Licitações, vinculada à Procuradoria Geral do Estado - PGE, cuja função é processar a fase externa das licitações.

Com a finalidade de desenvolver ações para melhor controle e otimização do patrimônio público, destacam-se: a nova contabilidade aplicada ao setor público, que evidencia o registro das receitas e despesas sob o enfoque patrimonial, tornando o patrimônio objeto da contabilidade; a modernização da gestão patrimonial, com ações para o levantamento, identificação e cadastro de todos os bens do Estado em sistema que atenda ao melhor gerenciamento, em todos os órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

O Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, política pública federal conduzida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPLOG, encontra-se ancorado pelo Governo do Estado na SEPLAG. Além da realização do “IV Ciclo do Prêmio Ceará Gestão Pública - PCGP”, que tem como principal objetivo a promoção da gestão de excelência na administração pública, também desenvolve ações de divulgação, sensibilização, capacitação e realização de oficinas de autoavaliação em organizações federais, estaduais e municipais que atuam em território cearense.

O planejamento e gestão requerem, ainda, investimentos em Pesquisa Estratégica e a avaliação de programas e de políticas públicas. Sob esta ótica foram realizados estudos referentes a temas relevantes para o desenvolvimento econômico do estado, especialmente sobre desigualdade social e pobreza, destacando-se: Impactos Econômicos dos Principais Investimentos Públicos do Ceará na Primeira Gestão do Governo Cid; Princípios para uma Estratégia Eficiente de Combate à Pobreza no Ceará; Uma Análise Multidimensional da Pobreza no Ceará e Perfil da Segurança Alimentar no Estado do Ceará.

Dando continuidade ao trabalho de Contas Regionais, foi divulgado o resultado do PIB estadual e municipal, bem como elaborado um estudo sobre o perfil municipal de Fortaleza. Também em 2012, foram lançados os três primeiros números da publicação “IPECE Conjuntura”, com análise trimestral sobre o desempenho macroeconômico da economia cearense.

A Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem desempenhado um papel importante na vida dos dirigentes públicos e da população de modo geral, sobretudo, no que se refere à melhoria da qualidade na prestação dos serviços, à transparência das ações e à agilidade nas comunicações. Assim sendo, o Governo do Estado construiu uma rede de transmissão de dados pioneira e que já é vista como modelo para outros estados: o Cinturão Digital do Ceará – CDC, que permite a conectividade dos cidadãos em alta velocidade. Serviços públicos serão beneficiados, como aplicações de telemedicina, educação à distância, monitoramento de cargas nas fronteiras e câmeras de vigilância, dentre muitos outros projetos que transformarão, sensivelmente, a vida de milhões de cearenses.

Essa infraestrutura de fibra, que já se encontra construída na Região Metropolitana, será utilizada para prover banda larga ao Estádio Castelão e possibilitar serviços à Copa 2014, como: conexões de internet de alta velocidade; transmissão de dados e de imagens com capacidade próxima a 10 Gbps; videoconferência; transporte de sinal de TV digital; telefonia IP/IPTV; monitoramento em tempo real do trânsito (ruas/estradas) e do patrimônio público (câmeras de segurança); comunicação digital; utilização de aplicativos móveis (para plataformas diversas de celulares) como, por exemplo, a produção de conteúdo necessário à orientação de turistas no acesso às atrações do evento e aos serviços oferecidos pelo governo e pelas empresas brasileiras; marketing; além de deixar uma infraestrutura pronta que servirá de apoio aos projetos sociais do Governo e para a inclusão digital da população do Estado do Ceará.

O desempenho dos indicadores definidos para o alcance dos resultados estratégicos da SEPLAG demonstra uma evolução satisfatória, conforme quadro abaixo.

QUADRO II
 PLANEJAMENTO E GESTÃO
 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2007- 2011

Indicadores do Painel de Controle	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor total da ordem de compras governamentais por registro de preço (R\$ milhão)	48,25	151,11	255,54	185,09	128,33	155,7
Municípios com cobertura de Banda Larga (nº)	-	1	22	58	72	99
Acessos externos aos serviços e informações do Governo pela internet (nº)	-	-	1.513.050	28.765.645	3.409.460	18.283.790
População urbana dos Centros Municipais com acesso ao serviço de internet-Banda Larga	...	1.833.633	3.089.380	4.177.839	4.387.816	4.580.950
Servidores públicos capacitados (nº)	24.451	62.452	27.121	57.004	36.011	15.565 ^(*)

Fonte: SEPLAG

(*) Informações atualizadas até novembro de 2012.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Planejamento e Gestão foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 1,34 bilhão para o atendimento dos objetivos previstos nos cinco Programas Temáticos Setoriais relatados a seguir.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 001 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar e modernizar o Sistema de Gestão de Pessoas com foco na valorização da carreira e distinção do Servidor Público do Estado do Ceará, envolvendo ações de perícia médica, assistência médica, capacitação/formação, melhoria da qualidade de vida e, ainda, ações socioeducativas e culturais para integração e socialização do aposentado e de preparação para a aposentadoria.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Ofertar 21.000 oportunidades de participação em eventos socioeducativos e culturais.	32.827
Realizar 78.686 atendimentos de assistência médico-hospitalar.	90.740
Assistir 246.590 pessoas com assistência médica (consulta).	194.828
Capacitar/formar 5.890 servidores dos diversos órgãos do Estado.	5.390
Promover a participação de 400 servidores dos diversos órgãos do Estado em eventos de capacitação de curta duração (palestras, encontros, seminários, oficinas, fóruns e congressos).	4.762

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Gestão do Programa de Estágio do Governo do Estado, resultando na inserção de 2.355 estagiários, entre os níveis médio e superior nos órgãos estaduais;
- Coordenação da realização de 25 concursos públicos em andamento e autorizados, visando aproximadamente 5.737 vagas mais cadastro de reserva nos seguintes órgãos: ARCE, SEJUS, PC/SSPDS, PEFOCE, PMCE, DER, DETRAN, SEDUC, CGE, NUTEC, CEARÁPORTOS, CIDADES, COGERH, FUNCEME, CAGECE, FUNCAP, JUCEC, UVA, CBMCE e FUNECE;
- Coordenação da realização cinco seleções simplificadas para o preenchimento de 258 vagas (DER, DAE, CIDADES, IDECE e SDA);
- Efetivação de 1.505 nomeações/designações de cargos em comissão; 1.275 exonerações/cessar efeitos/tornar sem efeito; e 426 de cargos efetivos;
- Criação e atualização das tabelas de funções, códigos e verbas no Sistema de Folha de Pagamento - SFP, bem como alimentação e atualização do Guia Prático de Vantagens e Descontos - GPDV;
- Reformulação do Sistema de Terceirização - Sister, originando o Sister-Pro que, integrado aos sistemas SACC e SIAP, possibilita o controle dos desembolsos mensais para pagamento

dos contratos de terceirização de serviços continuados, além de maior segurança nos dados relativos aos quantitativos e valores;

- Otimização da padronização das categorias profissionais passíveis de contratação de serviços terceirizados no Estado do Ceará;
- Realização do Fórum da Saúde do Servidor 2012;
- Integração do Sistema de Perícia Médica com o Sistema de Agendamento de Perícia Médica;
- Realização de 23.791 atos periciais (até novembro de 2012);
- Realização de atividades socioeducativas e culturais, ofertando 32.827 oportunidades de participação, sendo 21.701 participações em cursos e 11.126 em eventos;
- Realização de ações voltadas à preparação do servidor para a aposentadoria, com a oferta de 559 oportunidades de participação, sendo 450 em seminários e 109 nos cursos;
- Implantação e implementação do teleagendamento, visando humanizar e solucionar o grande número de beneficiários na fila de espera, na capital;
- Universalização da biometria na rede credenciada, com a instalação de 187 leitores biométricos em laboratórios e hospitais da capital e 49 na rede credenciada do interior;
- Realização de oito campanhas educativas preventivas de saúde, sendo seis campanhas de aferição de glicemia e pressão arterial e duas campanhas de saúde bucal;
- Implementação do Sistema de Gerenciamento de Projetos do ISSEC, totalizando 31 projetos cadastrados, em andamento e monitorados;
- Implementação do Programa de Capacitação do ISSEC, capacitando 159 pessoas;
- Realização de 24 fóruns em instituições públicas estaduais, na capital e no interior, visando divulgar as ações do ISSEC e sensibilizar e conscientizar os beneficiários sobre o uso do benefício;
- Capacitação e aperfeiçoamento em gestão pública, por meio da Escola de Gestão Pública, de 10.152 servidores (entre cursos, palestras, seminários e congressos) sendo 8.893 capacitados na modalidade presencial e 1.259 na modalidade à distância;
- Realização do Congresso de Gestão Pública, com abrangência nacional, do qual participaram 558 profissionais;
- Oferta de escolarização a 591 servidores, viabilizando a continuidade de seus estudos nos níveis de ensino fundamental e médio;
- Viabilização de matrícula e mensalidade subsidiadas para 641 pessoas em cursos de graduação nas faculdades particulares que mantêm cooperação técnica com a EGP;
- Viabilização de participação de 487 servidores estaduais em cursos de pós-graduação, sendo 289 processos referentes a afastamento para cursar pós-graduação e 198 processos de financiamento de cursos nessa modalidade;
- Realização da Semana Estadual do Servidor Público, em parceria com a Casa Civil, a SECULT, a SESPORTE e a STDS, com a Mostra de Talentos dos Servidores, a realização dos IX Jogos dos Servidores e a outorga da Medalha do Mérito Funcional e do Prêmio do Mérito Funcional.

PROGRAMA 018 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA ESTADUAL

Definir e executar estratégias de TIC para a melhoria da gestão pública, otimizar as aquisições de bens e serviços de TIC e fortalecer a Governança do Estado na prestação de serviços de TIC para órgãos e entidades estaduais.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Implementar e acompanhar as estratégias de TIC em 64 órgãos/entidades do Estado.	64
Analisar os processos de aquisições de bens e serviços de TIC, acima do limite de dispensa, demandados por 64 órgãos/entidades do Estado	64
Prover cobertura do Cinturão Digital nos 92 municípios.	92
Prover conectividade a 561 sedes e unidades descentralizadas dos órgãos/entidades estaduais.	617
Viabilizar o acréscimo de 31.594.605 no número de acessos aos sites institucionais dos órgãos e entidades estaduais.	32.009.436

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Avaliação de 16 programas e projetos emanados pelos gestores corporativos de TIC do Estado do Ceará, dentre eles, sistemas relevantes na área de TIC;
- Realização de 12 estudos técnicos na área de desenvolvimento de software para o Poder Executivo do Estado do Ceará e 13 estudos técnicos na área de infraestrutura de TIC para o Poder Executivo do Estado do Ceará;
- Realização de três eventos de fomento à utilização de melhores práticas de TIC, atingindo público de 153 servidores;
- Formação de 40 gestores de TIC no Curso de Governança de TIC, com carga horária de 180 horas;
- Realização de sete eventos, entre seminários, treinamentos, cursos técnicos e workshops, formando e certificando 393 gestores e técnicos de TIC dos órgãos, secretarias e vinculadas;
- Realização do Prêmio Ceará Cidadani@Eletrônica 2012, destinado a todas as instituições públicas com sede no Estado do Ceará, com 39 projetos inscritos, 20 projetos selecionados e 12 projetos premiados em quatro categorias;
- Expansão da capacidade de armazenamento de dados, com a aquisição de um sistema de 12 terabytes de espaço em disco, para armazenamento de dados, e-mails e arquivos;
- Melhora da capacidade de tolerância a falhas, com a aquisição de mais um switch concentrador de VLANs e servidores de rede, a implementação de solução de redundância para os servidores de bancos de dados e a instalação de nobreaks em todos os armários que suportam os switches departamentais;
- Ampliação da infraestrutura de rede de dados nos setores centro de documentação, almoxarifado e COGEC;

- Realização, em parceria com a SEFAZ, de treinamento e implantação do S2GPR (Ciclo Orçamentário) em todos os órgãos da administração pública estadual, substituindo o antigo Sistema Integrado de Contabilidade – SIC;
- Realização de 23.751 atendimentos a usuários finais de todos os órgãos do governo, para esclarecimentos de dúvidas sobre a utilização de sistemas;
- Realização de 5.304 atendimentos aos usuários finais da SEPLAG, onde 2.070 relacionados a sistemas, banco de dados e servidores e 3.234 atendimentos relacionados a problemas nas estações de trabalho;
- Desenvolvimento de relatórios (IFRs, FECOP, ISSEC) do SIAP e funcionalidades de integração do SIAP ao S2GPR (Parcelas e Itens Empenháveis);
- Melhoria do sistema SIAP 2013 (desenvolvimento de fluxo de memória de cálculo, fluxo de equipamentos, detalhamento físico);
- Desenvolvimento de funcionalidades de Indicadores de Governo no Sistema de Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários – WebMAPP;
- Desenvolvimento da versão 2012 do SIOF Web (Sistema Integrado Orçamentário e Financeiro), adequado aos novos modelos de elaboração do PPA, Orçamento Anual e Emendas realizadas pela Assembleia;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema Informatizado de Monitoramento da Cooperação Técnico Financeiro – SIM-COTEF, para realizar o monitoramento das operações de crédito, convênios e parcerias públicas e privadas;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades para o Sistema de Controle de Contratos de Gestão – SCCG, para adequação ao processo de negócio e para o Sistema de Gestão de TI – SGT, para desativar o SRA e realizar o acompanhamento de projetos;
- Desenvolvimento e implantação do Sistema do Registro de Atividades da SEPLAG – SRAT, para registrar as atividades do gabinete;
- Desenvolvimento e implantação do Módulo de Pesquisa de Contratos da COHAB;
- Desenvolvimento e implantação do Módulo de Relatórios, da Tabela Unificada de Categorias, dos perfis de acesso de auditoria no SISTER e da integração com o SIAP;
- Lançamento de 100 km na rede de fibra óptica do Cinturão Digital do Ceará – CDC, que corresponde a uma ampliação de 4% em referência ao ano de 2011. Em 2012, o CDC atingiu 2.621 Km de fibra óptica;
- Ampliação de 252 clientes conectados à rede CDC, por meio de fibra óptica e/ou rádio. Expansão de 69% no número de clientes conectados ao CDC em relação a 2011. Em 2012, o CDC possui 617 clientes conectados;
- Realização de Chamada Pública para as prefeituras do Ceará, com o objeto de prover serviços de transporte de dados aos municípios cearenses, utilizando o Cinturão Digital do Ceará – CDC para uso administrativo e/ou projetos sociais, como forma de fomentar a inclusão digital nos municípios cearenses, tendo a adesão de 21 prefeituras ao Termo de Autorização de Uso;
- Aquisição de software de virtualização, com objetivo de consolidar cargas de trabalho em um número menor de máquinas. Isto permite que o Data Center opere com muito mais agilidade e com um custo mais baixo;

- Instalação de suporte local nas principais regiões para atendimento ao CDC. Municípios: Iguatu, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte. (quatro localidades com suporte local do CDC em 2012).

PROGRAMA 019 – COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

O Programa objetiva coordenar as atividades do Sistema Estadual de Planejamento orientado para resultados, disponibilizar informações para contribuir com as políticas e programas relacionados à redução da pobreza no Estado e assessorar os órgãos e entidades na captação de recursos por meio de operações de crédito e na contratação de parcerias público-privadas e de serviços públicos, mediante contratos de gestão.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Assessorar 17 órgãos no monitoramento e gerenciamento de projetos.	14
Monitorar a execução física e financeira de 90 projetos/ano financiados com recursos do FECOP.	107
Reconhecer os vinte municípios do Estado que mais avançaram no alcance de indicadores sociais.	20
Viabilizar a contratação de 11 operações de crédito.	4
Viabilizar a contratação e o monitoramento de três parcerias público-privadas.	1
Elaborar 15 estudos na área de desenvolvimento inclusivo.	10
Elaborar dois estudos de avaliação de impactos econômicos e sociais de ações no Estado do Ceará.	2

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Revisão do PPA 2012-2015, objetivando maior alinhamento do Plano à programação exposta na LDO, LOA, aos instrumentos de execução orçamentária e financeira e ao MAPP;
- Elaboração da Mensagem 2012 entregue à Assembleia Legislativa em fevereiro de 2012;
- Elaboração do Relatório Anual de Resultados e Realizações dos Programas e Projetos de 2011, em atendimento à Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, nº 01/2000;
- Elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013 (Lei nº 15.203, de 19 de julho de 2012), estabelecendo as prioridades, os objetivos e as estratégias da administração pública estadual para o exercício financeiro subsequente;
- Participação no Grupo Técnico Nacional de Padronização de Relatórios e de Procedimentos Contábeis, sob a supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, resultando na contribuição para elaboração dos Manuais de Contabilidade Aplicados ao Setor Público;
- Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2013;

- Realização do “V Fórum Estadual do PPA”, em parceria com a Vice-governadoria (VICEGOV), para apresentação de informações à sociedade civil organizada e ao poder público sobre as ações do PPA/Orçamento, face aos Compromissos Regionais, com 587 participantes dos diversos segmentos;
- Elaboração do documento “Balanço das Realizações Governamentais na Macrorregião de Planejamento do Maciço de Baturité no período de 2007 a 2012”, contendo informações da programação e execução orçamentária por grandes grupos de despesas e resultados alcançados no período, por meio dos programas implementados pelas secretarias estaduais;
- Realização dos cursos “Gerenciamento e Monitoramento de Projetos” (modalidades presencial e Educação à Distância - EaD), “Gerenciamento de Riscos” e “Operacionalização dos Sistemas Corporativos”, capacitando 790 técnicos e gestores das equipes das secretarias do Governo do Estado do Ceará, em parceria com a Escola de Gestão pública – EGP;
- Elaboração de diagnóstico situacional dos escritórios de monitoramento de projetos implantados em 14 secretarias envolvidas na Rede Estadual de Planejamento;
- Realização de assessoramento técnico na implementação das metodologias de monitoramento e gerenciamento de projetos;
- Monitoramento de 56% dos empreendimentos prioritários;
- Elaboração do Relatório de Desempenho Setorial - RDS 2011, com a análise da influência de produtos sobre os resultados de 19 secretarias setoriais integrantes do modelo;
- Divulgação, na página eletrônica da SEPLAG, de 15 RDS, das secretarias escolhidas para cumprimento de um indicador referente ao setor Gestão do Setor Público, da operação de crédito SWAP II (Sector Wide Approach), contratada com o BIRD;
- Consolidação dos resultados e indicadores estratégicos de governo, por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015 e atualização dos dados;
- Revisão dos indicadores do Painel de Controle e proposta de novos indicadores de governo;
- Redefinição das matrizes setoriais, em função da nova metodologia adotada para a elaboração do PPA 2012-2015, considerando os atributos dos Programas Temáticos e suas vinculações;
- Assessoramento aos órgãos na formulação das matrizes setoriais e na definição dos Produtos das Iniciativas, com o estabelecimento das respectivas metas para o ano de 2012;
- Atualização dos resultados/indicadores das Áreas Temáticas na revisão do PPA 2012-2015;
- Aprovação do padrão de funcionamento e custos de referência de 57 equipamentos públicos, envolvendo cerca de R\$ 118 milhões para custeio de manutenção;
- Aprovação de 107 projetos executados por nove secretarias setoriais e suas vinculadas, totalizando um montante de R\$ 352.801.365,21 em 2012 (quantidade e valores atualizados até novembro) para o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP;
- Elaboração do Relatório de Desempenho do FECOP referente ao exercício de 2011 e do Relatório de Desempenho referente ao primeiro semestre de 2012, encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, à Assembleia Legislativa e à Controladoria Geral do Estado;
- Elaboração de quatro relatórios financeiros trimestrais do FECOP, publicados no Diário Oficial do Estado;

- Realização do Curso Gestão Estratégica de Políticas de Combate à Pobreza com 40h/aula, capacitando 25 técnicos diretamente envolvidos com os projetos financiados pelo FECOP;
- Elaboração do Relatório de Avaliação de Impacto de seis projetos financiados com recursos do FECOP em parceria com o IPECE;
- Assessoramento e análise de quatro cartas-consultas para projetos que serão financiados por meio de operações de crédito em programas das áreas de infraestrutura, desenvolvimento agrário, recursos hídricos, justiça e cidadania, turismo, segurança pública e educação, totalizando o valor de, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões de reais;
- Celebração de 20 contratos de gestão no âmbito do Programa Estadual de Incentivo às Organizações Sociais;
- Implantação do Sistema Informatizado de Controle dos Contratos de Gestão (SCCG);
- Assessoramento a 12 projetos no âmbito do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas sendo dois autorizados para a licitação em regime de Parceria Público-Privada (Unidades de Atendimento ao Cidadão – Vapt Vupt e Sistema de Cogeração de Energia do Centro de Eventos) e dois com estudos analisados (Hospital Regional Metropolitano e Ponte Estaiada) além do lançamento de edital para manifestação de interesse na elaboração de estudos de projeto em regime de parceria público-privada na área do turismo;
- Realização/publicação de 10 Informes, 10 Enfoques, duas notas técnicas, 63 periódicos e um texto para discussão sobre área econômica cearense destacando-se: Desempenho da Economia Cearense 2011; Impactos Econômicos dos Principais Investimentos Públicos do Ceará na Primeira Gestão do Governo Cid; Desempenho da Agropecuária Cearense em 2011; Perfil Municipal de Fortaleza, Situação Fiscal 2000 - 2011; Perfil Municipal de Fortaleza, Desempenho Econômico Recente em Termos de Produção, Renda e Comércio Exterior; Perfil Municipal de Fortaleza, Dinâmica do Emprego Formal; Impacto Econômico da Operacionalização do Centro de Eventos do Ceará; A Evolução do PIB dos Estados e Regiões Brasileiras no Período 2002-2010 – Valores Definitivos; Dinâmica das Exportações Cearenses nos Últimos Dez Anos: Uma Avaliação dos Principais Setores, Balança Comercial Cearense; Desempenho da Produção da Indústria do Ceará; Desempenho das Vendas Varejistas; Inflação na Região Metropolitana de Fortaleza; Cesta Básica de Fortaleza; Exportação de Mel; Exportação de Cachaça; Desempenho do Agronegócio Cearense; Os Impactos dos Investimentos Públicos em Infraestrutura na Economia Cearense – 2007/2010; Rendimento do Trabalhador Formal 2007-2010;
- Definição dos indicadores de desempenho dos municípios nas áreas da educação, saúde e meio ambiente, para subsidiar o rateio da Nova Lei do ICMS;
- Realização de estudos e publicações diversas referentes à área social, com o objetivo de subsidiar as políticas voltadas para a redução das desigualdades socioeconômicas, sendo quatro notas técnicas, 14 textos para discussão, 11 Enfoques e sete Informes, destacando-se: Os Critérios de Elegibilidade do Programa Agente da Leitura; Princípios para uma Estratégia Eficiente de Combate à Pobreza no Ceará; Taxa de Vulnerabilidade Social dos Municípios Cearenses; e Índice de Vulnerabilidade Social Composto; Uma Análise Multidimensional da Pobreza no Ceará; Perfil da Segurança Alimentar no Estado do Ceará, dentre outros.;

- Elaboração de publicações e artigos de caráter estatístico e geográfico sendo nove Informes e três artigos científicos, onde se destacam: Anuário Estatístico do Ceará; Ceará em Números; Perfil Básico Municipal; e Perfil Básico das Macrorregiões de Planejamento, Perfil Municipal de Fortaleza (As Condições Domiciliares dos Bairros; O Mapa da Extrema Pobreza Distribuição Espacial da Renda Pessoal; Condições de Vulnerabilidade dos Municípios em Situação de Emergência em 2012; Aspectos Demográficos; Análise da Evolução das Características dos Domicílios Cearenses em Termos da Existência de Bens Duráveis na Década de 2000; A Dinâmica Setorial da Extrema Pobreza no Ceará na Década de 2000; Desempenho da Economia Cearense em 2011; e Perfil da Raça da População Cearense - Análise a Partir dos Dados do Censo Demográfico 2010, A Concentração da Posse da Terra na Região Nordeste e no Estado do Ceará; SIG-WEB Ceará em Mapas Interativo, Novas Ferramentas na Cartografia Escolar; Caracterização Socioambiental do Município de Caucaia (CE) Utilizando Sistema de Informação Geográfica (SIG): Subsídios para o Ordenamento Territorial; Anuário Estatístico do Ceará; Ceará em Números; Perfil Básico Municipal; e Perfil Básico das Macrorregiões de Planejamento;
- Participação na elaboração dos seguintes livros: “A Questão dos Limites Municipais do Estado do Ceará” e “Perfil Socioeconômico de Fortaleza”;
- Elaboração do Mapa Básico do Ceará 2012, contendo a sistematização das informações cartográficas básicas do Estado do Ceará, tais como: sede municipal, sede distrital, povoados, hidrografia, estradas pavimentadas, estradas não pavimentadas/caminhos, limites estaduais, limites municipais, limites distritais e açudes/lagoas;
- Atualização da base cartográfica do Estado do Ceará na escala 1:100.000, utilizando imagens de satélites;
- Atualização da publicação “Ceará em Mapas” no site do IPECE, composta de mapas temáticos abordando aspectos ligados a informações político-administrativas, fisiográficas, demográficas, de infraestrutura, sociais e econômicas;
- Pareceres e assessoria técnica à Assembleia Legislativa sobre os limites municipais e estaduais do Estado do Ceará; Atlas de Divisas Municipais Georreferenciado, realizado nas macrorregiões de planejamento do Litoral Leste-Jaguaribe, Cariri-Centro Sul, Baturité e Região Metropolitana de Fortaleza;
- Atualização do sistema Ceará em Mapas Interativo, Sistema de Informações Georreferenciadas para internet (SIG-WEB), gerado a partir de software livre, capaz de realizar consultas e análises utilizando dados georreferenciados e cartográficos, tais como: imagens de satélite, ortofotos, mapas de indicadores socioeconômicos, vias de acesso, rios, localidades, equipamentos, etc;
- Realização de dois cursos: “Capacitação em Contas Regionais”, e “Geoprocessamento e Sistema de Informações Geográficas a técnicos do Estado”, por meio da Escola de Gestão Pública (EGP);
- Organização do VIII Encontro Economia do Ceará em Debate.

PROGRAMA 020 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ESTADUAL

O Programa busca coordenar, monitorar e controlar atividades voltadas à modernização da gestão, com ênfase na melhoria do atendimento ao cidadão, e incentivar os órgãos/entidades da administração pública a buscarem a melhoria da gestão. Visa, também, implementar diretrizes relacionadas ao sistema de compras governamentais e à gestão do patrimônio público estadual.

Metas Prioritárias – 2012	Realizado
Viabilizar a execução de 11 projetos de modernização da gestão.	14
Atender às demandas de atualização das estruturas organizacionais dos 64 órgãos/entidades do Poder Executivo.	25
Realizar 01 ciclo do Prêmio Ceará Gestão Pública - PCGP.	1
Ampliar em R\$ 138.000.000,00 o valor total das compras e contratações por registro de preços.	R\$ 155.700.000,00
Realizar leilões de bens móveis inservíveis e/ou antieconômicos.	1
Atender 16 órgãos/entidades do Estado com sistemas corporativos de gestão do Patrimônio Público Estadual.	19

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Celebração de dez contratos, totalizando R\$ 584 mil, destacando-se: Apoio Logístico ao Projeto de Preparação para a Aposentadoria – PIPA, logística das oficinas do PPA Participativo e aquisição de equipamentos de informática com recursos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE;
- Consultoria e elaboração de proposta de revisão estrutural de 25 órgãos/entidades;
- Organização e condução da Oficina de Planejamento Estratégico da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP/CE);
- Realização, em parceria com a CGE, do redesenho dos processos corporativos de transferência de recursos e de aquisição de bens e serviços;
- Mapeamento dos processos corporativos “Gestão de Bens Patrimoniais do Estado” (SEPLAG) e “Apuração de Desvios de Conduta dos Servidores Vinculados à Lei Complementar nº 98/2011” (CGD);
- Mapeamento dos processos internos “Aditamento de Convênio de Despesa e Termo de Ajuste” - Secretaria das Cidades e “Aquisição de Bens e Serviços” - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente;
- Acompanhamento dos registros, no Catálogo Eletrônico de Serviços, dos serviços de órgãos e entidades do Poder Executivo estadual, totalizando 2.430 serviços cadastrados relativos ao Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA;
- Realização do “IV Ciclo do Prêmio Ceará de Gestão Pública (PCGP)”, nas modalidades 250

pontos, destinada a organizações em início de realização de avaliações continuadas e 500 pontos, destinada a organizações com ciclos periódicos de avaliação e/ou participação em ciclos anteriores;

- Implantação de sistema eletrônico para registro dos relatórios da gestão das organizações candidatas, autoavaliações e avaliações das bancas de examinadores do Prêmio Ceará de Gestão Pública (PCGP);
- Capacitação de 462 servidores em 2012 (atualizado em novembro) para participação no GESPÚBLICA;
- Realização de oficinas, capacitações e palestras de sensibilização e divulgação sobre o GESPÚBLICA;
- Realização de dois *workshops* “Como Vender para o Governo do Estado do Ceará”, voltados para os fornecedores e interessados em contratar com o Governo do Estado do Ceará;
- Realização de três cursos: Sistema de Registro de Preços, Gestão de Compras e Compras Públicas Sustentáveis, voltados para a capacitação dos gestores de compras do Estado;
- Implantação do Registro de Preços para contratação dos serviços de Manutenção Predial;
- Acompanhamento da implantação do Registro de Preços de material de consumo das escolas sediadas em Fortaleza e RMF;
- Capacitação de servidores envolvidos nos processos de compras;
- Realização de Leilão Público de 190 lotes de bens móveis inservíveis ou antieconômicos do Estado, sendo destes, 128 veículos e 62 lotes de materiais com um total arrematado de R\$ 549.110,00;
- Capacitados 49 servidores em 19 órgãos/entidades, no curso Gestão de Almoxarifado;
- Elaboração das normas para a Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Patrimoniais do Estado do Ceará;
- Modernização do Sistema de Gestão de Bens Móveis – SGBM, atendendo às novas regras de contabilidade aplicada ao setor público e à integração com o S2GPR.

PROGRAMA 074 – GESTÃO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL

O Programa objetiva aprimorar a gestão do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Ceará, assegurando o pagamento das aposentadorias/pensões dos servidores públicos civis, dos agentes públicos e membros de Poder do Estado, dos subsídios dos militares estaduais transferidos para a reserva remunerada e reforma.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Agilizar a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e gerir de forma eficaz os recursos da Previdência Social Estadual.	7.463

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização de estudo para apuração do déficit atuarial do RPPS/SUPSEC, com posição em dezembro de 2011, para fins de prestação de contas ao Ministério da Previdência Social;
- Realização de curso no Projeto Integrado de Preparação para Aposentadoria - PIPA, com o tema Sistema Previdenciário Brasileiro, abordando assuntos referentes aos regimes de previdência social (RPPS e RGPS), com ênfase no regime próprio de previdência do Estado do Ceará, o SUPSEC;
- Análise, até novembro de 2012, de 20.913 processos de concessão de aposentadorias, reserva e reforma de militares, pensão *post mortem* de segurado, emissão de certidões, abono de permanência e outros assuntos de natureza previdenciária;
- Realização, até novembro de 2012, de 448 processos decorrentes da compensação previdenciária com o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, acumulando 3.678 pedidos de cobertura financeira e proporcionando o recebimento de uma receita líquida para a Previdência Social estadual de R\$ 27.617 mil.



GESTÃO FISCAL



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A Gestão Fiscal apresenta-se como uma área temática inserida na missão da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ, de “captar e gerir os recursos financeiros para o desenvolvimento sustentável do Estado e promover a cidadania fiscal”. Nesse contexto, a SEFAZ depara-se com cenário desafiador que contempla grande número de contribuintes exigindo iniciativas robustas que conduzam à eficiência das ações fiscais, indicadores macroeconômicos, ocasionalmente desfavoráveis, e demandas crescentes da população.

As mudanças de cenário que envolvem a atividade do Fisco têm sido acompanhadas, desde 2007, por meio da adoção do Planejamento Estratégico pela instituição. Essa diretriz permite identificar, tempestivamente, oportunidades de implementação de ações que contemplem a modernização de sua estrutura tecnológica, o incremento de eficiência das ações fiscais, o aperfeiçoamento e a desburocratização de seus procedimentos, bem como a melhoria da relação Fisco-Sociedade.

A política fiscal adotada pelo Governo do Estado e operacionalizada pela Secretaria da Fazenda tem promovido o contínuo equilíbrio dos principais indicadores de Gestão estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto tem garantido ao Governo do Estado do Ceará a autonomia financeira necessária à implantação de seus projetos estruturantes, além da capacidade para captar operações de crédito, a fim de financiar grandes investimentos.

O demonstrativo da Evolução da Receita Corrente Líquida, indicado no quadro I , apresenta o vigoroso crescimento da Receita Corrente Líquida no período de 2007 a 2012, tendo, como maior responsável, os resultados crescentes da arrecadação própria, e a contínua superação das metas de Resultado Primário.

QUADRO I
EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – 2007 A 2012

Discriminação	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Receita Corrente Líquida – RCL (R\$ Milhões)	6.560,10	7.886,59	8.400,94	9.664,27	10.966,44	11.670,16
Variação Acumulada	-	20%	28%	47%	67%	78%

* Dados sujeitos a alterações.

A margem para captação de recursos por meio de operações de crédito pode ser identificada pelos demonstrativos de Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Evolução das Receitas de Operações de Crédito (quadros II e III) onde fica demonstrado que o Estado do Ceará possui ampla capacidade de endividamento.

QUADRO II
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – 2007 A 2012

Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
DCL (R\$ Milhão)	2.512,03	1.857,04	1.446,62	2.680,11	3.221,72	2.732,54
% DCL/RCL	38,29%	23,55%	17,62%	27,73%	29,38%	23,88%
Limite Fiscal	200,00%	200,00%	200,00%	200,00%	200%	200%

* Dados sujeitos a alterações.

QUADRO III
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – 2007 A 2012

Operações de Crédito	2007	2008	2009	2010	2011	2012*
Total das Receitas de Operações de Crédito Interna e Externa (R\$ Milhão)	227,92	135,95	635,14	1.063,16	913,07	317,87
% das Operações de Crédito / RCL	3,47%	1,72%	7,56%	11,00%	8,33%	2,78%
Limite Fiscal	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%

* Dados sujeitos a alterações.

Sob a ótica do aperfeiçoamento na gestão das finanças públicas, o Governo do Estado do Ceará cumpre os limites constitucionais. Em relação à Dívida Pública, destaca-se o nível de endividamento, quociente entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida - RCL, que se mantém em patamares reduzidos no decorrer dos anos. Isso decorre do esforço do Governo em alavancar suas receitas, ao passo que mantém o controle do endividamento. Em 2012, essa relação apresenta-se em torno de 0,24 (sujeito a alteração), tendo como limite até duas vezes a RCL (Resolução 43 do Senado Federal). É importante salientar que o Governo Estadual, apesar da ampla carteira de investimentos, mantém este indicador, praticamente no mesmo limiar de grandeza, em virtude dos esforços para aumentar a Receita Tributária, garantindo uma trajetória sustentável para o endividamento público.

No âmbito macroeconômico, o Estado do Ceará manteve sua política de investimentos associada à política de redução da carga tributária, o que impulsiona o crescimento econômico. Sem comprometer o equilíbrio fiscal, o Ceará, mais uma vez, ultrapassou a meta de Resultado Primário, chegando ao valor de R\$ 1.174 milhões (até outubro de 2012), de acordo com a metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, retirando do cálculo as despesas com os investimentos considerados estruturantes, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. O quadro IV demonstra os avanços obtidos pela SEFAZ no cumprimento de seus resultados setoriais.

QUADRO IV
GESTÃO FISCAL
EVOLUÇÃO DE INDICADORES 2007- 2012

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (*)
Capacidade de Endividamento (RLR-DC) (R\$ milhão)	2.153,30	3.162,15	3.660,74	3.317,30	3.861,5	4.895,23
Capacidade de Investimento do Tesouro (Receita Corrente – Despesa Corrente – Amortização) R\$ milhão	877,40	1.345,58	818,04	952,40	1.503,70	784,53
Evolução Nominal do ICMS (%)	5,25%	20,04%	8,29%	19,80%	10,50%	
Resultado Primário (R\$ milhão)	930,02	965,95	706,00	1.038,00	1.881,43	1.173,90
Nível de Endividamento – LRF (proporção da RCL)	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24

Fonte: SEFAZ/Gestão Pública por Resultados – GPR / Evolução dos Indicadores 2007-2012.

(*) Os valores de 2012 são referentes ao período de janeiro a outubro de 2012.

(**) Os valores da arrecadação de dezembro de 2012 são estimados, sujeitos a alterações.

Uma aliada dessa política é a tecnologia, através da atualização de plataformas de bases de dados e da integração de sistemas. Entre outros avanços, podem ser citados: a possibilidade do cruzamento de informações fiscais; a criação de novas interfaces com os contribuintes; a adesão a novos procedimentos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED como a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica); o cadastro sincronizado; e o compartilhamento de informações com outras entidades. Tudo isso conduz ao ganho de eficiência dos procedimentos de fiscalização, de arrecadação, de monitoramento, de inteligência e, conseqüentemente, a novos patamares de resultados de arrecadação.

No que se refere à análise do desempenho da arrecadação tributária do Estado do Ceará, em 2012 atingiu o montante de R\$ 8,177 bilhões, em termos nominais. Na composição da arrecadação, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS apresenta-se como a receita mais expressiva, contribuindo com 93,08% da Receita de Arrecadação Própria. O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA contribuiu com 5,56%; o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCD com 0,56%; e as taxas e outras receitas tributárias com 0,80%. O montante tributário relativo à arrecadação própria obteve um crescimento nominal de 12,07% comparado ao exercício de 2011, quando se atingiu o valor de R\$ 7,296 bilhões, conforme demonstrado no Quadro V.

QUADRO V
RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA
VALORES NOMINAIS

Receitas	2011	2012	Varição percentual 2012/2011	Participação percentual 2012
ICMS	6.794.823.902,96	7.611.882.782,49	12,02	93,08
IPVA	392.487.717,64	454.623.021,94	15,83	5,56
ITCD	43.988.121,11	45.642.994,05	3,76	0,56
OUTRAS	65.076.072,11	65.260.051,91	0,28	0,80
Total	7.296.375.813,82	8.177.408.850,39	12,07	100,00

Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.

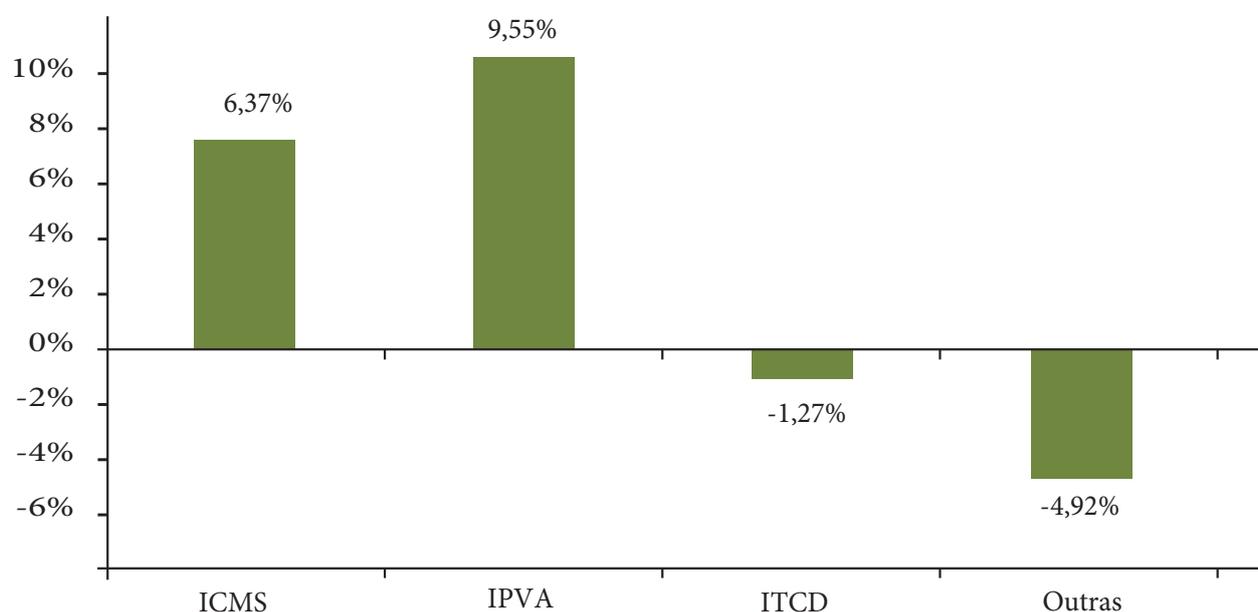
Nota1: Nesses montantes estão inclusos os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP.

Nota2: Os valores da arrecadação de dezembro de 2012 são estimados, sujeitos a alterações.

Considerando os valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (IBGE) de novembro de 2012, as receitas de arrecadação própria no exercício de 2012, no período de janeiro a dezembro, totalizaram R\$ 8,356 bilhões, obtendo um acréscimo de 6,40% em termos reais, comparando com o mesmo período do ano anterior.

No gráfico 1 observa-se, em valores corrigidos a preço de novembro de 2012 (IPCA/IBGE) que a maior variação percentual foi do IPVA (9,55%), enquanto Outras Receitas apresentaram um decréscimo de 4,92%, em relação ao ano de 2011. Vale ressaltar que nesses montantes estão inclusos os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP.

GRÁFICO I
CRESCIMENTO REAL DAS RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA
VALORES A PREÇO DE NOVEMBRO/2012 (IPCA/IBGE)



Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.

No que diz respeito às transferências constitucionais feitas ao Tesouro Estadual, estas atingiram, no período, R\$ 4,654 bilhões, com um acréscimo nominal de 2,04% em relação ao mesmo período do ano passado, conforme demonstrado no Quadro VI. Destaca-se como a de maior representatividade, a receita do Fundo de Participação dos Estados - FPE, que, no período supracitado, totalizou R\$ 4,534 bilhões, com um acréscimo nominal de 2,84%, comparado com 2011.

QUADRO VI
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
VALORES NOMINAIS (R\$)

Receitas	2011	2012	Varição percentual 2012/2011	Participação percentual 2012
FPE	4.408.577.440,68	4.534.000.000,00	2,84	97,42
CIDE	55.526.955,62	29.695.805,77	-46,52	0,64
ROYALTIES	28.672.560,21	32.347.565,27	12,82	0,70
IPI	35.133.211,15	28.036.312,12	-20,20	0,60
LEI KANDIR	23.821.346,28	23.821.346,28	0,00	0,51
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	9.425.373,75	6.100.672,50	-35,27	0,13
TOTAL	4.561.156.887,69	4.654.001.701,94	2,04	100,00

Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.
Nota1: Os valores da arrecadação de dezembro de 2012 são estimados, sujeitos a alterações.

Conforme demonstração dos valores corrigidos pelo IPCA/IBGE no Quadro VII, as transferências constitucionais somaram R\$ 4,758 bilhões, de janeiro a dezembro de 2012, enquanto que, no mesmo período do ano anterior, totalizaram R\$ 4,910 bilhões, apresentando um decréscimo real de 3,10%.

QUADRO VII
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
VALORES A PREÇOS DE NOV/2012 (IPCA/IBGE)

Receitas	2011	2012	Varição percentual 2012/2011	Participação percentual
FPE	4.746.474.923,68	4.635.843.707,15	-2,33	97,42
CIDE	60.004.162,99	30.654.673,32	-48,91	0,64
ROYALTIES	30.826.230,71	33.079.200,40	7,31	0,70
IPI	37.781.228,99	28.608.060,86	-24,28	0,60
LEI KANDIR	25.642.289,69	24.331.520,11	-5,11	0,51
FUNDO DE EXPORTAÇÃO	9.947.539,46	6.100.672,50	-38,67	0,13
TOTAL	4.910.678.386,52	4.758.619.846,34	-3,10	100,00

Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.
Nota1: Os valores da arrecadação de dezembro de 2012 são estimados, sujeitos a alterações.

Vale salientar que a previsão de repasse do FPE para o Estado do Ceará no orçamento da União, de acordo com a Lei Orçamentária de nº.12.595 de 10/01/2012, foi de R\$ 5,149 bilhões para o exercício de 2012. Entretanto, a execução em curso (janeiro a novembro, com estimativa para dezembro) está prevista para R\$ 4,534 bilhões, o que impõe uma perda da ordem de 12%, ou seja, R\$ 615 milhões.

Aliada ao problema do menor repasse do FPE, é notório que, igualmente, a arrecadação das Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, prevista no orçamento de 2012 para o Estado do Ceará da ordem de R\$ 81,2 milhões, terá uma execução prevista da ordem de R\$ 30 milhões, impondo uma perda de 63%, ou seja, R\$ 51,2 milhões, e que chegará a 100% em 2013. Deve ser computada, também, a redução da transferência do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI/Exportação, que estava previsto no orçamento com o valor de R\$ 33,7 milhões, cuja execução foi de R\$ 28 milhões, acarretando uma perda de R\$ 17%, ou seja, R\$ 5,7 milhões para o Estado. (Quadro VIII)

QUADRO VIII
COMPARATIVO - PREVISÃO LEI Nº 12.595/2012 COM O
EXECUTADO NO EXERCÍCIO DE 2012

Transferência	Lei Nº 12.595/2012(A)	Executado (B)	Diferença (B-A)
FPE	5.149.157.230,00	4.534.000.000,00	-615.157.230,00
CIDE	81.242.826,00	29.990.978,00	-51.251.848,00
IPI EXPORTAÇÃO	33.702.575,00	28.036.312,00	-5.666.263,00
TOTAL	5.264.102.631,00	4.592.027.290,00	-672.075.341,00

As explicações para a redução das transferências da União, são as medidas de desonerações das receitas compartilhadas realizadas em 2012, que implicaram em redução de impostos de competência da União, tendo como finalidade o aquecimento da economia, para fazer frente à atual crise econômica mundial. É certo que essas providências reduziram as transferências constitucionais, especialmente o FPE, visto que as medidas de estímulo ao consumo das famílias não foram suficientes para que os impostos partilhados entre a União e os Estados mantivessem o mesmo nível arrecadatório inicialmente previsto.

Por outro lado, além das perdas de receitas, as unidades federadas enfrentam, em 2012, uma expressiva e involuntária elevação de gastos decorrente do reajuste de 22% no piso nacional da educação, bem acima da inflação, conforme legislação federal, e da nova regulamentação dos gastos com saúde, prevista pela Lei complementar nº141/2012.

Por fim, considerando o somatório das receitas de arrecadação própria e as transferências constitucionais, o Estado arrecadou, no período de janeiro a dezembro de 2012, o valor de R\$ 12,831 bilhões, com crescimento nominal de 8,21%, comparando-se ao mesmo período do ano passado, como demonstrado no Quadro IX, destaca-se que o acréscimo real neste período foi de 2,75%.

QUADRO IX
 VALORES NOMINAIS E CORRIGIDOS DA RECEITA TOTAL – 2011-2012

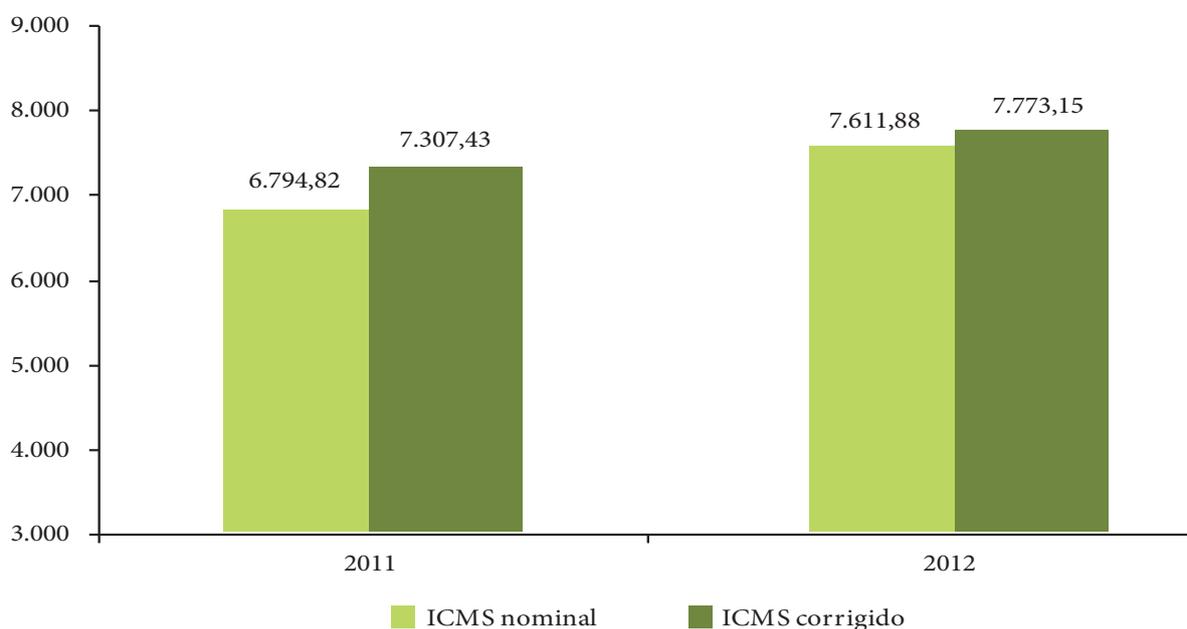
Receita Total	2011	2012	Varição (%) 2012/2011
Valores nominais	11.857.532.701,51	12.831.410.552,33	8,21
Valores corrigidos ⁽¹⁾	12.764.255.465,75	13.114.847.003,73	2,75

Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Pagamento e Acompanhamento – CEPC
 Nota: Os valores da arrecadação de dezembro de 2012 são estimados, sujeitos a alterações.

⁽¹⁾ Valores a preços de novembro de 2012 (IPCA/IBGE).

Quanto à arrecadação acumulada do ICMS, no período de janeiro a dezembro de 2012, totalizou, em termos nominais, o valor de R\$ 7,611 bilhões (incluindo os valores referentes ao principal, multa e juros, Dívida Ativa e FECOP) que corresponde a um incremento de 12,02% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando a arrecadação atingiu o total de R\$ 6,794 bilhões. Importante, também, foi o desempenho da arrecadação total do ICMS no exercício de 2012 com valores corrigidos, que subiu de R\$ 7.307.431.253,09 para R\$ 7.773.148.807,08, o que corresponde a acréscimo real de 6,37%, conforme Gráfico 2.

GRÁFICO 2
 RECEITA DO ICMS - 2011-2012



Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC.
 Nota: Os valores da arrecadação de dezembro de 2012 são estimados, sujeitos a alterações.

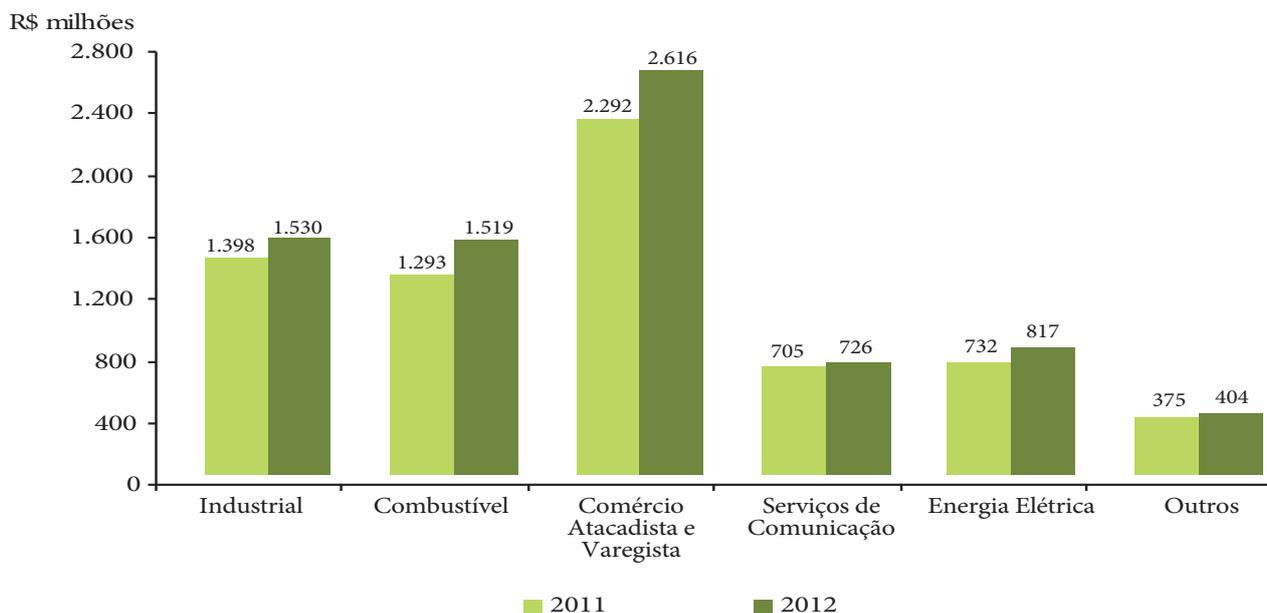
No que se refere ao ICMS por segmento econômico (gráfico 3), constata-se que o segmento industrial obteve um crescimento real de 3,86% a preço de novembro de 2012 (IPCA/IBGE), totalizando um montante estimado em 2012 de R\$ 1,561 bilhão, enquanto no ano anterior, o total arrecadado pelas

indústrias cearenses foi de R\$ 1,503 bilhão. Saliente-se que a arrecadação do referido segmento representou uma participação de 20,10% do total de ICMS arrecadado pelo Estado.

Observando-se o desempenho dos comércios atacadista e varejista, os números comprovam que o volume de vendas do comércio cearense continuou sua trajetória de crescimento durante o exercício, fato que repercutiu em uma taxa positiva de 8,36% em 2012, a preço de novembro de 2012 (IPCA/IBGE) comparando com o ano de 2011. O crescimento anual proporcionou incremento nominal da receita no valor de R\$ 324,32 milhões.

Merece destaque o desempenho positivo dos macrosegmentos de Combustíveis, Comunicação e Energia Elétrica, com representatividade de 40,23% da arrecadação total do ICMS, que proporcionaram, no exercício de 2012, receita de R\$ 3,062 bilhões, resultando em um incremento de 12,16%, em termos nominais, comparado com o ano de 2011, quando o total foi de R\$ 2,730 bilhões. Em termos reais este incremento correspondeu ao percentual 6,53%.

GRÁFICO 3
RECEITA DO ICMS POR SEGMENTO - 2011 - 2012



Fonte: SEFAZ/Coordenadoria de Administração Tributária – CATRI/Célula de Planejamento e Acompanhamento – CEPAC

A Secretaria da Fazenda vem buscando gerir os recursos de forma efetiva e, assim, atingir os objetivos que levam à consecução das suas atividades em benefício do “cidadão contribuinte” por meio dos seguintes Programas: 009 – Modernização da Gestão Fiscal; 010 – Gestão Fiscal e Financeira; e 011 – Cidadania Fiscal.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política da Secretaria da Fazenda, foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 116.676.765,35 para o desenvolvimento das ações previstas nos Programas Temáticos Setoriais.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 009 – MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL

O Programa tem como objetivo principal melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, visando: (a) aumentar a receita própria do Estado; (b) aumentar a eficiência e a eficácia e melhorar o controle do gasto público; e (c) prover melhores serviços ao cidadão. Metas prioritárias e ações realizadas:

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Modernizar 23,25% das Unidades Fazendárias da Capital e Interior (10 Unidades)	30,23% (13 Unidades)
Realizar 47,06% de inscrições de cadastro de contribuintes em 72 horas	83%

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Reparelhamento das Unidades de Atendimento da SEFAZ;
- Realização de Serviço de Consultoria Especializada em Processo de Atendimento ao Público;
- Aquisição de terminais de autoatendimento com tela touch screen, para integrem a rede de atendimento da SEFAZ;
- Realização de Serviço de Consultoria em Governança de TIC;
- Realização de Seminário “Negociando para vencer” para os gerentes da SEFAZ;
- Início da operação dos Equipamentos de Raios-X de Carga, tipo Scanners fixo, nos Postos Fiscais de Tianguá e Penaforte, e um scanner móvel disponível para operações organizadas em todo o Estado do Ceará, tornando efetivo o emprego da tecnologia de inspeção de contêineres e veículos de carga no Estado, visando combater a sonegação fiscal e contrabando;
- Implantação de sistema de pesagem dinâmica de cargas, composto por balança, cancela eletrônica, câmeras OCR e do tipo *Dome* no Posto Fiscal de Penaforte, instrumentos com tecnologia avançada, tornando mais ágil e eficiente o processo de controle e fiscalização de tributos nas divisas do Estado;
- Contratação de serviços de auditoria independente no âmbito do PROFISCO.

PROGRAMA 010 - GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

O Programa objetiva aprimorar os processos fiscais, aparelhar e instrumentalizar as unidades da SEFAZ, de forma a aperfeiçoar a gestão dos recursos financeiros do Estado, garantindo o equilíbrio fiscal e a eficiência do sistema de arrecadação.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Consolidação do Projeto desenvolvido em parceria entre os Fiscos Estaduais e Federal, que abrange a Escrituração Fiscal Digital - EFD e Nota Fiscal Eletrônica – NFe, permitindo, ainda, o aprimoramento das ações do Fisco relativo ao desempenho dos contribuintes. Em 2012, foi exigida a obrigatoriedade dos contribuintes do Regime de Recolhimento Normal, totalizando 16.466 contribuintes obrigados à EFD;
- Implementação de Controles de Ocorrência relacionada a eventos da NFe, tais como: Cancelamento, Carta de Correção Eletrônica, Registro de Passagem Eletrônico, Ciência da Emissão, Confirmação da Operação, Operação não Realizada, Desconhecimento da Operação, Internalização Suframa, Declaração Prévia de Emissão em contingência, dentre outros. Atualmente 22.022 contribuintes estão obrigados à emissão Nota Fiscal Eletrônica – NFe, sendo que deste total, 6.879 contribuintes ingressaram no exercício de 2012. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2012 foram autorizadas 45,11 milhões de NFe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 152,369 bilhões;
- Implementação do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CTe, o que permite um controle maior das operações de trânsito de mercadorias, tendo em vista que as NFe são relacionadas em cada CTe emitido, o que facilita e agiliza o registro de passagem das mercadorias na entrada ou saída do Estado. Atualmente 340 transportadoras estão credenciadas à emissão do CTe, sendo que deste total, 50 contribuintes já estão obrigados a emissão do CTe. Destaca-se que no período de janeiro a novembro de 2012 foram autorizadas 2,35 milhões de CTe pelo Fisco Cearense. O volume destas operações representou o montante de R\$ 1,096 bilhões;
- Implementação do Projeto de Modernização do Trânsito de Mercadorias, no qual foram investidos cerca de R\$ 54,70 milhões. Encontram-se em fase final de construção as novas estruturas para os Postos Fiscais de Divisa do Estado do Ceará: Penaforte, Asa Branca e Aracati;
- Instituição do Subcomitê Estadual para gestão da REDESIM com a finalidade de implantar o processo de simplificação e desburocratização dos procedimentos de abertura, alteração e baixa de empresas e pessoas jurídicas em conformidade com a Lei Estadual nº 11.598 / 2007;
- Implantação da sistemática de tributação do ICMS por Carga Líquida nas operações interestaduais, que destinem mercadorias ou bens ao consumidor final, estabelecida pelo Decreto nº 30.542/2011. Em 2012, foi arrecadado o montante de R\$ 30,28 milhões de ICMS Carga Líquida;
- Implantação do SISCOEX, permitindo agilidade e segurança na entrega eletrônica via internet, por meio de acesso seguro, dos documentos complementares que comprovem a efetiva exportação, tais como: Registro de Exportação, Despacho de Exportação, Conhecimento de Embarque

Internacional – BL ou AWB e chave de acesso da NFe de exportação, que juntamente com as informações captadas do banco de dados da NFe e SPED Fiscal permitem a consolidação destas informações com precisão;

- Implantação do Projeto para cobrança do ITCD através da parceria entre a Secretaria da Fazenda e a Receita Federal do Brasil. A ação permitiu o registro de doações de 1.745 contribuintes na Declaração de Imposto de Renda – Ano Base de 2009, resultando o ingresso no Tesouro Estadual de R\$ 2,42 milhões;
- Implantação do módulo do SITRAM para o controle das operações de entradas interestaduais, possibilitando o registro mais eficiente das referidas operações, como também o aprimoramento da fiscalização do trânsito de mercadorias;
- Fiscalização do Trânsito de Mercadorias com arrecadação de R\$ 244,15 milhões de ICMS, decorrentes dos registros realizados nos 23 Postos Fiscais de Divisa do Estado do Ceará e lavratura de 6.721 Autos de Infração até novembro de 2012, no valor principal total corrigido de R\$ 8,67 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 29,45 milhões;
- Fiscalização de Empresas com realização de ações fiscais, resultando no lançamento do crédito tributário de ICMS, por meio de 8.308 Autos de Infração, no valor principal corrigido de R\$ 210,27 milhões. Considerando as multas e juros corrigidos, o montante totaliza R\$ 785,76 milhões;
- Monitoramento fiscal de 2.826 contribuintes, considerados de maior representatividade, com participação de 90% na arrecadação de ICMS do Estado do Ceará. A ação visa acompanhar o cumprimento das obrigações principal e acessória dos contribuintes, bem como maximizar a receita de ICMS do Estado, mediante adoção eficiente de indicadores de performance, estruturação de forma padronizada dos procedimentos fiscais e utilização de ferramenta técnica e gerencial informatizada. Como resultados foi recolhido, espontaneamente, aos cofres públicos o montante de R\$ 17,09 milhões, representando um acréscimo de 3,89% em relação ao mesmo período do exercício anterior. Os valores recolhidos pelos contribuintes foram decorrentes de notificações dos agentes fiscais;
- Pagamento de 26.154 Autos de Infração, totalizando R\$ 83,14 milhões, incluindo principal, multa e juros, representando uma efetiva cobrança, bem como, demonstrando uma excelente recuperação do crédito tributário. Ressalte-se que, nos valores recolhidos em Autos de Infração estão incluídos os inscritos na Dívida Ativa;
- Monitoramento Fiscal do Comércio Exterior onde foram acompanhadas 157 empresas durante o período de janeiro a novembro de 2012, sendo recolhidos aos cofres estaduais o montante de R\$ 825 mil, parcelado R\$ 1 milhão e autuados R\$ 10,93 milhões;
- Monitoramento fiscal sobre operações com energia elétrica no mercado onde as ações fiscais concluídas em 2011 sobre operações com energia elétrica no mercado livre tiveram um efeito secundário que persistiu em 2012 com a interrupção da evasão fiscal, resultando em crescimento estimado de R\$ 17,8 milhões na arrecadação do setor de transmissão e comercialização. Outras infrações detectadas resultaram na constituição de créditos tributários de R\$ 81 milhões, dos quais R\$ 17,6 milhões foram devidamente pagos. Ocorreu, ainda, intensificação do monitoramento fiscal sobre os seus contribuintes recuperando nesse procedimento o valor total de R\$ 5,9 milhões;

- Supressão de receita tributária de ICMS no valor de R\$ 95,45 milhões (valores nominais da época da autuação) que, acrescida dos valores correspondentes às penalidades pecuniárias legais, totalizou um montante devido ao Estado do Ceará de R\$ 181,62 milhões resultantes de 387 representações fiscais e 512 autos de infração lavrados, todos com trânsito em julgado na via administrativa e devidamente inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- Análise da viabilidade de recuperação do crédito tributário de 392 (trezentos e noventa e dois) processos de Autos Nulos/Extintos oriundos Contencioso Administrativo Tributário. Até outubro/2012 realizou-se a lavratura de 55 Autos de Infração em contribuintes de médio e grande porte, tendo lançado R\$ 13,60 milhões de ICMS e R\$ 26,41 milhões em multas;
- Realização das Operações “Varredura” e “Balada” que tiveram como objetivo fiscalizar as mercadorias em trânsito nos Postos Fiscais de divisa, Cais do Porto, Correios e Aeroportos de forma ostensiva, bem como, fiscalizar os fornecedores de bebidas nos grandes eventos festivos do Estado. O resultado alcançado com as operações correspondeu à lavratura de 806 Autos de Infração no montante de R\$ 3,79 milhões;
- Fiscalização no segmento Atacadistas de Medicamentos, resultando no recolhimento de R\$ 1,91 milhão na lavratura de Autos de Infração no montante de R\$ 2,90 milhões;
- Implementação Projeto Sefaz Simplifica, onde foram disponibilizados no site da SEFAZ, www.sefaz.ce.gov.br, diversos serviços para os contribuintes: SITRAM - Sistema de Trânsito de Mercadorias; Portal do Contribuinte; Pagamento de Tributos Estaduais com Cartão de Crédito; Programa “Sua Nota Vale Dinheiro” com o cadastro de 243.136 Pessoas Físicas e 1.309 Pessoas Jurídicas, em uma ação de caráter educativo que incentiva a emissão de documento fiscal, premiando os cidadãos com uma porcentagem do valor das notas fiscais solicitadas nos estabelecimentos e entregues à SEFAZ. O valor total de recursos pagos no ano de 2012 correspondeu a R\$ 24,73 milhões;
- Implantação do Sistema de Gestão Governamental por Resultado – S2GPR, substituindo o antigo Sistema Integrado de Contabilidade – SIC. O S2GPR incorpora as mudanças profundas ocorridas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, sendo o Ceará o primeiro Estado Brasileiro a implementá-las, se capacitando, mais uma vez, a ser modelo para os outros entes da Federação;
- Implementação do Projeto de Atendimento de Excelência ao Cidadão, através das seguintes ações: modernização dos processos de atendimento ao público (aplicação de novas tecnologias e software de gestão para o atendimento presencial); redesenho e simplificação de processos; reformas das instalações físicas; instituição de portal específico para ampliar contato com os contribuintes e os cidadãos; disponibilização de novos serviços na Internet; ampliação de terminais de auto-atendimento; aquisição de veículos para renovação da frota; aquisição de equipamento de TI para Unidades Fazendárias; e, melhoria da infraestrutura física dos Postos de Atendimento da Parangaba, Quixadá, Maracanaú, Itapipoca, Barra do Ceará, Juazeiro do Norte e dos Postos Fiscais de Penaforte, Tianguá, Aracati, Asa Branca e Sede III;
- Emissão de 8.989 Certidões de Inteiro Teor; 20.662 Certidões Simplificadas; 3.728 Certidões Específicas; e 7.567 Autenticações de Livros pela Junta Comercial.

PROGRAMA 011 – CIDADANIA FISCAL

O Programa objetiva conscientizar os cidadãos sobre a função social dos tributos e de sua responsabilidade no controle da aplicação desses recursos por meio de exercício da cidadania, buscando, assim, a constituição de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Sensibilizar, anualmente, 3.500 pessoas através das ações de educação fiscal.	5.610
Capacitar, anualmente, 1.500 servidores públicos.	1.567
Realizar, anualmente, cinco eventos educativos.	71

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização do curso *on-line* Disseminadores de Educação Fiscal, promovido pela Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, sob a coordenação da SEFAZ/CEDUF. O Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, destinado principalmente a professores das redes municipal e estadual de ensino (SEDUC/SME), universitários (Centro Universitário Christus/FATENE) e sociedade civil (CRC e outros), alcançou, neste exercício, a meta de 1.276 alunos aprovados.
- Realização de curso semi-presencial para formação de tutores de EAD. A Escola Superior de Administração Fazendária, por meio da SEFAZ, e em parceria com o CETRESAF, SEDUC e SME, realizou a formação de 19 tutores para atuar no Curso de Disseminadores de Educação Fiscal (módulo à distância).
- Realização de 16 cursos presenciais para 1.257 participantes: Curso de Aprofundamento para Instrutores em Educação Fiscal; Curso de Educação Fiscal para a Cidadania, ministrado em cinco municípios do Ceará; Curso Cidadania Fiscal, destinado a estagiários e terceirizados da SEFAZ; Curso de Monitores de Educação Fiscal, destinado a estagiários do Programa Sua Nota Vale Dinheiro e Projeto Bolsa Educação, e incentivo à profissionalização de jovens estudantes.
- Realização de 47 palestras para os mais diversos segmentos da sociedade, incluindo instituições públicas e privadas, fortalecendo o exercício da cidadania e sensibilizando 5.610 cidadãos sobre seu papel na construção de uma sociedade mais justa e humana.
- Realização de dois seminários com conteúdos de educação fiscal, cujos temas foram: “Sustentabilidade Ética, Novos Paradigmas para o Serviço Público” e “Lei de Acesso à Informação e Índice de Transparência e Cidadania Fiscal”, para 264 servidores fazendários;
- Realização dos eventos: Conferência Livre sobre Transparência e Controle Fiscal, em parceria com a Controladoria Geral da União - CGU e Sindicato dos Fazendários do Ceará - SINTAF; 50ª Reunião do Grupo de Educação Fiscal Nacional – GEF e participação na 1ª edição do “Prêmio Nacional de Educação Fiscal”, promovido pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais - FEBRAFITE, onde a EEM Professora Theolina de Muryllo Zacas, do Município de Bela Cruz, teve seu projeto “Responsabilidade Social e Consciência Fiscal. Um Binômio Essencial para a cidadania”, na lista dos dez melhores projetos do País.



CONTROLADORIA E OUVIDORIA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

Com o objetivo de manter a transparência e o incentivo à participação da população, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE assenta suas bases em um tripé de ações prioritárias e inovadoras: a) implantação do controle interno preventivo; b) aplicação de auditoria em processos, programas de governo e áreas especializadas; c) consolidação da gestão democrática participativa; d) fortalecimento de seu capital intelectual, com a implantação do Programa de Gestão Compartilhada de Pessoas.

As atividades de controle interno preventivo correspondem a uma moderna técnica de controle voltada para a racionalização e o monitoramento de processos organizacionais, contribuindo para otimizar os níveis de eficiência e eficácia das ações governamentais. O objetivo é proporcionar maior segurança administrativa na tomada de decisão pelos gestores estaduais, na medida em que deverá reduzir a ocorrência de desvios que possam comprometer a eficiência no uso de recursos, a eficácia na disponibilização de bens e serviços e a conformidade legal dos atos administrativos, além de possibilitar a identificação e a disseminação de boas práticas de gestão.

As ações de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas, por sua vez, consistem em atividades de auditoria agregando valor às abordagens tradicionais de auditoria interna. Essas atividades têm foco na gestão de riscos e visam contribuir para a consolidação do controle interno preventivo, na medida em que poderão aferir a eficácia dos controles implantados, propondo ações necessárias ao seu aprimoramento.

Em relação à Gestão Democrática Participativa, destaque-se que se constitui na participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e controle das políticas e ações de governo. A adoção desse modelo de gestão contribui para o fortalecimento das práticas de governança democrática e transparente além de permitir alcançar níveis satisfatórios de legitimidade e qualidade na oferta de bens e serviços, assegurando o atendimento das demandas sociais.

O desempenho da atuação da CGE pode ser avaliado por meio de alguns indicadores de resultados, como o indicador “Recomendações Reincidentes de Auditoria”, que expressa em que medida as ações implementadas pelos órgãos e entidades para sanar fragilidades detectadas na realização de atividades de auditoria foram eficazes. Em função do reduzido quadro de auditores, esta atividade teve sua aferição prejudicada durante o ano de 2012, no entanto será adaptada com a implantação do controle interno preventivo.

O Governo Federal, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, mantém o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias – CAUC, com os registros sobre a situação de adimplência ou sistemas de informações financeiras, contábeis e fiscais dos estados e municípios brasileiros. O indicador “Percentual de Dias no Ano de Inscrição do Estado no CAUC”, que expressa a quantidade de dias em que o Estado do Ceará permaneceu negativado no cadastro em relação à quantidade de dias úteis do ano, encontra-se em um patamar elevado, sinalizando a necessidade de adoção de medidas preventivas. No entanto, o esforço empreendido pela CGE contribuiu para a redução deste indicador em mais de seis pontos percentuais, saindo de 89,61 em 2011 para 83,48% em 2012.

O indicador “Manifestações Procedentes de Ouvidoria Respondidas no Prazo”, que representa a quantidade de respostas, positivas ou negativas, que a ouvidoria encaminha ao cidadão-usuário, relativamente às manifestações procedentes registradas no Sistema de Ouvidoria – SOU, dentro do prazo definido legalmente, apresentou percentual de 96,78% em 2012, 1,82% acima do registrado em 2011, demonstrando uma tendência de atuação tempestiva da CGE em 100% das demandas de ouvidoria.

CONTROLADORIA E OUVIDORIA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2010- 2012

Indicadores	2010	2011	2012
Recomendações reincidentes de auditoria (%) ⁽¹⁾	49,00	58,00	-
Percentual de dias no ano de inscrição do Estado no CAUC ⁽²⁾	88,00	89,61	83,48
Manifestações procedentes de ouvidoria respondidas no prazo (%) ⁽³⁾	-	94,96	96,78

⁽¹⁾ No exercício de 2012 não foi realizada atividade de monitoramento e acompanhamento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades - PASEF, instrumento utilizado para mensurar o percentual de recomendações reincidentes de auditoria, em função do reduzido quadro de auditores.

⁽²⁾ A data-base do indicador é 07/12/2012.

⁽³⁾ Referem-se às manifestações procedentes até 30/11/2012.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de controle interno, em 2012 foram destinados ao atendimento dos objetivos previstos nos programas temáticos setoriais recursos orçamentários da ordem de R\$ 3.048 milhões, tendo sido empenhados R\$ 2.991 milhões, representando uma execução orçamentária de 98,1%.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 063 – CONTROLE INTERNO PREVENTIVO E AUDITORIA GOVERNAMENTAL

O Programa tem como objetivo a implantação de ferramentas de controle interno preventivo no âmbito do Poder Executivo Estadual, bem como a implantação de auditorias em processos, programas de governo e áreas especializadas.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Elaborar proposta de regulamentação do novo macroprocesso de transferência de recursos.	1

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Capacitação de 220 servidores em “Gestão por Processos no Setor Público”, “Sistema Gerencial de Controles – Planejamento, Implementação e Análise” e “Auditoria Governamental de Processos com Foco em Riscos”, em parceria com a Escola de Gestão Pública – EGP;
- Elaboração do arcabouço jurídico que dará suporte ao novo macroprocesso de contratos, convênios e congêneres, compreendendo proposta de emenda constitucional, projeto de lei complementar estadual e projeto de lei de revisão da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, disciplinando as transferências de recursos financeiros do Estado para entes públicos, entidades privadas e pessoas físicas;
- Elaboração do Relatório de Controle Interno Sobre as Contas Anuais de Governo de 2011.
- Monitoramento do Plano de Ação para Sanar Fragilidades (PASF), a partir das recomendações emitidas pelo TCE no âmbito da análise das contas anuais de governo;
- Elaboração de relatórios de acompanhamento dos indicadores da gestão fiscal;
- Elaboração de projeto de lei, já sancionada pelo governador do Estado, disciplinando a gestão de CNPJs, com vistas a otimizar as ações preventivas relativas ao monitoramento e acompanhamento do CAUC;
- Realização de 90 atividades de auditoria de regularidade de contas de gestão de 2011, na modalidade à distância, com a utilização do Sistema de Suporte à Execução de Programas de Auditoria (S2EPA);
- Realização de 71 atividades de auditoria de instrução de tomadas de contas especiais, até a posição de 26/11/2012;
- Realização de duas atividades de auditoria especial de apuração de denúncias;
- Coordenação do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Realização de seis edições do Fórum Permanente de Controle Interno;
- Realização da sexta edição do Encontro Estadual de Controle Interno, com o tema “Controle Interno, Dados e Informações à Sociedade”;
- Elaboração de 29 orientações técnicas em resposta a consultas formuladas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual;
- Suporte tecnológico à implantação do novo Portal da Transparência;
- Desenvolvimento e implantação do novo sítio institucional da CGE;
- Desenvolvimento e implantação do novo sistema de ouvidoria.

PROGRAMA 064 – PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O Programa tem como objetivo a disseminação de conhecimentos e práticas voltadas para a temática do controle social da administração pública, contribuindo para a educação social e exercício da cidadania.

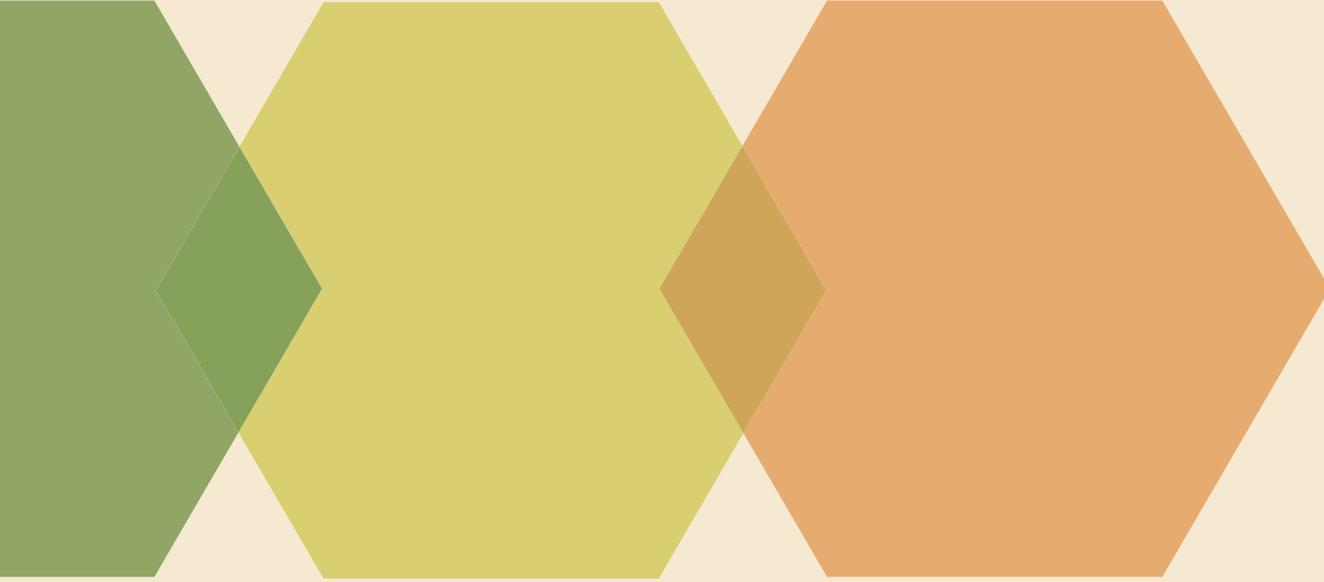
Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Implantar o novo Portal da Transparência	1
Realizar 56 ações educativas em educação social	32
Propor 31 intervenções aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual ⁽¹⁾	17

⁽¹⁾ As intervenções realizadas referem-se apenas ao primeiro semestre de 2012

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Implantação e regulamentação do novo Portal da Transparência;
- Realização da 1ª CONSOCIAL Estadual, participação na 1ª CONSOCIAL Nacional e apoio às conferências municipais, em parceria com a vice-governadoria do Estado;
- Regulamentação do Sistema Organizacional de Ouvidoria;
- Coordenação do processo de implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, com a realização de 68 palestras para um público de 1.696 pessoas;
- Adequação do SOU com vistas à implementação do Sistema Estadual de Acesso à Informação;
- Disponibilização de suporte técnico à implementação da Lei de Acesso à Informação.





GOVERNO E SOCIEDADE



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Compactuando com o modelo de desenvolvimento de uma sociedade sustentável, o governo estadual vem aperfeiçoando sua relação com a sociedade civil e com a iniciativa privada, proporcionando que estes setores assumam papéis cada vez mais relevantes, fortalecendo a governança democrática e transparente e o desenvolvimento do povo cearense.

Para tanto, o Governo tem estimulado a atuação integrada entre os órgãos que desempenham atividades de sustentação e apoio, incluindo-se os Gabinetes do Governador e do Vice-Governador, a Casa Civil, a Casa Militar e a Procuradoria Geral do Estado, que vêm atuando em seus respectivos setores, promovendo ações da gestão, articulação política e institucional, e apoio jurídico na defesa dos interesses do Estado. Assim, a sociedade, destinatária principal das ações de governo, terá alcançado ganhos de efetividade nas relações do diálogo, participação e transparência sobre as ações e investimentos públicos.

GABINETE DO GOVERNADOR

Estruturando políticas públicas inovadoras com foco na intersetorialidade das ações, buscou-se a garantia dos direitos e a redução das desigualdades sociais. Essa diretriz da gestão governamental resultou na implantação de sete programas multissetoriais (Promoção da Juventude, Equidade de Gênero, Igualdade Étnico-Racial, Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Enfrentamento às Drogas, Atenção à Pessoa Idosa, Atenção à Pessoa com Deficiência), coordenados e acompanhados pelo Gabinete do Governador (GABGOV) e executados por meio de grupos intersetoriais compostos pelas diversas secretarias envolvidas.

O Programa Promoção da Juventude contempla iniciativas desenvolvidas pela SEDUC, SECULT, STDS, SESPORTE, SSPDS, PM e CB, e pretende consolidar as ações de governo para o segmento da população de 18 a 29 anos, proporcionando oportunidades no sentido de modificar cenários significativamente comprometedores para o processo de integração e inclusão social dos jovens, sobretudo no que se refere às condições socioeconômicas, acesso ao conhecimento, limitação de inserção no mercado de trabalho e padrões de mortalidade da juventude cearense, resultante da violência e drogas.

Sobre a temática relacionada às mulheres, o GABGOV implementou políticas e ações alinhadas ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, elaborou agenda única com todas as secretarias de estado e constituiu e fortaleceu a rede de atendimento às mulheres em situação de risco. A estratégia adotada foi a de orientar e acompanhar as setoriais responsáveis pelas ações nas áreas de saúde, educação, emprego e renda, autonomia e segurança, além de articular, incentivar e assessorar os municípios cearenses na criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, bem como na capacitação dos conselheiros. Destaca-se a participação efetiva no Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Humanas, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS). Participam da execução do programa a STDS e SESPORTE.

Como diretriz de política de Proteção aos Direitos Humanos, convém ressaltar a atuação do Conselho Estadual de Segurança Pública, vinculado ao Gabinete do Governador, onde são realizadas discussões acerca da segurança pública, estabelecendo políticas eficazes de diminuição da criminalidade e da violência. Com esse enfoque, sua principal contribuição é tornar viável o trabalho conjunto do Estado e da sociedade, construindo instrumentos de prevenção e de combate aos problemas que atingem todos os setores sociais. Vale ressaltar que em 2012 ocorreu o I Curso Interdisciplinar de Direitos Humanos, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direitos Humanos em parceria com o Governo do Estado, que contou com a participação dos coordenadores especiais das políticas transversais executadas na instituição. As secretarias que participam deste programa são SECULT, SSPDS, SEJUS, SEDUC e PM.

O desenvolvimento e ampliação de ações voltadas para a Promoção da Igualdade Racial ocorreu por meio de diálogo com a sociedade civil organizada e com os municípios. O objetivo foi o de fortalecer o debate acerca das demandas dos afrodescendentes e, em especial, a construção de agenda com as comunidades quilombolas, com vistas à sua titulação, além da implementação das Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica. As ações são realizadas pela SDA, SEDUC e SESPORTE.

A formulação e a implementação de Políticas Públicas para os Idosos e as Pessoas com Deficiência, articuladas pelo GABGOV, promoveram ações relativas à garantia de direitos, disseminando a cultura da acessibilidade e do envelhecimento saudável. Participam as seguintes secretarias: DPGE, SEINFRA, SSPDS, SESA, SEDUC, Casa Civil, SESPORTE, SECULT, SECITECE e STDS.

A discussão sobre o Programa de Enfrentamento às Drogas envolveu diversas instituições governamentais, por tratar-se de tema complexo, desafiador e urgente, buscando identificar e bloquear as causas fundamentais e enfrentar suas consequências, isso com foco na prevenção, tratamento e combate.

Em outra vertente, o GABGOV atua, também, no suporte à ação de relacionamento internacional, por meio da articulação com organismos e instituições internacionais, realizando visitas técnicas, acordos de cooperação e intercâmbio de experiências, e dá suporte à Casa Civil na operacionalização do Programa de Cooperação Federativa – PCF, instrumento de aplicação descentralizada de parte dos recursos do Tesouro Estadual.

Dentre suas ações em 2012, o GABGOV realizou:

- Articulação e realização de reuniões de alinhamento e monitoramento junto às Setoriais que executam ações nos programas multissetoriais, gerenciados pelo Gabinete do Governador;
- Capacitação de 67 servidores em 186 oportunidades de treinamento; 24 servidores no curso “Gerenciamento de Projetos Teoria e Prática”; e de 14 no curso “Preparação para a Certificação PMP”;

- Criação da Unidade Setorial de Planejamento – USP e do Escritório de Monitoramento de Projetos – EMP do Gabinete do Governador;
- Encaminhamento de 314 processos e envio de seis pareceres técnicos para as secretarias, sobre o Programa de Cooperação Federativa – PCF;
- Implantação da Ouvidoria, do Comitê Setorial de Acesso à Informação e do Sistema de Informações ao Cidadão;
- Execução do projeto de organização, higienização e digitalização do acervo documental do Gabinete do Governador, que resultará na implantação de sistema com o objetivo de facilitar o acesso e evitar o manuseio desses documentos;
- Reformulação do Termo de Referência, plano de trabalho e projeto arquitetônico para construção dos três Centros de Referência de Juventude;
- Articulação com a Câmara Municipal de Fortaleza para aprovação de uma lei municipal criando o Conselho Municipal de Segurança Pública, ocasião em que foi entregue aos vereadores de Fortaleza a cartilha “Como Montar um Conselho Municipal”, elaborada pelo Conselho Estadual de Segurança Pública - CONSESP.

RECURSOS

Para viabilizar o desenvolvimento das ações previstas nos programas multissetoriais, dentro de sua área temática, Governo e Sociedade foram executados recursos orçamentários da ordem de R\$ 22.231.378,18.

PROGRAMAS TEMÁTICOS MULTISSETORIAIS

PROGRAMA 021 – PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUVENTUDE

O Programa objetiva a promoção e o fortalecimento de políticas públicas “com”, “de” e “para” a juventude no Estado do Ceará, por meio da formalização de instrumentos legais que garantam seus direitos e deveres, execução de programas educacionais e ações nas áreas de cultura, esporte, trabalho e empreendedorismo, lazer e segurança.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
GABGOV	
Certificar 6.000 jovens agricultores familiares no ensino fundamental, com qualificação profissional, em 60 municípios no período 2012 - 2015.	6.000
Viabilizar a participação de 40.000 jovens nos diversos canais e fóruns de interlocução para definição de políticas públicas de juventude.	5.000
Ampliar de 62 para 100 o número de conselhos municipais de juventude.	95
Elaborar três instrumentos legais referentes à temática de política da juventude.	3
SEDUC	
Ampliar o atendimento do Programa E-Jovem para os 184 municípios até 2014.	184
Apoiar 100% das escolas que demandarem projetos de empreendedorismo estudantil e atividades extracurriculares.	100%
SECULT	
Conceder 290 bolsas para agentes de leitura, sendo 280 agentes e 10 articuladores em 41 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL.	267
Apoiar 10 projetos em todo o Estado.	10
STDS	
Qualificar 19.480 jovens para o mercado de trabalho.	10.980
Inserir 9.859 no mercado de trabalho.	7.312

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Monitoramento das atividades e acompanhamento da gestão pedagógica e das metas físicas dos programas prioritários ProJovem Urbano e ProJovem Campo Saberes da Terra, através de reuniões periódicas e visitas de fiscalização aos municípios e às escolas beneficiadas pelos Programas;
- Fortalecimento do Conselho Estadual de Juventude;
- Reativação do Fórum Estadual dos Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude do Ceará – FORJUCE;
- Cumprimento da meta de matrícula dos alunos para os programas ProJovem Urbano III e ProJovem Campo II, totalizando 11.400 jovens matriculados em 90 municípios do Estado;
- Criação da Comissão de Credenciamento Permanente – CCP em substituição da Comissão Gestora da Meia Passagem Estudantil – COGEMPE para a regulamentação do processo de emissão das carteiras estudantis das macrorregiões do Estado e Região Metropolitana de Fortaleza;
- Execução do Projeto E-Jovem SEDUC/CENTEC, formação complementar em informática para alunos do ensino médio da rede pública e egressos, observando as políticas de softwares livres, através da universalização da cultura digital em 103 Municípios, 237 escolas estaduais, 372 turmas, atendendo 7.000 alunos;

- Realização da Colônia de Férias, para promover a troca de experiências, com a utilização de técnicas em aprendizagem cooperativa, entre 250 alunos universitários da Universidade Federal do Ceará - UFC e 3.000 alunos das escolas da rede estadual, como estímulo ao ingresso na universidade;
- Capacitação de 285 agentes de leitura e 41 coordenadores municipais totalizando 326 pessoas;
- Encontro dos Agentes de Leitura na X Bienal Internacional do Livro: 37 municípios e 203 participantes;
- Atendimento a 6.525 famílias e 14.083 pessoas no Projeto Agentes de Leitura em 827 localidades, com 41.519 empréstimos de livros;
- Apoio a 10 projetos: Missão Velha (90 crianças, adolescentes, jovens, adultos, deficientes e idosos); Fortaleza (100 jovens de 16 a 29 anos); Fortaleza (90 crianças e adolescentes de 7 a 17 anos); Hidrolândia (30 jovens de 16 a 24 anos); Fortaleza (220 crianças, adolescente e jovens); Itapipoca (90 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos); Fortaleza (atendendo 300 crianças, adolescentes e jovens); Fortaleza (90 crianças e adolescentes de seis a 17 anos); Fortaleza (490 crianças) e Assaré (200 crianças e adolescentes de seis a 17 anos);
- Qualificação de 10.980 jovens dos projetos Primeiro Passo e CE-Jovem Aprendizagem em Serviço;
- Inserção de 7.312 jovens como aprendizes e estagiários em empresas públicas e privadas;
- Oferta de 16.400 bolsas de aprendizagem na capital e interior do estado.

PROGRAMA 022 – EQUIDADE DE GÊNERO

O Programa Equidade de Gênero visa garantir o acesso às políticas públicas de proteção e enfrentamento às diversas violências contra a mulher, por meio da criação e fortalecimento de equipamentos sociais, ampliação da rede de atendimento e capacitação profissional para as mulheres.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
GABGOV	
Ampliar o número de conselhos municipais de defesa dos direitos das mulheres, de 65 para 184, no Estado do Ceará, até dezembro de 2012.	7
Ampliar, no mínimo, 50% das prefeituras municipais do Estado do Ceará, o número de secretarias municipais ou coordenadorias de políticas públicas para as mulheres.	7
Assessorar municípios para implantar equipamentos da rede de atendimento à mulher em situação de violência em 23 municípios com mais de 60 mil habitantes no Estado do Ceará.	4
Qualificar 800 mulheres com cursos profissionalizantes entre 2012 - 2015.	70
STDS	
Acolher, proteger e manter 60 mulheres vítimas de violência doméstica e sua prole.	60

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Elaboração do Planejamento Estratégico da Câmara Técnica Estadual de Gestão do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, visando à repactuação;
- Realização de evento marcando a entrada efetiva do Governo do Estado nas ações do “Outubro Rosa”, evento internacional de enfrentamento ao câncer de mama;
- Execução do projeto “Mulher de Lei”, levando, a cinco municípios do Estado, show com o poeta popular Tião Simpatia e palestras sobre a Lei Maria da Penha;
- Mapeamento, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará - FETRAECE, dos grupos de mulheres produtoras rurais do Estado, para elaborar políticas públicas específicas para esse segmento social;
- Constituição de grupos de trabalho interinstitucionais, com as seguintes atribuições: reestruturação do Conselho Cearense dos Direitos das Mulheres; elaboração de proposta para as estatísticas da segurança pública em relação à violência contra a mulher; elaboração dos fluxos de atendimento da rede estadual; multiplicação dos Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos das Mulheres; e elaboração do 1º Censo Penitenciário com Recorte de Gênero do Brasil;
- Capacitação de 70 conselheiras municipais na elaboração de projetos na área social e comunitária, em parceria com a Secretaria da Justiça e Cidadania - SEJUS e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR;
- Fomento na criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres no município de Limoeiro do Norte;
- Recuperação da estrutura física e aquisição de equipamentos para a Unidade de Acolhimento de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica.

PROGRAMA 023 – IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

O Programa Igualdade Étnico-racial tem como principal propósito a implementação de políticas públicas que visam à promoção da igualdade étnico-racial, em atendimento às demandas dos movimentos sociais e do movimento negro, ampliando, ainda, o debate sobre questões que dizem respeito às diversas maneiras de manifestação do racismo e suas formas de enfrentamento.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
GABGOV	
Reconhecer, com titulação 94 comunidades quilombolas e tradicionais.	3
Promover ações institucionais visando à inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo das 654 escolas da rede pública estadual de ensino.	200
SEDUC	
Atender às comunidades indígenas com a construção, ampliação e reforma de quatro unidades escolares.	4
Atender a 154 dos professores e gestores das escolas indígenas com formação continuada e em serviço, observando as peculiaridades das modalidades de ensino.	83
SDA	
Financiar 10 empreendimentos de infraestrutura, produtivos ou sociais para o desenvolvimento das comunidades quilombolas	4
Capacitar 500 pessoas em comunidades quilombolas	437
Beneficiar 2.360 famílias em comunidades tradicionais	202

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Articulação, com a SDA / IDACE e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e participação no Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI Pró-Quilombos, para titulação das comunidades quilombolas;
- Articulação com o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR, com a finalidade de promover políticas de igualdade racial nos municípios cearenses e neles estimular a criação dos conselhos municipais e dos planos municipais de promoção da igualdade racial;
- Mediação de conflitos em questões relativas ao Governo do Estado e à população indígena e quilombola;
- Articulação permanente junto à Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC, ao Fórum Estadual Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial, ao Conselho Estadual de Educação – CEC e às entidades do movimento negro para fins de implementação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08.;
- Realização do Encontro Interestadual das Comunidades Quilombolas Rurais do Estado do Ceará.
- Reunião do Fórum Permanente Étnico-racial e Fórum Intergovernamental para a Promoção da Igualdade Racial e sobre a construção do Plano de Ações Integradas para o Programa Brasil Quilombola em Brasília – DF;
- Formação da Associação dos Remanescentes de Quilombos na Serra do Juá, no Município de Caucaia-CE;
- Fortalecimento e ampliação da adesão dos municípios ao Fórum Intergovernamental de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR;

- Construção de salas de aula, salas de informática, salas de leitura, arquivos, almoxarifados e circulações nas escolas EDEFM Tapeba Capoeira, EDEFM Narcísio Ferreira Matos (Caucaia); EDEFM de Queimadas (Acará); e EDEFM Raízes Indígenas, (Novo Oriente), beneficiando 443 alunos;
- Realização do Curso de Formação Inicial em nível médio na modalidade normal, magistério indígena, para professores que atuam na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- Realização da 4ª etapa do Curso de Habilitação de Professores Indígenas para a Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que atuam nas escolas indígenas da rede pública do Ceará;
- Regularização das 36 escolas indígenas da rede estadual de ensino (criação e red denominação).

PROGRAMA 024 – PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

O Programa Promoção e Proteção dos Direitos Humanos tem, como principal propósito, a formulação de políticas públicas de direitos humanos, para a promoção dos direitos da cidadã e do cidadão, da criança, do adolescente, das pessoas em situação de rua, em situação de trabalho indecente e degradante, das minorias e de sua integração à vida comunitária e à educação e defesa dos direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
GABGOV	
Implantar 1 Centro de Referência em Direitos Humanos.	Concluída a reforma da antiga Estação de Trem da Parangaba, que será usada como Centro de Referência.
SEDUC	
Atender a 200 escolas da rede pública estadual com projetos de promoção da cultura de paz até 2015.	244
STDS	
Construir duas unidades regionalizadas de internação.	1
SEJUS	
Realizar 12 reuniões do Conselho de Defesa de Direitos Humanos, para deliberação das denúncias recebidas e discussão das violações dos direitos humanos no Estado do Ceará.	11

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização da “60ª Caravana da Anistia”, atividade que contou com vários eventos de discussão sobre a Lei da Anistia e o período da ditadura militar, além de julgamentos de processos de anistiados políticos com a participação de mais de 1.000 pessoas;

- Participação, como parceiro, na realização da “Caravana Cearense contra o Trabalho Infantil”, promovida pelo Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e do Ministério Público do Trabalho (MPT), com a realização de visitas a 21 municípios;
- Lançamento da cartilha “Direitos Humanos”, autoria de Zivaldo, para crianças e adolescentes, com a entrega das cartilhas para mais de 1.000 alunos da rede de ensino público estadual;
- Realização da 7ª Mostra Cinema e Direitos Humanos em Fortaleza, com a participação de aproximadamente 800 pessoas;
- Realização de palestras, Cineclube, Mostra de Cinema dos Direitos Humanos, Caravana da Paz, em parceria com SSPDS, com o envolvimento de 3.580 alunos e professores, vivências, seminários e encontros para sensibilização e capacitação dos moderadores, visando estratégias de aproximação escola/comunidade;
- Realização de seminários temáticos através do “Balcão da Cidadania” nos municípios de Itaitinga, Redenção e Limoeiro do Norte;
- Implementação de parcerias entre o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) com o Programa de Proteção aos Defensores (as) de Direitos Humanos do Ceará, Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas, Núcleo de Habitação e Moradia da DPGE e Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar;
- Lançamento do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). O Programa tem o objetivo de fazer a adoção de medidas que visem à proteção das pessoas ou grupos que promovam, protejam e defendam os Direitos Humanos e que, em função de sua atuação e militância, encontram-se em situação de risco, vulnerabilidade ou ameaça.

PROGRAMA 025 – ENFRENTAMENTO ÀS DROGAS

O Programa de Enfrentamento às Drogas tem como propósito implementar políticas de prevenção do uso, tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas, bem como favorecer aos assistidos em cumprimento de pena, com ações voltadas ao enfrentamento da drogadicção e promoção da saúde mental.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
SESA	
Apoiar os 184 municípios cearenses na implantação/implementação de ações voltadas ao enfrentamento da dependência de álcool, crack e outras drogas.	112
Capacitar 360 trabalhadores de saúde no enfrentamento de dependência do crack e outras drogas.	420
SEJUS	
Realizar 80 cursos, eventos, campanhas e ações de divulgação.	69
Criação de uma equipe itinerante de suporte às ações do Programa de Ações Continuadas de Assistência aos Drogadictos no Sistema Penitenciário - PACAD	1

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realizadas escutas aos públicos de interesse da política, sobre enfrentamento às drogas e reuniões de alinhamento das ações dessa temática junto às setoriais, visando subsidiar a pactuação do plano “Crack, é possível vencer”, coordenado pelo Governo Federal;
- Realização de convênios para custeio de vagas em comunidades terapêuticas, para o atendimento de dependentes químicos;
- Realização de seminários para estruturação da Rede de Atenção aos Usuários de Álcool, Crack e Outras Drogas;
- Realização de cursos de capacitação em saúde mental, álcool e outras drogas através da UECE e ESP;
- Implantação do Centro Regional de Referência, para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares no Estado do Ceará;
- Lançamento e distribuição da Cartilha do PACAD a 8.481 pessoas, entre internos e seus familiares, em Unidades Prisionais (UPs) da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e interior do Estado, bem como a pessoas em cumprimento de penas alternativas e agentes penitenciários em curso de formação;
- Instituição de equipe itinerante para suporte às equipes de saúde das UPs da RMF (psicólogo, assistente social, enfermeiro e psiquiatra), realizando 147 visitas, implementando 47 ações, totalizando 1.502 intervenções (660 participações em grupos, 302 atendimentos individuais e 540 ações com familiares);
- Implantação de programa semanal na Rádio Livre, veiculado a cinco UPs, congregando parceiros diversos (Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, Brahma Kumaris, NARANON, profissionais de saúde, etc.);
- Implementação de parcerias e ações conjugadas com instituições da rede social (Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos, NARANON, Celebrando Restauração e INEC);
- Realização de 13 cursos, palestras e outras atividades educacionais voltadas para profissionais da saúde penitenciária e demais profissionais do sistema prisional.

PROGRAMA 026 – ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O Programa Atenção à Pessoa com Deficiência tem, como principal propósito, a articulação junto ao Governo Federal para adesão e implantação, no Estado do Ceará, do Plano Nacional Viver sem Limite, e, ainda, o fortalecimento da política pública e da rede de atendimento voltada para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
GABGOV	
Difundir nos 184 municípios a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Ceará.	27
Ampliar de 20 para 184 a quantidade de municípios cearenses com Conselho dos Direitos das Pessoas com Deficiência.	6
SESA	
Apoiar os 31 municípios que prestam atendimento especializado à pessoa com deficiência.	31
SEJUS	
Fortalecer os 15 Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas com Deficiência.	15
STDS	
Assegurar o apoio financeiro a 27 municípios na realização de serviços e projetos voltados para 1.850 pessoas com deficiência.	1.692
SESPORTE	
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas com necessidades especiais, através da realização do Projeto Paraolímpico, com a atenção para 8.000 pessoas.	2.000

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Articulação junto às prefeituras municipais para adesão ao Programa Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola, o que resultou em 94% de municípios contemplados;
- Conclusão da elaboração do Plano Estadual da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Aquisição de 42.690 bolsas de colostomia e urostomia, beneficiando 1.120 pacientes do interior do Estado;
- Capacitação de 45 profissionais de saúde em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Capacitação de 133 profissionais em Atenção à Pessoa com Deficiência;
- Capacitação de 1.250 pessoas com deficiência, representantes de entidades e gestores, nas oito macrorregiões do Estado, nos segmentos de deficiência intelectual, física, auditiva, visual, orgânica e múltipla;
- Realização da III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Ceará - “Um olhar através da Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: novas perspectivas e desafios”. evento que contou com a participação de 250 pessoas;
- Capacitação continuada de gestores, conselheiros municipais e técnicos das equipes municipais e da rede socioassistencial de 27 municípios que desenvolvem projetos locais, através do curso “Ampliando o olhar do SUAS para a Pessoa com Deficiência”;
- Apoio técnico e financeiro a 27 prefeituras municipais no atendimento a 1.692 pessoas com deficiência, por meio de editais de seleção de projetos;

- Realização de eventos de sensibilização da sociedade, de divulgação de informações sobre acessibilidade, atitudinal, arquitetônica e comunicacional, direitos das pessoas com deficiência e respeito às diferenças;
- Garantia de acesso a serviços de educação, reabilitação e outras políticas públicas, a 244 pessoas com deficiência, residentes em municípios da RMF através da garantia de transporte para deslocamento;
- Manutenção das ações da Gráfica Braille, resultando na transcrição de cerca de 40.000 documentos, em atendimento a demandas do Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CEDEF);
- Realização das Paralimpíadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e apoiadas pela Secretaria do Esporte, com a participação de 31 paratletas.

PROGRAMA 027 – ATENÇÃO À PESSOA IDOSA

O Programa Atenção à Pessoa Idosa tem por objetivos: articular e o monitorar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - RENADI); apoiar técnica e financeiramente as gestões municipais; desenvolver ações para a alfabetização e inclusão de pessoas idosas no mundo das novas tecnologias, assegurando direitos sociais aos idosos, criando condições para promover sua autonomia, participação e integração na sociedade e fortalecer os vínculos afetivos e familiares.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
GABGOV	
Atender 184 municípios cearenses inseridos na Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI.	10
Ampliar para 184 o número de Conselhos dos Direitos da Pessoa Idosa nos municípios cearenses.	152
SESA	
Apoiar 100% dos municípios na implementação da saúde da pessoa idosa na atenção primária.	100%
STDS	
Apoiar financeiramente 5.200 pessoas idosas em municípios.	2.984
SESPORTE	
Realização de um evento para promover a acessibilidade das pessoas idosas nas atividades de esporte e lazer.	1
Proporcionar a participação e acessibilidade das pessoas idosas, através da realização do Projeto Felicidade, com atenção para 3.600 pessoas ao ano.	600
SEJUS	
Implantar, ampliar e /ou modernizar o Núcleo Especializado do Idoso (RMF)	1

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Realização, em parceria com diversas setoriais e a sociedade civil organizada, da Semana do Idoso, com a participação de aproximadamente 530 pessoas idosas;
- Realização de evento comemorativo ao Dia Internacional do Idoso, que contou com a participação de 687 pessoas idosas;
- Alimentação de conteúdo e divulgação de notícias e serviços de interesse das pessoas idosas no Portal Inclusivo;
- Monitoramento da utilização da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa nas Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF);
- Elaboração de pesquisa sobre o risco de quedas na população idosa;
- Assessoramento técnico aos municípios para implantação da Atenção Domiciliar;
- Capacitação de 169 profissionais de saúde para Atenção à Pessoa Idosa;
- Apoio técnico e financeiro a municípios, para o atendimento a 2.984 idosos;
- Capacitação de 174 técnicos das equipes municipais e da rede socioassistencial;
- Ações de mobilização da sociedade em repúdio à violência contra o idoso e em respeito ao direito dos idosos, com a participação de 950 pessoas;
- Realização do Projeto Felicidade 2012, beneficiando 600 pessoas por meio de atividades físicas, recreativas, socioesportivas e culturais, resgatando a independência, autoestima, saúde e qualidade de vida das pessoas da melhor idade;
- Realização dos Jogos da Felicidade, com a participação de 600 pessoas. Foram desenvolvidos torneios de basquete, vôlei, atletismo, futebol e jogos sensoriais como dama, dominó, xadrez e baralho.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

Coube ao Gabinete do Vice-Governador (GABVICE), no ano de 2012, acompanhar o processo de implementação das ações prioritizadas nas 17 oficinas regionais do Planejamento Plurianual Participativo – PPA (realizadas em 2011), através do Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários – MAPP e da realização do V Fórum Estadual do PPA. Outra ação desenvolvida foi a mobilização e sensibilização dos prefeitos, da sociedade civil e dos Conselhos de Políticas Públicas, por meio dos mobilizadores sociais, para participarem das 150 Conferências Municipais e da 1ª Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social - CONSOCIAL, realizadas em parceria com a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, alcançando resultados satisfatórios em termos de delegados eleitos por macrorregião, conforme quadro a seguir.

DELEGADOS ELEITOS PARA A 1ª CONSOCIAL

Macrorregião	Conselhos de Políticas Públicas	Poder Público	Sociedade Civil	Total
Região Metropolitana de Fortaleza	20	62	120	202
Baturité	12	34	65	111
Litoral Oeste	23	74	144	241
Sobral / Ibiapaba	18	53	105	176
Sertão dos Inhamuns	11	34	63	108
Sertão Central	22	61	105	188
Cariri / Centro Sul	41	117	230	388
Litoral Leste / Jaguaribe	24	65	122	211
Total Geral	171	500	954	1625

A fim de garantir eficácia nas ações de acompanhamento e mobilização da sociedade civil, foram realizadas atividades de capacitação de mobilizadores sociais e equipe técnica, bem como encontros no sentido de acompanhar e direcionar as atividades desses mobilizadores nas microrregiões, trazendo como resultado a expressiva participação popular nos eventos em que a Vice-Governadoria atuou como patrocinadora ou apoiadora.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

PROGRAMA 019 – COORDENAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTADUAL

É desenvolvido em parceria com a SEPLAG, visando aproximar governo e sociedade para a ampliação do nível de tomada de decisão, promoção da transparência pública e fortalecimento do controle social sobre as ações governamentais, além de consolidar a identidade e o empoderamento das regiões/territórios do Estado do Ceará.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Realizar Encontros Regionais de Acompanhamento das Ações do PPA para prestação de contas da ação de governo, onde serão debatidas com as entidades cadastradas as prioridades regionais para a elaboração da construção do orçamento participativo de 2013.	5
Realizar três seminários para divulgação das ações governamentais e das exigências legais para fins de parcerias com o Terceiro Setor.	3
Mobilizar a participação dos atores da sociedade civil organizada em cada município e por região, através de palestras sobre planejamento e controle social.	600

RECURSOS

Para viabilizar o desenvolvimento das ações previstas no Programa Temático Setorial, dentro de sua área temática Governo e Sociedade, foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.269.997,68.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Mobilização dos atores sociais para participação no V Fórum Estadual do PPA, realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG;
- Capacitação da equipe técnica e de mobilizadores sociais em metodologias de mobilização social para consolidar a participação da sociedade, num total de 23 participantes;
- Realização do Encontro dos Mobilizadores Sociais, em Fortaleza, visando compartilhar com a população as ações do PPA/Orçamento e sugestões para as atividades dos mobilizadores no ano de 2013;
- Realização de encontros, em Morada Nova (10ª Microrregião) e em Quixadá (12ª Microrregião), com os representantes da sociedade civil e poder público, para apresentar as ações contempladas e não contempladas no MAPP e os empreendimentos do Governo do Estado;
- Participação de técnicos e mobilizadores sociais do PPA nas Conferências Municipais, na condição de palestrantes, sobre o tema “A Sociedade no Acompanhamento e Controle da Gestão Pública”;
- Participação dos mobilizadores sociais e equipe técnica do PPA na realização da I Conferência Estadual sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL).

CASA CIVIL

Com o intuito de cumprir o que preceitua a área temática e assumindo o compromisso de dar transparência às suas ações, seja na publicização das suas informações, no relacionamento com os meios de comunicação, no diálogo com representações da sociedade, ou nas relações com poderes constituídos, a Casa Civil, em 2012, conseguiu resultados significativos, tais como:

- Promoção da melhoria qualitativa e quantitativa na transparência com a sociedade, por meio de constante inovação na utilização das mídias digitais tipo Twitter, Facebook, Youtube, Drivetoweb, Portal do Governo e transmissões ao vivo de eventos governamentais. Além da mídia diversificada, cabe registrar, ainda, a Ouvidoria, acatando as manifestações dos cidadãos;
- Contribuição para o crescente desenvolvimento econômico do Estado, fortalecendo, por exemplo, a área de turismo regional e nacional, por meio do desenvolvimento e da implantação de uma crescente política de comunicação e publicidade do Governo do Estado;
- Realização do monitoramento da execução dos projetos prioritários de governo, destacando-se entre eles: o Centro de Eventos do Ceará, a Refinaria, a Siderúrgica, o Acquário, o Cinturão Digital, o Metrô de Fortaleza, a Arena Castelão, a ampliação do Porto do Pecém, a duplicação de rodovias e a Zona de Processamento de Exportações (ZPE);

- Contribuição para a melhoria da gestão hospitalar, com atuação integrada com a Secretaria de Saúde do Estado e com os diretores de hospitais, com destaque no apoio à adequação dos custos e à modernização do sistema informatizado de gestão hospitalar em todas as unidades do Estado;
- Contribuição para a valorização da identidade cultural das regiões cearenses, através da Fundação de Teleducação do Ceará – FUNTELC, que tem como atribuições: o avanço da democratização do conhecimento e fortalecimento do processo de modernização do parque técnico da TV Ceará, mantendo-a no patamar de primeira emissora pública de televisão digital do Brasil.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política de Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas, foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 174.411.139,00.

PROGRAMAS TEMÁTICOS

PROGRAMA 035 – COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Programa contribui para a transparência das ações governamentais e o apoio à execução das políticas públicas do Estado.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Criar, produzir e veicular 30 campanhas/ações publicitárias.	30
Realizar 600 eventos governamentais.	450
Monitorar 16 projetos estratégicos.	59

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Monitoramento de 59 projetos prioritários do Governo, mediante o acompanhamento dos pontos críticos para a sua implantação, com destaque para os empreendimentos: Centro de Eventos do Ceará, Centro de Convenções do Cariri, Acquário do Ceará, Refinaria, Siderúrgica, Cinturão Digital, Metrô de Fortaleza, Arena Castelão, ampliação do Porto do Pecém, duplicação de rodovias, aeroportos, obras de barragens e adutoras, Eixão e Cinturão das Águas, construção e recuperação de cadeias públicas, construção de escolas de ensino médio e profissionalizante, reforma do Teatro Carlos Câmara e Zona de Processamento de Exportação (ZPE);
- Desenvolvimento e implementação de 30 campanhas/ações publicitárias, destacando-se os setores de turismo, saúde, educação, infraestrutura/mobilidade urbana e temas que abordaram diversos aspectos: escolas, empregos, programa Primeiro Passo, agricultura familiar, cultura, dentre outros;

- Realização de seis estudos e pesquisas quantitativas/qualitativas das ações governamentais.
- Elaboração e divulgação de clipping diário, com informações de interesse do Governo, totalizando 264 clippings;
- Realização de visitas guiadas, beneficiando um público de 2.000 pessoas aos novos equipamentos inaugurados pelo Estado: Arena Castelão, Centro de Eventos do Ceará, Metrô de Fortaleza, Hospital Regional Norte e EEEP Aquiraz;
- Monitoramento das notícias do Governo veiculadas nas mídias impressa, rádio, TV e web contabilizando: 9.382 seguidores e 7.839 mensagens no Twitter; 15.633 curtidores no Facebook e 2.212 matérias publicadas no Portal do Governo (www.ceara.gov.br) com 13.674.615 de acessos ao Portal, dentre outras;
- Realização de 450 eventos diversos, com destaque para: 114 eventos de inauguração; 140 solenidades de secretarias e órgãos governamentais; três avaliações dos programas prioritários (MAPPs); 25 apoios a campeonatos esportivos; 17 campanhas da área da saúde; apoio a 105 eventos culturais; 18 seminários de capacitação, planejamento e ações; apoio a três programas Plurianual, Justiça e Cidadania; quatro audiências públicas; oito reuniões governamentais e cinco Férias no Ceará. Destaque para os programas “Férias no Ceará” e “Giro Cultural”, e para as inaugurações das policlínicas, delegacias, escolas de ensino profissional, UPAS, Aeroporto de Aracati, Metrô e Centro de Eventos do Ceará;
- Formalização de 273 convênios de interesse do Governo do Estado com a finalidade de fomentar a implementação de políticas públicas, sendo firmados 79 com instituições e organizações da sociedade civil e de 194 com outras esferas de governo;
- Divulgação de atos oficiais e legais dos diversos órgãos do Governo do Estado do Ceará em jornais de circulação regional, nacional e internacional e no Diário Oficial da União, atendendo a 100% da demanda;
- Emissão e divulgação de 240 edições do Diário Oficial do Estado, publicadas com 9.480 matérias de órgãos do Governo do Estado, Tribunal de Contas do Município, Tribunal de Contas do Estado, Assembleia Legislativa e de interesse de particulares;
- Alteração do site e criação do Comitê Gestor da Informação de ações para adequação da Secretaria à Lei de Acesso à Informação.

PROGRAMA 059 – TELEDIFUSÃO CULTURAL E INFORMATIVA

O principal objetivo deste Programa é implantar mecanismos de modernização e melhoria da transmissão de sinais de áudio e vídeo da TVC, visando à continuidade e qualidade dos programas veiculados.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Criar, produzir, repaginar e veicular 12 programas e documentários televisivos.	7

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Grade de programação 24 horas da TV Ceará, com 17.151 exibições, sendo 11.184 programas transmitidos em cadeia com a TV Brasil e 5.967 programas locais, de produção própria ou produzidos em parceria;
- Ingresso, na grade de programação da emissora, de sete novos programas: Agenda Nordeste, Ceará Católico, Entre Ideias, Esporte em Ação, Leruaite, Nossa Terra Nossa Gente e Vem com a Gente;
- Aquisição de três instrumentos musicais para premiação em concurso promovido pela TV Ceará – Programa Sanfonas do Brasil, prêmios destinados aos três melhores sanfoneiros do Nordeste, em homenagem ao centenário de vida de Luís Gonzaga.

CASA MILITAR

Compete à Casa Militar a garantia e o zelo pela integridade pessoal dos titulares do Poder Executivo Estadual e de seus familiares, bem como de autoridades e dignitários em visita oficial ao Estado do Ceará. Além de articular informações estratégicas junto às entidades governamentais e sociedade civil, contribuindo com as demais secretarias, para a consecução das ações governamentais que relevem o pleno exercício do Poder Executivo.

Em outra vertente, a Casa Militar atua no planejamento e na coordenação das atividades de segurança dos eventos que contam com a presença do governador, do vice-governador, de ex-governadores e de dignitários em visita oficial ao Estado.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Efetivação da Guarda Palaciana.
- Capacitação e aperfeiçoamento do efetivo para o desempenho das ações de segurança de autoridades.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A atuação da Procuradoria Geral do Estado visa garantir o atendimento dos serviços prestados pela Administração Pública no que se refere às atividades de representação jurídica, judicial, extrajudicial, de consultoria, processamento de licitações e gestão da dívida ativa do Estado e assessoramento para realização de acordos judiciais, extrajudiciais para desapropriação de áreas para instalação de empreendimentos e equipamentos públicos. Também atua para busca efetiva de recursos através de crédito público, e das diferenças apuradas em favor do Estado, quando são verificadas, analisadas e elaborados os cálculos judiciais, das ações em favor do Estado.

Para controlar os gastos na administração e reduzir custos vem buscando cada vez mais aprimorar as ações referentes aos gastos públicos, principalmente no que se refere à aquisição de bens e contratação

de serviços. Nesse sentido a PGE contribui de forma significativa, haja vista a sua atuação, na realização das compras governamentais, centralizadas na Central de Licitações do Estado, com o intuito de conferir a regularidade, segurança, transparência, controle, eficiência e eficácia nas aquisições e alienações públicas.

Dentre suas ações em 2012 a PGE realizou:

- Análise e elaboração de cálculos em 1.123 processos até 30 de setembro de 2012 – Dados do Relatório trimestral elaborado pela Assessoria de Cálculos;
- Apurado como de decisões judiciais favoráveis no período, decorrentes de Embargos à Execução, impugnação de cálculos e proveniente de Acordos em Precatórios uma economia efetiva de R\$ 12.866.995,85;
- Efetivação das inscrições de 38.814 débitos totalizando o valor de R\$ 462.953.231,13 tendo sido recuperado até o mês de outubro do ano em curso, o montante de R\$ 46.622.862,91;
- Inscritos 104 créditos de natureza não-tributária, sendo pagos 70 totalizando um valor de arrecadação de R\$ 389.496,90;
- Analisados 392 processos administrativos oriundos do DECON, órgão do Ministério Público responsável pela defesa do consumidor.
- Ajuizados execuções fiscais que ultrapassaram a soma de R\$ 1 bilhão, com o objetivo de recuperar créditos tributários;
- Realizados seis cursos para os servidores do Sistema de Licitações, gerando 300 oportunidades de capacitação e quatro seminários com 150 vagas;
- Realização, do II Curso Brasileiro Interdisciplinar em Direitos Humanos, em parceria com o Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, o Instituto Interamericano de Direitos Humanos e a Universidade de Fortaleza;
- Realização de: XIX Fórum de Debates sobre Direito Público; XVIII Fórum Nacional de Direito Penitenciário; e diversos Ciclos de Exposições e Debates de Atualização Jurídica
- Ajuizadas execuções fiscais que ultrapassaram a soma de R\$ 1 bilhão, com o objetivo de recuperar créditos tributários.

Por meio da Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará - ARCE, autarquia vinculada à Procuradoria Geral do Estado, é ofertado à sociedade as atividades de normatização, fiscalização, reajustamento e revisões de tarifas e atendimento ao usuário dos serviços delegados no Estado do Ceará, com o objetivo de equilibrar os interesses dos usuários do poder concedente e dos prestadores de serviços públicos delegados, na busca da transparência e da garantia da excelência destes serviços, atuando nos setores de energia elétrica, gás canalizado, transporte intermunicipal de passageiros e saneamento básico.

RECURSOS

Para viabilizar a atual política da Procuradoria Geral do Estado, foram empenhados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 76.444,78 mil para o desenvolvimento das ações previstas nos dois programas temáticos sob sua responsabilidade.

PROGRAMAS TEMÁTICOS SETORIAIS

PROGRAMA 053 – REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS

O Programa objetiva implantar instrumentos de avaliação e fiscalizar os serviços públicos regulados pela ARCE, para assegurar a qualidade e eficiência da sua prestação no Estado do Ceará.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Elaborar 2 pesquisas sobre o sistema de transporte rodoviário intermunicipal	1
Realizar fiscalizações em 80 municípios para verificar a qualidade da água e do esgotamento	71
Realizar 11 fiscalizações para verificar qualidade dos serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica	9
Realizar 59 fiscalizações em campo e efetuar acompanhamentos de escritórios para usinas em construção sobre empreendimentos de geração eólica, temática, hídrica e solar em construção e/ou operação.	47
Realizar 2 fiscalizações junto à concessionária de distribuição de gás canalizado	2
Realizar 17 audiências públicas presenciais intercâmbio documental	9

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

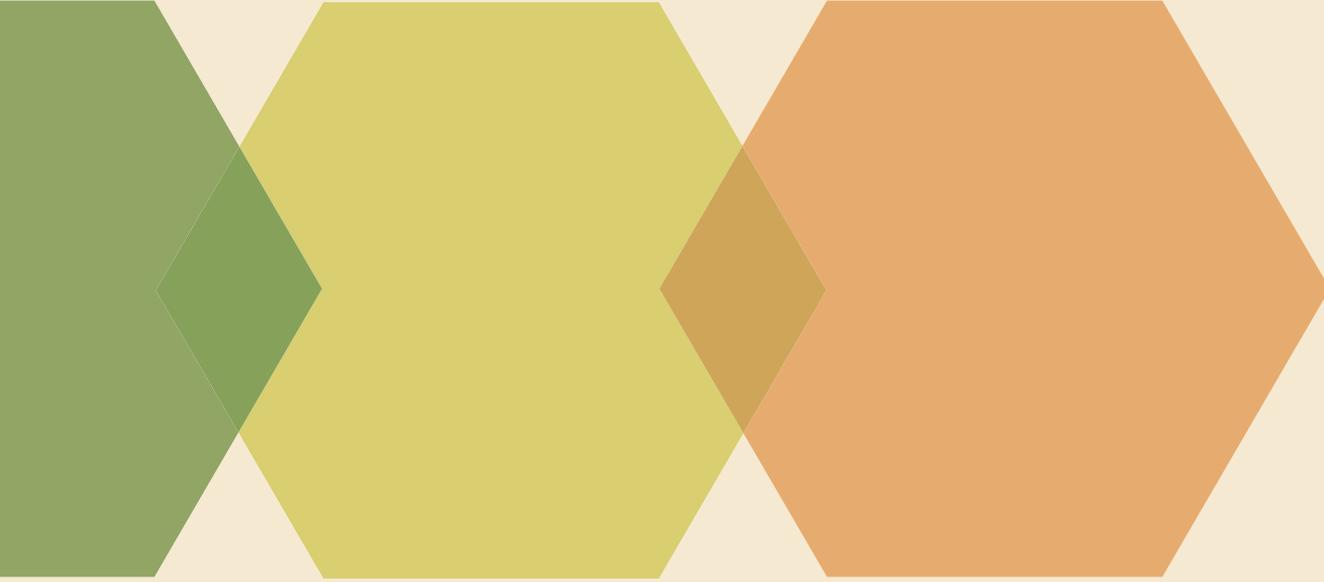
- Realização de 35.117 atendimentos de Ouvidoria dos diversos setores regulados, dos quais 2.466 foram referentes à reclamações, sendo 2.058 reclamações relativas ao setor de energia elétrica, 342 do setor de abastecimento de água e esgoto, 64 reclamações do setor de transportes e duas reclamações de gás canalizado, com prazo médio de encerramento de 20 dias, 15 dias, 158 dias e 24 dias, respectivamente;
- Realização de pesquisa de satisfação com os usuários que utilizaram os serviços de Ouvidoria, totalizando uma amostra de 1012 respondentes;
- Realização de nove Audiências Públicas na modalidade de intercâmbio documental que trataram de assuntos no setor de gás canalizado (revisões tarifárias; alteração de procedimentos nos processos de revisões das tarifas; alteração de Resolução sobre os padrões de distribuição

de gás canalizado e a participação financeira do usuário nas obras do serviço de distribuição), no setor de abastecimento de água e esgotamento sanitário, (revisões tarifárias; alteração do Plano de Contas da concessionária; mudança em critérios de sanção por infrações cometidas pela concessionária e o Reposicionamento Tarifário Provisório – RTP, a ser aplicado às tarifas cobradas para tais serviços públicos);

- Realização do evento “Arce nos Municípios” na cidade de Canindé, reunindo consumidores, representantes de órgãos públicos, integrantes de entidades classistas e diferentes grupos formadores de opinião que discutiram sobre regulação;
- Criação do Fórum Regulação e Cidadania, lançado na Assembleia Legislativa estabelecendo uma relação direta com os consumidores e contribuindo na ampliação dos conhecimentos sobre o real papel de uma agência reguladora e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- Realização de estudo sobre as boas práticas de Análise do Impacto Regulatório – AIR e *workshop* de capacitação com parceria do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG, implementado pelo Governo Federal, com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- Fiscalização da qualidade dos serviços prestados pela concessionária de distribuição de energia elétrica, totalizando seis fiscalizações que tiveram como objetos os critérios de qualidade de atendimento comercial e telefônico, qualidade geral do fornecimento de energia, indicadores de continuidade individuais, níveis de tensão e os subsídios para consumidores de baixa renda. Além disso, outras três fiscalizações não programadas foram realizadas para abordar o descumprimento de decisões da Aneel, a redução de níveis tarifários e um acidente sem vítima fatal;
- Fiscalização da geração de energia no Estado em 14 usinas eólicas e o monitoramento de 68 empreendimentos de geração de energia eólica, térmica, hídrica e solar, em fase de outorga, construção e operação;
- Realização de 71 ações de fiscalização, sendo 9 na RMF e 71 no interior do estado para análise da qualidade da água e do esgotamento sanitário - Região do Baturité (4); Cariri/Centro Sul (22); Sertão Central (8); Sertão dos Inhamuns (5); Litoral Leste/Jaguaribe (5) Sobral/Ibiapaba (12); LitoralOeste (6);
- Participação nos estudos para definição da Política e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, além do apoio no Estudo de Regionalização tendo como objetivo a consolidação das Leis Federais nº 11.445/2007 e 12.305/2010;
- Atuação efetiva da Agência na elaboração de políticas públicas de saneamento básico, com o apoio na elaboração de 20 Planos Municipais de Saneamento que resultaram como produtos do 1º Convênio de Cooperação Técnica firmado entre a Arce, Cagece, APRECE e Secretaria das Cidades;
- Fiscalizações semestrais, verificando a adequação da tecnologia empregada pela Concessionária de distribuição de gás canalizado visando o cumprimento do contrato de concessão e dos procedimentos previstos nos instrumentos normativos de regulação da atividade;

- Realização de estudo acerca de uma nova modelagem para o transporte metropolitano;
- Avaliação da qualidade de 10 terminais de passageiros do Sistema Rodoviário (Messejana, Antônio Bezerra, Aracati, Canindé, Caridade, Baturité, Beberibe, Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte), analisando a infraestrutura, estado físico do imóvel, acessibilidade, serviço dos boxes, área de espera e circulação, plataforma e rampa, escadas e guichês;
- Realização de pesquisa sobre a qualidade da prestação do Serviço Regular de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros visando obter subsídios para a elaboração de metodologia para cálculo do Índice de Desempenho Operacional (IDO);
- Realização do monitoramento econômico-financeiro trimestral das empresas delegatárias do Stip e do cumprimento das Resoluções da Arce, a fim de assegurar a prestação dos serviços com a observância das condições de equilíbrio econômico-financeiro necessárias a sua sustentabilidade de longo prazo.





CORREIÇÃO E DISCIPLINA



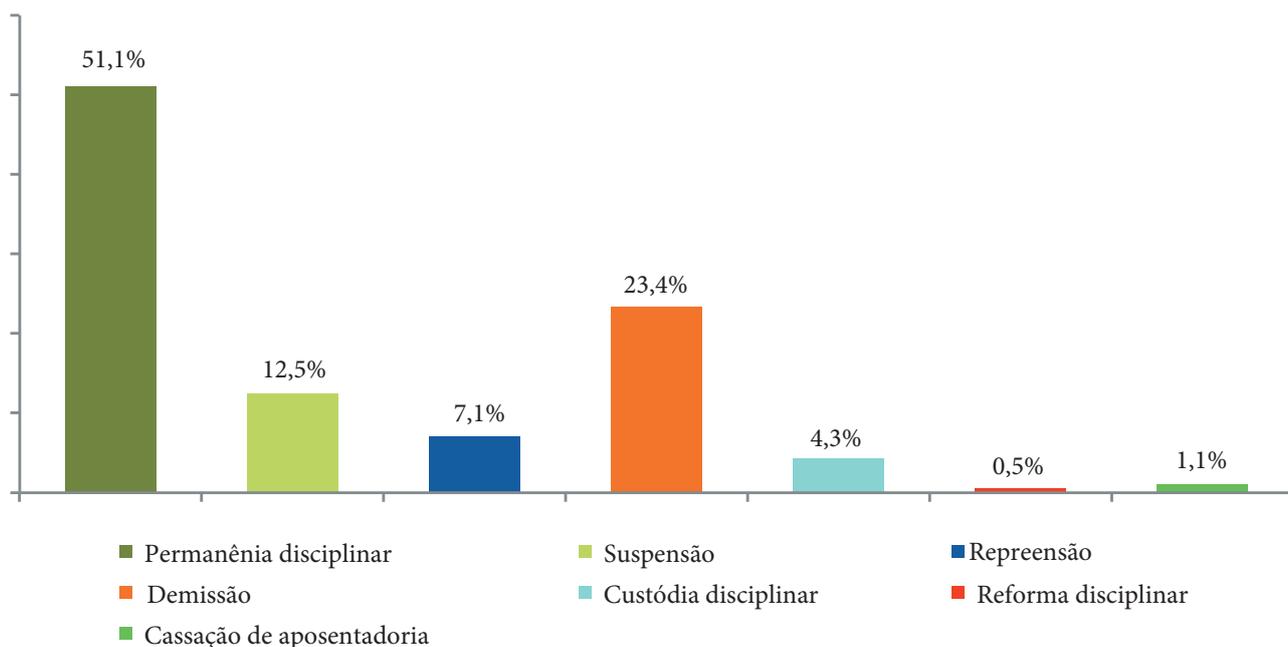
**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Para alcançar maior eficácia e eficiência dos serviços de segurança pública e penitenciário prestados à sociedade, o Estado do Ceará implantou, a partir de 2011, de forma inédita no País, um novo modelo, onde as ações de prevenção, apuração de desvios de conduta e aplicação das sanções cabíveis passaram a ser executadas sob a responsabilidade da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário – CGD.

Para o cumprimento eficiente de sua missão de “prevenir e reprimir os desvios de conduta de integrantes dos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à sociedade”, a CGD desenvolve ações de natureza preventiva e repressiva: 1) apurar com celeridade os processos de desvios de conduta, com ênfase naqueles de maior complexidade; 2) realizar fiscalização e correição preventiva e repressiva, visando inibir desvios de conduta.

Em 2012, somando-se aos 5.214 processos oriundos da extinta Corregedoria Geral da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS, foram formalizadas 1.854 novas denúncias, totalizando 7.068 processos a serem apurados. Desta forma priorizaram-se as atividades de investigação, instauração e instrução de sindicâncias e de processos administrativos disciplinares. Com efeito, 2.969 processos foram submetidos à análise preliminar, dos quais foram instaurados 1.951 procedimentos disciplinares, destacando-se as 1.642 sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares envolvendo 2.984 servidores. Até o momento, foram aplicadas 184 punições, sendo que 91 referem-se à permanência disciplinar e 43 demissões, representando, respectivamente, 51,1% e 23,4% do total de punições publicadas e a publicar no Diário Oficial do Estado do Ceará. (vide gráfico a seguir).

PUNIÇÕES APLICADAS



Fonte: SISPROC/Controladoria Geral de Disciplina – CGD

Os resultados setoriais da CGD buscam reduzir os desvios de conduta nos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário, bem como dar maior celeridade na resolutividade de processos administrativos, de modo que todos os denunciados sejam devidamente investigados e, quando for o caso, punidos, assegurando o direito de ampla defesa, visando sempre à melhoria e ao aperfeiçoamento da disciplina, além de uma resposta tempestiva à sociedade. Neste sentido, para efeitos de medir os resultados, considerou-se os 20.838 agentes públicos, abrangendo os militares da Polícia Militar, militares do Corpo de Bombeiros, membros da carreira de Polícia Judiciária e membros da carreira de Segurança Penitenciária. Vale ressaltar que o elevado índice de realização decorreu de dois fatores: 1) o esforço concentrado da equipe da CGD, com realização de dois mutirões; 2) a grande quantidade de processos da extinta Corregedoria já prescritos, com o conseqüente arquivamento sem necessidade de instauração de procedimento disciplinar.

CORREIÇÃO E DISCIPLINA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES 2011 - 2012

Indicadores	2011 (*)	2012 (**)
Percentual de servidores denunciados	2,3%	6,0%
Percentual de servidores submetidos a procedimentos disciplinares	--	14,3%
Percentual de servidores punidos nos procedimentos disciplinares	--	0,9%

(*) No percentual de servidores denunciados em 2011 somente foram consideradas as denúncias apresentadas após 20/06/11, data de publicação da Lei 98/2011, marco da criação da CGD.

(**) A CGD, apesar de criada em junho de 2011, teve as suas atividades finalísticas iniciadas em 2012, após estruturação física e composição das equipes.

RECURSOS

Foram alocados, em 2012, recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.030.000,00 para o desenvolvimento das ações previstas no Programa Controle Disciplinar da Segurança e Sistema Penitenciário.

PROGRAMA TEMÁTICO SETORIAL

PROGRAMA 096 – CONTROLE DISCIPLINAR DA SEGURANÇA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

Objetiva o fortalecimento da infraestrutura tecnológica, física e logística da CGD, além da permanente capacitação dos seus servidores, com vistas ao desempenho eficaz das atividades preventivas e repressivas de combate aos desvios de conduta dos servidores submetidos à Lei 98/2011.

Metas Prioritárias - 2012	Realizado
Deliberar 260 processos de desvios de conduta cadastrados após a criação da CGD	953
Deliberar 1.470 processos de desvios de condutas oriundos da Corregedoria Geral	2.016

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

- Aquisição de três veículos com cela, rádio transceptor e sinalizador acústico e visual, para utilização nas atividades de fiscalização e correição de responsabilidade do Grupo Tático de Atividades Correcionais (GTAC);
- Aquisição de fibra óptica e serviços de conexão à Rede Gigafor;
- Reparelhamento e modernização da infraestrutura física, logística e da área de Tecnologia da Informação da CGD;
- Capacitação de técnicos com 220 novas oportunidades de treinamento, beneficiando 72 servidores;
- Realização do I Seminário da Controladoria Geral de Disciplina – Um Novo Modelo Disciplinar;
- Implantação do Sistema de Controle de Processos Disciplinares (SISPROC);
- Realização de mutirão para análise do mérito e classificação dos processos oriundos da extinta Corregedoria Geral da SSPDS.





PERSPECTIVA
DA ATUAÇÃO
GOVERNAMENTAL
PARA 2013



TENDÊNCIA ECONÔMICA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

A economia cearense vem crescendo acima da média nacional e, para os próximos anos, a tendência é de continuidade. Espera-se que, no fechamento das estimativas do ano de 2012, o PIB estadual fique em torno de 3,5%, acima do crescimento de 0,98% do PIB brasileiro, previsto pelo Banco Central, no Relatório Focus (28 de dezembro de 2012).

A Tabela 1 traz os resultados das previsões das economias cearense e brasileira, para 2012 e 2013 em valores do PIB a preços de mercado correntes, taxas de crescimento e respectivos valores do PIB *per capita*, que representa a renda gerada pelas atividades econômicas em relação à população residente. A razão entre o PIB *per capita* do Ceará e do Brasil corresponde a 46%.

TABELA 1
ESTIMATIVA DO PIB A PREÇOS DE MERCADO E PIB PER CAPITA
BRASIL E CEARÁ - 2012- 2013

Indicadores	2012 (*)		2013 (*)	
	Ceará	Brasil	Ceará	Brasil
Selecionados				
PIB (R\$ milhão)	94.655	4.422.499	103.826	4.818.335
Crescimento Real do PIB (%)	3,5	0,98	4,0	3,3
PIB per capita (R\$)	10.999	22.803	11.958	24.643

Fonte: IPECE e IBGE.

(*) Estimativas do IPECE que podem sofrer alterações quando forem divulgados os valores definitivos.

A razão de o crescimento econômico cearense ser maior do que o da economia brasileira reside no desempenho de alguns segmentos que exibiram resultados superiores aos do País, como é o caso do comércio, exaltando o varejista e das atividades ligadas à construção civil, que mostram crescimento desde o ano de 2004.

A estimativa do crescimento da economia cearense se sustenta na efetivação dos projetos estruturantes em implantação e nos investimentos previstos do setor público, aliados ao incentivo a um maior aproveitamento das potencialidades naturais do Estado.

Nesse aspecto, cabe referência ao setor do Turismo, valendo ressaltar que, a despeito do Ceará se destacar como um dos principais destinos dos brasileiros, necessita ainda atrair maior fluxo de turistas estrangeiros, sobretudo com a qualificação de equipamentos. Desta forma, dentre os projetos estratégicos do Governo estadual estão a ampliação do Aeroporto Pinto Martins e o início da operação do Aeroporto de Aracati, em 2013, bem como a ampliação das Rodovias CE-040, de Beberibe a Aracati, e CE-085 (Rodovia Estruturante). Cumpre lembrar que, com as finanças equilibradas, o Estado do Ceará encontra-se em uma situação favorável à realização de investimentos.

A Construção Civil, desde 2004, juntamente com o Comércio, vem crescendo, dando sustentabilidade à economia estadual. A atividade está sendo incentivada e deverá continuar impulsionando a economia

em 2013, dada a sua extensa cadeia de influência e a manutenção dos benefícios do Governo Federal, com financiamentos habitacionais, principalmente, para as camadas de menor renda. Em médio e longo prazos, a Construção Civil terá participação importante para a economia cearense, tendo em vista a realização da Copa de 2014. Ressalta-se que, para o segmento, o governo federal já adotou medidas que deverão ser implantadas em 2013, no sentido de reduzir custos.

Quanto às exportações, a posição geográfica do Ceará, voltada para os grandes mercados, é um ponto positivo. Melhoramentos estão sendo feitos no Porto do Pecém, para dar mais competitividade ao equipamento. Pelo lado privado, as empresas exportadoras devem promover ampliação de mercados, já que os tradicionais, como Estados Unidos e países da zona do euro, estão em recuperação lenta.

Segmentos preocupantes e que poderão reduzir as taxas previstas para a economia cearense para os próximos anos, são a Agropecuária e a Indústria de Transformação. No caso da Agropecuária, a situação é mais grave, pois há a dependência das condições climáticas. Na ocorrência de seca ou de cheia, há consequências danosas para a agricultura cearense, sobretudo para o pequeno produtor rural, que corresponde à maioria. Apesar dos incentivos recebidos das esferas estadual e federal, com programas de crédito, melhoria de sementes, Plano Safra, dentre outros, ainda não se verifica melhoria nos resultados econômicos do setor. Assim, o setor Agropecuário ainda preocupa, mesmo com uma participação pequena no PIB cearense, em torno de 4%, pois tem influência em várias outras atividades, podendo afetar uma expectativa mais robusta para a economia cearense. Também o desempenho da Agropecuária tem reflexo no Índice de Preços ao Consumidor, pois o grupo de maior peso, o de Alimentos e Bebidas, inclui os grãos (feijão, arroz), que, junto com o milho, são os principais produtos agrícolas e pesam no orçamento doméstico, principalmente da população de baixo poder aquisitivo.

Quanto à Indústria, a preocupação é com o segmento de Transformação, que nos dois últimos anos tem mostrado resultados negativos. Em 2010 a produção industrial cresceu 9,1% (IBGE), mas, em 2011, registrou queda de 11,7% e já acumula de janeiro a outubro de 2012 um declínio de 2,5%. Vale lembrar que as indústrias principais como Calçados e Artigos de Couro, Vestuário e Acessórios e a Têxtil, sofrem problemas de concorrência externa, sobretudo.

O Comércio Varejista deverá manter a tendência de crescimento, como apontam as pesquisas conjunturais, ficando entre os principais sustentáculos da economia cearense em 2012, dentro do setor de Serviços. Além disso, as condições de crédito continuam favoráveis, incentivando às vendas. O governo federal deverá continuar estimulando o consumo por meio de redução/isenção de impostos, embora reduzindo de uma forma gradual, para segmentos importantes do varejo e com queda na Taxa Selic, facilitando o crédito.

O mercado de trabalho ainda está aquecido no Ceará e as condições favoráveis da economia, especialmente as obras que estão em andamento, sinalizam que há perspectivas de geração de postos de trabalho em 2013.

Como conclusão, destaca-se que, para a economia brasileira crescer mais e de forma sustentável, há a necessidade de maior realização de investimentos, tanto por parte do poder público, como da iniciativa privada. Lembrando que o Ceará encontra-se em um momento propício para crescer, tendo em vista os diversos empreendimentos que estão se instalando e os que estão em negociação, inclusive no interior do Estado. Além disso, o equilíbrio das finanças estaduais possibilita a aplicação de recursos para alavancar os investimentos.

Em síntese, a economia cearense deverá crescer acima da média nacional, mas a intensidade desse crescimento dependerá do ritmo da economia brasileira para os próximos anos, em razão de a economia cearense ser mais dependente do mercado interno do que do externo. Vale lembrar que, para 2013, o mercado estima que a economia brasileira deverá crescer 3,3%, segundo o último Relatório Focus (28 de dezembro/2012), sendo um bom sinal para a economia cearense, que poderá crescer (4%) acima da média nacional, como já vem ocorrendo nos últimos anos.

Ressalte-se, por fim, que esse cenário macroeconômico de continuidade do dinamismo da economia do Estado, com crescimento do PIB estadual superando o nacional, constituiu-se parâmetro para definição do cenário fiscal dos próximos anos, portanto, para a programação orçamentária do Estado para 2013.



PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2013



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

O Governo do Estado do Ceará tem assegurado, para o exercício de 2013, conforme autorizado na Lei Orçamentária Anual (LOA) Nº 15.268, de 28 de dezembro de 2012, um montante de recursos da ordem de R\$ 19,60 bilhões, dos quais R\$ 14,66 bilhões (74,79%) são destinados às ações do Executivo Estadual. Integram, ainda, a Programação Orçamentária do ano (Tabela 1), os valores consignados aos poderes Judiciário, Legislativo e ao Ministério Público, perfazendo um total de R\$ 1,49 bilhão, cerca de 7,59% do total, além das despesas referentes aos Encargos Gerais do Estado (previstas para, dentre outras finalidades, transferências constitucionais aos municípios, participação acionária nas empresas estatais não dependentes e serviços da Dívida) e à Reserva de Contingência, que somam R\$ 3,45 bilhões, equivalentes a uma participação de 17,62% do total orçado.

TABELA 1
ORÇAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ – 2013

DISCRIMINAÇÃO	R\$ (milhão)
Executivo Estadual	14.661,86
Eixo Sociedade Justa e Solidária	6.955,99
Eixo Economia Para Uma Vida Melhor	4.644,89
Eixo Governo Participativo, Ético e Competente	3.060,98
Outros Poderes ⁽¹⁾	1.487,65
Demais Despesas ⁽²⁾	3.454,83
Total do Orçamento 2013	19.604,34

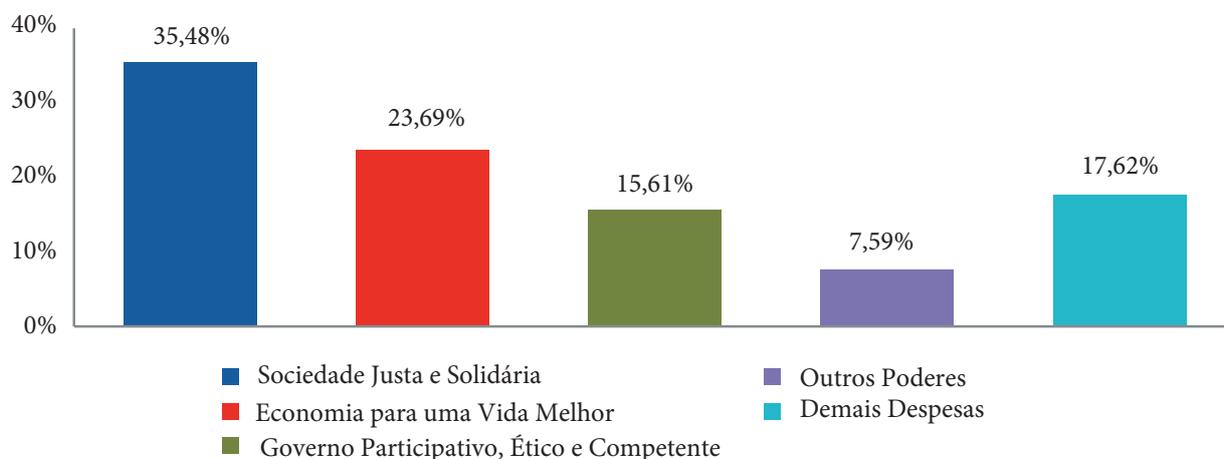
Fonte: SEPLAG/SIOF

⁽¹⁾ Assembleia Legislativa (AL), Tribunal de Contas do Estado (TCE), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Tribunal de Justiça (TJ) e Procuradoria Geral de Justiça (PGJ).

⁽²⁾ Encargos Gerais do Estado (EGE) e Reserva de Contingência (RC)

A alocação do montante de recursos previstos para o Poder Executivo se deu atendendo ao cumprimento das despesas obrigatórias e aos projetos prioritários na composição das despesas discricionárias da administração estadual. Desta forma, segundo a ótica dos eixos, foram alocados R\$ 6,96 bilhões no Eixo Sociedade Justa e Solidária, que absorveu a maior parcela dos recursos programados, 35,48%. Ao Eixo Economia para uma Vida Melhor, coube a importância de R\$ 4,64 bilhões, equivalente a 23,69% dos valores previstos, e ao Eixo Governo Participativo, Ético e Competente, correspondeu uma programação de despesas da ordem de R\$ 3,06 bilhões, 15,61% do Orçamento total.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2013



Fonte: SEPLAG/SIOF

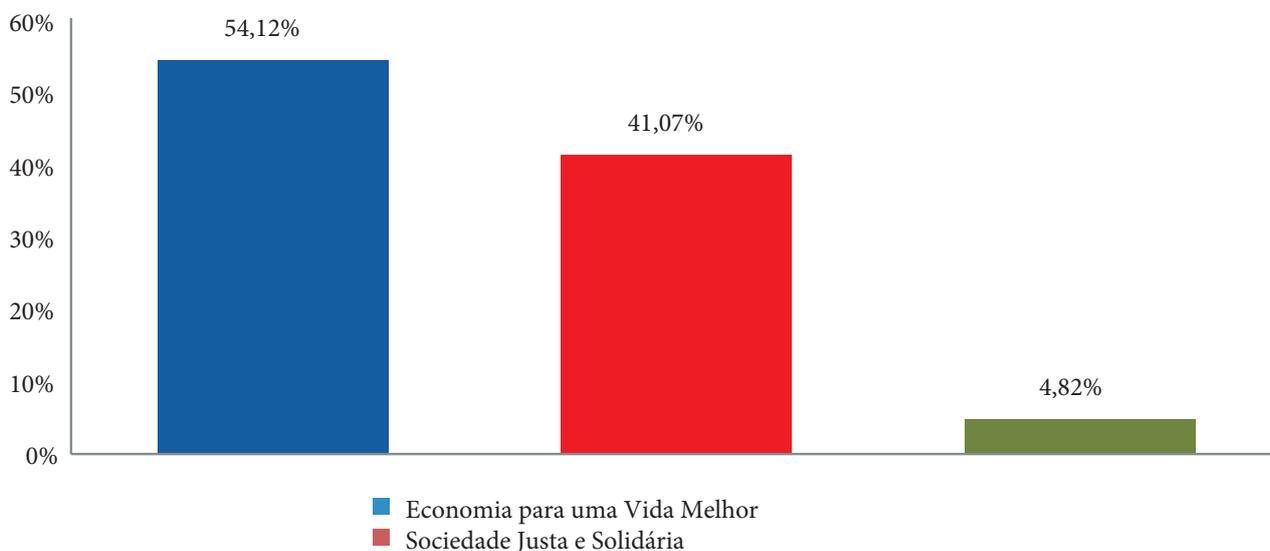
ATUAÇÃO FINALÍSTICA DO ESTADO

A análise dos recursos programados para o ano de 2013 demonstra uma atuação primordial do Governo voltada ao cidadão, evidenciada nos valores referentes aos dois primeiros eixos de articulação política. Confirmando essa análise, a Tabela 2 apresenta os valores previstos para as despesas, de custeio e investimento, de caráter finalístico, que se traduzem em gastos que asseguram a oferta de bens e serviços diretamente à sociedade.

Para contabilizar as despesas finalísticas de custeio e investimento, considera-se o total das despesas autorizadas, deduzidos os recursos referentes aos Encargos Gerais do Estado, à Reserva de Contingência e os destinados à manutenção e funcionamento administrativos dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. Cumpre, porém, destacar, que, nesse último grupo de despesas, incluem-se os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, nos quais têm participação expressiva os servidores ligados às áreas de educação, saúde e segurança pública, que realizam um trabalho de atendimento direto à população, concluindo-se ser bastante superior à aplicação total de recursos para a execução das ações finalísticas a cargo do governo estadual.

GRÁFICO 2

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS FINALÍSTICAS, POR EIXO DE ATUAÇÃO – 2013



Fonte: SEPLAG/SIOF

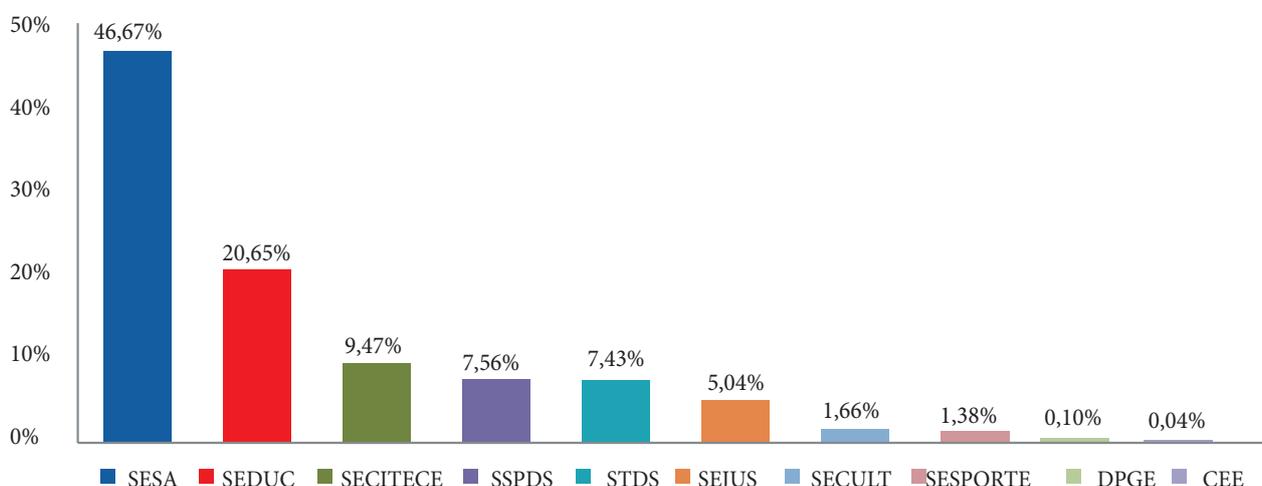
SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA

Para garantir à população a oferta de bens e serviços nas áreas sociais como educação, saúde, esporte, cultura e assistência social, dentre outras, componentes do Eixo Sociedade Justa e Solidária, foi programado um dispêndio de mais de R\$ 3,22 bilhões, perfazendo 41,07% do total orçado neste grupo de despesas.

Diferentemente do Eixo Economia para uma Vida Melhor, as despesas finalísticas do eixo em análise não chegam a 50% do total orçado, posição que se inverte quando considerado o volume de recursos destinados a outros grupos de despesas, como é o caso de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, sobretudo nas áreas da educação, saúde e segurança pública, que concentram aproximadamente 87% do total de servidores ativos do Estado, a grande maioria realizando seu trabalho na prestação do atendimento direto à população.

Da programação orçamentária deste eixo, mais de 46% foram alocados para as despesas da Secretaria da Saúde (SESA) e 20,65%, para a Secretaria da Educação (SEDUC). As despesas das demais secretarias integrantes deste eixo somam um percentual de 32,68% (Vide Gráfico 3).

GRÁFICO 3
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS FINALÍSTICAS, POR SECRETARIA
SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA – 2013



Fonte: SEPLAG/SIOF

Convém salientar que, do total de R\$ 1,5 bilhão fixado para a área da saúde, quase 90% destina-se às atividades e projetos do Programa de Atenção à Saúde Integral e de Qualidade. Tal programa contempla as despesas alocadas na manutenção de todos os hospitais estaduais como o Hospital Geral de Fortaleza (HGF), Hospital de Messejana, Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS), Hospital Waldemar de Alcântara e o Hospital Regional do Cariri (HRC), de policlínicas, de Unidades de Pronto Atendimento (UPA), de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e na aquisição de medicamentos, além da implantação do Hospital Regional Norte (HRN), do Hospital do Sertão Central (HSC) e demais equipamentos públicos da saúde.

Em seguida, com 20,65% do total, encontra-se o montante de recursos destinados à área da educação, R\$ 666,01 milhões, dos quais aproximadamente 50% está no Programa Organização e Gestão da Educação Básica, que abrange, dentre outras, despesas relativas à manutenção das escolas estaduais de educação básica e das escolas regulares, incluindo o transporte e a merenda escolar. Outro importante programa nessa área é o de Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, cujas principais ações são: construção e manutenção das escolas estaduais de educação profissional, aquisição de equipamentos e mobiliário e seleção e contratação de professores.

Na Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Secitece), dois programas concentram cerca de 90% dos recursos. O Programa Ciência, Tecnologia e Informação, com R\$ 160 milhões, envolve ações de modernização tecnológica do Estado, de inovação tecnológica e empresarial com recursos do Fundo de Inovação Tecnológica (FIT), além da manutenção da Universidade do Trabalho Digital (UTD) e concessão de bolsas nessa área. Por seu turno, o Programa de Educação Superior, como a própria nomenclatura revela, destina-se a promover ações de manutenção, funcionamento e expansão da oferta de serviços nas instituições de ensino superior do Estado: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA), Centro de Educação à Distância (CED) e a implantação dos campi multi-institucionais de Iguatu e Itapipoca.

Na área da Segurança Pública, os principais programas, em termos orçamentários, são: Segurança Pública Integrada e Segurança Pública Comunitária que, juntos, representam 97,6% do volume de recursos destinados a esta política setorial. Com R\$ 197 milhões, o primeiro programa incorpora a manutenção de unidades de segurança pública, como delegacias municipais, Divisão de Homicídios e Academia Estadual de Segurança Pública, e expansão da atuação do Governo nessa área, como implantação do novo prédio da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) e da Divisão de Combate ao Tráfico de Drogas, ampliação do Sistema de Identificação Civil, e reforma e estruturação de delegacias especializadas e regionais.

Já na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), as ações que mais se destacam constam dos programas Assistência Social (33,62%), à Promoção e Proteção dos Direitos Humanos (24,02%) e Trabalho, Emprego e Renda (23,75%). Nesse conjunto, torna-se importante salientar: os projetos componentes do Programa de Apoio às Reformas Sociais para o Desenvolvimento de Crianças, Adolescentes e Jovens no Ceará (Proares); a manutenção de unidades de Proteção Social Especial, de unidades de promoção de medidas socioeducativas e dos Centros de Inclusão Tecnológica e Social (CITS); e a realização de ações de inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho.

Para a área da Justiça, foram destinados cerca de R\$ 162 milhões, dos quais mais de 87,19% encontram-se no principal programa, Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária, que concentra os investimentos mais relevantes dessa área temática, como a implantação, reforma e/ou ampliação de Casas de Privação Provisória de Liberdade (CPPL), de cadeias públicas e de penitenciárias, além da manutenção das referidas unidades. No programa Proteção e Cidadania, destacam-se ações de enfrentamento e prevenção ao tráfico de pessoas e assistência a vítimas e de manutenção de unidades de atendimento ao cidadão.

Na Cultura, as ações que consomem o maior volume de recursos são as contempladas no programa Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará, destacando-se: o apoio a Pontos de Cultura, o lançamento de editais de incentivo às artes, a programação e a difusão da Orquestra Eleazar de Carvalho e a manutenção de equipamentos públicos culturais, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultural, a Escola de Artes e Ofício Thomaz Pompeu Sobrinho e o Centro Cultural Bom Jardim.

Ainda sob a ótica da representatividade orçamentária, são os principais programas da Secretaria do Esporte (Sesporte): Esporte – Educação, Participação e Lazer e Promoção da Juventude, com 60,81% e 23,24%, respectivamente, que reúnem as ações mais emblemáticas do setor: Segundo Tempo, Bolsa Esporte e Mão Amiga, além da construção de praças da juventude.

Quanto à Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE), o volume de recursos direcionados às ações finalísticas de investimento e custeio é da ordem de R\$ 3,37 milhões, sendo quase sua totalidade aplicada no Programa Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça, que traz, em seu escopo, ações de criação de Núcleos Avançados de Atendimento e implantação do Núcleo de Atendimento Jurídico Especializado ao Adolescente em Conflito com a Lei, dentre outras.

Por fim, neste Eixo de Articulação está a programação orçamentária do Conselho Estadual de Educação (CEE), cujo principal programa, Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica, engloba, dentre outras, ações de validação e acompanhamento do Sistema de Informatização e Simplificação de Processo (SISP) e da produção de projeto político-pedagógico de ensino de práticas no campo.

TABELA 2
 DESPESAS FINALÍSTICAS, POR SECRETARIA E PROGRAMA
 SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA – 2013

Secretaria/Programa	Despesas	
	R\$ (milhão)	%
Secretaria da Saúde	1.505,24	46,67
Atenção à Saúde Integral e de Qualidade	1.335,51	88,72
Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do Sus	116,96	7,77
Demais Programas	52,77	3,51
Secretaria da Educação	666,01	20,65
Organização e Gestão da Educação Básica	322,75	48,46
Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	252,79	37,96
Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	76,00	11,41
Demais Programas	14,47	2,17
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	305,48	9,47
Ciência, Tecnologia e Inovação	160,28	52,47
Educação Superior	111,68	36,56
Educação Profissional	29,84	9,77
Demais Programas	3,68	1,20
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	243,68	7,56
Segurança Pública Integrada	197,09	80,88
Segurança Pública Comunitária	40,74	16,72
Demais Programas	5,84	2,40
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	239,58	7,43
Assistência Social	80,54	33,62
Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	57,55	24,02
Trabalho, Emprego e Renda	56,91	23,75
Demais Programas	44,59	18,61
Secretaria da Justiça e Cidadania	162,60	5,04
Infraestrutura, Gestão e Assistência Penitenciária	141,77	87,19
Proteção e Cidadania	20,30	12,48
Demais Programas	0,53	0,33
Secretaria da Cultura	53,43	1,66
Incentivo às Artes e Culturas Regionais do Ceará	45,43	85,03
Memória Cultural	4,13	7,73
Demais Programas	3,87	7,24
Secretaria do Esporte	44,53	1,38
Esporte - Educação, Participação e Lazer	27,08	60,81
Promoção da Juventude	10,35	23,24
Infraestrutura Esportiva e de Lazer	5,48	12,31
Demais Programas	1,62	3,64
Defensoria Pública Geral do Estado	3,37	0,10
Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça	3,34	99,11
Demais Programas	0,03	0,89
Conselho Estadual de Educação	1,35	0,04
Gestão de Políticas Públicas da Educação Básica	1,00	73,96
Valorização do Servidor	0,35	26,04
Total de Despesas	3.225,27	100,00

Fonte: SEPLAG/SIOF

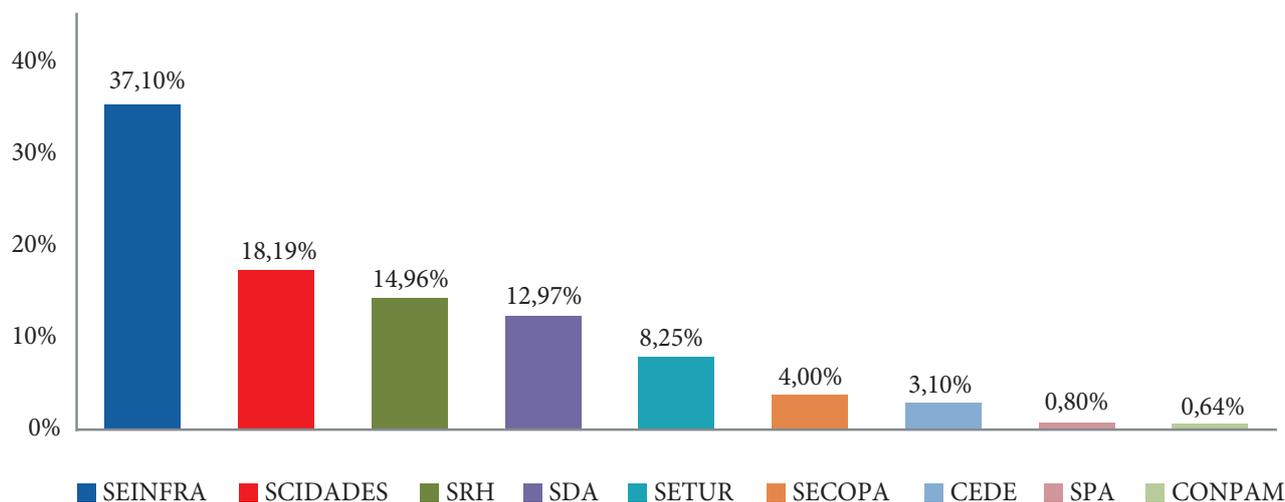
ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR

No conjunto das despesas finalísticas (custeio e investimento), o Eixo Economia para uma Vida Melhor é responsável pelo maior volume de recursos, R\$ 4,25 bilhões, representando 54,12%. Tal informação demonstra a atuação do Governo em ações impulsionadoras da economia estadual, como Infraestrutura, Agropecuária e Turismo, setores que exigem investimentos mais vultosos.

No total dos recursos deste eixo, verifica-se que as despesas finalísticas correspondem a um percentual de 91,5%, em que figuram as secretarias da Infraestrutura (Seinfra), com 37,10%, das Cidades (Scidades), com 18,19%, dos Recursos Hídricos (SRH), com 14,96%, do Desenvolvimento Agrário (SDA), com 12,97%, e do Turismo, com 8,25%, detendo os maiores percentuais dos recursos programados (vide Gráfico 4).

GRÁFICO 4

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS FINALÍSTICAS,
POR SECRETARIA - ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR - 2013



Fonte: SEPLAG/SIOF

Conforme apresenta o gráfico, a Seinfra detém a maior participação no volume de recursos das despesas finalísticas. Tal representatividade se deve, principalmente, às ações constantes do Programa Transporte e Logística do Estado do Ceará, dentre as quais tem destaque: a segunda fase da ampliação do Terminal Portuário do Pecém, a conclusão do primeiro estágio da Linha Sul do Metrô de Fortaleza, incluindo a aquisição de Trens Unidade Elétrica (TUE); a implantação do ramal de passageiros Parangaba-Mucuripe e do Trem de Passageiros VLT - Linha Norte, em Sobral; a duplicação e melhoramento do Anel Viário de Fortaleza; a pavimentação de rodovias; além da manutenção das atividades de registro de veículos e habilitação de motoristas, da fiscalização rodoviária e da conservação rotineira das rodovias estaduais.

Considerando-se os valores orçados, segue-se a Scidades, que aplicará um montante de R\$ 773 milhões nas ações de Saneamento Ambiental, como a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, de estações de tratamento de água e de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais; de Desenvolvimento Regional, como o apoio a Arranjos Produtivos Locais (APL), a realização de

investimentos em infraestrutura física e em inovação e o apoio ao setor privado, nas regiões do Cariri Central e do Vale do Acaraú/Jaguaribe; e Habitacional, como a construção de unidades habitacionais. No âmbito dessa Secretaria, merecem destaque os projetos de intervenções urbanas estruturantes de caráter socioambiental, nas áreas dos rios Cocó e Maranguapinho, como construção de barragens, execução de dragagem, de obras de urbanização e construção de equipamentos sociais.

A política estadual de recursos hídricos, coordenada pela SRH, demanda inúmeros investimentos finalísticos, os quais estão contemplados, de forma mais representativa, no Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água. No Orçamento 2013 desse programa, sobressaem-se: a execução das obras do Cinturão de Águas do Ceará (CAC); a otimização e gestão de Sistemas de Dessalinização e instalação de pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água em comunidades rurais; a conclusão do Eixão da Integração; e a construção de adutoras.

No setor de Desenvolvimento Agrário, que concentra 12,97% dos recursos deste eixo, as ações mais importantes em termos orçamentários compõem os programas de: Desenvolvimento Agropecuário, como construção de cisternas de enxurrada e de barragens subterrâneas para quintais produtivos, projetos de inclusão produtiva e econômica, Garantia Safra e distribuição de sementes, aquisição de tratores e implementos agrícolas, além de realização de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de vigilância zoofitossanitária; e de Enfrentamento à Pobreza Rural, como implantação de reservatórios para captação e armazenamento de água para o consumo, construção de sistemas de abastecimento de água e de sistemas simplificados de esgotamento sanitário, aquisição e distribuição de leite e de outros alimentos, além de implantação de casas digitais.

Os recursos para as despesas finalísticas da área do Turismo, que correspondem a um valor de mais de R\$ 350 milhões, encontram-se no grande Programa Temático Construção do Destino Turístico “Ceará”, onde serão executados os seguintes projetos e atividades: investimento para a implantação do Acquario Ceará, construção do Aeroporto de Jericoacoara e do hangar no Aeroporto de Aracati, duplicação das Rodovias CE 085 e CE 040 (no trecho Beberibe/Aracati), dentre outros; de manutenção dos equipamentos turísticos (Centro de Eventos do Ceará, Teleférico de Ubajara, Teatro Torres Câmara, etc.); promoção do Ceará nos mercados local, nacional e internacional; e de fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Por seu turno, a Secopa aplicará mais de R\$ 170 milhões, basicamente, no projeto de Reforma, Ampliação, Adequação, Operação e Manutenção do Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão.

Consoante com a política estadual de desenvolvimento econômico, o CEDE e seus órgãos vinculados realizarão, especialmente, ações articuladas de atração de grandes empreendimentos para o Estado. Para tanto, contam no exercício de 2013, com 3,10% do total de recursos voltados às despesas finalísticas do eixo em foco.

A Secretaria da Pesca e Aquicultura (SPA), cuja programação para 2013, nas despesas finalísticas, importa em mais de R\$ 33 milhões, empreenderá esforços para o desenvolvimento sustentável do setor, por meio, dentre outras ações, de: aquisição de barcos pesqueiros; organização e produção de projetos de piscicultura superintensiva no açude Castanhão; repovoamento piscícola, por meio da

distribuição de alevinos, implantação e fomento de projetos de pesca e aquicultura; e realização de normatização, registro, fiscalização e educação sanitária.

Por fim, na política e gestão do meio ambiente, o Estado programou a aplicação, em 2013, de R\$ 27 milhões, na implantação de parques estaduais da Copa de 2014, implementação e gestão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, realização do Inventário Florestal Nacional do Estado do Ceará, elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, manutenção de unidades de conservação e prevenção, monitoramento e controle de queimadas. Tais ações concentram-se, basicamente, no principal programa, Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais, que reúne mais de 95% dos recursos.

TABELA 3
DESPESAS FINALÍSTICAS, POR SECRETARIA E PROGRAMA
ECONOMIA PARA UMA VIDA MELHOR – 2013

Secretaria/Programa	Despesas	
	R\$ (milhão)	%
Secretaria da Infraestrutura	1.576,91	37,10
Transporte e Logística do Estado do Ceará	1.515,10	96,08
Demais Programas	61,82	3,92
Secretaria das Cidades	773,10	18,19
Saneamento Ambiental	260,53	33,70
Desenvolvimento Regional	182,75	23,64
Habitacional	178,22	23,05
Demais Programas	151,59	19,61
Secretaria dos Recursos Hídricos	635,78	14,96
Transferência Hídrica e Suprimento de Água	613,02	96,42
Demais Programas	22,76	3,58
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	551,32	12,97
Desenvolvimento Agropecuário	274,59	49,81
Enfrentamento à Pobreza Rural	254,02	46,07
Demais Programas	22,71	4,12
Secretaria do Turismo	350,59	8,25
Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico "Ceará"	350,59	100,00
Secretaria Especial da Copa 2014	170,14	4,00
Promoção e Realização da Copa 2014	170,14	100,00
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico	131,84	3,10
Indústria, Serviços, Mineração E Agronegócio	131,84	100,00
Secretaria da Pesca e Aquicultura	33,82	0,80
Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura	33,82	100,00
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente	27,08	0,64
Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	25,90	95,67
Demais Programas	1,17	4,33
Total de Despesas	4.250,59	100,00

Fonte: SEPLAG/SIOF

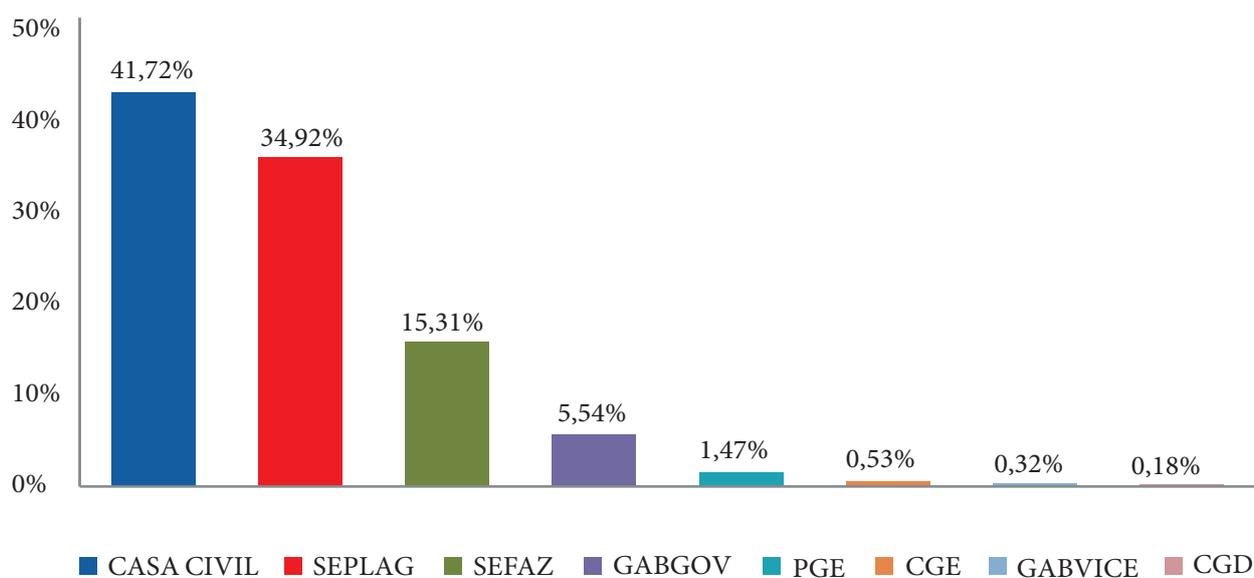
GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE

As despesas pertinentes ao Eixo Governo Participativo, Ético e Competente foram programadas com valores da ordem de R\$ 378,2 milhões, que representam 4,82% do total orçado para ações finalísticas, de custeio e investimento, do Poder Executivo, no exercício de 2013. Neste montante, que corresponde a 60% de todos os recursos do eixo, sobressaem-se as secretarias que possuem maior volume de recursos para esse tipo de despesa: Casa Civil, com 41,72%; Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), com 34,92%; e Secretaria da Fazenda (SEFAZ), com 15,31%.

As demais secretarias deste eixo, juntas, orçaram R\$ 30,43 milhões, o que equivale a pouco mais de 8% (vide Gráfico 5).

GRÁFICO 5

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS FINALÍSTICAS, POR SECRETARIA - GOVERNO PARTICIPATIVO, ÉTICO E COMPETENTE - 2013



Fonte: SEPLAG/SIOF

Como mencionado, detendo a maior representatividade no tocante à programação orçamentária de despesas finalísticas, a Casa Civil dispõe, em 2013, de R\$ 157,8 milhões. Deste montante, aproximadamente 99% encontram-se alocados no programa Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas, que, em seu escopo, objetiva desenvolver ações de publicidade na mídia, de realização de eventos do Governo, de apoio a instituições e organizações da sociedade civil para implementação de políticas públicas, dentre outras.

A SEPLAG é detentora do segundo maior volume de recursos alocados para todo o eixo, um orçamento de R\$ 132 milhões, quase 35% das despesas finalísticas. Deste valor, parcela significativa de 70,67% está autorizada para a Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Estadual, que contempla

sobretudo, as ações desenvolvidas pelo Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC) e da Escola de Gestão Pública (EGP). Já no Programa de Modernização da Gestão Estadual, tem destaque a realização de inventário e avaliação de imóveis públicos estaduais, o desenvolvimento e implantação do Sistema de Preços Referenciais, a regularização fundiária de conjuntos habitacionais e outros projetos de modernização da Gestão Estadual.

A SEFAZ, por sua vez, apresenta uma programação de despesas da ordem de R\$ 57,91 milhões, 15,31% dos gastos finalísticos destinados ao respectivo eixo, devendo aplicar uma quantia de R\$ 44,22 milhões para a execução do Programa de Modernização da Gestão Fiscal, em que se inserem ações de automação da fiscalização de mercadorias em trânsito, de maximização da arrecadação, por meio, principalmente, da otimização do planejamento da arrecadação e da sistematização do acompanhamento de contribuintes, dentre outras. Com recursos previstos no Programa Gestão Fiscal e Financeira serão realizadas a implantação e manutenção de postos fiscais e a aquisição e manutenção de scanners.

O Gabinete do Governador (GABGOV) programou, para 2013, em despesas de caráter finalístico, uma importância de quase R\$ 21 milhões, a qual está distribuída, em sua maioria, em programas que possuem a característica da multissetorialidade, destacando-se, dentre estes, o programa voltado à Promoção da Juventude que, responde por mais de 90% dos recursos programados neste grupo de despesas. Este programa tem como principais objetivos: ofertar oportunidade de elevação de escolaridade do ensino fundamental e qualificação profissional, com formação inicial para jovens de 18 a 29 anos, e fortalecer os canais de participação de jovens na formulação de políticas públicas de juventude.

Por sua vez, a Procuradoria Geral do Estado (PGE), cujos recursos com destinação finalísticas foram orçados para 2013 no valor de R\$ 5,56 milhões, programou o desenvolvimento de ações consideráveis, como as empreendidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE), as constantes do Programa Regulação de Serviços Públicos Delegados, como o projeto de desenvolvimento e implantação do Módulo IDO – Índice de Desempenho Operacional para regulação técnica e fiscalização do Sistema de Transporte Intermunicipal de Passageiros; além da atividade intrínseca do órgão de regulação e fiscalização de serviços públicos delegados - energia elétrica, gás canalizado, saneamento, e outros.

Desenvolvendo a política de controle interno do Poder Executivo e promovendo a transparência das ações do Governo, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) programou em atividades e projetos finalísticos, para 2013, mais de R\$ 2 milhões, dos quais 74,23% encontram-se no Programa Participação e Controle Social, que objetiva, principalmente, disseminar conhecimentos e práticas voltadas para a temática do Controle Social da Administração Pública, contribuindo para a Educação Social e o exercício da Cidadania.

Quanto ao Gabinete do Vice-Governador (GABVICE), o volume de recursos nesse tipo de despesa chega a R\$ 1,22 milhão, necessários, no ano de 2013, à realização de ações de articulação macrorregional, para a promoção do Planejamento Participativo e Regionalizado, em conjunto com a SEPLAG.

Por seu lado, a Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD) se valerá da programação de R\$ 684 mil para assegurar o cumprimento dos objetivos do seu programa finalístico: apurar, com celeridade, os processos de desvios de conduta, com ênfase naqueles de maior complexidade, e realizar fiscalização e correição preventiva e repressiva, visando inibir desvios de conduta.

TABELA 4
DESPESAS FINALÍSTICAS, POR SECRETARIA E PROGRAMA - GOVERNO PARTICIPATIVO,
ÉTICO E COMPETENTE – 2013

Secretaria/Programa	Despesas	
	R\$ (milhão)	%
Casa Civil	157,80	41,72
Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas	155,75	98,70
Demais Programas	2,05	1,30
Secretaria do Planejamento e Gestão	132,05	34,92
Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Administração Estadual	93,32	70,67
Modernização da Gestão Estadual	19,74	14,95
Demais Programas	18,99	14,38
Secretaria da Fazenda	57,91	15,31
Modernização da Gestão Fiscal	44,22	76,36
Gestão Fiscal e Financeira	13,09	22,61
Cidadania Fiscal	0,60	1,04
Gabinete do Governador	20,95	5,54
Promoção da Juventude	19,02	90,79
Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	1,02	4,88
Demais Programas	0,91	4,33
Procuradoria Geral do Estado	5,56	1,47
Regulação de Serviços Públicos Delegados	4,91	88,31
Indústria, Serviços, Mineração e Agronegócio	0,65	11,69
Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado	2,02	0,53
Participação e Controle Social	1,50	74,23
Controle Interno Preventivo e Auditoria Governamental	0,52	25,77
Gabinete do Vice-Governador	1,22	0,32
Coordenação do Planejamento Estadual	1,22	100,00
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	0,68	0,18
Controle Disciplinar da Segurança e Sistema Penitenciário	0,68	100,00
Total de Despesas	378,20	100,00

Fonte: SEPLAG/SIOF

REGIONALIZAÇÃO DAS DESPESAS FINALÍSTICAS

Atendendo a preceito constitucional e a premissa da presente gestão de participação social, a construção e monitoramento governamental devem se dar de forma regionalizada e participativa.

Neste sentido, em conformidade com a Lei Complementar nº 82, de 20 de outubro de 2009, que estabeleceu a composição das macrorregiões do Estado para efeito de planejamento, os recursos da LOA são regionalizados entre as oito macrorregiões: Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Litoral Oeste, Sobral/Ibiapaba, Sertão dos Inhamuns, Sertão Central, Baturité, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri/Centro Sul.

Considerando-se a programação orçamentária, relacionada às despesas voltadas para a oferta de bens e serviços diretamente à sociedade, em 2013, da ordem de mais de R\$ 7,85 bilhões, as macrorregiões de planejamento foram contempladas conforme se observa na Tabela 6.

TABELA 6
DESPESAS FINALÍSTICAS DO PODER EXECUTIVO, POR MACRORREGIÃO – 2013

Macrorregião	Despesas		
	R\$ (Milhão)	% Total	% Região
Região Metropolitana de Fortaleza	3.679,53	46,85	55,63
Cariri / Centro Sul	1.052,96	13,41	15,92
Sobral / Ibiapaba	597,45	7,61	9,03
Sertão Central	356,18	4,53	5,38
Litoral Oeste	315,01	4,01	4,76
Litoral Leste / Jaguaribe	304,58	3,88	4,60
Sertão de Inhamuns	193,82	2,47	2,93
Baturité	114,90	1,46	1,74
Subtotal (Regionalizado)	6.614,43	84,22	100,00
Estado do Ceará (Não Regionalizado)	1.239,62	15,78%	-
Total de Despesas	7.854,05	100,00	-

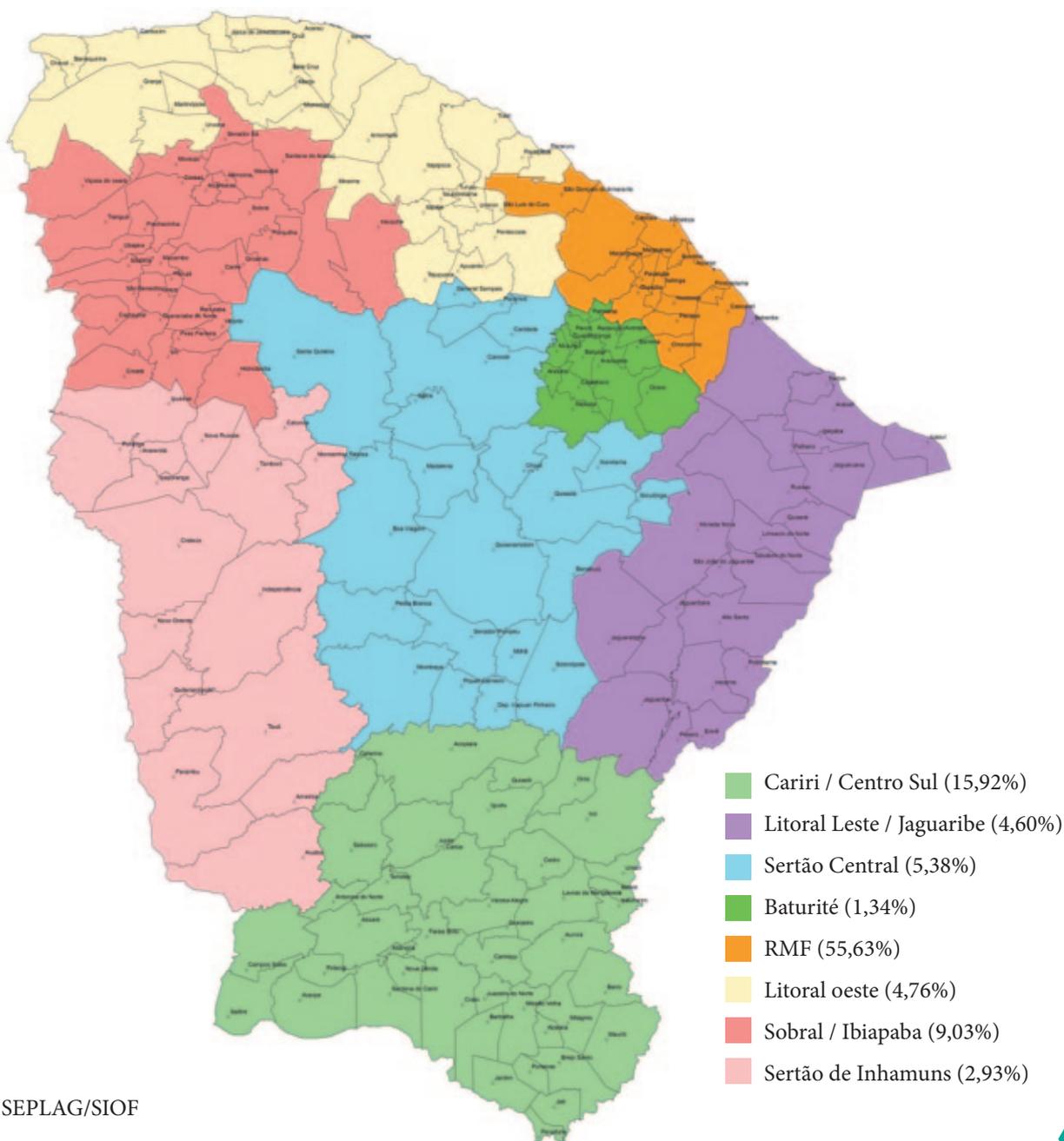
Fonte: SEPLAG/SIOF

As despesas passíveis de regionalização, ou seja, excluindo-se aquelas alocadas na macrorregião Estado do Ceará, gasto não regionalizado, mostram um valor programado de R\$ 6,6 bilhões (84,22% do total), em 2013, demonstrando a preocupação do Governo em regionalizar o gasto. Nesta distribuição de recursos, a RMF aparece com o maior percentual, com 45,85%, seguida pelas macrorregiões Cariri/Centro Sul, com 13,41%, e Sobral/Ibiapaba, com 7,61%.

Vale destacar que se entende como despesas não passíveis de regionalização, constantes em Estado do Ceará (gasto não regionalizado), aquelas que, pela sua característica, beneficiam todo o Estado ou sua localização abrange várias regiões, como é o caso da manutenção do Cinturão Digital do Ceará ou a implantação de um novo sistema de monitoramento rodoviário. Para esse tipo de despesas, está programado R\$ 1,24 bilhão, representando 15,78% do volume total de despesas finalísticas.

Por outro lado, se for considerado apenas o volume de recursos regionalizados, observa-se que há uma elevação nos percentuais em todas as macrorregiões. Contudo, a RMF aumentou sua participação percentual para 55,63%, o que pode ser explicado pelo volume de recursos aplicados em projetos estruturantes que beneficiará todo o Estado do Ceará, independentemente da região, como é o caso da ampliação do terminal portuário do Pecém e da implantação do Acquario Ceará.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS DESPESAS FINALÍSTICAS, POR MACRORREGIÃO



Em síntese, o Governo do Estado do Ceará programou, para o ano de 2013, um volume de recursos direcionados à realização de ações, segundo orientação estratégica dos três Eixos de Articulação, focadas na oferta de serviços públicos de qualidade, de modo a avançar na consecução do grande objetivo da Administração Pública Estadual: promover o bem estar da população, com desenvolvimento econômico sustentável e transparência na gestão.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

